

E-ISSN 1981-4798

ISSN 1414-3089

# Tempo

TEMPO DA CIÊNCIA - Revista de Ciências Humanas e Sociais.

Publicação do Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa - NDP

UNIOESTE - Campus de Toledo.

# DA

# Ciência

Volume 31 - Número 62 - 2º Semestre - 2024

# Tempo da Ciência

Volume 31 Número 62  
2º semestre de 2024

E-ISSN 1981-4798  
ISSN 1414-3089

**INDEXADORES:  
SISTEMA LATINDEX  
SUMÁRIOS DE REVISTAS BRASILEIRAS**

Publicação do NDP – Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
UNIOESTE - CAMPUS DE TOLEDO

# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ- UNIOESTE / CAMPUS DE TOLEDO

## REITOR

Alexandre Almeida Webber

## DIRETOR DO CAMPUS DE TOLEDO

Patrícia Stafusa Sala Battisti

## DIRETOR DO CCHS – CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS/CAMPUS DE TOLEDO

Silvio Antônio Colognese

## NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO INFORMAÇÃO E PESQUISA-NDP

---

T 288 Tempo da Ciência: revista de ciências sociais e humanas / Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIOESTE. Revista do Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa / Campus de Toledo. - v. 1, n. 1(1994) -- Toledo: Ed. Toledo, 1994. - v. 29 n. 57(2022), -- Toledo: Ed. Toledo, 2022.

Semestral.

v.2, n.3 – 1º semestre de 1995

v.2, n.4 – 2º semestre de 1995

A partir do v. 4, n. 8 passou a ser editada pela EDUNIOESTE, Cascavel.

E-ISSN: 1981-4798

ISSN: 1414-3089

Indexadores: Latindex; Súmarios

1. Ciências Sociais – Periódicos 2. Ciências Humanas – Periódicos 1. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Toledo. II Revista de Ciências Sociais do Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa – NDP / Campus de Toledo

CDD 20. ed. 300.5

---

Ficha Catalográfica: Marilene de Fátima Donadel – CBR 9/924

---

### Capa

Roberto Bíscoli

### Diagramação

Roberto Bíscoli

### Suporte Técnico

Equipe NDP

### Revisão Ortográfica e gramatical

Equipe NDP

### *Endereço para correspondência*

UNIOESTE – Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa – NDP

Rua da Faculdade, 645 – Jardim La Salle – Toledo – PR CEP 85903-000

E-mail: [revistatempodaciencia@yahoo.com.br](mailto:revistatempodaciencia@yahoo.com.br)

## **EDITOR**

Dr. Roberto Biscoli

## **CONSELHO EDITORIAL - PRESIDENTE:**

Dr. Antônio Pimentel Pontes Filho

## **MEMBROS:**

Eric Gustavo Cardin

Sílvio Antônio Colognese

Geraldo Magella Neres

Fábio Lopes Alves

## **CONSELHO CONSULTIVO**

Adriano Premebida – FADB

Alberto Paulo Neto – PUC-PR

Ana Cleide Chiarotti Cesário – UEL

Carla Cecília Rodrigues Almeida – UEM

Emilce Beatriz Cammarata – NM, Argentina

Eric Gustavo Cardin – UNIOESTE

Eric Sabourin – CIRAD, França

Ernelo Schallenberger – UNIOESTE

Evaldo Mendes da Silva – UFAL

Gabriel Feltran – UFSCAR

Geraldo Magella Neres – UNIOESTE

Ileizi Luciana Fiorelli Silva – UEL

Joana Coutinho – UFMA

João Virgílio Tagliavini – UFSCar

José Lindomar C. Albuquerque – UNIFESP

María Lois – Universidad Complutense de Madrid

Maria Salete Souza de Amorim – UFBA

Martha C. Ramirez-Galvez – UEL

Miguel Angelo Lazzaretti – UNIOESTE

Oscar Calavia Sáez – UFSC

Paulo Roberto Azevedo – UNIOESTE

Rafael Antônio Duarte Villa – USP

René E. Gertz – PUCRS e UFRGS

Ricardo Cid Fernandes – UFPR

Wagner Pralon Mancuso – USP

## SUMÁRIO

### EDITORIAL

*Roberto Bíscoli*

*Pg. 6*

### DOSSIÊ:

#### **Para além da fronteira: Estudos interdisciplinares sobre dinâmicas e complexidades fronteiriças**

*Eric Gustavo Cardin, Kelly Cardoso da Silva*

*Pg. 7-9*

#### **A Resiliência da Comunidade Quilombola Apepu em Zona Fronteiriça**

*Ana Caroline Alves da Cunha Dozono, Marcia Dahmer de Moraes*

*Pg. 10-27*

#### **Vidas em território de Fronteira: A imigração paraguaia em Medianeira**

*Claudimara Cassoli Bortoloto, Maria Lúcia Frizon Rizotto, Marina Lima Magalhães da Cunha*

*Pg. 28-51*

#### **O descaminho de vinhos na tri-fronteira entre Dionísio Cerqueira/SC, Barracão/PR e Bernardo de Irigoyen/MNES**

*Guilherme Cícero Moreira Maran, Eric Gustavo Cardin*

*Pg. 52-74*

#### **Barreiras de acesso aos serviços de saúde em regiões de fronteira brasileira: uma revisão integrativa**

*Marcelle Saldanha da Silva, Mauro José Ferreira Cury*

*Pg. 75-89*

#### **Imigrantes na escola: região de fronteira em evidência no processo de (des)integração com o outro**

*Maria Aparecida Pereira Brandão, Isis Ribeiro Berger*

*Pg. 90-114*

#### **Interações na fronteira Brasil-Guiana: Dinâmicas em Lethem**

*Danielle Palbeta dos Santos, Max André de Araújo Ferreira*

*Pg. 115-131*

**Produção científica sobre Fronteira do Programa de Pós-graduação  
em Sociedade, Cultura e Fronteiras Unioeste- 2015-2024**

*Olga Lucía Mosquera Conde, Eliane Pinto de Góes*

*Pg. 132-148*

**A nova casa da direita: “Deus, Pátria, Família” e os discursos  
conservadores sobre gênero e sexualidade na fronteira**

*Thiago Benitez de Melo*

*Pg. 149-172*

**Além das grades e fronteiras: compreendendo o encarceramento  
feminino em um contexto trinacional**

*Victor Jorge Lugnani Chamorro, Maria Elena Pires Santos*

*Pg. 173-199*

**ARTIGOS LIVRES**

**Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA): Estudo e  
contribuições da caminhada no município de Foz do Iguaçu com  
ênfase na estruturação da Comissão e formação de seus membros**

*Roseli Bernardete Dablem Pacheco, Roseli Barqueza Alves de Assis, Luciana Graciano*

*Pg. 200-222*

**Pessoas com deficiência e Movimentos Sociais**

*Roberto Biscoli*

*Pg. 223-242*

## EDITORIAL

É como imensa satisfação que apresentamos o volume 31, número 62, da Revista *Tempo da Ciência*, publicação do NDP – Núcleo de Documentação Informação e Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. UNIOESTE - Campus de Toledo.

Neste número trazemos para o leitor o dossiê intitulado: Para além da fronteira: estudos interdisciplinares sobre dinâmicas e complexidades fronteiriças organizado por Eric Gustavo Cardin e Kelly Cardoso da Silva.

Além do Dossiê trazemos também artigos livres, submetidos a Revista *Tempo da Ciência* através do fluxo contínuo de recebimento de material para publicação.

## ARTIGOS LIVRES

A Revista *Tempo da Ciência* tem a satisfação de levar ao leitor artigos livres, que se somam ao Dossiê dessa edição.

O primeiro artigo livre intitulado “Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA): Estudo e contribuições da caminhada no município de Foz do Iguaçu com enfoque na estruturação da Comissão e formação de seus membros”, de autoria de Roseli Bernardete Dahlem Pacheco, Roseli Barquez Alves de Assis e Luciana Graciano, nos fala sobre a criação da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental e sobre a Política Municipal de Educação Ambiental de Foz do Iguaçu como estratégias para a implantação da política pública de educação ambiental no município, bem como os encaminhamentos para a formação de servidores em educação ambiental.

O artigo de autoria de Roberto Bíscoli reflete sobre direitos e inclusão social de pessoas com deficiência no sistema educacional no Brasil, e o papel dos movimentos sociais no processo de lutas pelo reconhecimento por direitos sociais e pela criação de uma nova mentalidade frente a sociedade brasileira, a de que a educação é para todos.

Boa leitura.

**Roberto Bíscoli**

**Editor**

## Dossiê: Para além da fronteira: Estudos interdisciplinares sobre dinâmicas e complexidades fronteiriças

A presente edição da revista Tempo da Ciência traz um conjunto de artigos que aborda, a partir de diferentes perspectivas e recortes, a diversidade de métodos e problemas relacionados às múltiplas fronteiras.

Pensar em fronteira significa pensar além de uma simples divisão linear entre dois territórios distintos. A borda geográfica que margeava a vivência territorial, impondo uma divisa de controle a relações possíveis, dá lugar a uma dinâmica de trocas: comerciais, culturais, sociais etc. Chega-se, desta feita, aos mais diversos usos fronteiriços: fronteiras sociais, fronteiras éticas, fronteiras epistemológicas e assim em diante.

Assim, o “limite” territorial cede passo à “liberdade”, ao livre “comércio” de ideias e de práticas, operado nas mais diversas dimensões humanas. Nesse caso, é de se concordar com José de Souza Martins quando nos revela que a fronteira é a fronteira da humanidade (MARTINS, 2016)<sup>1</sup>, e com isso essa temática envolve um fazer social e suas dinâmicas, complexidades e contradições.

Abrindo o dossiê, temos o artigo “A Resiliência da Comunidade Quilombola Apepu em Zona Fronteiriça” de autoria de Ana Caroline Alves da Cunha Dozzo e Márcia Dahmer de Moraes. Nele, busca-se investigar como a comunidade Apepu mantém sua identidade cultural, suas estratégias de resistência e a importância da sustentabilidade para a comunidade, enquanto enfrenta diversas adversidades. O texto além de explorar os aspectos culturais e desafios enfrentados pela comunidade, destaca a importância de políticas públicas inclusivas para garantir reconhecimento e apoio, contribuindo para uma compreensão mais ampla da diversidade cultural brasileira e das realidades específicas dessas comunidades.

Em seguida, tem-se o artigo “Vidas em território de Fronteira: A imigração paraguaia em Medianeira”, de autoria de Claudimara Cassoli Bortoloto e Maria Lúcia Frizon Rizzotto, que traz como objeto de investigação a mobilidade e as relações de trabalho de imigrantes paraguaios em Medianeira/PR, analisando as condições de trabalho e as

---

<sup>1</sup> MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016.



formas de vida desses trabalhadores. Trata-se de uma pesquisa exploratória, onde em um primeiro momento discute-se o panorama da imigração paraguaia em Medianeira e, em uma segunda parte, abordam-se os dados coletados junto aos imigrantes paraguaios no município, com ênfase em aspectos das relações de trabalho próprias do sistema produtivo dos frigoríficos.

“O Descaminho de Vinhos Na Tri-Fronteira Entre Dionísio Cerqueira/SC, Barracão/PR e Bernardo de Irigoyen/MNES” é o tema central do artigo escrito por Guilherme Cícero Moreira Maran e Eric Gustavo Cardin. A pesquisa traz a problemática do descaminho de vinhos argentinos na Tri-Fronteira acima referida, iniciando pelo fascínio exercido por esta bebida nas pessoas e o aumento no crescimento de vinotecas, passando pela influência da construção do Parque Turístico Ambiental entre o Brasil e a Argentina na alteração da dinâmica local, até chegar as práticas consideradas criminosas, apresentando um apanhado recente das últimas ocorrências policiais envolvendo o descaminho de vinhos, sua repercussão na imprensa local e a dinâmica de como isso funciona na prática nos municípios que compõe essa Tri-Fronteira.

Marcelle Saldanha da Silva e Mauro José Ferreira Cury são os autores do artigo “Barreiras de acesso aos serviços de saúde em regiões de fronteira brasileira: uma revisão integrativa”. Neste artigo, analisam as barreiras enfrentadas no atendimento ao migrante no serviço de saúde em região de fronteira e apontam as diversas fragilidades das políticas públicas oriundas do governo federal, direcionadas a saúde pública, dita pelo ordenamento jurídico, como sendo universal.

Posteriormente, tem-se o artigo “Imigrantes na Escola: região de fronteira em evidência no processo de (des)integração com o outro”, de autoria de Maria Aparecida Pereira Brandão e Isis Ribeiro Berger. O texto possui o objetivo de apresentar reflexões acerca do conceito “fronteira em movimento”, observando possíveis relações estabelecidas com imigração e educação. As autoras enfatizam a importância do estudo do espaço escolar em regiões fronteiriças, onde se encontram indígenas, descendentes de indígenas, descendentes de africanos, descendentes de imigrantes, imigrantes e migrantes, destacando os desafios encontrados nessa realidade.

As particularidades socioculturais e econômicas dos países que foram a Amazônia Caribenha são tratadas pelos autores Danielle Palheta dos Santos e Max André Araújo Ferreira no sexto artigo, intitulado “Interações na Fronteira Brasil-Guiana: Dinâmicas em Lethem”. Nesse, a

rica diversidade cultural e linguística de Lethem, cidade localizada na fronteira entre o Brasil e a Guiana, são analisadas, assim como o comércio transfronteiriço.

O artigo “Produção científica sobre Fronteira do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras Unioeste - 2015-2024”, de autoria de Olga Lucía Mosquera Conde e Eliane Pinto de Góes, sintetiza a produção científica sobre Fronteira do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste, no período de 2015-2024, mostrando um panorama da evolução da pesquisa interdisciplinar frente a temática.

No artigo “A Nova Casa da Direita: “Deus, Pátria, Família” e os Discursos Conservadores sobre Gênero e Sexualidade na Fronteira”, o autor Thiago Benitez de Melo propõe um estudo linguístico e cultural sobre gênero-sexualidade a partir dos discursos heteronormativos e conservadores em contexto de fronteira, os quais forçam os corpos de sexualidades dissidentes a manterem suas práticas no sigilo.

Ao final, Victor Jorge Lugnani Chamorro e Maria Elena Pires Santos trazem em seu artigo “Além das Grades e Fronteiras: compreendendo o encarceramento feminino em um contexto trinacional”, onde se encontra uma análise de como os aspectos sociais, econômicos e de segurança da tríplice fronteira — Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina) — se manifestam nas pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu e quais são os possíveis impactos na vida dessas mulheres e na metodologia de tratamento penal aplicada, denominada Unidade de Progressão (UP).

Em conjunto, os artigos que compõem o dossiê apresentam um material diversificado que dialoga de forma interdisciplinar com o tema “fronteira”. O objetivo desse dossiê é contribuir para a expansão do conhecimento nesta área, dando ampla divulgação e incentivar a pesquisa científica tanto na comunidade acadêmica, como na sociedade em geral.

Com isso, desejamos que os leitores interessados no estudo de “fronteiras” aproveitem os artigos cuidadosamente selecionados e trazidos nesse dossiê, tendo uma prazerosa leitura.

Boa leitura!

**Eric Gustavo Cardin**  
**Kelly Cardoso da Silva**

# A Resiliência da Comunidade Quilombola Apepu em Zona Fronteiriça

*Ana Caroline Alves da Cunha Dozço<sup>1</sup>*

*Marcia Dahmer de Moraes<sup>2</sup>*

**Resumo:** A história das comunidades quilombolas no Brasil é marcada pela resistência e pela preservação de identidades culturais únicas. A comunidade quilombola Apepu, localizada em São Miguel do Iguçu, próximo ao Parque Nacional do Iguçu e na fronteira com a Argentina, exemplifica essa resiliência. Descendentes de africanos escravizados, os quilombolas de Apepu enfrentam desafios socioeconômicos significativos, incluindo o acesso limitado a serviços essenciais. No entanto, mantêm vivas suas práticas tradicionais de cultivo, artesanato e música. Este artigo visa investigar como a comunidade Apepu mantém sua identidade cultural, estratégias de resistência e a importância da sustentabilidade para a comunidade, enquanto enfrenta essas adversidades. Além de explorar os aspectos culturais e desafios enfrentados pela comunidade, o estudo destaca a importância de políticas públicas inclusivas para garantir reconhecimento e apoio, contribuindo para uma compreensão mais ampla da diversidade cultural brasileira e das realidades específicas dessas comunidades. Reconhece-se não apenas sua história de resistência, mas também seu papel vital na construção de um Brasil mais inclusivo e justo.

**Palavras-chave:** Quilombola. Resiliência. Fronteira. Sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Licenciatura em História pela Universidade Cesumar. Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Cesumar. Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Cesumar. Professora de História e Arte pela Secretaria do Estado da Educação. E-mail: anacarolinedozzo@hotmail.com

<sup>2</sup> Licenciatura em Matemática pela Uniguaçu Faesi (Faculdade de Ensino Superior de São Miguel do Iguçu), Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Cruzeiro do Sul. Mestra em Ensino - PPGEn pela Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná). Professora de Ciências e Matemática pela Secretaria do Estado da Educação. E-mail: dahmerdemorais@gmail.com

# The Resilience of Quilombola Community Apepu in the Border Zone

**Abstract:** The history of the Quilombola Communities in Brazil is marked by the resistance and preservation of the unique cultural identities. The Quilombola Community Apepu, located in São Miguel do Iguaçu, near to the Iguassu National Park and to the border with Argentina, illustrates this resilience. Enslaved African descendants, the Apepu Quilombolas face significant socioeconomic challenges, including the limited access to essential services. However, they maintain alive their culture, handicraft and music traditional practices. This article aims to investigate how the Apepu Community preserves its cultural identity, resistance strategies and the sustainability importance to the community while deal with these adversities. In addition to explore the cultural aspects and challenges confronted by the Community, this study highlights the importance of inclusive public policies to guarantee the appreciation and support, contributing to a wider comprehension of Brazilian cultural diversity and to the specific realities of these communities. It recognizes not only its resistance history, but also its vital role in the construction of a more inclusive and fairer Brazil.

**Keywords:** Quilombola. Resilience. Border. Sustainability.

## Introdução

A resiliência das comunidades quilombolas em áreas fronteiriças representa não apenas um campo de estudo acadêmico, mas uma investigação profunda sobre a persistência histórica, cultural e social desses grupos no Brasil contemporâneo. Este artigo concentra-se na comunidade quilombola Apepu, localizada em São Miguel do Iguaçu, próximo ao Parque Nacional do Iguaçu e à fronteira com a Argentina. Esta comunidade é habitada por descendentes diretos de africanos escravizados que, ao longo dos séculos, conseguiram estabelecer e manter uma identidade cultural única e resiliente.

Historicamente, as comunidades quilombolas surgiram como formas de resistência à escravidão, onde os africanos escravizados

buscavam refúgio e liberdade. Apepu não é exceção, tendo sua origem nas primeiras décadas do século XX, quando afrodescendentes migraram para a região, encontrando nas matas e margens dos rios um ambiente propício para se estabelecerem. A trajetória da comunidade Apepu é um testemunho vivo da luta por reconhecimento e preservação cultural, enfrentando desafios como o acesso limitado a serviços básicos.

A trajetória de Apepu é marcada pela resiliência diante de adversidades históricas e contemporâneas. Através da preservação de práticas tradicionais de cultivo, artesanato e música, a comunidade não apenas mantém viva sua rica identidade cultural, mas também se posiciona como guardião de um legado ancestral. Em um contexto de fronteira, essas comunidades encontram-se frequentemente isoladas geograficamente, o que pode tanto proteger quanto limitar suas oportunidades de desenvolvimento socioeconômico.

A legislação brasileira reconheceu as comunidades quilombolas apenas recentemente, em 1988, e o processo de titulação de terras quilombolas ainda é um desafio contínuo. Em zonas fronteiriças, questões legais como as relacionadas à faixa de fronteira complicam ainda mais a garantia dos direitos territoriais dessas comunidades.

A pesquisa visa investigar como a comunidade quilombola Apepu mantém sua identidade cultural e estratégias de resistência, enfrentando desafios como acesso limitado a serviços básicos. O objetivo é destacar a importância de políticas públicas inclusivas para garantir o reconhecimento e apoio necessários, contribuindo para uma compreensão mais ampla da diversidade cultural brasileira e das realidades específicas dessas comunidades.

O estudo é de caráter qualitativo e exploratório, utilizando a abordagem metodológica de coletas de dados através de entrevistas, observações e análises documentais, visando compreender profundamente as dinâmicas internas e os desafios enfrentados pela comunidade quilombola Apepu.

## **A Trajetória dos Quilombos no Brasil: Resistência, Reconhecimento e Identidade**

A história das comunidades quilombolas no Brasil é uma narrativa de resistência, resiliência e identidade. Essas comunidades, formadas por descendentes de africanos escravizados que fugiram das senzalas e se estabeleceram em territórios próprios, desempenham um papel fundamental na construção da diversidade cultural e social do país. No entanto, muitas vezes, suas vozes e histórias são encontradas à margem da história oficial, relegadas à sombra do desconhecimento ou do esquecimento.

Entre os séculos XVII e XIX, o estado do Paraná recebeu um contingente significativo de escravos africanos, que foram trazidos à força para trabalhar nas plantações, lavouras e construções locais. Esses escravos, submetidos a condições desumanas durante a travessia do Atlântico em navios negreiros, e posteriormente nas fazendas e minas, desempenharam um papel crucial no desenvolvimento econômico da região. A presença africana não só impulsionou a economia paranaense, mas também deixou um legado cultural profundo e duradouro, que se manifesta na música, na culinária, nas religiões e em outras tradições culturais locais. Desta forma Mezzomo e Semprebom (2013) dialogam ainda sobre o fato de que entre os séculos XVII e XIX, o Paraná atraiu e absorveu uma parte significativa da mão de obra e da cultura de grupos humanos que, na condição de escravos, foram traficados do continente africano. Conduzidos para a América sob extrema violência e em precárias condições de sobrevivência nos porões de navios negreiros, esses africanos constituíram uma das principais forças produtivas do estado paranaense desde o século XVIII.

Os quilombos fazem parte de uma época triste da história do Brasil, e a escravidão deixou profundas marcas no país, as comunidades quilombolas foram reconhecidas oficialmente pelo estado brasileiro somente no ano 1988, principalmente pelo reconhecimento territorial por meio do artigo 68 de acordo com o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Constituição Federal “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos.” (Brasil, 1988).

Em 1740, foi estabelecida a primeira definição oficial brasileira de quilombo e foi definido como sendo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (Almeida, 2002, p. 47), isto é, expressava a importância de viver em áreas remotas para identificar

os quilombolas, junto com uma noção de enfrentamento contra a opressão enfrentada pelos negros escravizados.

Destaco que, acordo com Freitas (2011), a palavra “quilombo”, que em sua etimologia bantu quer dizer acampamento guerreiro na floresta, foi popularizada no Brasil pela administração colonial, em suas leis, relatórios, atos e decretos, para se referir às unidades de apoio mútuo criadas pelos rebeldes ao sistema escravista e às suas reações, organizações e lutas pelo fim da escravidão no País.

Os autores ainda destacam a importância que esta palavra tem para os libertos, por sua trajetória, suas conquistas e principalmente a liberdade, e quando se fala em quilombo, conseqüentemente é imaginável um local que seja habitado por negros que por muito tempo, buscou sua liberdade através de batalhas sangrentas e de fuga, para continuar suas lutas em outras frentes. As senzalas sempre foram lugar, espaços de organização de luta e políticas, pois fugir dos que os aprisionaram e os exploraram sem dúvidas foi uma das maiores formas de resistir ao sistema escravista e assim alcançar a liberdade.

Para Silva (2018), o comércio europeu de negros teve início muito antes da descoberta do Brasil, eram usados e comercializados como uma espécie de subproduto da exploração nos mares da costa ocidental africana. Nesta época iniciou-se também a colonização das ilhas atlânticas descobertas por Portugal, utilizado no Brasil o modelo parecido com o aplicado nas Ilhas da Madeira e dos Açores, conjugando monocultura açucareira e mão de obra escrava. Desta forma os quilombos, além de serem locais de refúgio na época da escravidão, também se tornaram uma forma de resistência de parte da população que até então era escravizada, que, mesmo depois de libertos, não tinham acesso a políticas públicas de assistência.

Segundo Pires (2017), os primeiros territórios quilombolas que foram reconhecidos no estado do Paraná foram Sutil e Santa Cruz localizados em Ponta Grossa, além dos quilombos Água Morna e Guajuvira localizados em Curiúva e João Surá localizado em Adrianópolis, acontecido no dia 19 de agosto de 2005. Já o quilombo Apepu, em São Miguel do Iguacu, foi certificado pela Fundação Palmares em dezembro de 2006. Segundo a Fundação Cultural Palmares, atualmente no estado do Paraná são reconhecidas 38 comunidades quilombolas, conforme informações coletadas e demonstradas na Tabela 01.

Tabela 01: Certificação Quilombola

<b>Município</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Ano da Certificação</b>
Castro	Serra Do Apon, Limitão E Mamans	2005
Ponta Grossa	Santa Cruz	2005
Ponta Grossa	Sutil	2005
Curiúva	Água Morna	2005
Curiúva	Guajuvira	2005
Adrianópolis	João Surá	2005
Adrianópolis	Sete Barras	2006
Adrianópolis	Córrego Das Moças	2006
Pinhão   Guarapuava   Reserva Do Iguaçu	Invernada Paiol De Telha	2004
Adrianópolis	Porto Velho	2006
Doutor Ulysses	Varzeão	2006
Campo Largo	Palmital Dos Pretos	2006
Guaíra	Manoel Ciriáco Dos Santos	2006
Candói	Despraído	2006
Turvo	Campina Dos Morenos	2006
Candói	Vila São Tomé	2006
Candói	Cavernoso 1	2006
São Miguel Do Iguaçu	Apepú	2006
Adrianópolis	São João	2006
Adrianópolis	Estreitinho	2006
Adrianópolis	Bairro Três Canais	2006
Bocaiúva Do Sul	Areia Branca	2006
Guaraqueçaba	Batuva	2006
Guaraqueçaba	Rio Verde	2006
Adrianópolis	Praia Do Peixe	2006
Castro	Tronco	2006
Adrianópolis	Bairro Córrego Do Franco	2006
Lapa	Feixo	2006
Lapa	Restinga	2006
Lapa	Vila Esperança De Mariental	2006
Palmas	Adelaide Maria Trindade Batista	2007
Palmas	Castorina Maria Da Conceição	2007
Ivaí	Rio Do Meio	2007
Ivaí	São Roque	2007
Palmas	Tobias Ferreira	2013
Arapoti	Família Xavier	2018



Doutor Ulysses	Gramadinhos	2023
Uraí	Casa Da Quimbanda	2023

Fonte: Adaptada do site <https://www.gov.br/pt-br>

As comunidades quilombolas em zonas fronteiriças frequentemente se encontram em áreas remotas e de difícil acesso, situadas próximas a fronteiras internacionais. Essa localização geográfica pode ser tanto uma bênção quanto uma maldição, oferecendo isolamento relativo que preserva tradições culturais, mas também limitando o acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas.

A legislação que regulamentava a zona de Faixa de Fronteiras foi alterada pela primeira vez com a Constituição de 1934, dentro do contexto do interesse do Governo de Getúlio Vargas em expandir a ocupação agrícola a Oeste do território brasileiro. Em seu Artigo 166, definiu que essa área tornarse-ia de exceção de poderes de cunho federal e sua extensão passaria para 100 km (cem quilômetros) ao longo das fronteiras. A partir desse momento, qualquer ação ou concessão de terras deveria ter anuência do Conselho Superior da Segurança Nacional, que privilegiava investimentos da iniciativa privada de capital nacional, bem como priorizava o acesso ao trabalho a brasileiros. Dessa forma, a zona compreendida até 100 km da fronteira, as devolutas poderiam ser concedidas pelo Estado do Paraná, mediante o aval do Conselho Superior da Segurança Nacional, mas o domínio continuava sendo da União, por força da segurança nacional e sanitária. Novamente, houve alteração da Faixa de Fronteira, agora pela Constituição de 1937, fixando a extensão em 150 quilômetros, agora no contexto em que o Governo Vargas debatia sobre implantação de Territórios Nacionais, cuja intenção, no Sul era criar o Território do Iguacu. Essa Constituição manteve, praticamente, todas as regras para o uso da terra e ratificou os poderes do Conselho Superior da Segurança Nacional. A Constituição de 1946 e demais constituições até a atual não mais alteraram a extensão da Faixa de Fronteiras, permanecendo em 150 km. Essa explanação sobre a “Faixa de Fronteira” faz sentido, pois muitas terras na região Oeste paranaense, dentro desse limite, como a Gleba Santa Maria, foram destinadas a pagamento pela construção de estradas de ferro. Portanto, o carácter oficial de domínio da terra,

onde surgiria o Quilombo APEPU, sob aspecto legal, tratava-se de terra localizada dentro dos 66 km da Faixa de Fronteira e deveria ser um patrimônio da União, ou seja, o título dessa terra teria que ser de propriedade Federal em sua origem. Mas, para chegar nesse entendimento, teve que ter a interpretação e a decisão do Supremo Tribunal Federal. (Colombo, 2021, p. 224-225).

A citação explora como a Faixa de Fronteira no Brasil foi moldada ao longo do tempo, especialmente sob as constituições de 1934 e 1937 durante o governo de Getúlio Vargas. A ampliação da faixa de 100 km para 150 km ao longo das fronteiras ocorreu em um período em que Vargas discutia a criação de Territórios Nacionais, como o Território do Iguazu, localizado no Sul do país. Sob o aspecto legal, as terras dentro dessa faixa, incluindo o futuro Quilombo Apepu, eram consideradas propriedade federal, sujeitas à decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à sua titularidade.

## **Apepu: Resiliência e Identidade em uma Comunidade Quilombola na Fronteira**

O estudo concentra-se na comunidade quilombola Apepu localizado a 26 km da sede do município de São Miguel do Iguazu no Oeste do Paraná (figura 1), criado em meados de 1905 e composto por 12 famílias até o ano de 2023, às margens do Parque Nacional do Iguazu e de zona fronteiriça com a Argentina. A comunidade escolheu o nome de Apepu em referência a um tipo de laranja, abundante na região e utilizada para produzir um doce típico do local. Porém, parte das árvores frutíferas deixaram de pertencer à comunidade após a criação do Parque Nacional em 1939.

Figura 01 – Comunidades Quilombolas em São Miguel do Iguaçu



Fonte: Kurschner (2013).

Segundo Carvalho (2014), para discutir a construção da territorialidade Apepú, partimos de um contexto geral da ocupação da foz do rio Iguaçu para entender as estratégias subsequentes do estado brasileiro em ocupar o oeste paranaense e os métodos utilizados. Essa região, percebida como um “vazio demográfico”, foi apropriada pela expansão da fronteira agrícola dos colonos do Sul, sendo atualmente incorporada à cadeia primária de produção agrícola industrial e do agronegócio. Ao mesmo tempo, silencia-se a diversidade de usos e ocupações das terras do oeste paranaense, incluindo assentamentos rurais, indígenas e quilombolas.

De acordo com a publicação da Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS) disponibilizada no site do Governo do Estado do Paraná (2023), “Dona Aurora Correia, filha de Djanira Rafaela e de Florentino Correia, conta que a História da Comunidade está no livro da história de Foz do Iguaçu. Seu pai, Florentino Correia, nascido em 1901, veio ainda criança, antes de 1905, para Apepú com seus pais.”

O surgimento do Quilombo Apepú, tem sua raiz na família de João e Maria Benvinda Corrêa da Cruz, migrantes do início do Século XX, afrodescendentes, que percorreram o trajeto de uma estrada recentemente construída pela organização estatal, através do Exército. Instalaram-se à margem dessa estrada, no encontro com o rio Apepú. Fixaram sua posse e,

inicialmente, praticaram a atividade econômica mais rentável daquele momento, a extração da folha de erva-mate. (Colombo, 2021, p. 239).

Um dos aspectos mais notáveis da vida em comunidade fronteiriça é a preservação de sua cultura e identidade. Essa comunidade frequentemente mantém práticas tradicionais de cultivo, apesar das dificuldades que enfrentam para o desenvolvimento de uma lavoura, para a subsistência plantam uma variedade de alimentos e o cultivo de uma horta comunitária que é utilizada para a alimentação da comunidade e também como recurso financeiro a partir da venda das hortaliças. Além da criação de porcos e galinhas.

A Comunidade Negra Rural Apepu possui um Centro Cultural, local este destinado ao artesanato, música e dança que remontam aos tempos dos quilombos originais e onde é realizada a tradicional festa de São João, uma festa importante para os moradores que é aberta para as pessoas de outras localidades. A proximidade com a fronteira muitas vezes reforça essa identidade, criando um ambiente onde a resistência histórica se mantém viva. Contudo, havendo contato com influências externas.

No entanto, a comunidade quilombola Apepu enfrenta numerosos desafios socioeconômicos. A falta de infraestrutura básica, como estradas pavimentadas, pode limitar seu desenvolvimento econômico. Além disso, questões como o acesso à saúde e à educação de qualidade podem ser significativamente prejudicadas pela distância dos centros urbanos e pela negligência governamental. A ausência de políticas públicas eficazes e de investimentos necessários para melhorar as condições de vida acentua a vulnerabilidade da comunidade, dificultando o avanço social e econômico e perpetuando ciclos de pobreza e exclusão. Para superar esses desafios, é essencial que haja um compromisso contínuo e efetivo das autoridades e da sociedade em geral para promover a inclusão e a justiça social.

Assim como Araújo e Filho (2012) argumentam, a preservação dos costumes alimentares e de outras tradições ancestrais não deve ser vista apenas como um ato idílico ou um culto aos antepassados realizados pelas comunidades quilombolas. Essas práticas são, na verdade, a maneira pela qual essas populações tradicionais asseguram sua sobrevivência e continuidade social de forma sustentável. O ambiente e a vida plena da terra que lhes pertence são essenciais para sua existência, sobrevivência e manutenção da comunidade como um território étnico-cultural com identidade própria. Portanto, essas tradições desempenham um papel

fundamental na proteção e na perpetuação da cultura e do modo de vida dessas comunidades.

De acordo com Ferrari (2019, p. 3), “é certo que nenhuma sociedade, seja econômica, política ou social, poderia organizar-se sem limites territoriais, pois as leis que organizam e regem um território nacional carecem de limites.” Questões de território são centrais para a comunidade quilombola, independentemente de sua localização. Em zonas fronteiriças, essas questões podem ser exacerbadas devido a conflitos territoriais com populações vizinhas e desafios legais relacionados ao reconhecimento e à demarcação de terras. A sustentabilidade ambiental também é uma preocupação importante, já que muitas dessas comunidades dependem diretamente dos recursos naturais ao seu redor.

Segundo Albuquerque (2018, p. 299), “nos espaços liminares desse jogo de escalas espaciais e temporais, as identidades locais são processos, relações e situações produzidas na dinâmica entre reivindicações externas e as mudanças internas nesses micros espaços de múltiplas determinações econômicas, políticas, sociais e simbólicas”. Isso fica evidente nas declarações do entrevistado Roberto Correa, que frequentemente menciona seus antecessores, indicando um sentimento de continuidade derivado das memórias dos avós através do uso da medicina tradicional, a culinária e a tradicional festa da comunidade (São João). Esse vínculo serve como uma conexão entre o presente e o passado e como um fator de preservação da comunidade. Quando questionado sobre o pertencimento à comunidade, destacou o papel de seus familiares na construção do espaço.

Para Ferreira (2006), o sentido do termo patrimônio é o da permanência do passado, da necessidade de resguardar, do desaparecimento, algo significativo no campo das identidades. Ao ser perguntado sobre como se define como quilombola, Roberto Correa explica que entende o quilombo como uma comunidade negra e a etnia afrodescendente é o elemento definidor de pertencimento.

Apesar dos desafios, a comunidade quilombola Apepu demonstra uma notável resiliência. Organizações locais e redes de solidariedade ajudam a fortalecer essa comunidade, facilitando iniciativas de desenvolvimento sustentável, educação popular e defesa de direitos humanos. A luta pela titulação de terras quilombolas e o reconhecimento de direitos ancestrais também são fundamentais para garantir a segurança e o bem-estar dessa comunidade no longo prazo.

No cotidiano, como analisa Pires (2023), as pessoas moldam o espaço que habitam e transformam os ambientes naturais, criando uma dinâmica visível na paisagem e em processos sociais mais sutis. O entorno do Parque Nacional do Iguaçu reflete essas dinâmicas, revelando como as áreas adjacentes ao parque influenciam e são influenciadas por essas interações. Este capítulo examina a formação territorial dessa região, começando pela delimitação espacial definida no plano de manejo da unidade de conservação, e prossegue explorando os ambientes e as comunidades que compõem este território de múltiplas territorialidades. O objetivo é oferecer uma visão abrangente que permita compreender a complexidade, a diversidade e as particularidades presentes neste território.

O turismo local desempenha um papel vital para a comunidade quilombola Apepu, proporcionando uma fonte significativa de renda e desenvolvimento econômico. Ao atrair visitantes interessados em conhecer a rica herança cultural, as tradições e os modos de vida quilombolas, a comunidade tem a oportunidade de gerar empregos e estimular o empreendedorismo local. Além do impacto econômico direto, o turismo também promove a valorização e a preservação do patrimônio cultural e natural de Apepu, incentivando a comunidade a manter e revitalizar suas práticas ancestrais. Além disso, o turismo sustentável pode ajudar a fomentar a conscientização sobre a importância da conservação ambiental, reforçando o papel de Apepu na proteção dos ecossistemas locais. Para que o turismo traga benefícios duradouros, é crucial que seja desenvolvido de maneira responsável e inclusiva, garantindo que os ganhos sejam equitativamente distribuídos e que a integridade cultural e ambiental da comunidade seja respeitada.

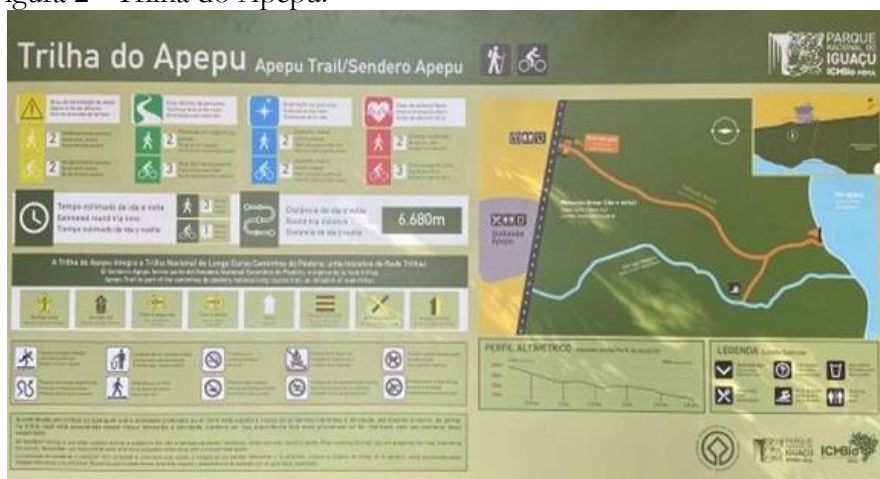
Em visita a comunidade quilombola Apepu, fui recepcionada pelo atual líder Roberto Correa onde tivemos a oportunidade de conversar sobre a relação do quilombo com o Parque Nacional do Iguaçu atualmente. Roberto demonstrou entusiasmo ao citar a inauguração da Trilha Apepu, um projeto conveniado com o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). Neste sentido, o filho de Aurora Corrêa, Roberto Correa revela que:

Era uma trilha que no passado fazia parte do Macuco Safari e foi um projeto pouco divulgado, não teve investimento e foi cancelado. A partir disto, entramos nesse processo junto com o ICMBio e tivemos o consentimento de reabrir a trilha, agora ficou aos nossos cuidados e chama-se “Trilha

Apepu”, ou seja, a Trilha Linha Martins não existe mais e espero que daqui para frente possamos organizar e fazer com que dê certo. (Entrevistado: Roberto Correa, 2024).

A Trilha Apepu inicia-se na divisa do quilombo com a floresta do Parque Nacional do Iguaçu e percorre cerca de 3.340 m mata adentro até o Rio Iguaçu, totalizando uma distância de 6.680 m de ida e volta, trajeto este que pode ser realizado de bicicleta ou a pé pelos visitantes (conforme demonstrado na Figura 2). Essas trilhas proporcionam uma imersão na natureza exuberante, com a possibilidade de observar a fauna e a flora locais, além de conhecer de perto o modo de vida tradicional dos moradores da comunidade. Durante o percurso, os visitantes podem aprender sobre as práticas sustentáveis de manejo ambiental adotadas pela comunidade, que visam à preservação dos ecossistemas locais. Além disso, a trilha conta com uma equipe de guias turísticos capacitados para demonstrar e informar sobre as espécies de animais e plantas que podem ser observados durante o percurso.

Figura 2 - Trilha do Apepu.



Fonte: a autora (2024).

Conseguí observar que para os moradores da comunidade Apepu, a trilha está ligada à sua capacidade de promover a resiliência cultural e ambiental. Pois promove a conscientização sobre a cultura quilombola e a importância da preservação ambiental, sendo projetada para minimizar qualquer impacto e preservar os ecossistemas locais, assim sendo a

conscientização sobre a cultura quilombola e a importância da preservação ambiental é fundamental para promover um desenvolvimento sustentável e inclusivo. As comunidades quilombolas, com sua rica herança cultural e conhecimento tradicional, oferecem lições valiosas sobre a coexistência harmoniosa com a natureza. Projetos voltados para a conscientização devem enfatizar práticas que minimizem o impacto ambiental e preservem os ecossistemas locais, garantindo que o desenvolvimento econômico e social não comprometa a biodiversidade. Ao valorizar e integrar os saberes quilombolas nas estratégias de conservação, é possível fortalecer a proteção ambiental, promover a justiça social e assegurar a continuidade das tradições culturais para as futuras gerações.

Em suma, a comunidade quilombola Apepu enfrenta desafios únicos devido ao seu isolamento geográfico em uma região remota e de difícil acesso, típica de comunidades quilombolas situadas em áreas fronteiriças. Esse isolamento desempenha um papel dual: por um lado, protege e preserva as tradições culturais ancestrais da comunidade, incluindo práticas agrícolas tradicionais, artesanato e celebrações religiosas. Por outro lado, limita o acesso a serviços essenciais como saúde e educação, e a oportunidades econômicas mais amplas. A criação da Trilha Apepu em parceria com o ICMBio destaca o potencial do turismo local como fonte de renda e conscientização cultural. Apepu demonstra resiliência através de iniciativas como a gestão ambiental das trilhas e a produção agrícola comunitária, fortalecendo sua coesão social e preservando sua rica herança cultural. No entanto, para alcançar um desenvolvimento sustentável pleno, é crucial o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas inclusivas que considerem as necessidades específicas das comunidades quilombolas em zonas fronteiriças, abordando infraestrutura, acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas.

Refletindo sobre futuras políticas públicas voltadas para a comunidade Apepu, utilizando os perímetros do parque ocupados pelas famílias engajadas na produção em pequena escala e em práticas agroecológicas podem criar áreas com maior diversidade biológica e social, promovendo maior crescimento econômico, aumentando a renda e a diversidade de serviços próximos, mas sem urbanizar essas áreas, formando áreas rurais com infraestrutura e motivando as pessoas a permanecerem no campo, melhorarem sua qualidade de vida e valorizarem seu trabalho. Numa perspectiva possível, estratégias integradas como práticas sociais e agrícolas de agroecologia poderiam orientar a ocupação desses perímetros como um eixo de desenvolvimento



rural agroecológico, o que também poderia integrar o turismo relacionado ao Parque Nacional do Iguaçu e à linha de cultura local.

## Considerações Finais

A comunidade quilombola Apepu, situada em São Miguel do Iguaçu, Paraná, próxima ao Parque Nacional do Iguaçu e na fronteira com a Argentina, personifica a resiliência e a vitalidade das comunidades quilombolas no Brasil. Ao longo deste estudo, exploramos os desafios enfrentados por essas comunidades em zonas fronteiriças, bem como suas estratégias de resistência e adaptação.

A comunidade quilombola Apepu, desempenha um papel crucial na preservação da história, cultura e tradições afro-brasileiras. Através de sua resistência e resiliência, os moradores da Apepu mantêm vivas práticas culturais e sociais que remontam aos tempos de seus ancestrais, proporcionando um exemplo vivo da luta pela igualdade e justiça social. Além disso, a comunidade tem um impacto significativo na proteção do meio ambiente, promovendo a sustentabilidade e a conservação da biodiversidade local. Reconhecer e apoiar a importância de comunidades como a quilombola Apepu é essencial para garantir a diversidade cultural e a inclusão social, além de reforçar o compromisso com os direitos humanos e a valorização das contribuições afro-brasileiras para a sociedade.

Apepu, cujo nome deriva de uma variedade de laranja abundante na região, tem uma história marcada pela luta pela terra e pela preservação de suas tradições culturais. Fundada por descendentes de africanos escravizados que encontraram refúgio e autonomia em terras próprias, a comunidade enfrentou e continua a enfrentar obstáculos significativos. Desde a falta de infraestrutura básica até o acesso limitado a serviços essenciais como saúde e educação de qualidade, os quilombolas de Apepu perseveram contra todas as adversidades.

No entanto, a resiliência da comunidade Apepu é claramente evidenciada em suas práticas sustentáveis de cultivo, que garantem a preservação dos recursos naturais e a manutenção de um equilíbrio ecológico essencial para sua sobrevivência. Além disso, a preservação do Centro Cultural, onde são celebradas tradições ancestrais como a festa de São João, demonstra o comprometimento da comunidade com a

valorização e transmissão de sua herança cultural. A organização comunitária também desempenha um papel crucial, fortalecendo a coesão social e promovendo uma estrutura coletiva que apoia a autonomia e o desenvolvimento sustentável da comunidade. Essas práticas não apenas asseguram a continuidade das tradições e a proteção ambiental, mas também reforçam a identidade e a coesão social de Apepu.

A proximidade com a fronteira com a Argentina amplifica tanto os desafios quanto às oportunidades para a Apepu, a localização remota protege suas tradições culturais e cria obstáculos adicionais. No entanto, essa mesma localização estratégica pode ser vista como uma vantagem, oferecendo à comunidade oportunidades únicas de intercâmbio cultural e cooperação transfronteiriça.

A importância do reconhecimento das comunidades quilombolas como Apepu vai além das fronteiras nacionais. É crucial que essas comunidades sejam valorizadas e apoiadas tanto em políticas públicas quanto na esfera internacional, para que possam continuar a desempenhar seu papel vital na preservação da diversidade cultural do Brasil e na promoção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Em suma, o estudo da resiliência da comunidade quilombola Apepu em zona fronteiriça oferece *insights* profundos sobre a capacidade humana de adaptação e resistência. Suas experiências nos ensinam não apenas sobre os desafios enfrentados por comunidades marginalizadas, mas também sobre a importância de promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social em todas as áreas fronteiriças onde essas comunidades preciosas estão enraizadas.

Este trabalho não apenas reforça a necessidade de proteger e apoiar as comunidades quilombolas como a Apepu, mas também incentiva futuras pesquisas e ações que promovam a valorização de suas histórias, tradições e direitos dentro e fora do Brasil. Ao destacar a importância dessas comunidades na preservação da cultura afro-brasileira e na contribuição para a diversidade sociocultural, este estudo serve como um chamado à ação para acadêmicos, legisladores e a sociedade em geral. É essencial que políticas públicas sejam implementadas para garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento dessas comunidades, ao mesmo tempo em que se fomenta um maior reconhecimento e respeito por suas contribuições históricas e culturais.

## Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. Identidades em territórios de fronteira: Os casos de Ceuta e Gibraltar na fronteira entre a África e a Europa. *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 285-302, maio-ago. 2018. Acesso em: 22 jul. 2024

ALMEIDA, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). **Quilombos identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV; ABA, 2002. Acesso em: 24 jun. 2024.

ARAÚJO, M. do S. G. de; FILHO, D. L. L. Cultura, trabalho e alimentação em comunidades negras e quilombolas do Paraná - DOI 10.5216/ag.v6i3.21060. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 6, n. 3, p. 113–131, 2012. DOI: 10.5216/ag.v6i3.21060. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/21060>. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 2016.

CARVALHO, L. M. APEPÚ: um Território Quilombola no Oeste do Paraná. 2014. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2014. Acesso em: 24 jun. 2024. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/5882>.

**Certificação Quilombola**. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>. Acesso em: 3 set. 2024.

COLOMBO, L. O. A origem do quilombo Apepu e a questão fundiária. **Revista Projectare**, edição v. 1 n. 11. 2021. Disponível em: [periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Projectare/article/view/21474](http://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Projectare/article/view/21474). Acesso em: 22 jul. 2024.

CORREA, Roberto. **Entrevista** concedida à Ana Caroline Alves da Cunha Dozzo em 20/julho/2024, São Miguel do Iguaçu.

FERRARI, M. Como pensar a identidade nacional em zonas de fronteira? uma análise a partir de dois conjuntos de cidades gêmeas Brasileiro-Argentinas. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 39, p. 1–18, 2019. Acesso em: 22 jul. 2024

FERREIRA, M. L. M. Patrimônio: discutindo alguns conceitos. **Diálogos**, 10(3), 79 - 88. 2006. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38967>. Acesso em: 02 set. 2024.

FREITAS, D. A. *et al.* Saúde E Comunidades Quilombolas: Uma Revisão Da Literatura. **Rev. CEFAC**. 2011 Set-Out; 13(5):937-943. Acesso em: 15 jul. 2024

KURSCHNER, Sheila Stela. Diversidade étnica e cultural no município: comunidade quilombola. Disponível em: <http://emmanuel-sheila.blogspot.com.br/2013/11/diversidade-etnica-e-cultural-no.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MEZZOMO, F.; SEMPREBOM, R. **Experiências da escravidão e formação de comunidades quilombolas no Paraná**. Sociedade e Cultura, Goiânia, v. 16, n. 1, p. 10.5216/sec.v16i1.28221, 2014. DOI: 10.5216/sec.v16i1.28221. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/28221>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PARANÁ. **Comunidade Quilombo Apepu em São Miguel do Iguaçu Pr**. PR.GOV.BR, 2023. Disponível em: [www.sudis.pr.gov.br/Noticia/Comunidade-Quilombo-Apepu-em-Sao-Miguel-do-Iguacu-Pr](http://www.sudis.pr.gov.br/Noticia/Comunidade-Quilombo-Apepu-em-Sao-Miguel-do-Iguacu-Pr). Acesso em: 22 jul. 2024.

PIRES, C. G. Conhecendo Histórias De Um Paraná Negro: A Comunidade Quilombola Apepu. 2017: **Revista Unila Extensão e Cidadania** - Temática: Educação das Relações Étnico-Raciais. Disponível em: Vista do Edição Completa ([unila.edu.br](http://unila.edu.br)). Acesso em: 10 jul. 2024.

PIRES, Fernando Carneiro. **Desenvolvimento Territorial no Entorno do Parque Nacional do Iguaçu**. 2023. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/7648>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SILVA, A. R. F. Políticas Públicas Para Comunidades Quilombolas: uma luta em construção. **Revista de Ciências Sociais**, nº 48, janeiro/junho de 2018, p. 115-128. Acesso em: 15 jul. 2024

# Vidas em território de Fronteira: A imigração paraguaia em Medianeira

*Claudimara Cassoli Bortoloto<sup>1</sup>*

*Maria Lúcia Frizon Rizzotto<sup>2</sup>*

*Marina Lima Magalhães da Cunha<sup>3</sup>*

**Resumo:** Pesquisa exploratória que investigou a mobilidade e as relações de trabalho de imigrantes paraguaios em Medianeira, Paraná, situada na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, com o objetivo de analisar as condições de trabalho e as formas de vida desses trabalhadores. Com abordagem qualitativa e quantitativa, utilizou-se de questionário semiestruturado para a coleta de dados. Os resultados revelaram que, desde 2010, Medianeira tem recebido um número crescente de imigrantes paraguaios em busca de melhores condições de vida e emprego. Historicamente, esses migrantes foram atraídos para o Brasil por oportunidades econômicas, inicialmente durante a construção da Usina de Itaipu e, posteriormente, na economia informal como laranjas e sacoleiros. O declínio dessas atividades, devido à intensa repressão dos órgãos fiscalizadores no Brasil, levou muitos paraguaios a buscar emprego nos frigoríficos, onde atuam como auxiliares de produção e pegadores de frango. Enquanto os pegadores trabalham de forma informal, os auxiliares estão formalmente empregados, mas enfrentam um modelo de trabalho taylorista-fordista, caracterizado por atividades repetitivas, alta rotatividade e baixos salários. Apesar das condições de trabalho desfavoráveis no Brasil, estas ainda são vistas como melhores do que as enfrentadas no Paraguai. Conclui-se pela necessidade de políticas públicas municipais voltadas para a população imigrante que apresenta alta vulnerabilidade.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais - UNESP Araraquara. Professora efetiva da UTFPR Medianeira e professora em colaboração técnica com o Instituto Federal de Cascavel. Membro do Grupo de pesquisa em Políticas Sociais GPPS – e Laboratório de ensino, pesquisa e extensão "Fronteiras, Estado e Relações Sociais" LAFRONT. Email: [claudibortoloto@yahoo.com.br](mailto:claudibortoloto@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Professora Sênior na Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná), com Graduação em Enfermagem (1982). Atualmente vinculada ao Programa de Mestrado e Doutorado em Biociências e Saúde (Unioeste/Cascavel) e Mestrado em Saúde Pública em Região de Fronteira (Unioeste/Foz do Iguaçu). Desenvolve atividades de ensino e pesquisa nas áreas de Política, Planejamento e Gestão em Saúde; imigração; agrotóxicos e saúde; Organismos Internacionais. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Sociais (GPPS), Email: [marialuciarizzotto@gmail.com](mailto:marialuciarizzotto@gmail.com)

<sup>3</sup> Graduanda em Engenharia Elétrica da UTFPR Medianeira. Email: [mlima2302@gmail.com](mailto:mlima2302@gmail.com)

**Palavras- chave:** Imigração paraguaia, Medianeira, fronteira, frigoríficos.

## Lives in Border Territory: Paraguayan Immigration in Medianeira

**Abstract:** This exploratory research investigated the mobility and labor relations of Paraguayan immigrants in Medianeira, Paraná, located in the tri-border region between Brazil, Paraguay, and Argentina, with the objective of analyzing the working conditions and lifestyles of these workers. Using a qualitative and quantitative approach, data were collected through semi-structured questionnaires. The results revealed that since 2010, Medianeira has received a growing number of Paraguayan immigrants seeking better living conditions and employment. Historically, these migrants were attracted to Brazil by economic opportunities, initially during the construction of the Itaipu Dam and later in the informal economy as transporters and informal traders. The decline of these activities, due to increased repression by regulatory agencies in Brazil, led many Paraguayans to seek jobs in cold stores, where they work as production assistants and chicken catchers. While the catchers work informally, the assistants are formally employed but face a Taylorist-Fordist work model, characterized by repetitive tasks, high turnover, and low wages. Despite the unfavorable working conditions in Brazil, these are still seen as better than those in Paraguay. The study concludes with the need for municipal public policies targeting the highly vulnerable immigrant population.

**Keywords:** Paraguayan immigration, Medianeira, border, Cold stores

### Introdução

Em 2022 e 2023 foi realizada uma pesquisa para mapear o perfil dos imigrantes que viviam no município de Medianeira/PR, com o objetivo de identificar se esse município, localizado próximo à região de fronteira, tem atraído novos fluxos migratórios e qual o papel dos frigoríficos nesse processo. O projeto foi desenvolvido em parceria com o município, por meio da Secretaria de Assistência Social, que forneceu dados do Cadastro

Único (CadÚnico), além de levantamento realizado no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação, do Governo Federal, que disponibiliza dados sobre os imigrantes. Assim, o artigo busca analisar as relações de trabalho e as formas de vida de trabalhadores paraguaios, considerado o maior grupo migratório em Medianeira até 2023. Esses imigrantes, por estarem em uma região fronteiriça, utilizam de mecanismos de mobilidade que escapam ao controle do Estado.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, com coleta de dados realizada entre agosto de 2022 a fevereiro de 2023, utilizando um questionário semiestruturado com 35 perguntas abertas e fechadas. A amostra contou com 138 imigrantes, dos quais 53 eram paraguaios, recorte desse artigo. O artigo se divide em duas partes, primeiramente, discute-se o panorama da imigração paraguaia em Medianeira, estabelecendo diálogos com o conceito de fronteira para compreender as vivências dos imigrantes paraguaios no Brasil. Na segunda parte, aborda-se os dados coletados junto aos imigrantes paraguaios no município, com ênfase em aspectos das relações de trabalho próprias do sistema produtivo dos frigoríficos.

## **Emergência e desenvolvimento da noção de fronteira**

As fronteiras não são apenas demarcações geográficas, mas também espaços de vivências sociais que transcendem os mecanismos de controle sobre os sujeitos que vivem em territórios transfronteiriças (Rodriguez, 2015). Segundo o autor, os termos "limites" e "fronteiras" não possuem significados uniformes ao longo da história, sendo seus usos dependentes dos contextos sociais. Não existe uma definição universalmente aceita para "fronteira", pois ela pode se referir tanto a um espaço geográfico quanto a situações sociais, sendo seu significado determinado pelos objetos e temas a ela associados. Assim, a fronteira pode ser vista como um espaço geográfico-social de interações diversas.

Os limites, por outro lado, são instrumentos de controle do poder estatal, demarcando a autoridade e a diferenciação socioespacial em relação ao povo que ocupa essas regiões. Assim, o limite é o princípio e o fim de um espaço geográfico diferenciado e dominado por um grupo social, identificado pela sua relação com o território nacional.

Colognese e Cardin (2014), ao discutir o conceito de fronteira, destaca que este assume diferentes significados dependendo da área de estudo. Na sociologia, remonta aos séculos XVII e XVIII, com

preocupações sobre os fenômenos humanos, seus limites e diferenças. Na antropologia, o interesse recai sobre as implicações identitárias, simbólicas e culturais das fronteiras. A etimologia da palavra sugere um território delimitado, cujas margens remetem a um centro, e a fronteira seria sua borda, pressupondo a existência de outros. Assim, a fronteira, ao demarcar o contato entre diferentes, torna-se um espaço privilegiado para a manifestação de interações, sejam elas relacionais ou conflituosas (Colognese, e Cardin, 2014).

Silva (2018) revisa o conceito de fronteira, destacando sua transformação diante das novas concepções de território. A autora enfatiza que fronteiras não são mais vistas apenas como limites nacionais, mas como espaços de práticas culturais híbridas e conflitantes. Tais áreas refletem a tensão entre a diversidade cultural e a homogeneização imposta pela globalização capitalista, que visa padronizar a produção e o consumo, exacerbando desigualdades sociais e econômicas.

Nos séculos XIX e XX, as fronteiras serviram como instrumentos de demarcação territorial dos Estados nacionais, úteis para os desenhos estratégicos de poder imperial. Ao discutir a origem do termo "fronteira", Rodriguez (2015) ressalta que o conceito foi inicialmente usado no século XI como um termo militar, com o propósito de defesa dos reinos. Posteriormente, passou a ser utilizado para demarcar territórios colonizados, tendo a Igreja Católica um papel importante nessa demarcação, tanto ideológica quanto territorial, além de organizar social e economicamente as zonas de fronteira.

Sobre a vida nas fronteiras, Cardin (2015) ressalta que há diversas formas de vivê-la, muitas vezes despercebidas pela maioria dos trabalhadores que nelas habitam. Cotidianamente, esses sujeitos experimentam a mobilidade na fronteira como parte de sua rotina. Para os moradores das comunidades fronteiriças, essa mobilidade é naturalizada, incorporada às estratégias essenciais para o desenvolvimento de suas práticas sociais. Como afirma Cardin (2014, p. 43), “A fronteira corresponde a um elemento presente e constante na vida e nas estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos sujeitos que vivem na e da fronteira.” Nessa perspectiva, Schallenberger (2014) define a fronteira como um espaço humanizado, onde diferentes sociedades se situam e constroem suas histórias. Os territórios apropriados por diversos grupos refletem a concretização de culturas que moldam suas espacialidades e temporalidades, transformando o espaço em território cultural.



Silva (2018) ressalta que, com a globalização, as fronteiras passaram a ser reavaliadas para incluir dinâmicas culturais e sociais que transcendem barreiras rígidas. Elas são agora entendidas como espaços permeados por práticas culturais diversas, tornando-se locais de interação e tensão entre o global e o local.

Em face disso, existe uma imposição jurídica por parte dos Estados nacionais que nem sempre alcança os sujeitos que vivem e se deslocam nas fronteiras. Muitos trabalhadores ignoram as normas, como é o caso de muitos paraguaios que vivem no município de Medianeira, o que os coloca em situação de vulnerabilidade com consequente submissão à relações de trabalho precários.

## **Imigrantes na Tríplice Fronteira: Brasil, Paraguai e Argentina**

Existe um consenso entre pesquisadores, como Sala e Carvalho (2008) e Valentino (2018), de que a Guerra da Tríplice Aliança (1864–1870) foi um marco decisivo para a emigração paraguaia ao Brasil. O conflito causou grandes impactos demográficos e econômicos, gerando uma crise prolongada que incentivou a busca por oportunidades fora do país. As mudanças políticas no período pós-guerra também alteraram a estrutura social, intensificando o deslocamento populacional.

Na região da tríplice fronteira, autores como Catta (2003) e Cardin (2011) destacam o impacto da construção da Usina de Itaipu, que atraiu imigrantes. Após o fim da obra, houve a incorporação de muitos trabalhadores ao comércio informal entre Brasil e Paraguai, como sacoleiros e laranjas<sup>4</sup>. Esses trabalhadores, marginalizados pela imprensa e por instituições como a Receita Federal, sofreram crescente repressão a partir de 2004, com fiscalização intensificada e estigmatização de suas atividades. Além da marginalização sofrida por esses trabalhadores, a repressão causava sérios impactos em suas vidas, pois conforme indica Cardin (2011), as sucessivas

---

<sup>4</sup> De acordo com Davi (2008) laranjas são trabalhadores contratados para transportar mercadorias importadas ilegalmente, ajudando sacoleiros a passar produtos pela fronteira entre Brasil e Paraguai. Eles atuam em troca de dinheiro, enfrentando riscos como a apreensão de bens ou penalidades legais. Já os sacoleiros são aqueles que compram mercadorias no Paraguai e as revendem em várias regiões do Brasil. Eles podem atuar sozinhos ou contar com a ajuda de laranjas para atravessar produtos pela fronteira.

apreensões de mercadorias resultavam em perdas financeiras, eliminando o investimento feito na aquisição dos produtos.

Cardin (2011), observa que essa marginalização foi reforçada por acusações de concorrência desleal e associação ao contrabando. Esse autor ressalta ainda outro fator que interferiu na diminuição das atividades de trabalhadores, como laranjas ou sacoleiros, que foi a abertura do mercado nos anos 1990 e o avanço do neoliberalismo que desregulamentou as relações de trabalho, flexibilizando as leis trabalhistas. A emergência do neoliberalismo tem impactado as condições de vida de todos os trabalhadores, mas de maneira mais intensa aqueles à margem do sistema formal de trabalho, como os laranjas e sacoleiros. Pobreza, desemprego e exclusão são reflexos dessas transformações impostas ao mundo do trabalho. A adesão do Brasil, sem restrições, à dinâmica do capitalismo internacional, no início dos anos 1990, teve como uma de suas consequências a necessidade de adaptação das relações de trabalho à organização produtiva estabelecida nos países centrais.

Os trabalhadores que participaram da construção da Usina de Itaipu ficaram desempregados, o que fez da economia informal uma alternativa para uma parcela significativa da população, ampliando-se nas décadas seguintes, especialmente nos anos de 1990. O desemprego era atribuído a uma massa de trabalhadores desqualificados que chegaram à região, primeiramente na extração de recursos naturais, como o desmatamento, depois na exploração da erva-mate, em maior número na construção da usina e, por fim, no comércio com o Paraguai.

Fiorotti (2022), ao discutir as dinâmicas de trabalho e a informalidade na fronteira entre Brasil e Paraguai, ressalta que o contrabando influencia a identidade cultural das pessoas que vivem na fronteira, criando uma relação complexa entre os trabalhadores e práticas ilegais, muitas vezes vistas como formas legítimas de sobrevivência. A atuação intensiva do Estado e de órgãos fiscalizadores contra o comércio de mercadorias no Paraguai, como destaca Cardin (2011), intensificou-se desde 2004 e se manteve nas décadas seguintes. Esse processo pode ter reduzido atividades como o trabalho de laranjas e o consumo de mercadorias no Paraguai, mas não resultou na sua extinção, como demonstram as fiscalizações da Polícia Federal e as constantes práticas de contrabando e descaminho, termos utilizados pelos órgãos repressores.

Dados de diversas fontes da imprensa, como G1 (2024c), Rádio Cultura (2024) e outros, indicam que práticas como a existência de distribuidoras em cidades vizinhas ou em Foz do Iguaçu, o armazenamento

para redistribuição de mercadorias em várias partes do país, o uso de veículos para transporte, além da contratação de laranjas para transportar mercadorias de moto até rodoviárias, de onde seriam enviadas de ônibus para outros municípios ou estados, continuam recorrentes.

Motociata do contrabando: o milionário esquema de transporte clandestino na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Contrabandistas aproveitam horário de maior movimento na Ponte da Amizade, entre a Cidade do Leste, no Paraguai, e Foz do Iguaçu, no Brasil. Os "laranjas" vão nas garupas das motos com as mercadorias, e alguns tentam fugir já no posto de fiscalização, no lado brasileiro. A maior parte das mercadorias que entram aos poucos no país com as motos é transferida para ônibus, com destino a outras cidades e estados. Outra estratégia dos contrabandistas é de só carregar a maior parte da mercadoria já na estrada. Nos últimos anos, os cigarros eletrônicos têm sido um dos produtos mais contrabandeados para o país. De 2020 até maio deste ano, o número de apreensões cresceu mais de 12 mil vezes (G1, 2024c).

Um dos veículos parados na blitz, a 258 km de Foz do Iguaçu, trazia mais de 44 mil dólares (quase R\$ 240 mil) em contrabando. Cigarros eletrônicos, celulares e até drogas são transportados. Quase 6 mil veículos apreendidos na tríplice fronteira lotam pátio da Receita Federal em Foz do Iguaçu. Maioria foi usada em contrabando de produtos do Paraguai e Argentina. Só de janeiro a agosto, foram apreendidos mais de dois mil veículos, segundo Receita Federal (G1, 2024d, p. 01).

Durante fiscalização, Receita Federal apreende mais de 300 itens em distribuidoras de Foz e Matelândia (Rádio Cultura, 2024, p. 01).

As matérias acima indicam que o contrabando é um tema recorrente nas reportagens, sempre relacionado ao descaminho, ambas atividades consideradas “fora da lei”. Cardin (2011) já havia apontado o estigma imposto pela imprensa a esses trabalhadores. A mídia, no entanto, não explora as histórias das pessoas afetadas pela fiscalização, não investigando as razões que as levam a exercer tais atividades.

Para Fiorotti (2022), o contrabando é um fenômeno social e econômico profundamente enraizado nas dinâmicas das regiões fronteiriças.

Ele não se limita a ser uma prática ilegal, mas funciona também como uma estratégia de sobrevivência para trabalhadores marginalizados e populações locais em condições de precariedade econômica. A autora enfatiza que o contrabando na fronteira entre Brasil e Paraguai está diretamente ligado à informalidade, à ausência de alternativas de emprego formal e às desigualdades econômicas que impactam essas áreas.

O conceito de contrabando, segundo Fiorotti (2022), é ambíguo: ao mesmo tempo em que é criminalizado pelo Estado, é legitimado pelas condições de vida de quem o pratica como meio de subsistência. Seu estudo aborda o contrabando como um fenômeno complexo, com dimensões sociais, culturais e políticas que vão além da mera transgressão legal.

O trabalho dos laranjas está intimamente relacionado ao trabalho informal e à constante busca pela sobrevivência. Cardin (2011) destaca que essas relações de trabalho eram comuns na fronteira, acentuando-se a partir dos anos 1990, quando o desemprego em Foz do Iguaçu levou muitos moradores a buscar no comércio de mercadorias no Paraguai uma forma de sustento. Grande parte das famílias da região tinha algum membro envolvido nessas atividades. O ponto central do estudo de Cardin foi analisar as atividades de sacoleiros e laranjas à luz das mudanças no mundo do trabalho, especialmente o crescimento da informalidade e a precarização das condições laborais. Segundo ele, transportar e revender mercadorias importadas são práticas ilegais, mas, na maioria dos casos, vistas como alternativas legítimas para obter renda.

Esse fenômeno voltou a se intensificar durante a pandemia de Covid-19, quando as apreensões aumentaram significativamente. Em um período de grave crise econômica, essas atividades tornaram-se essenciais para garantir a sobrevivência de muitos, num contexto em que o Estado não fornecia soluções eficazes. Várias matérias de jornais regionais destacaram esse cenário durante a pandemia a exemplo de: “Contrabando na fronteira com o Paraguai cresce 232%, dizem Receita e PF. Aumento foi registrado em março, primeiro mês da quarentena, em relação ao mesmo período de 2019. Somente em cigarros foram apreendidos mais de US\$ 7 mil”. (Motta, 2020, p. 01).

Além disso, situações de contrabando mais complexas como drogas, cigarros, pneus e agrotóxicos também mobilizam um comércio milionário, que tem nos laranjas presas de fácil engajamento devido a maior rigorosidade em relação a fiscalização, em que muitos vão presos e a eles são atribuídas as responsabilidades:

Paraná é o 3º estado que mais apreendeu agrotóxicos contrabandeados nos últimos 5 anos, diz Receita Federal. O Paraná é o terceiro estado que mais apreendeu agrotóxicos contrabandeados nos últimos cinco anos no país, de acordo a Receita Federal. De 2017 a agosto de 2022, o estado apreendeu R\$ 9.114.028,72 em materiais ilegais. O estado fica atrás apenas do Rio Grande do Sul, que lidera o ranking com R\$ 16.522.019,65 em apreensões e Mato Grosso do Sul, com R\$15.789.193,11. 'Porta de entrada' no Paraná: A região de Foz do Iguazu, no oeste do Paraná, concentra mais de 80% das apreensões feitas no estado. (Giombelli, 2022, p. 01).

Apreensão de agrotóxico cresce 1.300% e inunda lavouras da região (Paro, 2021, p. 01).

Da mesma forma, o contrabando de pneus, que pelo alto valor estimulam as importações ilegais e revenda no Brasil, constantemente noticiados na mídia local.

Receita Federal apreende quase 19 mil pneus importados ilegalmente em dois anos na fronteira entre Brasil e Paraguai. Alguns criminosos colocam um pneu dentro do outro durante transporte para o Brasil. Uso de item pode causar riscos. Entenda. Conforme a receita, os contrabandistas trazem os pneus de diversas formas. Alguns rodando nos próprios veículos, as vezes com até mais de um em uma mesma roda. Também são utilizados barcos para trazer o produto, através do lago de Itaipu. (Moraes e Freire, 2023, p. 01).

Além disso, o tráfico de drogas, devido à sua complexidade e às penalidades mais severas, oferece aos laranjas um pagamento mais elevado pelo transporte, o que se torna um atrativo significativo para aqueles em situação de vulnerabilidade social.

PF combate tráfico internacional de drogas e contrabando de cigarros. Operação visa desarticular grupo criminoso especializado no tráfico internacional de drogas e contrabando de cigarros que atua na região oeste do estado. A investigação foi iniciada em novembro de 2019, a partir de apreensão de aproximadamente 168 kg de maconha remetidos desta região de

fronteira para a cidade de Joinville/SC, por meio de empresa transportadora. Durante a investigação, verificou-se que o grupo criminoso internalizaria os ilícitos através do Lago de Itaipu em portos clandestinos na região de Santa Helena/PR e estaria relacionado com outras ocorrências de tráfico internacional de drogas e também de contrabando de cigarros. Nessas ocorrências, foram presos três indivíduos e apreendidos cigarros contrabandeados, cerca de 300 kg de maconha e três veículos utilizados para o transporte dos ilícitos. Os investigados supostamente cometeram os crimes de tráfico internacional de drogas e de associação para o tráfico internacional, bem como de contrabando. Se condenados, poderão receber penas de até 46 anos de prisão. O nome da operação faz referência ao modo utilizado, pelo grupo criminoso, de envio de maconha por meio de empresas transportadoras (Brasil, 2023, p. 01).

Até os anos 2000, as condições de trabalho na trílice fronteira, especialmente no município de Medianeira, eram pouco debatidas. Contudo, estudos mais recentes, como o de Bortoloto *et al.* (2021), revelam um aumento significativo de paraguaios na indústria de frigoríficos em Medianeira, principalmente a partir de 2010.

Dados da Polícia Federal de 2014 indicavam que o número total de paraguaios registrados no sistema de migração em Medianeira era de 53, sendo 20 mulheres e o restante homens. Em 2024, os dados mostram a presença de 127 paraguaios, dos quais 67 são mulheres e 60 são homens (Brasil, 2024). Vale ressaltar que esses números são baseados em dados oficiais, resultantes do controle estatal da mobilidade na fronteira, e não representam a dinâmica real da região, que provavelmente conta com uma quantidade bem maior de imigrantes. Exemplo dessa discrepância é a quantidade de imigrantes identificados pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), que em 2022, tinha 668 imigrantes cadastrados, dos quais 371 eram paraguaios. Já os dados de 2023, emitidos pela Polícia Federal, indicavam menos imigrantes, totalizando 265 entre todas as nacionalidades (Brasil, 2024).

A intensificação da fiscalização repressiva ao comércio entre Brasil e Paraguai pode ser um fator comum para explicar a migração de trabalhadores, que anteriormente atuavam como laranjas, para o setor de frigoríficos em Medianeira, uma atividade que demanda grande quantidade de mão de obra.

Entre as funções exercidas por trabalhadores paraguaios no Brasil, apesar da repressão, destacam-se as relacionadas ao comércio entre os dois países, como no caso dos sacoleiros e laranjas, conforme apontado por Cardin (2011). Além disso, segundo Ferreira e Cardin (2022), muitas mulheres paraguaias se deslocam para trabalhar em atividades domésticas no município de Foz do Iguaçu, Bortoloto *et al.* (2021) indicaram a presença crescente de paraguaios no setor de frigoríficos.

A migração de paraguaios para o Brasil deve ser entendida dentro da conjuntura daquele país, marcada pela devastação causada pela Guerra da Tríplice Aliança, pela concentração fundiária, pelo empobrecimento de grande parte da população e por um processo industrial pouco atrativo, que não tem conseguido garantir emprego para uma parcela significativa da população. Um artigo da BBC News Brasil (2023, p. 01) destacou a situação política e econômica recente do Paraguai.

Desde que o Paraguai emergiu de 35 anos da ditadura do general Alfredo Stroessner, em 1989, crises políticas, corrupção e problemas econômicos marcaram sua frágil democracia. Cerca de um quarto dos paraguaios vive abaixo da linha de pobreza nacional, o que faz com que o país tenha grandes desafios sociais, entre eles moradia - quase a metade dos paraguaios vive em moradias inadequadas. Grande parte das terras no Paraguai pertence a um pequeno número de indivíduos, e sucessivos governos têm sido lentos em implementar uma reforma agrária.

Essa realidade explica por que os imigrantes paraguaios passaram a vender sua força de trabalho na região fronteiriça, como no município de Medianeira, onde grande parte da atividade econômica depende do setor de frigoríficos de suínos e aves. Esse setor é caracterizado por uma organização produtiva baseada nos princípios do fordismo/taylorismo, com processos de trabalho mecânico, repetitivo e com alta rotatividade de trabalhadores. Os paraguaios se inserem nesse contexto, e, como veremos, o setor de frigoríficos se tornou uma das principais áreas de incorporação produtiva para esses trabalhadores.

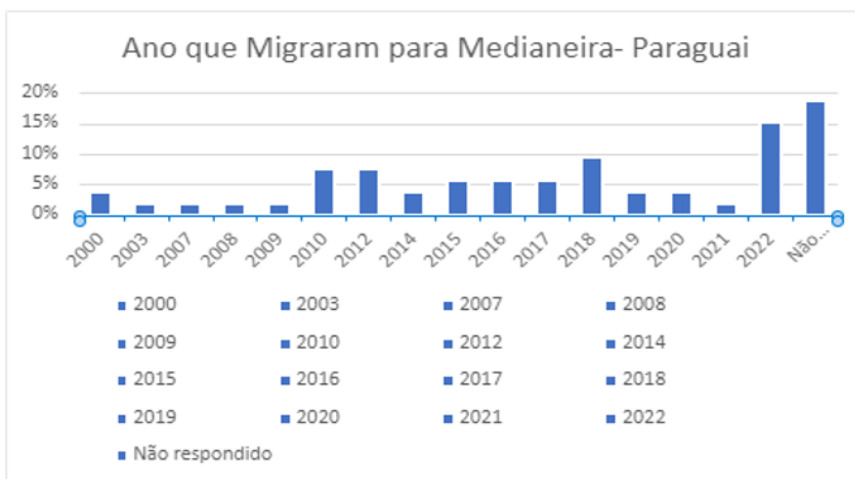
No entanto, a presença de paraguaios em Medianeira é relativamente recente. Bortoloto *et al.* (2021), ao estudarem os principais grupos migratórios na cidade, destacam que, além dos frigoríficos, que podem atrair mão de obra estrangeira, Medianeira está estrategicamente localizada próxima à região da tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. Embora a

cidade não seja um grande polo industrial, nota-se a chegada de novos fluxos migratórios, como paraguaios, venezuelanos e haitianos, o que reforça tanto a importância dos frigoríficos quanto a localização fronteiriça como fatores impulsionadores desse processo.

Sala e Carvalho (2008) destacam que a imigração paraguaia para o Brasil atingiu seu pico na década de 1990, com o Paraná sendo a região que mais recebeu esses imigrantes, abrigando quase 40% da população imigrante paraguaia no País. Os dados dos censos indicam que as mulheres paraguaias migraram em maior número para o Brasil nos anos 1980, enquanto, na década seguinte, a migração de homens e mulheres se equilibrou. A industrialização das regiões fronteiriças no Paraná e em Santa Catarina, junto com as relações comerciais entre as fronteiras e as maiores oportunidades de trabalho para mulheres paraguaias no serviço doméstico no Brasil, explicam o aumento do fluxo migratório para essas áreas limítrofes. Em busca de melhores condições de vida, como moradia, segurança e emprego, muitos paraguaios têm optado pela migração. Nesse contexto, Medianeira, uma cidade próxima à fronteira e vizinha a Foz do Iguaçu, tem registrado um número expressivo de imigrantes paraguaios, sobretudo a partir de 2010, conforme mostra o gráfico 1.

**Gráfico 1:** Dados da migração de paraguaios, segundo o ano de ocorrência. Medianeira, 2023





**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

O gráfico 1 evidencia o período de imigração da população entrevistada, mostrando uma presença tímida de imigrantes nos anos 2000, com um crescimento expressivo a partir de 2010, especialmente nos anos de 2018 e 2022. A pesquisa de campo revelou que muitos dos imigrantes apontam a situação econômica desfavorável do Paraguai como um dos principais motivos para migrarem para Medianeira, sendo o desemprego em seu país de origem um fator decisivo. Bortoloto *et al.* (2021) destacam que o Paraguai não implementou políticas que incentivassem a permanência de sua população, concentrando-se em abrir suas fronteiras para imigrantes, desde a conhecida Guerra do Paraguai.

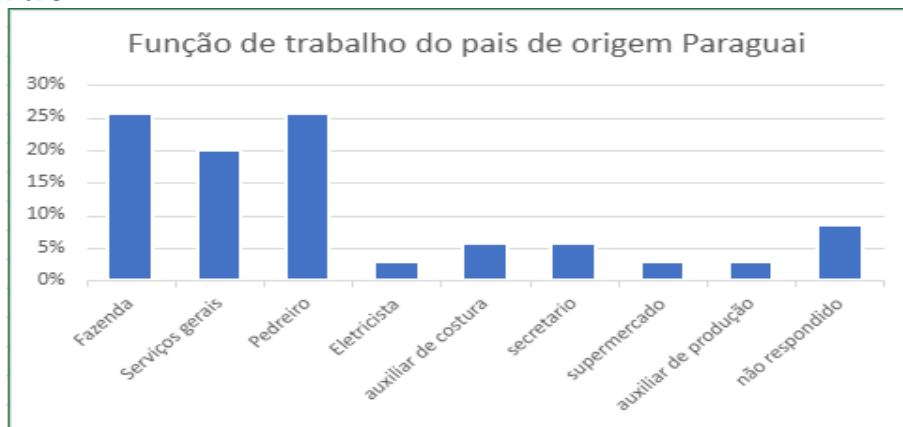
Estudos sugerem que essa abertura das fronteiras para imigrantes no Paraguai está associada à facilidade de aquisição de terras, favorecendo estrangeiros em detrimento de políticas voltadas para os cidadãos paraguaios. Entre esses imigrantes, os brasileiros se destacam, levando para o Paraguai a cultura do agronegócio, modelo marcado pela monocultura, uso de pesticidas e fertilizantes, que fizeram do Brasil um dos maiores produtores de grãos do mundo e um dos maiores consumidores de agrotóxicos. Esse mesmo modelo caracteriza regiões no Paraguai, que podem ser vistas como uma extensão do Brasil (Albuquerque, 2005).

A pesquisa também identificou que muitos paraguaios migraram devido à pobreza e à falta de oportunidades em zonas agrícolas onde predominam pequenas propriedades rurais, que não conseguem competir com o processo de concentração de terras semelhante ao que ocorreu no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 com a denominada revolução verde.

Muitos dos imigrantes eram trabalhadores sazonais em áreas agrícolas e enfrentavam condições de extrema pobreza, o que fez do Brasil, especialmente a região de fronteira, uma opção para melhorar suas condições de vida.

Os dados apresentados no gráfico 2 revelam que o termo "fazenda" está relacionado ao trabalho agrícola ou no campo. Além disso, eles mencionam outras atividades, como serviços gerais e construção civil, especialmente na função de pedreiro. A maioria daqueles que trabalhavam em atividades rurais o fazia para grandes proprietários de terras ou em pequenas propriedades onde suas famílias residem.

**Gráfico 2:** Tipo de atividade desempenhada no país de origem. Medianeira, 2023.



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

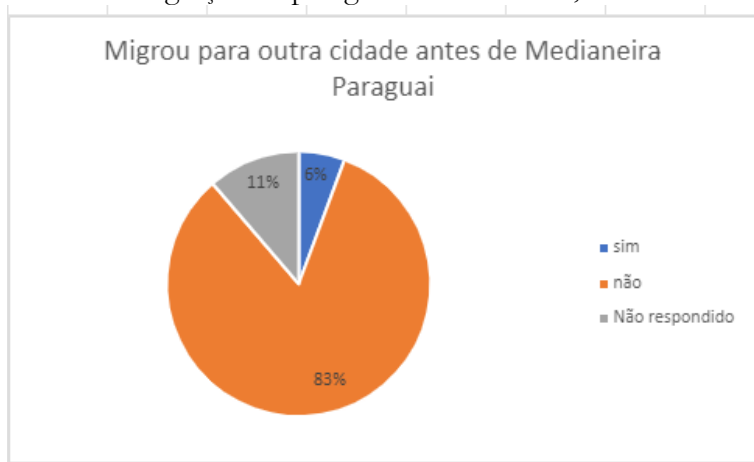
É interessante observar que nenhum entrevistado mencionou o trabalho relacionado ao transporte ilegal de mercadorias (laranjas). Isso pode indicar o afastamento dessa atividade devido às diversas formas de repressão enfrentadas no Brasil, que desestimulam muitos a se envolverem, além da tendência de ocultação dessa prática, marcada não apenas pela repressão, mas também pelo estigma de contrabandista a ela associado. Autores como Cardin (2011) e Davi (2008) mostraram como os trabalhadores na fronteira entre Brasil e Paraguai estão inseridos em um contexto de precarização e marginalização. Esses autores ressaltam que essas categorias de trabalhadores não são homogêneas e representam uma luta contínua por sobrevivência, identidade e reconhecimento em um mercado de trabalho informal e precarizado. Durante as entrevistas, ao serem questionados sobre as atividades que realizavam no país de origem, os participantes não mencionaram qualquer vínculo com essas práticas. Em vez disso,

responderam de forma enfática sobre suas experiências como pedreiros e agricultores, evidenciando a pobreza e a desvalorização a que estavam submetidos nessas funções. Esses fatores foram destacados como os principais impulsionadores do processo migratório para Medianeira.

A precariedade das condições de trabalho é evidente e reflete a história do Paraguai, que ainda não conseguiu integrar plenamente sua população às políticas de desenvolvimento. Isso fica claro quando se observa que muitos dos entrevistados, vivendo em moradias inadequadas em bairro de Medianeira, estavam trabalhando sem carteira assinada em atividades como pegadores de frango, ou recebendo apenas o salário mínimo nas indústrias frigoríficas. Mesmo assim, 91% dos entrevistados afirmaram que a qualidade de vida no Brasil é superior à que tinham no Paraguai.

A localização de Medianeira, próxima à fronteira, também evidencia que esses imigrantes se dirigem diretamente ao município, sem passar por outros lugares antes de migrar, o que indica que a migração para Medianeira tem um propósito direto e específico. O gráfico 3 mostra que 83% dos entrevistados saíram do Paraguai diretamente para Medianeira.

**Gráfico 3:** Rota e migração de paraguaios. Medianeira, 2023

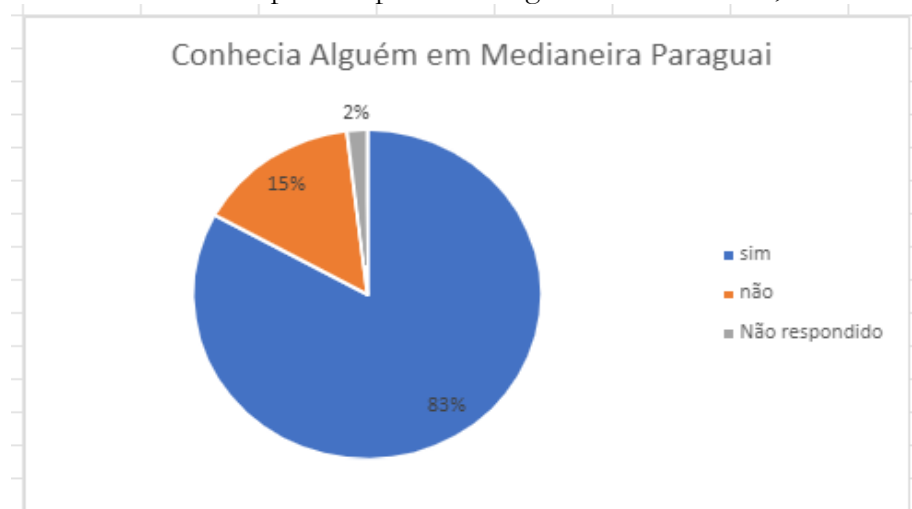


**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

Esses dados também são explicados pelas redes de apoio, que desempenham um papel fundamental na migração da maioria dos paraguaios para Medianeira, com destaque para os laços familiares e de amizade. Bortoloto (2021) sublinha a relevância dessas redes no processo migratório, que podem ser de natureza familiar, étnica ou institucional. No caso dos

paraguaios, mais de 60% mencionaram familiares ou amigos como parte integrante dessa rede de apoio (gráfico 4).

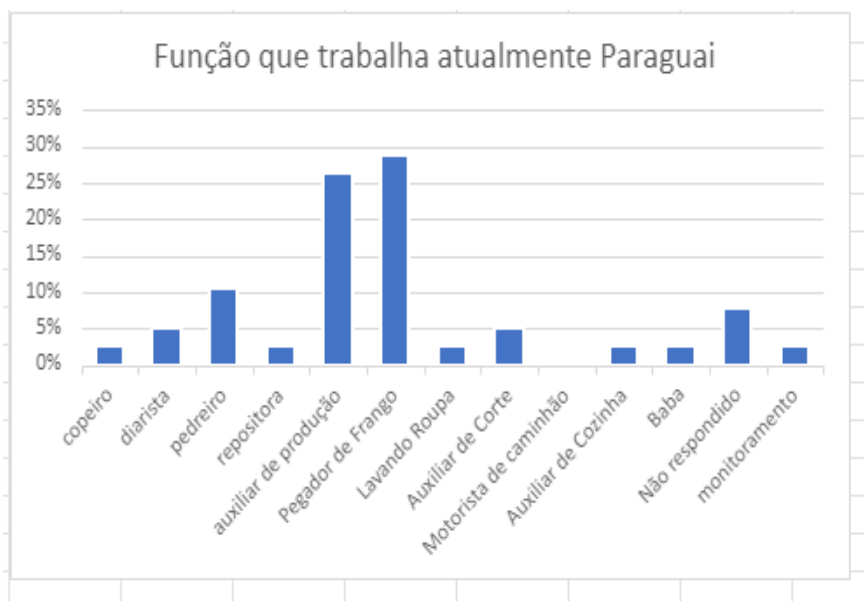
**Gráfico 4:** Rede de apoio no processo migratório. Medianeira, 2023



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

A migração recente de paraguaios para Medianeira, como discutido anteriormente, ocorre em um cenário diferente das migrações anteriores. Ao invés de se dedicarem a atividades como trabalho doméstico ou "laranjas", os paraguaios agora estão inseridos na cadeia produtiva de proteínas, assim como outros grupos de imigrantes, como venezuelanos e haitianos, que formam um exército de reserva para essa indústria. O gráfico 5 ilustra as principais atividades produtivas realizadas por esses imigrantes atualmente em Medianeira.

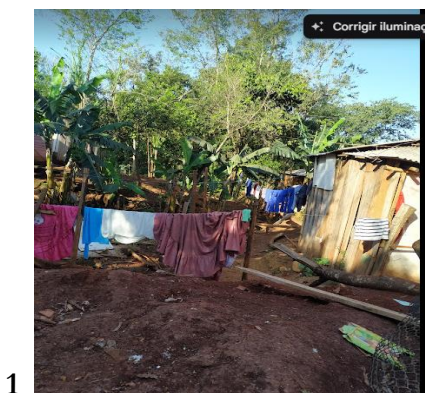
**Gráfico 5:** Tipo de trabalho que desempenhava no momento da pesquisa. Medianeira, 2023



Fonte: Dados da pesquisa de campo

A pesquisa revelou que 74% dos paraguaios entrevistados estavam empregados, sendo que 51% possuem carteira assinada. Segundo informações locais, Medianeira alcançou a 25ª posição entre as cidades do Paraná que mais geraram empregos em 2023, com a maioria das vagas provenientes do setor de frigoríficos (Guia Medianeira, 2023). No setor formal, trabalhadores que atuam como auxiliares de produção e corte têm carteira assinada, conforme exige a legislação trabalhista. Entretanto, aqueles que trabalham como pegadores de frango, atividade mais comum entre eles, estão em situação irregular e não possuem registro formal. Essa realidade é também observada entre os paraguaios residentes no bairro Pedreira, uma ocupação informal conhecida como Buraco Quente, estigmatizada pela vulnerabilidade social e pelas precárias condições de vida, onde a maioria dos moradores é paraguaia.

**Figura 1** - Fotos do bairro Pedreira, local de residência de imigrantes paraguaios. Medianeira, 2023



1



2



3



4

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Até o momento da pesquisa, a ocupação se encontrava em situação irregular e sem o devido suporte do município. Embora serviços como água, eletricidade e visitas de agentes de saúde de um bairro vizinho chegavam ao local, outros serviços, como pavimentação, escolas e postos de saúde, eram acessados em bairros próximos. Em janeiro de 2024, a prefeitura regularizou a área, entregando escrituras aos moradores e nomeando o local como bairro Topázio, conforme notícias sobre a regularização fundiária (G1a, 2024).

O reconhecimento da área se deu pela necessidade de construir um grande empreendimento de área de lazer, onde localiza-se o precipício da pedra desativada, O investimento para o Parque da Pedreira será de R\$5.036.000, com valores advindos de um acordo entre a prefeitura municipal e a Itaipu Binacional (G1b, 2024).

Devido à informalidade no trabalho, muitos paraguaios escolheram a Pedreira como local de moradia, uma comunidade predominantemente paraguaia. A situação irregular da ocupação resultava em menores custos habitacionais para uma população que, até fevereiro de 2023, tinha 50% de

seus trabalhadores atuando sem carteira assinada. A maioria dos homens entrevistados trabalhava como pegadores de frango, uma atividade noturna ou ao final da tarde, quando as aves são retiradas dos aviários para serem levadas aos frigoríficos. Durante a pesquisa de campo, era comum ver nas residências ou barracos as botas pretas, símbolo da principal ferramenta de trabalho desses trabalhadores.

**Figura 2.** Fotos de botas utilizadas por trabalhadores paraguaiois para catar frango. Medianeira, 2023



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

As condições de trabalho em Medianeira, apesar de caracterizadas por baixos salários, com parte da população paraguaia atuando na informalidade e vivendo em habitações precárias, mostram que a busca por uma vida melhor impulsiona as relações laborais na região fronteiriça. Esse cenário possibilita que os trabalhadores residam em um país diferente, mantendo proximidade com suas famílias e realizando deslocamentos frequentes entre os dois países, favorecidos pela ausência de um controle do Estado sobre essa mobilidade.

## Considerações finais

A mobilidade dos imigrantes paraguaios na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina revela dinâmicas sociais que transcendem as barreiras territoriais tradicionais. A migração histórica do Paraguai para o Brasil está profundamente relacionada à exclusão social e econômica do povo paraguaio, que, desde o período pós-Guerra da Tríplice Aliança, foi marginalizado das principais políticas de desenvolvimento, favorecendo estrangeiros e grandes proprietários de terra. Essa falta de oportunidades persiste, levando muitos paraguaios a buscar melhores condições de vida no Brasil.

Dois contextos históricos ilustram essa mobilidade, a primeira onda de migração ocorreu após a guerra, enquanto a segunda foi impulsionada pela construção da hidrelétrica de Itaipu, que, embora tenha oferecido trabalho, também resultou na exploração desses trabalhadores. Inicialmente, muitos paraguaios se inseriram no trabalho informal, como os laranjas, atravessadores de mercadorias, atividade estigmatizada e reprimida pelas autoridades brasileiras. Com a intensificação da repressão a partir de 2004, essa atividade foi gradualmente reduzida, levando muitos a buscarem alternativas no setor formal.

O estudo mostrou que a maioria dos imigrantes paraguaios no município de Medianeira trabalha em frigoríficos ou em funções com baixa remuneração e sem vínculos formais, como pegadores de frango. Ainda assim, esses trabalhadores veem o Brasil como um local com melhores condições de vida em comparação ao Paraguai.

Embora a rede de apoio de familiares e amigos se constitui em elementos importantes para a inserção dos imigrantes na economia local, é necessária a instituição de políticas públicas que visem acolher, integrar e garantir direitos trabalhistas e outros direitos sociais à essa população que certamente contribui para o desenvolvimento local e nacional.

## Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

BBC NEWS BRASIL. **Paraguai**: perfil da nação marcada por uma guerra e crises políticas. Publicado em 28 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56583607>. Acesso em 03 set. 2024.



BORTOLOTO ET AL. Fronteira e frigoríficos determinantes dos novos fluxos migratórios em Medianeira. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.7, p. 69608- 69627 jul. 2021. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/356744659\\_Fronteira\\_e\\_frigorificos\\_determinantes\\_dos\\_novos\\_fluxos\\_migratorios\\_em\\_Medianeira\\_Frontier\\_and\\_cold\\_stores\\_determinants\\_of\\_the\\_new\\_migratory\\_flows\\_in\\_Medianeira](https://www.researchgate.net/publication/356744659_Fronteira_e_frigorificos_determinantes_dos_novos_fluxos_migratorios_em_Medianeira_Frontier_and_cold_stores_determinants_of_the_new_migratory_flows_in_Medianeira). Acesso em: 26 ago. 2024.

BORTOLOTO, Claudimara C. **Migração e trabalho na contemporaneidade**: os haitianos no oeste do Paraná. Curitiba: Editora CRV, 2021.

BRASIL. **Oeste Paraná: estatística completa**. Dados disponibilizados pela Polícia Federal, Cascavel, 2024.

BRASIL. **PF combate tráfico internacional de drogas e contrabando de cigarros**. Gov.br, publicado em:29 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2023/11/pf-combate-traffic-internacional-de-drogas-e-contrabando-de-cigarros>. Acesso em 29 set. 2024.

CARDIN, Eric Gustavo. Leituras da fronteira: os trabalhadores nas pesquisas realizadas na divisa do Brasil com o Paraguai. In. CHELUJA, Tania Libertad Camal; RODRÍGUEZ, Juan Carlos Arriaga; CARDIN, Eric Gustavo (Orgs). **Fronteras y dinámicas transfronterizas em América Latina**. Universidad Quintana Roo, México, 2015. Disponível em: <https://www.gpfinteras.com/files/ugd/e386526e0d90da261444ad9f826bdf0acda9a2.pdf> . Acesso em 28 ago. 2024.

\_\_\_\_\_, **Laranjas e sacoleiros na tríplice Fronteira**: um estudo da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Cascavel: Edunioeste, 2011.

CATTA, L. E. **O Cotidiano de uma Fronteira**: a perversidade da modernidade. Cascavel: UNIOESTE, 2003.

COLOGNESE, Silvio A.; CARDIN, Eric G. (Orgs) **As Ciências Sociais nas fronteiras**: teorias e metodologias de pesquisa. 1. ed. Cascavel, PR: JB, 2014.

DAVI. Elen P. de J. **Trabalhadores na Fronteira: experiências dos sacoleiros e laranjas em Foz do Iguaçu – Ciudad Del Este 1990-2006**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Unioeste, 2008. Disponível em: [https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1734/1/Elen\\_Davi\\_2008](https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1734/1/Elen_Davi_2008). Acesso em 16 de set. de 2024.

FERREIRA, Max André de Araújo; CARDIN, Eric Gustavo (orgs). **Fronteiras e Trabalhadores no Século XXI**. Jundiaí: Paco, 2022. Disponível em: [https://www.gpfronteras.com/\\_files/ugd/e38652\\_e6c9b49caced4a24b673f78d7b22f680.pdf](https://www.gpfronteras.com/_files/ugd/e38652_e6c9b49caced4a24b673f78d7b22f680.pdf). Acesso em: 13 set. 2024.

FIOROTTI, Cíntia. **História de trabalhadores e "contrabando" nas fronteiras Brasil Paraguai**. Curitiba: Appris, 2022.

G1. **Parque Municipal da Pedreira será novo Cartão Postal de Medianeira**. Publicado em 11 de jan. 2024a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/prefeitura-de-medianeira/medianeira-noticias/noticia/2024/01/11/parque-municipal-da-pedreira-sera-novo-cartao-postal-de-medianeira.ghtml>. Acesso em 12 ago. 2024.

G1. **Medianeira realiza Programa de Regularização Fundiária e já entregou primeiras escrituras aos proprietários**. Publicado em: 11 de jan. 2024b. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/especial-publicitario/prefeitura-de-medianeira/medianeira-noticias/noticia/2024/01/11/medianeira-realiza-programa-de-regularizacao-fundiaria-e-ja-entregou-primeiras-escrituras-aos-proprietarios.ghtml>. Acesso em 26 set. 2024.

G1. **Motociata do contrabando: o milionário esquema de transporte clandestino na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. Publicado em 21 jul.2024c. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2024/07/21/motociata-do-contrabando-o-milionario-esquema-de-transporte-clandestino-na-fronteira-entre-o-brasil-e-o-paraguai.ghtml>. Acesso em: 21 set. 2024.

G1. **Quase 6 mil veículos apreendidos na tríplice fronteira lotam pátio da Receita Federal em Foz do Iguaçu**. Publicado em: 18 set. 2024d. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2024/09/18/quase-de-6-mil-veiculos-apreendidos-na-triplice-fronteira-lotam-patio-da-receita-federal-em-foz-do-iguacu.ghtml>. Acesso em 20 set. 2024.

GIOMBELLI, Gilvana. **Paraná é o 3º estado que mais apreendeu agrotóxicos contrabandeados nos últimos 5 anos, diz Receita Federal**. G1. Publicado em: 20 set. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2022/09/20/parana-e-o-3o-estado-que-mais-apreendeu-agrotoxicos-contrabandeados-nos-ultimos-5-anos-diz-receita-federal.ghtml>. Acesso em: 16 set. 2024.

GUIA MEDIANEIRA. **Medianeira está entre as 25 cidades do Paraná que mais geraram emprego em 2023.** Medianeira, publicado em 29 nov. 2023. Disponível em: [https://www.guiamedianeira.com.br / noticia /37688/Medianeira- esta- entre- as- 25- cidades- do- Parana- que- mais- geraram-emprego-em-2023](https://www.guiamedianeira.com.br/noticia/37688/Medianeira-esta-entre-as-25-cidades-do-Parana-que-mais-geraram-emprego-em-2023). Acesso em 18 ago. 2024.

MEDIANEIRA. **Bairros de Medianeira.** S/D. Disponível em: <https://www.medianeira.pr.gov.br/?bairros>. Acesso em 02 set. 2024.

MEDIANEIRA. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Dados estrangeiros CadÚnico.** Medianeira, 2022.

MORAES, Cleusa; FREIRE, Maurício. **Receita Federal apreende quase 19 mil pneus importados ilegalmente em dois anos na fronteira entre Brasil e Paraguai.** GI, publicado em: 20 abr. 2023.

MOTTA, Daniel. **Contrabando na fronteira com o Paraguai cresce 232%, dizem Receita e PF.** Publicado por CNN Brasil em: 05 mai. 2020. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br / internacional/ contrabando- na- fronteira -com -o- paraguai- cresce-232-dizem-receita-e-pf/](https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/contrabando-na-fronteira-com-o-paraguai-cresce-232-dizem-receita-e-pf/). Acesso em: 22 set. 2024.

PARO, Denise. **Apreensão de agrotóxico cresce 1.300% e inunda lavouras da região.** H2FOZ, publicado em:28 fev. 2021. Disponível em: <https://www.h2foz.com.br/fronteira/apreensao-de-agrotoxico-cresce-1-300-e-inunda-lavouras-da-regiao/>. Acesso em: 29 set. 2024.

RADIO CULTURA FOZ. **Durante fiscalização, Receita Federal apreende mais de 300 itens em distribuidoras de Foz e Matelândia.** Publicado em: 03 jul. 2024. Disponível em: [https://www.radioculturafoz.com.br/ 2024/07/03/ durante-fiscalizacao-receita-federal-apreende-mais-de-300- itens-em- distribuidoras-de-foz-e- matelandia/](https://www.radioculturafoz.com.br/2024/07/03/durante-fiscalizacao-receita-federal-apreende-mais-de-300-itens-em-distribuidoras-de-foz-e-matelandia/). Acesso em: 24 set. 2024.

RODRÍGUEZ, Juan C. A. Sobre el origen y usos históricos de los términos frontera y límite 19. In. CHELUJA, Tania Libertad Camal; RODRÍGUEZ, Juan Carlos Arriaga; CARDIN, Eric Gustavo (Orgs). **Fronteras y dinámicas transfronterizas em América Latina.** Universidad Quintana Roo, México, 2015. Disponível em: [https://www.gpfronteras.com/ files/ugd/e38652\\_6e0d90da261444ad9f826bdf0acda9a2.pdf](https://www.gpfronteras.com/files/ugd/e38652_6e0d90da261444ad9f826bdf0acda9a2.pdf) . Acesso em 28 ago. 2024.

SALA, Gabriela Adriana and CARVALHO, José Alberto Magno de. **A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões.** Rev. bras. estud. popul. [online]. 2008, vol.25, n.2 p.287-304.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbepop/v25n2/v25n2a06.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

SCHALLENBERGER, Erneldo. Ruptura histórica e (des)continuidades Culturais na fronteira: os desafios do Pesquisador. In. CARDIN, Eric G.; COLOGNESE, Silvio (Orgs) **As Ciências Sociais nas fronteiras: teorias e metodologias de pesquisa**. 1. ed. Cascavel, PR: JB, 2014.

SILVA, Kelly C, da. **Mudanças estruturais das relações de fronteira em face da globalização**. Tempo da Ciência, Toledo, v. 25. n. 50, p. 36-45, jul. / dez. 2018.

VALENTINO, Caio Augusto S. **Emigração paraguaia: os efeitos de um processo estrutural**. (Dissertação de mestrado Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/334577/1/Valentino\\_CaioAugustoSilva\\_M.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/334577/1/Valentino_CaioAugustoSilva_M.pdf). Acesso em: 21 jul 2024.

# O descaminho de vinhos na tri-fronteira entre Dionísio Cerqueira/SC, Barracão/PR e Bernardo de Irigoyen/MNES

*Guilherme Cícero Moreira Maran<sup>1</sup>  
Eric Gustavo Cardin<sup>2</sup>*

**Resumo:** As cidades de Dionísio Cerqueira/SC, Barracão/PR e Bernardo de Irigoyen na Argentina, são separadas por fronteira seca. Constituem centros conurbados, apenas separados pelo Parque Turístico Ambiental e uma linha de divisa cartográfica. O turismo de compras é um dos principais catalizadores da economia local, movimentando o comércio, hotelaria e restaurantes de ambos os lados da fronteira, além de gerar emprego e renda para a população. No início dos anos 2000, em decorrência da grave crise financeira vivida pela Argentina, o comércio de vinhos argentinos ganhou grande protagonismo, atraindo milhares de turistas brasileiros que vem em busca dos melhores e mais exclusivos vinhos elaborados na Argentina. Os preços competitivos e a ampla variedade de marcas, rótulos e variedades disponíveis nas vinotecas de Bernardo de Irigoyen/MNES, fez nascer na Tri-Fronteira um novo ramo de trabalho informal, conhecido popularmente como “contrabando” de vinhos, que consiste no transporte de caixas vinhos para as cidades maiores do litoral catarinense, Curitiba ou Serra Gaúcha para posterior revenda. O presente artigo visa dialogar entre as categorias do “legal e do ilegal”, ou como o “ilegal, mas moralmente aceitável” se comportam no contexto do comércio do vinho argentino na Tri-Fronteira.

**Palavras-chave:** Tri-Fronteira. Vinho. Descaminho. Contrabando.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito com especialização e atuação em Direito Previdenciário. Atua também como Somelier. Contato: [guilhermemaran@hotmail.com](mailto:guilhermemaran@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutor em Sociologia. Pós-doutorado em Antropologia Social. Professor Associado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Contato: [eric.cardin@unioeste.br](mailto:eric.cardin@unioeste.br)

# The “smuggling/contraband” of wine on the tri-border between Dionísio Cerqueira/SC, Barracão/PR and Bernardo de Irigoyen/MNES

**Abstract:** The cities of Dionísio Cerqueira/SC, Barracão/PR and Bernardo de Irigoyen/MNES in Argentina are separated by a dry border. They constitute conurbated centers, only separated by the Environmental Tourist Park and an imaginary border line. Shopping tourism is one of the main catalysts for the local economy, driving commerce, hotels and restaurants on both sides of the border, in addition to generating employment and income for the population. In the early 2000s, as a result of the serious financial crisis experienced by Argentina, the Argentine wine trade gained great prominence, attracting thousands of Brazilian tourists who come in search of the best and most exclusive wines made in Argentina. The competitive prices and the wide variety of brands, labels and varieties available in the wineries of Bernardo de Irigoyen/MNES, gave rise to a new branch of informal work, popularly known as “smuggling” of wines, which consists in Transportation of wine boxes to the larger cities on the coast of Santa Catarina, Curitiba or Serra Gaúcha, for later resale. This article aims to discuss the categories of “legal and illegal”, or how “illegal, but morally acceptable” behave in the context of the Argentine wine trade in the Tri-Border.

**Keywords:** Tri-Border. Wine. Smuggling. Contraband.

## Introdução

O presente artigo busca analisar a problemática do descaminho de vinhos argentinos na Tri-Fronteira entre Dionísio Cerqueira/SC, Barracão/PR e Bernardo de Irigoyen na Argentina, que ao longo dos últimos vinte anos aumentou e ganhou destaque nacional. Para a elaboração da pesquisa e, conseqüentemente, do presente artigo, utilizou-se de metodologia de pesquisa bibliográfica, análise jornalística e observação direta e pesquisa *in loco* nas vinotecas de Bernardo de Irigoyen/MNES.

Logo de início, destaca-se que um dos fatores que mais impulsionou o comércio de vinhos na região foi a construção do Parque Turístico ambiental entre o Brasil e a Argentina. Essa importante melhoria urbana facilitou o acesso e o trânsito de pessoas entre os dois países, incrementando o fluxo de turistas e facilitando o acesso dos pedestres entre os países.

Com o presente estudo também se pretende fazer uma breve distinção entre os tipos penais do descaminho e do contrabando, eis que, apesar de ser popularmente conhecido como “contrabando de vinhos”, na verdade o tipo penal é o de descaminho, onde as consequências jurídicas são menos gravosas para o infrator. Neste sentido, far-se-á uma análise dos preços praticados nas vinotecas de Bernardo de Irigoyen e das importadoras oficiais de vinhos no Brasil. Como se verá, a diferença de preços é tão grande que incentiva a prática delituosa, atraindo tanto os operadores do descaminho como os consumidores brasileiros amantes de vinhos.

O artigo está organizado em cinco tópicos principais, sendo que o primeiro apresenta um pouco do fascínio que o vinho exerce nas pessoas e o recente crescimento no número de vinotecas na cidade de Bernardo de Irigoyen. O segundo tópico discorre sobre a construção do Parque Turístico Ambiental entre o Brasil e a Argentina e como essa importante obra mudou a dinâmica da sociedade local. O terceiro tópico faz uma distinção legal entre descaminho e contrabando e apresenta, de forma sintética, alguns exemplos da diferença de preços que são encontrados nas vinotecas de Bernardo de Irigoyen e nas importadoras oficiais no Brasil.

Por fim, nos dois últimos tópicos, é apresentado um apanhado recente das últimas ocorrências policiais envolvendo o descaminho de vinhos, sua repercussão na imprensa local e a dinâmica de como isso funciona na prática nos municípios que compõem a Tri-Fronteira. Espera-se que, com os elementos apresentados, fique demonstrado que a prática do descaminho é algo corriqueiro, que está arraiado no cerne sociocultural da Tri-Fronteira e que não pode ser ignorado.

## O fascínio do vinho e o *boom* das vinotecas e do descaminho em bernado de irigoyen/mnes

Para iniciarmos o presente estudo, cabe questionar o leitor sobre algo que parece banal, mas muito importante para o estudo realizado: Vinho? O que é vinho?

Na Itália, na região de Barolo, no Piemonte, o vinho ali produzido com a uva Nebbiolo é conhecido com o “Vinho dos Reis; ou o Rei dos vinhos”, segundo narra Saul Galvão (1997, p. 115). Já no sul da França, na região de *Chateauf du Pape*, conforme descrito por Karen Macneil, (2001, p. 216), as garrafas dos vinhos produzidos são grafadas com o brasão papal, uma referência ao tempo em que a sede do papado saiu de Roma para a cidade de Avignon em 1309. Essas são apenas algumas das referências da importância que o vinho teve e tem na história mundial e do fascínio que ele gera nas pessoas.

Para o escritor inglês Hugh Johnson (1999, p. 16), “já era maravilhoso o bastante que o suco de uva adquirisse uma alma peculiar. Que conseguisse, nas circunstâncias adequadas, transmutar seu espírito vigoroso em algo incomensuravelmente mais precioso era uma proeza que o convertia numa dádiva divina, digna de reis”. Na *Bíblia Sagrada*, no livro de Gênesis, capítulo 9, versículos 21-23, consta que “Noé, que era agricultor, plantou uma vinha. Tendo bebido vinho, embriagou-se, e apareceu nu no meio de sua tenda”.

E é atrás dessa suposta aura nobre, quase que celestial, que milhares de consumidores visitam a Tri-Fronteira todos os anos, atraídos pela inegável qualidade do vinho argentino e pelo preço atrativo que encontram nas vinotecas de Bernardo de Irigoyen. Segundo a Organização Internacional da Vinha e do Vinho – OIV, a Argentina é o sétimo maior produtor de vinhos do mundo, com uma produção anual de cerca de 11.451 milhões de hectolitros e com o consumo médio per capita de 23,8 litros por habitante/ano (OIV, 2021). Esses valores são bem superiores aos do Brasil, que segundo a OIV, produz 3.200 milhões de hectolitros e consome 2,1 litros por habitante/ano.

E é esse o tema que esse artigo pretende abordar, trazendo um pouco da realidade acerca do descaminho de vinhos na região da Tri-Fronteira entre Dionísio Cerqueira/SC, Barracão/PR e Bernardo de Irigoyen/MNES.



Dionísio Cerqueira/SC, Barracão/PR e Bernardo de Irigoyen/MNES, formam um conjunto conurbado de cidades sem divisa física. Apenas uma pequena faixa da divisa é feita pelo rio Peperi-Guaçu, mas onde também é possível cruzar caminhando. Na prática, não existe divisa entre as cidades, inclusive sendo bastante frequente a confusão de localização para quem visita à região.

Figura 1: Mapa sintético com a localização dos três municípios da Tri-Fronteira.



Fonte: Wikipédia (2024).

Mas então, o que é vinho? Segundo o artigo 3º, da Lei 7.678/88 (Lei do Vinho), “vinho é a bebida obtida pela fermentação alcoólica do mosto simples de uva sã, fresca e madura”, sendo vedada a utilização de sua denominação para produtos obtidos de quaisquer outras matérias-primas.

No final dos anos 2000 e início de 2001, a Argentina passava por uma grave crise financeira que levou o então governo da época a desvalorizar o peso em relação ao dólar. Esta medida ficou conhecida como *Corralito*. Até então os vinhos argentinos eram caros e seu preço era dolarizado. Com a desvalorização do peso argentino, os preços começaram a ser atrativos para o consumidor brasileiro, que na época já contava com o real forte e inflação controlada.

No final dos anos 2000, a cotação do dólar em real era de R\$ 1,87 (um real e oitenta e sete centavos), passando para R\$ 1,94 (um real e noventa e quatro centavos) em janeiro de 2001. Com isso, para o turista brasileiro, os preços passaram a ser bem atrativos, fazendo com que inúmeros comerciantes argentinos investissem com a comercialização de



Em cada um desses locais é possível chegar a pé, fazer compras e retornar ao Brasil sem precisar passar pelas aduanas oficiais argentina e brasileira, o que facilita muito a negociação e a aquisição de vinhos para revenda, considerando que o comprador não sofrerá qualquer tipo de fiscalização pelas autoridades aduaneiras.

## **A construção do Parque Turístico Ambiental**

Entre os anos 2010 e 2011, deu-se início a construção do Parque Turístico Ambiental entre o Brasil e a Argentina. Esse importante projeto trouxe mudanças a Tri-Fronteira, ampliando as possibilidades de comércio local, melhorando a integração entre as populações brasileira e argentina e estimulando a abertura de novas empresas e a criação de empregos.

Financiado com recursos federais do Brasil e Argentina, estaduais de Santa Catarina, Paraná e Misiones, e municipais de Dionísio Cerqueira, Barracão e Bernardo de Irigoyen, a criação do Parque Turístico Ambiental foi de grande importância para o desenvolvimento local, aportando beleza, trazendo mobilidade e qualidade de vida a todas as pessoas que vivem e que visitam a Tri-Fronteira.

O projeto inicial consistia na revitalização da faixa de fronteira com construção de grandes lagos na divisa entre os dois países. Também com o embelezamento paisagístico, instalação de iluminação pública, bancos, banheiros públicos, construção de quadra poliesportiva e de passeios públicos ao longo de toda a divisa entre o Brasil e a Argentina, possibilitando que as pessoas pudessem caminhar e fazer passeios de forma livre e sem barreiras.

Antes da criação do Parque Turístico Ambiental era obrigatória a passagem das pessoas pelas aduanas de turismo de Dionísio Cerqueira e de Bernardo de Irigoyen. Não existia outro caminho! Obrigatoriamente todas as pessoas que vinham visitar a Argentina tinham que passar pela aduana brasileira e pela aduana argentina.

Segundo pontuou Ferrari (2019, p. 7) em seu trabalho sobre as cidades gêmeas, o “seu diferencial não está apenas na singularidade do limite internacional que permite fácil acesso entre os dois territórios vizinhos, mas igualmente porque nela se encontra a única passagem seca entre Brasil e Argentina, na qual o território brasileiro em continuidade com o argentino não apresenta rupturas físicas-naturais”.

Conforme se vê pelas fotos abaixo, é possível verificar como era antes da construção do Parque Turístico Ambiental. Era um lugar abandonado, coberto de vegetação rasteira, muito lixo espalhado e com inúmeras construções irregulares no local.

Foto 2 – Imagem do início das obras do Parque Turístico Ambiental.



Fonte: Acervo fotográfico da prefeitura municipal de Dionísio Cerqueira.

Nessa primeira foto é possível verificar a placa de apresentação do projeto e ao fundo a aduana oficial da Argentina. O lago que atualmente serve de divisa entre os dois países estava apenas começando a ser formado, ainda com pouca água, sem a colocação dos tubos de escoamento e sem a construção das calçadas que hoje circundam toda a extensão dos lagos.

Foto 3 – Imagem do início das obras do Parque Turístico Ambiental.



Fonte: Acervo fotográfico da prefeitura municipal de Dionísio Cerqueira.

Foto 4 – Imagem do início das obras do Parque Turístico Ambiental.



Fonte: Acervo fotográfico da prefeitura municipal de Dionísio Cerqueira.

Já nas duas fotos acima é possível verificar como era o ambiente original, com bastante vegetação rasteira, entulho, aspecto de abandono e sem a possibilidade de circulação de pessoas. Atualmente nesses espaços existem calçadas, bancos e parquinhos para crianças, onde a população pode circular livremente entre os dois países sem precisar fazer a sua identificação formal<sup>3</sup> na aduana argentina. Essa facilidade de ingresso modificou o acesso de pessoas e turistas na Tri-Fronteira, pois desde então qualquer pessoa pode ir a pé fazer suas compras e voltar pelo mesmo caminho sem precisar ingressar formalmente na Argentina.

Abaixo, a título de comparação, seguem algumas fotos atuais do Parque Turístico Ambiental. Apesar de não estar completamente terminado, é possível ver os passeios públicos que permitem o acesso dos turistas brasileiros ao lado argentino.

---

<sup>3</sup> A identificação formal na aduana argentina consiste na apresentação do documento de identidade (RG ou passaporte) do estrangeiro para registro de entrada e saída do país. No lado brasileiro esse procedimento não é exigido pelas autoridades, sendo livre a passagem dos cidadãos argentinos nas cidades de Dionísio Cerqueira e Barracão.

Foto 5: Imagem atual do acesso à aduna de turismo Argentina, com o Parque Turístico ao fundo.



Fonte: O autor.

A primeira foto acima mostra o caminho oficial entre a aduana brasileira e a aduana argentina, com o lago do Parque Turístico Ambiental ao fundo. Nos finais de semana e feriados formam-se grandes filas de carros de turistas entrando e saindo da argentina para fazer compras.

Foto 6: Acesso principal entre os lagos.



Fonte: O autor.

Foto 7: Acesso pela nascente do Rio Peperi-Guaçu.



Fonte: O autor.

Já as duas fotos acima, mostram os dois principais acessos ao país vizinho que podem ser feitos caminhando. No primeiro acesso, entre os dois lagos do Parque Turístico Ambiental, o turista visualiza diretamente a Vinoteca Casagrande e, no segundo acesso, um pouco mais acima, o turista se depara com o Restaurante e Vinoteca Patagonia, além de poder acessar o Supermercado Ceferino um pouco mais adiante.

Segundo a observação pessoal do autor, que é morador local, com a construção do Parque, esse obstáculo foi superado, pois a partir de então os turistas que vem fazer compras na Tri-Fronteira podem estacionar os carros no lado brasileiro e seguir caminhando até os mercados e vinotecas localizados no lado argentino. Caso o turista pretenda fazer uma compra maior, isso tampouco é um impeditivo, pois os próprios lojistas se comprometem a entregar as compras bem próximo à divisa com o Brasil, o que facilita a tarefa de quem vem comprar uma quantidade maior de vinhos.

Para quem circula pelo Parque Turístico Ambiental, próximo ao supermercado Ceferino<sup>4</sup>, na Argentina, é bastante comum encontrar os trabalhadores argentinos transportando carrinhos carregados com caixas de vinhos em direção ao lado brasileiro e abastecendo os carros dos turistas brasileiros que estão estacionados no local. Certamente que isso facilitou a prática do descaminho de vinhos, já que basta a pessoa

---

<sup>4</sup> Vide mapa anterior da faixa de fronteira.

atravessar caminhando o Parque Turístico Ambiental para realizar suas compras, sendo que minutos depois ela recebe sua encomenda no lado brasileiro sem qualquer entrave.

A Receita Federal do Brasil e as Polícias Militares do Paraná e de Santa Catarina fazem a fiscalização dessa zona de fronteira, mas é praticamente impossível acompanhar o fluxo de turistas que visitam a fronteira diariamente. O exíguo efetivo e a extensão do local são sempre citados como os principais problemas a serem enfrentados.

Segundo estimativas oficiais da *Administración Federal de Ingresos Públicos*-AFIP, de Bernardo de Irigoyen, ingressaram oficialmente na Argentina cerca de quinhentos mil brasileiros no ano de 2023. Esse é o número aproximado de pessoas que formalmente ingressam apresentando seus passaportes e identidades.

## **Do aspecto legal normativo e da diferença de preços praticados no Brasil e na Argentina**

O Código Penal Brasileiro, em seus artigos 334 e 334-A, dispõe que descaminho é iludir, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, pela saída ou pelo consumo de mercadoria. A pena para quem comete esse delito é de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos. Para o presente estudo, destaca-se que incorre na mesma pena quem vende, expõe à venda, mantém em depósito ou, de qualquer forma, utiliza em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, mercadoria de procedência estrangeira que introduziu clandestinamente no País ou importou fraudulentamente ou que sabe ser produto de introdução clandestina no território nacional.

Como se verá adiante, são exatamente esses os casos mais corriqueiros na Tri-Fronteira, quiçá na maioria das fronteiras nacionais, onde pessoas comuns adquirem os produtos no país vizinho para revender em seu país de origem. Popularmente conhecido como “contrabando”, o descaminho dele se distingue em razão do produto comercializado, sendo que, grosso modo, no descaminho se está a tratar do comércio de produtos permitidos, enquanto no contrabando os produtos têm o seu ingresso no país proibido pela legislação vigente.



Como exemplo, pode-se afirmar que a importação de vinhos é uma atividade permitida pela legislação brasileira, enquanto a importação de cigarros não. Nesta senda, o ingresso de vinhos sem o pagamento dos tributos devidos é caso de descaminho, enquanto a importação de cigarros é totalmente proibida e, caso isso ocorra, será o caso de contrabando. O artigo 334-A do Código Penal é claro nesse sentido, dispondo que contrabando é “importar ou exportar mercadoria proibida”: inclusive, a pena para quem comete esse delito é maior, sendo ela de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Feita essa breve, mas necessária conceituação legal, tem-se que o objeto do corrente estudo é exatamente a prática do descaminho de vinhos na Tri-Fronteira, sendo necessário discorrer sobre o principal atrativo para as pessoas que vem a região em busca do vinho argentino. Sejam elas pessoas físicas, cidadãos comuns que adquirem os vinhos para consumo próprio, ou pessoas que os adquirem para revender com o objetivo de lucro, o principal gatilho para esse movimento é a diferença de preços que são praticados pelas importadoras oficiais no Brasil e os preços praticados nas vinotecas de Bernardo de Irigoyen.

Segundo Cardin (2018, p. 310), discorrendo sobre o trabalho e o capitalismo nas fronteiras,

É preciso explicitar que os habitantes das regiões de fronteiras não são diferentes dos moradores de qualquer outra região, o que os marcam é que eles, quando necessitam desenvolver suas práticas sociais e até mesmo escolhas – dentro de todas as limitações impostas pelo capitalismo – encontram nas possibilidades oferecidas pela fronteira uma resposta diferenciada.

Como exemplo, podemos citar alguns vinhos das bodegas Catena Zapata, Aleanna (Gran Enemigo), Luigi Bosca, algumas das mais famosas e premiadas vinícolas argentinas. Seus vinhos são importados no Brasil pelas importadoras Mistral e Decanter, dentre as mais tradicionais e longevas do setor. Vejamos o comparativo de preços:

Tabela 1: comparativo de preços nas vinotecas de Bernardo de Irigoyen e nos sites das importadoras oficiais brasileiras.

BODEGA	VINHO	IMPORTADORA (sites oficiais)	PREÇO NO BRASIL	SUPERMERCADO CEFERINO (ARG.)	VINOTECA GABRIEL (ARG)	VERA VINOS (ARG)
Catena Zapata	Malbec Argentino	Mistral	R\$ 1.270,40	Vinho em falta na data da pesquisa	R\$ 198,00.	R\$ 197,90
Aleanna	Gran Enemigo Gualtallary	Mistral	R\$ 878,85	R\$ 163,20	R\$ 175,00	R\$ 155,50
Luigi Bosca	Malbec	Decanter	R\$ 157,52	R\$ 46,20	R\$ 29,00	R\$ 26,45
Amalaya	Malbec	Decanter	R\$ 129,90	R\$ 22,50	R\$ 19,10	R\$ 19,60
Alto Las Hormigas	Malbec Reserva	World Wine	R\$ 268,00	Vinho em falta na data da pesquisa	R\$ 21,60 <sup>5</sup>	R\$ 40,80

Fonte: Organizado pelo autor.

Apenas para ilustrar, segue o recorte direto da importadora brasileira Mistral para demonstrar a disparidade de preços entre o preço oficial no Brasil e os preços praticados nas vinotecas de Bernardo de Irigoyen: O vinho em destaque é o Gran Enemigo Gualtallary 2019, da bodega Aleanna. Vejamos:

Figura 3: preço do vinho Gran Enemigo na importadora Mistral.



Fonte: site oficial da importadora Mistral – www.mistral.com.br.

O Gran Enemigo Gualtallary é um dos vinhos mais famosos e premiados da Argentina atualmente. É muito procurado pelos consumidores e por isso é um dos vinhos mais buscados pelos agentes de descaminho. Sua safra 2019 recebeu inéditos 100 (Granata, 2023) pontos

<sup>5</sup> Consulta de preços no local em 15/07/2024.

(pontuação máxima) de Robert Parker e James Suckling, dois grandes críticos mundiais, o que só fez aumentar a sua procura.

Assim, se considerarmos a disparidade de preços existente, mesmo que o “contrabandista” revenda o vinho pela metade do preço praticado no Brasil, ainda assim ele ganhará mais de 150% (cento e cinquenta por cento) de lucro sobre o valor investido. Nos casos mais extremos, como no exemplo do vinho Alto las Hormigas Reserva, essa diferença pode ultrapassar os 300% (trezentos por cento) de lucro.

De acordo com Salvo (2023, p. 78), discorrendo sobre a questão econômica do descaminho de vinhos,

A ampla disparidade entre os preços praticados na Argentina e os praticados no Brasil desperta o apetite ao risco para a criação de estrutura para operacionalizar o descaminho. Na amostra analisada estimou-se que o diferencial de preços, convertidos em Reais, apresentaram média de 273%, com diferencial mínimo de 98,5% e máximo de 589,3%. Nota-se que quanto maior a diferença, maior será o incentivo para a atividade delituosa.

Conforme acima colocado, diante da facilidade de acesso e grande diferença entre os preços praticados, o descaminho de vinhos na Tri-Fronteira é uma realidade evidente que não parece arrefecer, trazendo consigo, além do turismo de compras, um avanço na informalidade e na criminalidade estruturada, com a chegada de grupos criminosos de outras cidades em busca do lucro fácil oriundo do descaminho de vinhos.

## **Das recentes apreensões e a repercussão na imprensa local**

Em razão da realização deste estudo, buscou-se encontrar na imprensa local e regional notícias e reportagens jornalísticas noticiando a apreensão de vinhos pelas autoridades policiais e alfandegárias. Os principais portais de notícias<sup>6</sup> da Tri-Fronteira são o Portal Tri, a Rádio

---

<sup>6</sup> <https://www.portaltri.com.br>;  
<https://jornaldafronteira.com.br>

<https://radiofronteira.com.br>;

Fronteira e o Jornal da Fronteira, que juntos fazem a cobertura jornalística mais completa e abrangente da região.

Informa-se, ainda, que outros jornais e rádios regionais também noticiam apreensões de vinhos com frequência, já que os vinhos oriundos de descaminho entram por Dionísio Cerqueira e Barracão, sendo então transportados, via terrestre, por “passadores de vinho” até os depósitos localizados em cidades maiores, para posteriormente serem distribuídos em todo o Brasil.

Em um sentido mais abrangente, esse processo é um reflexo da mobilidade típica das regiões de fronteiras que, sob a ótica de Souza e Albuquerque (2019, p. 629) informam que,

A mobilidade transfronteiriça significa o deslocamento espacial entre limites internacionais de pessoas, objetos, símbolos, ideias e imaginários que produzem novas dimensões do espaço social transfronteiriços sendo este permeado por desigualdades, diferenças, relações de poder e articulações temporais e espaciais diferenciadas.

Assim, é bastante comum que apreensões de vinhos também sejam realizadas fora de Dionísio Cerqueira e Barracão, nas estradas interestaduais, vias rurais e em outras cidades, pois o transporte de vinhos é constante. Em cerca de dois meses de pesquisas, apenas para se ter uma visão daquilo que foi noticiado na imprensa local, seguem algumas reportagens que refletem bem o comércio de vinhos descaminhados na região, com os links das reportagens e datas de acesso.

Destaque para várias reportagens que noticiaram apreensões de grande quantidade de vinhos e com grande valor agregado. Quantidades de 100 caixas, 125 caixas e o extremo de 1.500 caixas de vinho considerada a maior apreensão da história. Os vinhos comumente utilizados no descaminho são vinhos de maior valor agregado e de bodegas conceituadas, exatamente por serem esses os produtos mais buscados pelo consumidor brasileiro.

Em visita pessoal do autor a uma das vinotecas mais tradicionais de Bernardo de Irigoyen, uma das vendedoras locais, que pediu o anonimato, relatou que os turistas brasileiros buscam os vinhos de alta gama, com maior valor agregado e que são destaque nas revistas

especializadas. Segundo ela, “o vinho barato o brasileiro não quer. O que vende é o vinho caro e famoso”. Acerca das recentes apreensões pelos órgãos de fiscalização que foram noticiadas nos meses de junho e julho de 2024, seguem algumas das reportagens jornalísticas da imprensa local compiladas em ordem cronológica.

04/07/2024 - Polícia Militar apreende vinho descaminhado durante operação. Apreensão de 55 caixas de vinho durante a operação Protetor de Divisas e Fronteiras em Barracão/PR. (Portal Tri, 2024a).

03/07/2024 - DESCAMINHO. Polícia flagra motorista transportando garrafas de vinho cobertas com pano na SC-155. Homem de 62 anos, de Florianópolis, foi flagrado transportando 100 garrafas de vinhos de diversas marcas, oriundas da Argentina (Dalvani, 2024).

20/06/2024 - OPERAÇÃO. Ação conjunta das PMs de SC e PR apreende grande quantidade de vinhos. Operação conjunta resultou na apreensão de 100 caixas de vinho de origem argentina sem o devido despacho aduaneiro. Os veículos e a carga foram encaminhados a Receita Federal de Dionísio Cerqueira. (Portal de Beltrão, 2024a).

11/06/2024 - BARRACÃO. BPFロン apreende bebidas descaminhadas da Argentina durante operação. Durante a operação Protetor de Divisas e Fronteira, em patrulhamento na cidade de Barracão/PR, um veículo foi abordado com 24 caixas de vinho de origem argentina sem os trâmites aduaneiros necessários (Portal Tri, 2024b).

07/06/2024 - Mais de 100 caixas de vinho são apreendidas pela Receita Federal em Pranchita. As mercadorias, provenientes da Argentina, entraram no Brasil sem cumprir os trâmites legais (Junior, 2024).

04/06/2024 - SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE. BPFロン apreende 125 caixas de vinho de origem argentina em operação Protetor de Divisas. Os responsáveis e os veículos foram devidamente qualificados e tanto os veículos quanto o total de 125 caixas de vinho foram apreendidos e entregues a Receita Federal de Santo Antônio do Sudoeste”. (Portal Tri, 2024c).

24/05/2024 - BARRACÃO. Vinhos, azeites e desodorantes são apreendidos pela polícia”. Foram encontradas 115 caixas

de vinho de diversas marcas, 8 garrafas avulsas de vinho, 5 litros de azeite de oliva e 10 caixas de desodorante. (Portal de Beltrão, 2024b).

23/05/2024 - BOM JESUS DO SUL. POLICIAL. Polícia Militar realiza maior apreensão de vinhos da história. Uma operação de monitoramento realizada pela Polícia Militar na BR-163 resultou na apreensão de um caminhão carregado com vinhos de procedência argentina. Ao todo, foram contabilizadas 1.523 caixas de vinhos descaminhados da Argentina (Sommer, 2024).

20/05/2024 - SÃO MIGUEL DO OESTE. Polícia Militar registra ocorrência de descaminho. Na Av. Willy Barth, São Miguel do Oeste/SC, os policiais encontraram 12 caixas de vinho dentro de um veículo. O condutor admitiu que adquiriu a mercadoria na Argentina sem realizar os trâmites aduaneiros necessários (Lima, 2024).

Assim, como demonstrado acima, o descaminho de vinhos na Tri-Fronteira faz parte do cotidiano local, sendo praticamente impossível para as autoridades coibir sua prática. Em rápida pesquisa na imprensa local constatou-se diversas ocorrências noticiando o descaminho, sendo que essas são apenas uma ínfima parte do que realmente acontece, análise esta que carece de um estudo mais aprofundado com dados, entrevistas e estatísticas a ser realizado futuramente.

## **Como funciona o descaminho de vinhos**

É importante conhecer como funciona, na prática, o descaminho de vinhos na Tri-Fronteira entre Bernardo de Irigoyen, Barracão e Dionísio Cerqueira, sua logística, principais agentes envolvidos e a forma como isso acontece diariamente. Também é importante ressaltar que, em sua grande maioria, os vinhos descaminhados são vinhos argentinos legítimos, de bodegas tradicionais argentinas e que são adquiridos por vinotecas igualmente legítimas na cidade de Bernardo de Irigoyen.

Muito se fala que o vinho comercializado em Bernardo de Irigoyen é “falsificado”, quando isso, salvo raras exceções, não é verdade. São vinhos originais, legítimos, que são comprados por vinotecas também

legítimas e que posteriormente são adquiridos por consumidores brasileiros que visitam a fronteira em turismo de compras.

Os grupos criminosos que atuam na região e se especializaram no transporte de vinhos ilegalmente introduzidos no Brasil, normalmente utilizam carros pequenos e fazem várias viagens para evitar a fiscalização das autoridades e minimizar os prejuízos em caso de apreensão. Também é comum a compra de propriedades rurais em ambos os lados da fronteira, o que facilita o armazenamento dos vinhos e facilita o seu escoamento, principalmente no período noturno. Como são estradas rurais, não asfaltadas, isso dificulta a fiscalização pelas autoridades policiais e da Receita Federal.

Ao discorrer sobre a situação do garimpo na região norte do Brasil, Silva Neto e Sá (2019, p. 245), afirmam que “se por um lado a estrada de barro dificulta a passagem de pessoas e mercadorias, por outro, também dificulta a inspeção e a vigilância do transporte de pessoas, ouro e de armas na fronteira. O que restringe é também o que propicia, sob aspectos diferentes”.

Os vinhos transportados são então levados para cidades maiores, onde há depósitos clandestinos para o acondicionamento dos vinhos. Apreensões nas cidades de São Miguel do Oeste/SC, Chapecó/SC, Francisco Beltrão/PR e Pato Branco/PR comprovam esta prática.

Depois disso os vinhos são distribuídos para o Brasil inteiro. Dos depósitos clandestinos o vinho ilegal é vendido ao consumidor final principalmente pela *internet*. Os criminosos criam empresas com nomes fictícios e comercializam os vinhos em *sites* de compras especificamente criados com esse fim. Quando o *site* é descoberto pelas autoridades, simplesmente ele é descontinuado e outro é criado, e desta forma o vinho ilegal acaba chegando até as cidades como São Paulo, Brasília, Belo Horizonte, dentre outras.

Em entrevista concedida ao portal G1 da Rede Globo, o então delegado da Receita Federal Mark Tollemache, que atuou em Dionísio Cerqueira até o ano de 2023, narrou que “a maior parte da venda ao consumidor é feita via *internet*. Os criminosos criam empresas de fachada e comercializam o produto ilegal em sites” (Battistela; Caldas, 2021).

Também é comum o envio de listas de preços e vinhos via aplicativo de *whatsapp*. Através de contatos de *whatsapp*, agentes de descaminho enviam listas contendo diversas marcas de vinhos e os preços de entrega na casa do comprador. Rapidamente esses contatos são

replicados e as vendas acontecem naturalmente, prejudicando as importadoras oficiais brasileiras, supermercados, restaurantes e hotéis que atuam legalmente no comércio de vinhos.

Para essas empresas, que pagam seus tributos e contribuem com o desenvolvimento da economia formal do Brasil, a comercialização de vinhos argentinos se tornou praticamente inviável, já que elas não conseguem competir com as margens de preço praticadas pelos agentes de descaminho que atuam no mercado via *internet* e *whatsapp*.

Assim, resta as importadoras brasileiras, supermercados e restaurantes, o comércio de vinhos de outros países, notadamente de vinhos chilenos, franceses, italianos e portugueses, que também possuem grande aceitação do público consumidor e não enfrentam a concorrência desleal do vinho argentino fruto de descaminho.

## Considerações Finais

Este artigo buscou trazer um panorama da comercialização de vinhos na Tri-Fronteira, com a recente escalada do descaminho de vinhos na região. Também buscou apresentar ao leitor o impacto trazido pela construção do Parque Turístico Ambiental entre o Brasil e a Argentina, com um enfoque prático de como essa importante obra pública transformou a realidade do comércio local e do trâmite de pessoas.

Em mais de duas décadas após o *Corralito* na Argentina e uma infundável crise financeira, o peso argentino foi se desvalorizando rapidamente frente ao real brasileiro, fazendo com os preços dos vinhos argentinos ficassem cada vez mais atraentes ao consumidor brasileiro. Com isso, inúmeras vinotecas surgiram em Bernardo de Irigoyen, trazendo o que existe de melhor e mais exclusivo da indústria vinícola argentina.

O turismo de compras, fortemente atraídos pelos baixos preços, se comparados com os preços praticados pelas importadoras brasileiras, trouxe também emprego formal, renda e tem contribuído com o desenvolvimento das três cidades conurbadas, com destaque para os setores de hotelaria e restauração. Por outro lado, com a crescente demanda dos consumidores por vinhos de qualidade e com preços atrativos, também houve o aumento da criminalidade, notadamente nos crimes de descaminho, evasão de divisas e lavagem de dinheiro.



Essa realidade do descaminho de vinhos abraça cada vez mais cidadãos brasileiros e argentinos, que veem nessa prática uma forma de ganhar a vida. Entre negociações bem-sucedidas e apreensões pela polícia, essa força de trabalho ilegal não pode ser ignorada e faz parte da dinâmica social na Tri-Fronteira.

## Referências

BÍBLIA ON LINE. **Gênesis, 9.** Disponível em: <https://www.fatima.org.br/biblia-online/?book=genesis&chapter=9/>. Acesso em: 05 jul. 2024.

BATTISTELLA, Clarissa; CALDAS, Joana. **Mais de 200 mil garrafas de vinho foram apreendidas em SC este ano;** saiba para onde elas vão. Disponível em <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/10/02/mais-de-200-mil-garrafas-de-vinho-foram-apreendidas-em-sc-este-ano-saiba-para-onde-elas-vaio.ghtml>. Acesso em: 06 jul. 2024.

CARDIN, Eric Gustavo. **Estado, trabalho e capitalismo nas fronteiras.** Florianópolis. Editora Katálysis, 2018.

DALVANI, Leo. **Polícia flagra motorista transportando garrafas de vinho cobertas com pano na SC-155.** Disponível em: <https://radiofronteira.com.br/noticia/5979/policia-flagra-motorista-transportando-garrafas-de-vinho-cobertas-com-pano-na-sc-155#:~:text=Uma%20guarni%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADcia%20Militar,Bom%20Jesus%2Cno%20Oeste%20catarinense/>. Acesso em: 02 jul. 2024.

FERRARI, Maristela. **Como pensar a identidade nacional em zonas de fronteiras?** Uma análise a partir de dois conjuntos de cidades gêmeas brasileiro-argentinas. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 39, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/55900>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GALVÃO, Saul. **Tintos e brancos.** Editora Atica. Terceira Edição, 1997.

GRANATA, Felipe. **Gran Enemigo com inéditos duplos 100 pontos.** Disponível em: <https://www.adegaonline.com.br/blogs/blog-adega-online/o-gran-enemigo-o-primeiro-sul-americano-que-recebe-duplos-100-pontos>. Acesso em: 17 jul. de 2024.

JOHNSON, Hugh. **A história do vinho**. Editora Companhia das Letras. Segunda Impressão. 1999.

JUNIOR, Alisson. Mais de 100 caixas de vinho são apreendidas pela Receita Federal em Pranchita. Disponível em: <https://www.radiofronteira.com.br/noticia/5796/mais-de-100-caixas-de-vinho-sao-apreendidas-pela-receita-federal-em-pranchita#!>. Acesso em: 07 jul. 2024.

LIMA, Marcos de. Polícia Militar registra ocorrência de descaminho. Disponível em: <https://www.portalsmo.com.br/public/index.php/noticias/19360/policia-militar-registra-ocorrencia-de-descaminho>. Acesso em: 07 jul. 2024.

MACNEIL, Karen. **A bíblia do vinho**. Ediouro. Segunda Edição, 2001.

**OIV - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DA VINHA E DO VINHO**. Disponível em <https://www.oiv.int/what-we-do/country-report?oiv>. Acesso em: 05 jul. 2024.

PORTAL TRI. **Polícia Militar apreende vinho descaminhado durante operação**. 2024a. Disponível em: <https://www.portaltri.com.br/noticias/26687/policia-militar-apreende-vinho-descaminhado-durante-operacao/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

PORTAL TRI. **BPFRON apreende bebidas descaminhadas da Argentina durante operação**. 2024b. Disponível em: <[https://www.portaltri.com.br/noticias/26062/bpfron-apreende-bebidas-descaminhadas-da-argentina-durante-operacao#:~:text=BPFRON %20apreende%20bebidas%20descaminhadas%20da%20Argentina%20durante%20opera%C3%A7%C3%A3o&text=Nesta%20ter%C3%A7a%2Dfeira%2C%2011%20de,um%20ve%C3%ADculo%20com%20tr%C3%AAs%20ocupantes/](https://www.portaltri.com.br/noticias/26062/bpfron-apreende-bebidas-descaminhadas-da-argentina-durante-operacao#:~:text=BPFRON%20apreende%20bebidas%20descaminhadas%20da%20Argentina%20durante%20opera%C3%A7%C3%A3o&text=Nesta%20ter%C3%A7a%2Dfeira%2C%2011%20de,um%20ve%C3%ADculo%20com%20tr%C3%AAs%20ocupantes/)>. Acesso em: 12 jun. 2024.

PORTAL TRI. **BPFRON apreende 125 caixas de vinho de origem Argentina em Operação Protetor de Divisas**. 2024c. Disponível em: <https://www.portaltri.com.br/noticias/25863/bpfron-apreende-125-caixas-de-vinho-de-origem-argentina-em-operacao-protetor-de-divisas/42>. Acesso em: 07 jul. 2024.

PORTAL DE BELTRÃO. **Ação conjunta das polícias do Paraná e Santa Catarina apreende carga de vinho**. 2024a. Disponível em: <https://www.portaldebeltrao.com.br/noticias/19161/acao-conjunta-das-policias-do-parana-e-santa-catarina-apreende-carga-de-vinho/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PORTAL DE BELTRÃO. **Vinhos, azeites e desodorantes são apreendidos pela Polícia.** 2024b. Disponível em: <https://www.portaldebeltrao.com.br/noticias/18941/vinhos-azeites-e-desodorantes-sao-apreendidos-pela-policia>. Acesso em: 07 jun. 2024.

SALVO, Mauro. O descaminho de vinhos e o comportamento oportunista dos agentes econômicos. **Revista (RE) Definições das Fronteiras**, Foz do Iguaçu, 2023.

SILVA NETO, Antonio Sabino da; SÁ, Leonardo Damasceno de. A terceira margem do Rio Oiapoque: comércio e garimpo na fronteira franco-brasileira. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 16, n. 32, p. 242–259, 12 Jan 2020 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/13244>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SOMMER, Anderson. **Polícia Militar realiza maior apreensão de vinhos da história.** Disponível em: <https://www.portaltri.com.br/noticias/25573/policia-militar-realiza-maior-apreensao-de-vinhos-da-historia#:~:text=Uma%20opera%C3%A7%C3%A3o%20de%20monitoramento%20realizada,de%20vinhos%20descaminhados%20da%20Argentina>. Acesso em: 07 jul. 2024.

SOUZA, Flávia Alves de; ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Nação e integração nas escolas de fronteira: a mobilidade docente e a aprendizagem das línguas nacionais entre o Brasil e a Argentina. **Etnográfica**, vol. 23 (3), 2019, 627-648.

WIKIPEDIA, **Mapa da Tríplice Fronteira.** 2024. Disponível em : [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa\\_da\\_Tr%C3%ADplice\\_Fronteira\\_%28Argentina,\\_Brasil\\_e\\_Paraguai%29.png](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_da_Tr%C3%ADplice_Fronteira_%28Argentina,_Brasil_e_Paraguai%29.png). Acesso em: 07 set. 2024.

# Barreiras de acesso aos serviços de saúde em regiões de fronteira brasileira: uma revisão integrativa

*Marcelle Saldanha da Silva<sup>1</sup>*  
*Mauro José Ferreira Cury<sup>2</sup>*

**Resumo:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura com o objetivo de analisar as barreiras de atendimento ao migrante no serviço de saúde em região de fronteira. As buscas foram realizadas nas bases de dados *Lilacs, Bdenf e Scielo* por meio dos termos e operadores booleanos: acesso AND saúde AND fronteira. Utilizou-se como critérios de inclusão: artigos publicados nas bases de dados citadas, que tratassem da temática em questão, estivessem disponíveis na íntegra em meios eletrônicos, redigidos em português e tivessem sido publicados no período de 2014 a 2024. Após a análise dos estudos, 10 compuseram a amostra. Ainda que o ordenamento jurídico brasileiro assevere que a saúde é um direito universal e o Sistema Único de Saúde (SUS) tenha a universalidade de acesso em suas diretrizes, a população migrante depara-se com barreiras de acesso ao atendimento nos serviços de saúde. Diante de tal, é comum o empréstimo e aluguel de comprovantes de residência nacional para conseguir o atendimento. É notório a fragilidade de políticas públicas oriundas do governo federal direcionadas à saúde em região de fronteira, o que contribui para a perpetuação das barreiras de acesso à população migrante.

**Palavras-chave:** Migrantes. Regiões de Fronteiras. Saúde. Barreiras de Acesso.

---

<sup>1</sup> Enfermeira. Mestre em Saúde Pública em Região de Fronteira. Doutoranda em Sociedade, Cultura e Fronteira. E-mail: [Saldanha.enf@hotmail.com](mailto:Saldanha.enf@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professor. Pós doutor em Geografia e em Turismo e Patrimônio Cultural. E-mail: [maurojfc@gmail.com](mailto:maurojfc@gmail.com)

# Access Barriers to Healthcare Services in Brazilian Border Regions: An Integrative Review

**Abstract:** This is an integrative literature review aimed at analyzing the barriers to healthcare access for migrants in border regions. The searches were conducted in the Lilacs, Bdenf, and Scielo databases using the terms and boolean operators: access AND health AND border. Inclusion criteria were: articles published in the mentioned databases, addressing the topic in question, available in full in electronic formats, written in Portuguese, and published between 2014 and 2024. After analyzing the studies, 10 were included in the sample. Although the Brazilian legal framework asserts that health is a universal right and the Unified Health System (SUS) has universal access as part of its guidelines, the migrant population faces barriers to accessing healthcare services. Consequently, it is common to borrow or rent national residence documents to obtain care. The fragility of public policies from the federal government directed towards health in border regions is evident, contributing to the persistence of access barriers for the migrant population.

**Keywords:** Migrants. Border Regions. Health. Access Barriers.

## Introdução

O Brasil é detentor de uma extensa área fronteiriça compartilhada com 10 países sul-americanos e composta por 588 municípios em 11 estados brasileiros. Muito além do que mera demarcação de limite entre dois territórios, a fronteira se caracteriza como espaços nos quais o local e o internacional criam vínculos e dinâmicas próprias de acordo com o povo fronteiriço que abrange (Souza; Gemelli, 2011). Se por um lado podemos entender essas regiões de acordo com Martins (2012) como um local de alteridade, um ponto limite de territórios que se redefinem de forma continuada, alvo de disputas por diferentes grupos humanos de maneiras distintas, por outro lado o entendimento do termo também abrange um espaço social rico em permeabilidades, um local de encontro

entre os “nós” e os “outros”, cujas trocas entre os diferentes atores sociais permitem a constante ressignificação do termo “fronteira” (Langer; Fernandez-Gotes, 2020).

O modo de vida nos espaços fronteiriços não corresponde às imagens fixas retratadas nos mapas dos países, pois as migrações tendem a tensionar os limites supostamente definidos dos Estados nacionais (Albuquerque, 2008). A mobilidade característica dessas regiões pode se dar com o intuito de fixar moradia, no caso da migração transfronteiriça, ou ainda com o objetivo de utilizar os recursos existentes do outro lado, no caso da circulação transfronteiriça. Ambas ocorrem devido às diferenças políticas e desigualdades existentes entre um lado e outro do limite político (Albuquerque, 2015).

**Mapa 01**



Fonte: mapa elaborado pelo professor Dr. Camilo Pereira Filho, disponibilizado no site do Lafront ([www.gpfronteras.com](http://www.gpfronteras.com)).

A circulação transfronteiriça ou migração pendular é uma ocorrência frequente em regiões de fronteira, porém, quando o seu intuito é a utilização do sistema de saúde, o fato do indivíduo residir do lado de lá da linha fronteira pode apresentar-se como uma barreira de acesso ao serviço de saúde. Apesar do Sistema Único de Saúde (SUS) ter entre seus princípios a universalidade de acesso e a Constituição Federal no artigo 196, assegurar a saúde como um direito de todos, sem caráter contributivo e que deve estar livre de discriminação de qualquer natureza, o repasse de recursos realizado pelo nível federal para o estadual e municipal não contabilizam a utilização dos serviços por essa população flutuante, o que pode onerar o serviço a nível municipal, resultando em uma diminuição da qualidade ofertada (Gadelha; Costa, 2007).

Nas zonas de fronteiras existe uma complexidade relacionada a garantia de acesso à saúde para o imigrante, além da discriminação relacionada ao atendimento e desigualdades assistenciais para pessoas que vivem em uma mesma região, porém, em países diferentes (Guerra; Ventura, 2017). Como essas regiões possuem muitas vezes territórios contíguos com acentuado fluxo transfronteiriço, como é o caso das cidades-gêmeas, elas compartilham dinâmicas de adoecimento semelhantes principalmente quando se trata de doenças transmissíveis, sendo importante o planejamento articulado de ações e serviços de vigilância em saúde (Aikes; Rizzoto, 2018).

Com as diferenças dos serviços de saúde e as divergências entre nativos e migrantes, as mobilizações transfronteiriças podem aumentar a vulnerabilidade da população dessa região, sendo importante que tais vulnerabilidades sejam consideradas pelas políticas de saúde e instituídas estratégias que garantam o direito e o acesso a saúde desse segmento populacional (Guerra; Ventura, 2017).

Diante do exposto, tem-se como objetivo analisar as barreiras de atendimento ao migrante no serviço de saúde em região de fronteira e para tal, realizou-se uma revisão integrativa da literatura que permitiu identificar três blocos de discussão, sendo eles: financiamento do SUS e direito de acesso aos migrantes, barreiras de acesso aos serviços de saúde e políticas públicas de saúde transfronteiriças.

## Método

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura (RIL), cujo método foi escolhido devido a sua potencialidade de sintetizar de forma ampla e ordenada as informações científicas existentes referentes a um determinado assunto e contribuir para o desenvolvimento de teorias e formação de novos conhecimentos, além de auxiliar na reflexão para a formulação de estudos futuros (Botelho; Cunha; Macedo, 2011; Ercole; Melo; Alcoforado, 2014).

A RIL deve ser conduzida com rigor metodológico a fim de garantir a sua validade e credibilidade, dispondo de uma estrutura específica para operacionalizá-la (Roman; Friedlander, 1998). Para a sua elaboração, foram percorridas as seguintes etapas: estruturação da pergunta de pesquisa, definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos, delimitação das informações de interesse a serem obtidas nos estudos selecionados, análise das pesquisas incluídas na RIL, interpretação dos resultados e síntese do conhecimento (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

Para atingir o objetivo proposto, foi elaborada a seguinte questão norteadora: quais as principais barreiras de acesso aos serviços de saúde para a população migrante em região de fronteiras?

Por conter um volume representativo de publicações na área da saúde, a busca foi realizada nas bases de dados *Lilacs*, *Bdenf* e *Scielo*, utilizando-se dos seguintes critérios de inclusão: artigos publicados nas bases de dados citadas, que tratassem da temática em questão, estivessem disponíveis na íntegra em meios eletrônicos, redigidos em português e tivessem sido publicados no período de 2014 a 2024.

Para a investigação, empregou-se os seguintes termos e operadores booleanos: acesso AND saúde AND fronteira. Após, foi realizada a leitura minuciosa da seção resumo dos artigos encontrados para identificar quais respondiam à pergunta norteadora. Os artigos selecionados foram analisados na íntegra de forma minuciosa para extrair as principais informações relacionadas ao objeto de pesquisa.



## Resultados e discussão

Foram localizadas 68 referências, dessas, 16 se repetiram entre as bases de dados e 4 não estavam disponíveis na íntegra, totalizando 48 artigos selecionados previamente para análise da seção resumo. Desse total, 38 não contemplaram a temática em questão e/ou não respondiam à pergunta de pesquisa e não foram incluídos nesta revisão.

Os estudos que tratavam sobre barreiras de acesso aos serviços de saúde em região de fronteiras totalizaram 10 e permitiram vislumbrar e sintetizar a produção científica existente sobre o tema e desenvolver um conhecimento mais abrangente e sólido sobre ele. Após análise dos artigos, foi possível organizar as informações em três blocos de discussão, sendo eles: financiamento do SUS e direito de acesso aos migrantes, barreiras de acesso aos serviços de saúde e políticas públicas de saúde transfronteiriças.

### Quadro 1: relação de artigos selecionados conforme a revisão integrativa da literatura

AUTORES	TÍTULO	PERIÓDICO E ANO
AIKES, S.; RIZZOTTO, M.L.F.	Acesso do transfronteiriço aos serviços de saúde em cidades gêmeas do PR	Cienc Cuidad Saúde, 2019
MENDES, L.M.C. <i>et al.</i>	Vulnerabilidades para o adoecimento de mulheres em garimpo na fronteira do escudo das Guianas	Rev Esc Enfem USP, 2023
FRANÇA, A.F.O. <i>et al.</i>	Itinerário terapêutico de mulheres com câncer de mama em região de fronteira	Rev Bras Enferm, 2021
NOVAKOWISKI, R.D.F.; BAGGIO, M.A.; ZILLY, A.	Atenção puerperal em uma região de fronteira: fragilidades agravadas pela pandemia da COVID 19	Esc Anna Nery, 2023
AIKES, S.; RIZZOTTO, M.L.F.	Integração regional em cidades gêmeas do Paraná, Brasil no âmbito da saúde	Cad Saúde Pública, 2018
ARENHART, C.G.M.; RIZZOTTO, M.L.F.; MELARA, M.; ROSA, A.	Representações sociais do direito à saúde na fronteira trinacional	Ciência e Saúde Coletiva, 2022

FRANÇA, A.F.O. <i>et al.</i>	Câncer de mama: atributos essenciais na atenção primária à saúde em região de fronteira	ABCS Health Sciences 2023
GUERRA, K.; VENTURA, M.	Bioética, imigração e assistência à saúde: tensões e convergências sobre o direito humano à saúde no Brasil na integração regional dos países	Cad. Saúde Coletiva, 2017
SANTOS-MELO, G.Z.; ANDRADE, S.R.; MEIRELLES, B.H.S.; ORTIGA, A.M.B.	Integração em saúde: cooperação na tríplex fronteira internacional amazônica	Rev Saúde Pública, 2020
NASCIMENTO, V.A.; ANDRADE, S.M.O.	As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai	Horizonte Antropológico, 2018

Fonte: próprios autores, jul/2024

## Financiamento do SUS e direito de acesso aos migrantes

Verificou-se que a busca do migrante por atendimento aos serviços de saúde do lado brasileiro da fronteira é concebida com antipatia pela população nacional, por julgarem que o acesso onera o sistema de forma irreparável e prejudica a oferta e a qualidade do atendimento da saúde para os brasileiros (Nascimento; Andradre, 2018; Aikes; Rizzoto, 2018; Arenhart; Rizzotto; Melara; Rosa, 2022). O financiamento do SUS é composto por recursos oriundos da União, dos Estados e dos Municípios. Um dos componentes de repasse de recursos federais para o ente municipal considera as estimativas populacionais municipais ou o Censo Demográfico que são realizados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse componente de financiamento não considera a população flutuante ou sazonal na constituição do montante a ser transferido.

Os territórios fronteiriços vivenciam diferentes níveis de desenvolvimento entre os dois lados da fronteira o que influencia no surgimento de uma população flutuante que se desloca com o intuito de

acessar serviços públicos, entre eles, o sistema de saúde (Aikes; Rizzotto 2019). Os estudos demonstraram que a insatisfação dos gestores municipais em relação ao atendimento a essa população, decorre da desproporção entre recurso, demanda e oferta de serviços e apontam para a necessidade de políticas públicas que abarque a realidade fronteiriça dos municípios, assim como a utilização destes serviços pela população flutuante (Aikes; Rizzoto, 2018; Aikes; Rizzotto, 2019).

Além da perspectiva do financiamento, identificou-se que o desagrado causado pelo acesso do migrante aos serviços públicos de saúde pode estar conectado a concepção de etnicidade (Nascimento; Andradre 2018), que segundo Barth (2000), é definida como premissa ou sentimento de pertencimento a um determinado grupo étnico, o qual é composto por um conjunto de indivíduos que se identificam, entre outros, por similitudes culturais, sociais e biológicas e favorece a criação de fronteiras entre o "nós" e os "outros" na dinâmica relacional. A identificação de pertencimento ou não ao grupo se expande para o direito a acessar bens e serviços públicos, dentre eles a saúde. Uma situação de contradição, já que o direito do acesso aos serviços de saúde limitado apenas aos brasileiros não condiz com a perspectiva de saúde como direito universal produzida pelo Movimento da Reforma Sanitária (Arenhart; Rizzotto; Melara; Rosa, 2022) e constante nos aparatos jurídicos. A Constituição Federal de 1988 declara a igualdade dos indivíduos perante a lei e a garantia da inviolabilidade do direito à vida, tanto para os nacionais quanto para os estrangeiros. Também aponta que a saúde é direito de todos e que deve ser garantida pelo Estado. A lei orgânica de saúde além de reiterar que a saúde se caracteriza como um direito fundamental do ser humano, elenca a universalidade de acesso como uma de suas diretrizes.

## **Barreira de acesso aos serviços de saúde**

Os estudos indicaram que a exigência do Cartão Nacional de Saúde e do comprovante de residência para acessar o sistema de saúde são os principais mecanismos identificados como barreira de acesso (Nascimento; Andrade 2018; Aikes; Rizzoto 2019; Arenhart; Rizzotto; Melara; Rosa, 2022; Guerra; Ventura 2017). O Cartão Nacional de Saúde, também conhecido como Cartão SUS, foi criado pelo governo federal e instituído pela portaria 1.560 de 29 de agosto de 2002 com o intuito de

vincular o atendimento do paciente com os profissionais e os estabelecimentos de saúde em que o cuidado ocorreu.

O direito de posse e utilização desse documento é remetido aos brasileiros e estrangeiros residentes no país, porém, sua ausência não pode incorrer como impeditivo para o atendimento nos serviços de saúde (Brasil, 2002). Apesar do objetivo de sua criação, o cartão SUS tem sido utilizado como um instrumento de barreira de acesso tanto para os estrangeiros como para os brasileiros de outros municípios (Aikes; Rizzotto, 2019).

A exigência de comprovante de residência também se caracteriza como um empecilho no atendimento ao transfronteiriço e pode ser classificado como um instrumento de fronteirização seletiva que determina quem possui ou não o direito de acessar os serviços públicos de saúde (Aikes; Rizzotto, 2019). Importante salientar que dentre as diretrizes gerais a serem observadas pelos serviços de Atenção Primária à Saúde (APS) no atendimento ao migrante, consta que não se deve exigir documentos que possa impedir ou dificultar o acesso aos serviços de saúde e que a apresentação de documentação com foto ou comprovante de residência não é considerada imperativa para o atendimento (Brasil, 2024).

A solicitação desses documentos estimula a adoção de estratégias que visam burlar as barreiras de acesso, como o aluguel ou o empréstimo de comprovantes de residências realizadas por meio de uma rede de solidariedade formada por amigos ou familiares dos migrantes que residem no lado brasileiro da fronteira para que estrangeiros não residentes consigam acessar o sistema de saúde (Nascimento; Andrade, 2018; Zaslavski; Goulart, 2017). Essas redes de solidariedade desvelam a heterogenicidade existente nas relações transfronteiriças, pois, enquanto alguns nacionais percebem com desgosto o atendimento ao estrangeiro nos serviços de saúde, outros lhes dispõem o comprovante residencial para viabilizar o acesso (Nascimento; Andrade, 2018).

A restrição de acesso aos serviços de saúde conflitam com os princípios de universalidade, igualdade e integralidade do SUS, além da possibilidade de trazer prejuízo à saúde do indivíduo que, na incerteza de lograr o atendimento, por vezes acessa o sistema com casos agravados, necessitando de assistência de maior complexidade, dado que o não atendimento nesses casos se configura como omissão de socorro, o que é considerado crime pela legislação nacional (Novakowski; Naggio; Nilly,

2023; Aikes; Rizzotto, 2019; Nascimento; Andrade, 2018; Zaslavski; Goulart, 2017).

Percebe-se que o fluxo de atendimento tenciona a representação social para uma busca aos serviços apenas advinda no sentido “outros-nós”, porém, alguns estudos identificaram a busca de atendimento pelo brasileiro no outro lado da fronteira. Foi expressiva a busca relacionada ao acesso a procedimentos, como é o caso de mulheres que buscam o serviço de saúde na Guiana Francesa para a interrupção voluntária da gestação, já que em território francês a intervenção é legalizada até 14 semanas de gravidez. A disparidade existente na legislação entre os dois territórios relacionados à interrupção da gestação, motiva as mulheres brasileiras a buscar o procedimento no lado francês da fronteira (Mendes, *et al.* 2023). Ou ainda a realização de exames de imagem no país vizinho, sendo os indivíduos motivados pela morosidade das filas do SUS para a realização de alguns exames e pelos preços mais atrativos, quando comparados com os do território brasileiro (França, *et al.* 2023; França, *et al.* 2021).

## **Políticas públicas de saúde transfronteiriças**

Verificou-se a necessidade de políticas públicas eficazes que favoreçam a integração em saúde nas regiões de fronteiras e que sejam capazes de sanar o impasse relacionado ao acesso aos serviços de saúde do migrante. Dentre as estratégias destinadas a essas regiões, o Sistema Integrado de Saúde nas Fronteiras (SIS-Fronteiras) foi aquele que mais se destacou nos artigos analisados. Lançado em 2005 pelo governo federal brasileiro, o programa veio com o objetivo de avaliar a situação de saúde dos municípios de fronteiras e viabilizar a integração de ações e serviços de saúde (Santos-Melo; Andrade; Meirelles; Ortiga, 2020).

A implantação do SIS-Fronteiras buscou articular ações e acordos entre os países fronteiriços por meio de um diagnóstico situacional da saúde. Entretanto, a falta de diálogo entre os gestores dos diferentes países tornou o projeto unilateral e pouco resolutivo, uma vez que não houve abertura para as lideranças políticas municipais e estaduais terem voz nas discussões (Nascimento; Andrade, 2018). Ao longo do tempo, a estratégia foi sendo desarticulada pelo governo e atualmente não se encontra mais em execução.

Uma estratégia implantada no estado do Paraná, que ampliou os recursos para os municípios de fronteira foi a “Saúde do Viajante” que também foi descontinuada posteriormente (Santos; Rizzotto, 2019). A descontinuidade de estratégias em saúde destinadas a realidade dos municípios de fronteira é representada como um desmazelo do Estado frente à realidade dessas regiões e, diante disso, identificou-se a existência de acordos de cooperação em saúde transfronteiriços realizados entre os municípios de fronteira com o intuito de promover a integração dessas regiões (Santos-Melo; Andrade; Meirelles; Ortiga 2020; Arenhart; Rizzotto; Melara; Rosa 2022; Aikes; Rizzotto, 2018). Esses acordos são denominados de paradiplomacia e se caracterizam pela existência de relações internacionais protagonizadas por governos locais, porém, sem o apoio do governo federal. Apesar de serem comuns, não tem validade legal no território nacional brasileiro, uma vez que não foram acordados por meio do governo federal (Santos-Melo; Andrade; Meirelles; ortiga, 2020; Aikes; Rizzotto, 2018).

A inabilidade do Estado em implantar políticas públicas direcionadas às especificidades em saúde vivenciadas pelos municípios em região de fronteira, motiva os governos locais a proporem acordos transfronteiriços como uma alternativa para mitigar as iniquidades em saúde experienciadas nessas regiões e favorecem à manutenção da incerteza quanto ao acesso aos serviços de saúde pela população migrante.

## **Considerações finais**

O acesso aos serviços de saúde por estrangeiros não residentes constitui um desafio para os gestores do SUS, já que essa população flutuante, comum em região de fronteira, não é contabilizada pelo governo federal para o repasse de recursos financeiros. Apesar do ordenamento jurídico brasileiro declarar a saúde como direito de todos e a universalidade de acesso ser um dos princípios do SUS, o migrante ainda enfrenta barreiras relacionadas ao atendimento em saúde. Diante de tais barreiras e da necessidade de atendimento, é comum a utilização de subterfúgios para o acesso ao sistema de saúde, que são oportunizados pela inabilidade do Estado na implantação de estratégias que visem a integração da região e operacionalizados pelas redes de apoio erigidas entre os moradores dos dois lados da fronteira.

A adoção de subterfúgios pela população flutuante para alcançar o atendimento em saúde desvela a necessidade da discussão e implantação de políticas públicas que favoreçam a efetiva integração das regiões de fronteiras e contribuam para a superação das assimetrias sociais e de desenvolvimento existentes nessas regiões. Ainda que o “SIS Fronteiras” e a “Saúde do Viajante” foram iniciativas importantes relacionada ao repasse de recursos e contribuíram para dar maior visibilidade aos desafios em saúde vivenciados nas áreas de fronteiras, foram estratégias pontuais e que pouco oportunizaram o protagonismo dos gestores municipais e o estreitamento das relações com os países vizinhos.

A dualidade existente entre universalização de saúde e a não contemplação da população flutuante das áreas de fronteiras no repasse de recursos financeiros federais necessita ser superada. Para tal, é essencial a discussão e implantação de políticas públicas que favoreçam o protagonismo dos governos locais, a integração das áreas fronteiriças e a cooperação fronteiriça em saúde com o intuito de mitigar as barreiras de acesso e contribuir para o alcance da universalização da saúde.

## Referências

AIKES, S.; RIZZOTTO, M.L.F. Acesso do transfronteiriço aos serviços de saúde em cidades gêmeas do Paraná. **Cienc. Cuid. Saúde**, 18 (4): e43582, 2019. DOI:10.4025/cienccuidsaude.v18i4.43582. Acesso em: 14 Jul. 2024.

AIKES, S.; RIZZOTTO, M.L.F. Integração regional em cidades gêmeas do Paraná, Brasil, no âmbito da saúde. **Cad Saúde Pública**, 34 (8): e00182117, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00182117>. Acesso em: 06 jul. 2024.

ALBUQUERQUE, J.L. Migração, circulação e cidadania em território transfronteiriço: os brasiguaios na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. **Rev. TOMO**, 26: 97-122, 2015.

ALBUQUERQUE, J.L.C. Fronteiras e identidades em movimento: fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil. **Rev. Cad. CERU** 19 (2): 49-63, 2008.

ARENHART, C.G.M.; RIZZOTTO, M.L.F.; MELARA, M.; ROSA, A. Representações sociais do direito à saúde na fronteira trinacional. **Ciência**

e **Saúde Coletiva**, 27 (11): 4233-4241, 2022. DOI: 10.1590/1413-812320222711.08702022. Acesso em: 14 jul. 2024.

BARTH, F. **O guru, o iniciador e as outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BOTELHO, L.L.R.; CUNHA, C.C.A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, 5 (11): 121-136, 2011. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL. Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Lei nº 8080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 de setembro de 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária em Saúde. Departamento de Estratégias e Políticas de Saúde Comunitária. **Nota Técnica nº 08**. Brasília: 2024.

BRASIL. **Portaria nº 1.560**, de 29 de agosto de 2002. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 30 ago. 2002, n. 168, Seção 1, p. 84-85.

ERCOLE, F.F.; MELO, L.S.; ALCOFORADO, C.L.G.C. Integrative review versus systematic review. **REME**, Belo Horizonte, 18 (1): 9-11, 2014. DOI: 10.5935/1415-2762.20140001. Acesso em: 02 jul. 2024.

FRANÇA, A.F.O. *et al.*. Câncer de mama: atributos essenciais na atenção primária à saúde em região de fronteira. **ABCS Health Sci.**, 48: e023231, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7322/abcshs.2021191.1905>. Acesso em: 20 jul. 2024.

FRANÇA, A.F.O. *et al.*. Itinerário terapêutico de mulheres com câncer de mama em município de fronteira. **Rev. Bras. Enferm.**, 74 (6): e20200936, 2021. <https://doi.org/10.7322/abcshs.2021191.1905>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GADELHA, C.A.G.; COSTA, L. Integração de fronteiras: a saúde no contexto de uma política nacional de desenvolvimento. **Cad Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, supl.2, p. S214-S226, 2007. DOI:



<https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001400011>. Acesso em: 02 jul. 2024.

GUERRA, K.; VENTURA, M. Bioética, imigração e assistência a saúde: tensões e convergências sobre o direito humano a saúde no Brasil na integração regional dos países. **Cad Saúde Colet**, 25 (1): 123-129, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462x201700010185>. Acesso em: 06 jul. 2024.

LANGER, C.; FERNANDEZ-GOTTEZ, M. Boundaries, Borders and Frontiers: Contemporary and Past Perspectives. **eTopoi. Journal for Ancient Studies**, 7,; 33-47, 2020. DOI: <https://dx.doi.org/10.17169/refubium-28207>. Acesso em: 02 jul. 2024.

MARTIN, J.S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MENDES, K.D.S; SILVEIRA, R.C.C.P; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enferm.**, 17 (4): 758-764, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MENDES, L.M.C. *et al.* Vulnerabilidades para o adoecimento de mulheres em garimpos na fronteira do Escudo das Guianas. **Rev. Esc. Enferm. USP**, 57:e20230010, 2023. <https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2023-0010en>. Acesso em: 20 jul. 2024.

NASCIMENTO, V.A; ANDRADE, S.M.O. As armas dos fracos: estratégias, táticas e repercussões identitárias na dinâmica do acesso à saúde na fronteira Brasil/Paraguai. **Rev. Horiz. Antropológico**, 24 (50): 181-214, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

NOVAKOWISKI, R.D.F.; BAGGIO, M.A.; ZILLY, A. Atenção puerperal em uma região de fronteira: fragilidades agravadas pela pandemia de COVID-19. **Esc. Anna Nery**, 27: e20220323 . DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2022-0323pt>. Acesso em: 16 jul. 2024.

ROMAN, A.R; FRIEDLANDER, M.R. Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. **Cogitare Enferm.**, 3 (2): 109-112, 1998. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/44358/26850>. Acesso em: 06 jul. 2024.

SANTOS-MELO, G.Z.; ANDRADE, S.R.; MEIRELLES, B.H.S.; ORTIGA, A.M.B. Integração em saúde: cooperação na tríplice fronteira internacional amazônica. **Rev. Saúde Pública**, 54 (5): 1-11, 2020. DOI: <https://doi.org/10.7322/abcshs.2021191.1905>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SOUZA, E.B.C.; GEMELLI, B. Território, região e fronteira: análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai. **Rev. Bras. Estudos Urbanos e Regionais**, 13(2): 101-116, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p101>. Acesso em: 02 jul. 2024.

ZASLAVSKI, R.; GOULART, B.N.G. Migração pendular e atenção à saúde na região de fronteira. **Cienc. Saúde Coletiva**, 22(12): 3981-3986, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.03522016>. Acesso em: 14 jul. 2024.

# Imigrantes na escola: região de fronteira em evidência no processo de (des)integração com o outro

Maria Aparecida Pereira Brandão<sup>1</sup>  
Isis Ribeiro Berger<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo apresentar reflexões acerca do conceito “fronteira em movimento”, observando possíveis relações estabelecidas com imigração e educação. Levando em consideração a genealogia dos debates sobre fronteira, explorando as perspectivas teóricas e metodológicas que abordam as fronteiras, o presente artigo utiliza como textos-base os livros *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* de José de Souza Martins (2009), *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento* de Otávio Guilherme Velho (2009) e o artigo *Nação e integração nas escolas de fronteira: a mobilidade docente e a aprendizagem das línguas nacionais entre o Brasil e a Argentina* de Flávia Alves de Sousa e José Lindomar C. Albuquerque (2019).

**Palavras-chave:** Fronteira. Escola. Imigração. Língua.

## Immigrants at school: border region in evidence in the process of (dis)integration with others

**Abstract:** This article aims to present reflections on the concept of “moving border”, observing possible relationships established with immigration and education. Taking into account the genealogy of debates on borders, exploring the theoretical and methodological perspectives that

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Sociedade, Cultura e Fronteira. Professora de História na rede estadual de ensino do Paraná.

<sup>2</sup> Doutora. Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Sociedade, Cultura e Fronteira. Orientadora.

address borders, this article uses as base texts the books *Border: the degradation of the other in the confines of the human* by José de Souza Martins (2009), *Authoritarian capitalism and peasantry: a comparative study from the moving border* by Otávio Guilherme Velho (2009) and the article *Nation and integration in border schools: teacher mobility and learning of national languages between Brazil and Argentina* by Flávia Alves de Sousa and José Lindomar C. Albuquerque (2019).

**Keywords:** Border. School. Immigration. Language.

## Introdução

O interesse pelo espaço escolar e pela fronteira enquanto campo de pesquisa é algo frequente, o diferencial deste artigo é tentar fazer uma reflexão envolvendo teóricos da fronteira interna em expansão, relacionando-os, na medida do possível, a processos migratórios internacionais/transfronteiriços.

José de Souza Martins (2009) destaca em sua obra *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* usa a escuta ativa do sujeito oprimido, referindo-se aos grupos como aqueles “do lado de cá” (Martins, 2009, p. 9), os chamados civilizados e aqueles “do outro lado” (Martins, 2009, p. 10), correspondendo aos diversos grupos étnicos de camponeses e indígenas. Neste estudo, Martins (2009) aborda a expansão da fronteira interna em diferentes locais brasileiros, mas em momentos similares, visualizando um movimento causador de desumanização e a negação do outro. Em linhas gerais, a forma de exploração do território ocorre pela reprodução das mesmas formas de escravidão que se configura como um nível aprofundado de exploração para a acumulação primitiva no interior da reprodução ampliada do capital.

O antropólogo Otávio Guilherme Velho (2009) em sua obra *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento* explora temas como capitalismo autoritário e o campesinato a partir do estudo comparativo e teórico, trazendo algumas categorias e relações gerais do movimento para Oeste nos Estados Unidos no século XIX e do movimento russo para a Sibéria no século XIX e início do século XX. O intuito é encontrar elementos que ajudem a entender o desenvolvimento brasileiro no aspecto político, econômico e social considerando a fronteira em movimento.

Os dois autores, Martins (2009) e Velho (2009), se tornam imprescindíveis para entender/relacionar a formação da nação e a (des)integração na região de fronteira, como foi realizado por Flávia Alves de Sousa e José Lindomar C. Albuquerque (2019). Embora os textos abordem espaços diferentes, é possível perceber proximidades nas narrativas.

O desenvolvimento do artigo é iniciado com a abordagem do livro *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento* de Otávio Guilherme Velho (2009) destacando como regiões de fronteira influenciaram o desenvolvimento capitalista e como a produção capitalista se estabelece a partir do trabalho no campo. Em seguida, por meio do livro de *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* José de Souza Martins (2009) discorro sobre a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios dos povos indígenas destacando a técnica metodológica desenvolvida pelo autor em suas pesquisas, a pedagogia investigativa, que permite a escuta do outro e desmistifica a personalidade do pioneiro para incluir nas reflexões o município de Medianeira/PR que está localizado em uma região fronteira e vivencia diversos processos migratórios fomentados pela busca de vagas de trabalho contínuas no circuito industrial da cidade. Importante tratar nesse momento das leis e políticas públicas que influenciam a vida de imigrantes. Dessa forma torna-se importante analisar o espaço escolar em regiões fronteiriças, pois os filhos de imigrantes acessam o ensino público. Finalizo com o artigo *Nação e integração nas escolas de fronteira: a mobilidade docente e a aprendizagem das línguas nacionais entre o Brasil e a Argentina*, escrito por Flávia Alves de Sousa e José Lindomar C. Albuquerque (2019) que explora o processo de produção de fronteiras políticas, culturais e simbólicas a partir da observação etnográfica de práticas docentes nas salas de aula e do acompanhamento das mobilidades transfronteiriças das professoras. Assim, passamos as reflexões.

## **Região de fronteira em evidência no processo de (des)integração com o outro**

O livro *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento* de Otávio Guilherme Velho (2009) nos explica como regiões de fronteira influenciaram o desenvolvimento capitalista e como a produção capitalista se estabelece a partir do trabalho.

Ao longo da história brasileira a ação do Estado em políticas públicas para ocupação do território fronteiriço esteve atrelada a intervenção do Estado com venda de partes do território para colonizadoras, por exemplo. Velho (2009) considera diferentes tipos de desenvolvimento capitalista. Um está ligado as revoluções burguesas que podemos considerar “como a supremacia dum desenvolvimento capitalista burguês sobre o outro, mais próximo organicamente do passado, mas que não se esgotava nele.” (Velho, 2009, p. 27). Nesse sentido, com a formação do sistema internacional europeu ocorreu a dominação de forma desigual e combinada do autoritarismo, onde pouco a pouco sobre o desenvolvimento burguês tornava-se necessariamente centralizado. Em outras palavras, para Otávio Velho (2009) o capitalismo autoritário foi resultado da pressão do sistema internacional controlado pelo capitalismo burguês, e pelo autoritarismo representado pela dominação geral e institucionalização de um sistema de repressão da força de trabalho, enfim “um modo autoritário de desenvolvimento capitalista” (Velho, 2009, p. 34).

Velho (2009) ao articular o político e o econômico e comparar o capitalismo burguês com o capitalismo autoritário, caracteriza este por uma dominação particularmente intensa da instância política, nele as forças produtivas na esfera internacional age sobre o político no interior da formação nacional, já nesta formação o político mantém alto grau de autonomia acerca do econômico e com competência de agir sobre ele. Voltando a dominação de forma desigual e combinada do autoritarismo Velho (2009) traz para a reflexão o caso da Rússia e ressalta que

Nos países “atrasados” o desenvolvimento não seguiu exatamente os mesmos passos que nos países “adiantados”. Foi capaz e mesmo forçado a se apropriar, como uma espécie de empréstimo, da tecnologia avançada, saltando etapas a fim de tentar acompanhar o nível capitalista geral. Este é também um efeito do desenvolvimento desigual e combinado (Velho, 2009, p. 37).

Assim, por meio do caso russo o autor procura compreender as relações de campesinato, fronteira e capitalismo autoritário destacando que

Em termos das nossas categorias parece ser mais “próximo” do caso brasileiro, sendo ao mesmo tempo menos conhecido e levado em conta para propósitos comparativos entre nós. O nosso interesse, no entanto, prosseguirá sendo sobretudo comparativo e teórico. Poderíamos ter escolhido outro caso para a nossa discussão. Mas o desenvolvimento capitalista autoritário russo possui a vantagem para nós de ter sido acompanhado por um debate político particularmente rico e de ter incluído um vasto movimento de fronteira comparável em escala às fronteiras americana e brasileira (Velho, 2009, p. 54).

Em síntese, Velho (2009) explica que no caso russo a fronteira era do tipo aberta, mas controlada, sua abertura era parte de uma política de liberação gradativa da força de trabalho, esperava-se que as tendências do tipo americanos ali se desenvolvem-se também. Assim, a fronteira era vista como um *locus* para o estabelecimento de uma população excedente de camponeses pobres para o desenvolvimento da pequena agricultura, e “como um *locus* privilegiado para transformações capitalistas no seio do campesinato, sem sofrer impedimentos da parte de um velho sistema de propriedade da terra, devido à abundância de terras abertas àqueles que teriam dificuldade em acumular nas regiões de origem.” (Velho, 2009, p. 88). Expansão militar na região fronteira, colonização livre com camponeses fugindo da servidão e buscando terras livres, colonização compulsória de condenados são características do caso russo, podemos observar semelhanças com o caso brasileiro. Chama a atenção também que segundo Velho (2009) foi a Sibéria uma das regiões do império russo onde o movimento cooperativista e a mecanização agrícola mais se desenvolveram.

segundo Velho (2009) apresentam diferenças que geralmente são reduzidas as formas iniciais de colonização: povoamento (sistema baseado no trabalho livre e na economia familiar) e exploração (sociedade baseada na mão-de-obra escrava, que produzia para a exportação, somada a um sistema de repressão da força de trabalho).

Na perspectiva de Velho (2009) a questão não é simples. Um ponto a se considerar é que não ocorreu uma forte oposição por parte da Inglaterra no século XVII da transferência em massa de ingleses para a colônia na América. Neste sentido, o autor afirma que “não havia escassez de mão-de-obra na Grã-Bretanha e havia até o que se poderia considerar

uma população excedente” que não causaria prejuízo a mão de obra barata para à indústria inglesa. Dessa forma, “a independência americana parece ter sido de certa maneira menos uma reação contra condições existentes e mais uma reação contra a imposição de novas limitações” (Velho, 2009, p. 102). Já o Brasil, como colônia de *plantation*, era uma fonte de acumulação primitiva capitalista, onde parte do excedente extraído era enviado à Inglaterra. Velho (2009) chama de colônia britânica “oculta” principalmente no tocante as exportações de ouro (Velho, 2009, p. 102/103). Seguindo este e outros critérios, Velho (2009) demonstra que a formação da fronteira no Brasil possui singularidades da formação nos EUA e na URSS.

No Brasil, ao se ajustar ao cenário internacional com a independência política de Portugal, “a natureza da dominação política dentro do país basicamente não se alterou; apenas alguns de seus agentes. As mudanças que se deram foram principalmente mudanças no interior da classe dominante”, assim, o domínio oligárquico prevalecia (Velho, 2009, p. 111).

As atividades desenvolvidas eram principalmente o *plantation*, mas havia exploração mineral, coleta de especiarias da floresta, criação de gado (terras inférteis, interiorização, expansão territorial), campesinato marginal. Estas atividades eram semelhantes ou subordinadas à *plantation*, ou se constituíram como forma de subsistência e de maneira marginal (Velho, 2009, p. 104). A exploração mineral, coleta de especiarias da floresta, criação de gado, campesinato marginal “foram largamente responsáveis pela extensão de nossas fronteiras políticas muito além do domínio físico efetivo da *plantation* e dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas.” (Velho, 2009, p. 105). A ocupação política do território, não ocupação efetiva do território. Isso leva a alguns autores fazerem uso de “frentes pioneiras” ou de forma mais radical “frentes de expansão” (Velho, 2009, p. 105).

No capítulo *Marcha para oeste* Velho (2009) relata que “Nos anos 40 e 50 a principal área de fronteira efetiva no Brasil ainda se ligava à expansão do café.” (Velho, 2009, p. 143) e que devido a redução da fertilidade do solo causada por seu plantio, o seu cultivo foi causa de deslocamento do seu ponto inicial de plantio para outras regiões do território brasileiro. Assim, inicia-se no Rio de Janeiro (século XIX), desloca-se para São Paulo (século XIX – década de 1950) e chega ao Paraná causando grande crescimento econômico e demográfico; a população do Paraná “cresceu 71,12% no período 1940-50 e 102,21% em



1950-60”, (Velho, 2009, p. 144) sendo que “no final dos anos 60 a fronteira já alcançava o limite ocidental do Paraná e havia mesmo uma tendência a atravessar a fronteira e prosseguir o avanço no vizinho Paraguai.” (Velho, 2009, p. 144), mas

O café não era a única razão desse crescimento, havia também a exploração madeireira e a pequena agricultura. Mas em geral, essas outras atividades tendiam a dar lugar ao café e retrospectivamente poderiam ser vistas como uma *avantgarde* de camponeses marginais, (...), que juntamente com as firmas madeireiras abriram o caminho para o café. No caso da pequena agricultura essa substituição por vezes envolveu o uso de violência e em alguns casos o governo foi forçado a intervir e buscar um compromisso. Nos anos 50 as áreas de fronteira no Paraná (juntamente com as de Goiás e do Maranhão) estiveram entre as mais explosivas no meio rural brasileiro. O café, no entanto, em geral dominava; pelo menos até o final da década de 60, quando passou a ser substituído por outros produtos comerciais (como a soja) que continuaram a ser cultivados principalmente em propriedades médias e grandes. (Velho, 2009, p. 143-144).

A pequena propriedade também teve certa estabilidade, mas com agricultores de origem estrangeira oriundos de seus núcleos iniciais em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul (Velho, 2009, p. 144). Na década de 1960 Ben (2011) ao discorrer especificamente sobre o oeste paranaense em pesquisa de mestrado *os “Nós” da territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no oeste paranaense* relata que esse espaço era visto pelo poder público “como grande potencial para ampliar a fronteira agrícola, mesmo sendo a região habitada por povos indígenas que viviam da coleta e da caça” (Ben, 2011, p. 42).

Dessa forma, segundo a autora a Igreja, o governo e a empresa colonizadora ao se apropriarem do espaço efetivaram (re)produção de relações de poder, entende que:

A territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar em Missal – Medianeira, teve papel fundamental para desenvolver a proposta do governo. Estimulada por programas desenvolvidos com maior destaque a partir da

década de 1907, a agricultura foi sendo desenvolvida nas pequenas propriedades e a territorialização da modernização da agricultura foi sendo gradativamente introduzida pelo cooperativismo (Ben, 2011, p. 43).

A autora ainda destaca que agroindustrialização implementou lavouras especializadas que provocaram o desaparecimento das lavouras de subsistência, assim “foi reestruturado um novo modo de produzir e de se organizar socialmente” (Ben, 2011, p. 58), ou seja, o desenvolvimento da territorialização do capitalismo no campo onde a doutrina de seus associados “passa por um processo de reformas e passa a seguir lógicas capitalistas, (re)produzindo a subordinação do modelo agrícola ao setor urbano-industrial.” (Ben, 2011, p. 29). Atualmente, podemos considerar que temos em nossa região de fronteira grandes latifúndios em pequenas propriedades familiares, quando pequenos produtores produzem o que é de interesse das cooperativas. Exemplo disso pode ser percebido também na pesquisa de mestrado de Suzim (2023) *Cooperativismo em evidência: o caso da Lar Cooperativa Agroindustrial* ao analisar o crescimento do número de associados da Lar Cooperativa Agroindustrial (LAR) de 2006 (8.992 associados) a 2022 (13.004 associados), crescimento de 44,62%. Sobre a estrutura fundiária dos associados ao considerar 2014 a 2022, Suzim (2023, p.61) identifica que “a maior parte dos associados são pequenos e médios produtores rurais.”. Nesse sentido relata:

Na estrutura fundiária tem-se a divisão realizada pela própria Cooperativa entre: até 10 hectares (ha); de 11 a 20 ha; de 21 a 30 ha; de 31 a 60 ha; de 61 a 100 ha; de 101 a 500 ha; acima de 500 ha. Dentro do período analisado, comparando 2014 com 2022, a estrutura fundiária aumentou em número de associados, sendo: com "até 10 ha" com 46,8% de crescimento; "de 11 a 20 ha" com 19,21%; "de 21 a 30 ha" com 17,67%; "de 31 a 60 ha" com 12,51%; "de 61 a 100 ha" com 55,38%; "de 62 101 a 500 ha" com 96,48% e "acima de 500 ha" com 153,90% de crescimento.” (Suzim, 2023, p. 61-62).

Para Martins (2009), a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios dos povos indígenas é o “(...) modo pelos quais se dá o processo de reprodução ampliada do capital, o da sua expansão territorial.

Um outro momento desse modo de expansão tem sido o que se dá através do deslocamento das chamadas frentes pioneiras. Ambas, na verdade, são faces e momentos distintos da mesma expansão” (Martins, 2009, p. 24), movimento de expansão territorial que resultou no massacre das populações nativas. Sobre a dialética de fronteira as repercussões políticas da conflitividade da frente de expansão não devem ser vistas somente sob o olhar dos aspectos materiais e econômicos e não ter o pressuposto “de que as sociedades indígenas apenas se preservam no confronto, não se deixam de algum modo invadir e modificar pela mediação direta ou indireta do estranho e do eixo definidor de sua presença invasiva e violenta, que é a propriedade da terra.” (Martins, 2009, p. 26).

O livro *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* de José de Souza Martins (2009) se torna referência no estudo sobre fronteira ao ser resultado de trinta anos de pesquisa nas frentes pioneiras brasileiras com técnicas artesanais de investigação e de inserção pedagógica temporária nos grupos e comunidades estudados. Chama a atenção também a técnica “pedagogia investigativa” desenvolvida por Martins (2009), na qual

O pesquisador desencadeia a investigação a partir das perguntas que o grupo estudado lhe faz, perguntando através de respostas para obter novas perguntas. Deixando-se interrogar e, assim, transformando-se em objeto de indagação, de deciframento do mundo de onde vem e de que faz parte, mundo que vítima esse tipo de população, mundo cuja lógica e cujas relações sociais dilaceram e condenam o mundo do camponês e do índio. Trata-se de um modo de conhecer através da vontade de conhecer e de se conhecer da própria população estudada. Desse modo é possível fazer com que o grupo estudado formule por meio de suas indagações a compreensão que tem dos acontecimentos de que é protagonista e da situação em que vive e assim exponha também seu modo de compreender e de conhecer - seu modo de produzir conhecimento, os parâmetros e critérios de sua consciência social. As perguntas que o pesquisador precisa e pode fazer, ao grupo cuja situação estuda, vem na sequência de suas respostas indagativas, a partir das chaves de indagação e de explicação que os membros do grupo já lhe ensinaram (Martins, 2009, p.11/12).

A metodologia adotada por Martins (2009) permite a escuta do outro e desmistifica a “personalidade do pioneiro, do suposto herói da conquista das novas terras” (Martins, 2009, p.12), evidenciando “o aspecto trágico da fronteira, que se expressa na mortal conflitividade que a caracteriza, no desencontro genocida de etnias e no radical conflito de classes sociais, contrapostas não apenas pela divergência de seus interesses econômicos, mas sobretudo pelo abismo histórico que as separa” (Martins, 2009, p.13).

Nesse sentido, Martins (2009) esclarece que é “na fronteira que se pode observar melhor como as sociedades se formam, se desorganizam ou se reproduzem. (...) Na fronteira, o homem não se encontra – se desencontra” (Martins, 2009, p.10). A centralidade de vários estudos no pioneiro acaba por desumanizar a vítima, figura central e metodologicamente explicativa. Com isso, Martins (2009) está se referindo “à alteridade e à particular visibilidade do *outro*, daquele que ainda não se confunde conosco nem é reconhecido pelos diferentes grupos sociais como constitutivo do nós. (...) à liminaridade própria dessa situação, a um modo de viver no limite, na fronteira, e às ambiguidades que dela decorrem” (Martins, 2009, p.11).

É comum perceber na narrativa mestra paranaense e em suas regiões de fronteira, por exemplo, essa centralidade na figura dos “pioneiros”, muitas vezes relacionados as empresas colonizadoras e a descendentes de migrantes europeus. A presença de indígenas e seus descendentes na história oficial é apagada, desvalorizada, desumanizada para que os “desbravadores”, os supostos “pioneiros” prevaleçam, perpetuem. Ainda nesse sentido, ao pesquisar fronteira ou regiões fronteiriças não podemos nos limitar somente ao aspecto geográfico. Martins (2009, p.11) chama a atenção para a existência da fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem e destaca a fronteira do humano, e nesta se configura o “outro”.

Nesse sentido, pode-se relacionar o que foi dito por Michel de Certeau (1998), historiador de prática interdisciplinar. No livro *A invenção do cotidiano* ele enfatiza a importância do exercício da escuta e da palavra do outro ao buscar e entender a alteridade, como o outro se produz pela linguagem que resulta em uma relação dialógica. Ao pensar a imigração em região de fronteira no espaço escolar, é preciso pensar o outro enquanto aquele que se faz presente em nossa vida em determinado

tempo e espaço. Além disso, precisamos também entender que a imagem projetada de outros povos e de nós mesmos quando éramos crianças são incorporados novos conhecimentos ao longo de nossas vidas.

Martins (2009) destaca que

É praticamente impossível desvendar os segredos mais profundos da situação de fronteira, sua dimensão sociológica mais densa e significativa, com os instrumentos habituais da investigação reduzidos à ficção da neutralidade ética e da indiferença profissional e fingida do pesquisador. Em face dos confrontos radicais do humano e, sobretudo, em face da morte constantemente presente, é impossível pesquisar e conhecer por meio da hipocrisia convencional e pasteurizada das recomendações de manual. Sem aceitar a radicalidade do confronto que define a situação social da fronteira não se pode desvendar as fundamentais revelações sociológicas que essa radicalidade pode fazer (Martins, 2009, p.14).

Nesta perspectiva, pesquisas no âmbito escolar, com alunos imigrantes em região de fronteira, se tornam importantes e justificáveis, pois desconstruir estereótipos não é uma tarefa fácil, mas necessária. Nesse sentido, investigações com abordagem teórico-metodológico na Pesquisa Narrativa fundamentada em Clandinin e Connelly (2015) se torna uma opção. Para os autores, em se tratando de experiência humana, a pesquisa narrativa significa a possibilidade de construção de outras compreensões acerca das nossas experiências. Para esses pesquisadores (2015) a “narrativa é o melhor modo de representar e entender a experiência (...) porque o pensamento narrativo é uma forma-chave de experiência e um modo-chave de escrever e pensar sobre ela. (...) Assim, dizemos que o método narrativo é o fenômeno e o método das ciências sociais” (Clandinin; Connelly, 2015, p. 48).

O ir e vir, vir e ir, e o ficar está presente nas relações humanas, mas em regiões de fronteira estão submetidas as especificidades de cada região fronteiriça e estão condicionadas as leis de cada país. Se, em se tratando de fronteira “todo estranho é um inimigo.” (Martins, 2009, p.15), como superar o estranhamento de quem chega e de quem está na região fronteiriça?

Martins (2009) esclarece que em povoados do Norte, o “chegante não é simplesmente quem chega, mas quem chega para ficar, para se tornar membro do grupo, quem compartilha solidariamente e fisicamente o destino dos que estão em busca de um lugar. Quem chega e vai embora não fica, pois, na concepção local, nem mesmo chegou. Apenas passou” (Martins, 2009, p. 15). Poético. Real. Interessante pensar: Esse conceito “chegante” se aplica à região fronteira da tríplice-fronteira (Brasil, Argentina, Paraguai)?

O município de Medianeira/PR está localizado em uma região fronteira e vivencia diversos processos migratórios. No lugar onde atuo como professora, observo que a cidade enfrenta situações de imigração comuns aos territórios vizinhos, o circuito industrial formado por empresas, como, a Lar Cooperativa Agroindustrial (filiada à Frimesa), a Frimesa Cooperativa Central do Oeste Paranaense, a Ninfa Indústria de Alimentos Ltda, a Dabol Indústria e Comércio de Móveis Ltda e a Alimentos Friella atraem imigrantes em busca de vagas de trabalho de maneira contínua.

O ensino público se torna acessível aos filhos dos imigrantes por meio da Lei de Migração nº 13.445 de 24 de maio de 2017 (Brasil, 2017), na qual ao tratar dos princípios em seu Art. 3º sobre a política migratória brasileira que rege os princípios e as diretrizes, no parágrafo XI traz “acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” (Brasil, 2017), e ao tratar das garantias traz em seu Art. 4º, parágrafo X que está assegurado o “direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (Brasil, 2017).

No sentido de garantir o direito referente a educação dos imigrantes elencados na Lei 13.445/2017, o Estado do Paraná tem vigente o II Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná - 2022/2025 (Paraná, 2022). No Eixo I (Paraná, 2022, p. 28-35) trata sobre as metas previstas para migrantes, refugiados e apátridas no âmbito da Educação, entre elas, destacamos: promoção de cursos de língua portuguesa para migrantes e de línguas estrangeiras para brasileiros; promoção de cursos de qualificação em línguas e formação para professores e profissionais que atuam com esses estudantes; construção de documento orientador referente à matrícula; enfretamento da xenofobia e intolerância; criação de bolsas permanência; levantamento e mapeamento de dados sobre o

ingresso/matrículas na rede de educação; elaboração e apresentação de relatório situacional sobre presença e acolhimento nos estabelecimentos de ensino; apresentação de propostas referentes ao acolhimento e permanência na rede pública do Estado do Paraná; fortalecimento do Departamento de Proteção e Promoção de Direitos Humanos na Secretaria Estadual de Educação.

Atualmente, as escolas estaduais do paranaense seguem a deliberação nº09/01 do Plano Estadual de Educação do Paraná que garante aos estudantes imigrantes o acesso à educação paranaense, mesmo que não tenha nenhum documento que comprove sua escolaridade. Consequentemente, pode haver matrícula de ingresso por transferência e em regime de progressão parcial; aproveitamento de estudos; classificação e reclassificação; adaptações; revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e regularização de vida escolar em estabelecimentos que ofertem Ensino Fundamental e Médio nas suas diferentes modalidades. A Instrução Normativa Nº 001/2022 da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte do Paraná, normatiza os procedimentos para efetivação das matrículas, nas instituições de ensino da rede pública estadual de educação básica e nas instituições de ensino de educação básica - modalidade educação especial, para o ano letivo de 2023, orienta no item 3.22.3 a documentação obrigatória para matrícula inicial na rede estadual de ensino que são a Carteira de Identidade (RG) para maiores de 16 anos, ou Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) ou Registro Nacional Migratório (RNM) ou Protocolo de Solicitação de Refúgio ou Documento que identifique o estudante; e CPF do responsável legal ou Registro Nacional Migratório (RNM/Protocolo de Solicitação de Refúgio). Observa-se que até o momento no local onde atuo, as orientações dadas pela SEED são na perspectiva de ingresso do estudante estrangeiro no espaço escolar, mas não na perspectiva de acolhimento, permanência e processo de ensino-aprendizagem.

Ainda sobre a questão do direito à educação encontra-se em trâmite o Projeto de Lei nº 1117/2022 (Brasil, 2022) que “Dispõe sobre o direito à educação de estudantes na condição de migrantes, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas.”, propõe a alteração da Lei nº 9.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em 09/08/2023 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) recebeu do Relator voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa. Vale destacar também que em 29 de maio de 2024 o governo brasileiro instituiu a Política Nacional de Fronteiras e o seu comitê

Nacional – PNFRon por meio do Decreto nº 12.038, buscando “orientar as ações do Poder Executivo federal para a atuação coordenada com os entes federativos e com as instituições privadas, com vistas à promoção da segurança, do desenvolvimento sustentável, da integração regional, dos direitos humanos, cidadania e proteção social nas fronteiras brasileiras.” (Brasil, 2024).

Percebe-se que as Leis e as políticas públicas têm avançado com princípios, diretrizes, garantias, e metas, espera-se que todo esse arcabouço teórico se evidencie na prática cotidiana escolar. Sobre esse assunto uma das possíveis formas de investigação me parece ser destacada por Martins (2009), quando ele destaca que “são os que em público e diante do estranho permanecem em silêncio: as mulheres, as crianças, os velhos, os agregados da casa, os dependentes, os que vivem de favor. Ou os mudos da história, os que não deixam textos escritos, documentos.” (Martins, 2009, p. 104).

Martins (2009) em sua pesquisa sobre fronteiras relata que sempre chamou sua atenção um grupo numeroso e atento de crianças que “aparentemente, não se sentia no direito de falar e perguntar” (Martins, 2009, p. 105); as crianças que não falavam durante as conversas/entrevistas com os adultos, mas ouviam. Então, ao perguntar, estimular a fala das crianças sobre acontecimentos dramáticos que envolviam, entre outros, seus pais e a si mesmas, como “as migrações por centenas e até milhares de quilômetros de um ponto a outro do país, na direção da fronteira, em busca de um lugar de paz e trabalho; a violência de policiais e pistoleiros contra os trabalhadores pobres, expulsos da terra, torturados, saqueados; a miséria e a fome. Neste capítulo falo da fala das crianças, que por meio dela me falam (e nos falam) do que é ser criança (e adulto) nas remotas regiões das frentes de ocupação do território, em distantes pontos da Amazônia” (Martins, 2009, p. 105), recolheu materiais de entrevistas gravadas e de depoimentos escritos pelas crianças e adolescentes nos quais identificou que

O estímulo a que as crianças escrevessem pequenos depoimentos, sobre a migração e o novo lugar, revelou uma grande vontade de falar, uma surpreendente informação sobre os acontecimentos e sobre os limites e possibilidades de suas vidas, além de uma discreta, mas clara, crítica aos adultos por excluírem-nas das discussões sobre o que estava acontecendo. Nas entrevistas gravadas foram tímidas. Mas confirmaram com mais clareza de expressão o amplo



conhecimento das ocorrências. A fala das crianças foi uma fala tristemente adulta, privada da inocência infantil que eu, ingenuamente, imaginava encontrar nelas. Fala de crianças habituadas a serem empurradas, até pela violência, como narraram algumas, pelas estradas sem rumo e sem fim, em busca de um lugar para viver, lentamente e desde muito cedo apreendendo na poeira dos caminhos que são estrangeiras na própria pátria (Martins, 2009, p. 107-108).

Martins (2009) conseguiu ter em seu trabalho a criança por testemunha na questão do trabalho e na ideia de tempo, constatando que a criança filha de posseiro é uma representação do adulto. Assim, como já dito anteriormente, reitero a importância da pesquisa ética com alunos imigrantes no espaço escolar dando o devido protagonismo a esses participantes.

O artigo *Nação e integração nas escolas de fronteira: a mobilidade docente e a aprendizagem das línguas nacionais entre o Brasil e a Argentina*, escrito por Flávia Alves de Sousa e José Lindomar C. Albuquerque (2019), explora o processo de produção de fronteiras políticas, culturais e simbólicas a partir da observação etnográfica de práticas docentes nas salas de aula e do acompanhamento das mobilidades transfronteiriças das professoras. Para tanto, utilizam de entrevistas com diretoras, coordenadoras e professoras; e conversas com alunos nas duas instituições educativas, entre os anos de 2013 e 2014. Não suficiente, também realizam análise de documentos oficiais do Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF), produzidos pelos governos do Brasil e da Argentina.

Para Sousa e Albuquerque (2019), nos dois últimos séculos a instituição educacional produz e reproduz a identidade nacional, são espaços heterogêneos e estão em contextos de políticas multiculturais, mas “a forma hegemônica de imaginação escolar ainda é rotineiramente a de produzir a nação” (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 628) onde

Crianças e jovens aprendem os significados dos símbolos, narrativas, imagens e rituais nacionais. (...) Há um nacionalismo banal (Billig, 1995), como prática repetitiva, construído no ambiente educacional: a bandeira nacional no pátio ou na biblioteca, o mapa do país em sala de aula ou na secretaria da escola, o calendário nacional, os símbolos e narrativas da pátria nos livros didáticos etc. (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 628).

Para Anderson (2008), a construção da identidade nacional é expressa como a ideia de um mundo harmônico em detrimento das identidades regionais, negando-se assim a heterogeneidade e a diversidade existente. Nacionalidade e nacionalismo são produtos culturais específicos e para “entendê-los temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e porque dispõem, nos dias de hoje, de uma legitimidade emocional tão profunda.” (Anderson, 2008, p. 30).

Otávio Velho (2009) ao abordar as relações entre capitalismo autoritário e o campesinato no Brasil também nos traz uma reflexão acerca deste assunto:

A independência, a abolição da escravatura, a Proclamação da República, a Revolução de 1930, a Revolução de 1964 são todas datas maiores da história oficial brasileira. Na socialização das crianças, sobretudo através das escolas, são ensinadas como representando marcos fundamentais. Mas ao mesmo tempo, com ênfase menor, também se ouve que todas se deram de maneira a prevenir que algo de “pior” ou mais radical ocorresse. Isso transparece, por exemplo, nas “frases célebres” que transmitiriam uma “sabedoria” incorporada ao “ser nacional” e ao seu estilo adaptativo (Velho, 2009, p. 116).

Sousa e Albuquerque (2019), ao fazerem uma retrospectiva de escolas em áreas de fronteira internacional, destacam sobre as escolas pesquisadas: elas se constituem em uma espécie de trincheira cultural do Estado-nação. Os professores são vistos como missionários da nação e responsáveis por nacionalizar as crianças. As escolas tentaram, até mais ou menos a década de 1980, nacionalizar a fronteira. Durante o governo de Getúlio Vargas e da Ditadura Militar no Brasil a intenção nas instituições escolares era frear a presença estrangeira. Na Argentina, durante a Ditadura Argentina, as escolas funcionavam como defesa da fronteira contra o intruso brasileiro e a fala paraguaia.

Ao buscar a compreensão da “experiência educacional de integração fronteiriça e a persistência da nação em duas escolas públicas de ensino fundamental que participam do Programa Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF) – a escola Adele Zantotto (em Foz do Iguaçu, no Brasil) e a *Escuela Intercultural Bilingüe 2* (em *Puerto Iguazú*, na Argentina)”,

Sousa e Albuquerque (2019, p. 629) trazem alguns conceitos importantes, como, por exemplo, mobilidade transfronteiriça e fronteira.

A abordagem das fronteiras políticas, culturais e simbólicas ocorre por meio de três dimensões articuladas (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 629):

- 1) As escolas de fronteira e a mobilidade docente: mobilidade e controles de professores e alunos entre dois territórios nacionais.
- 2) As assimetrias das línguas nas escolas de fronteira: pensando o aprendizado das línguas em uma zona de contato.
- 3) Símbolos e narrativas da integração e da nação no cotidiano escolar: de integração e de afirmação da nação acionados nos rituais do cotidiano escolar.

Na primeira dimensão Sousa e Albuquerque (2019) discorrem sobre o Projeto Escola Intercultural Bilingue de Fronteira (2005) posteriormente se tornou o Programa Escolas interculturais de Fronteira (PEIF/2012) que abrange uma política de integração transfronteiriça na área da educação básica ao ter por objetivo a construção de uma identidade regional bilingue e intercultural com cultura de paz e cooperação interfronteiriça, as escolas públicas selecionadas para o programa se situam em cidades-gêmeas (Sousa; Albuquerque, 2019).

O PEIF inicialmente tinha como proposta pedagógica trabalhar a cultura e os costumes dos pais vizinho (danças, músicas, folclore, vestimentas tradicionais ou comidas de cada nação), mas assessorados no Brasil pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Políticas Linguísticas (IPOL) e na Argentina pelo Ministerio de Cultura, Educación, Ciencia y Tecnología de la Provincia de Misiones (MCECyT) passou a adotar a pedagogia de projetos de aprendizagem (Sousa; Albuquerque, 2019).

No Brasil, a parceria com esse instituto foi encerrada e todas as ações foram transferidas para universidades públicas em 2010. Assim, em 2011, a Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA) ficou responsável pelas atividades de planejamento e formação do Programa, mas sem orientações claras e formação específica (Sousa; Albuquerque, 2019).

Quando realizavam a pesquisa, o Programa abrangia 16 instituições educacionais brasileiras e 16 de nações vizinhas (Uruguai, Argentina, Paraguai, Venezuela e Bolívia). A centralidade da pesquisa de Sousa e Albuquerque (2019) está em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (Brasil) e uma escola intercultural bilingue em *Puerto Iguazú* (Argentina).

Ao tratar sobre a mobilidade docente Sousa e Albuquerque, (2019) esclarecem que essa mobilidade é conhecida como *cruce*, pois a palavra se refere ao ato de atravessar o limite internacional, entre Foz do Iguaçu e *Puerto Iguazú*, mas também ao próprio programa de intercâmbio e as aulas ensinadas. Nesse ponto, Sousa e Albuquerque (2019) chama a atenção para a ideia de que vários outros deslocamentos cotidianos ocorrem por razões diversas e que

Essas mobilidades são impulsionadas especialmente pelas assimetrias econômicas, políticas e sociais existentes de um lado e outro dos limites internacionais. Nesse caso específico, o deslocamento semanal das professoras argentinas e brasileiras do PEIF se concretiza de maneira circular (idas e voltas) e está vinculado a uma política pública interestatal de promoção da integração transfronteiriça. No entanto, não se trata somente da mobilidade das docentes, uma vez que estas levam “a língua, a cultura, o conhecimento” e produzem novas fronteiras culturais e simbólicas na interação cotidiana com os professores e alunos da escola do país vizinho. Além disso, esse deslocamento também produz formas de classificação e imaginação relacional entre “nós” e “eles” (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 632).

Importante fazer um parêntese em relação a expressão “uma vez que estas levam a língua,” Sousa e Albuquerque (2019, p. 632), ousou indagar: realmente levam a língua ou a língua já está lá com os nossos conterrâneos?

Baseado em Sousa e Albuquerque (2019), sobre diferenças entre os dois lados da fronteira destacamos a percepção das professoras brasileiras: questão salarial, não há remuneração adicional; falta de tempo para planejamento das atividades, não há hora-atividade específica para o Programa; resistência, professores brasileiros não querem participar e não querem professores argentinos em sua sala de aula; falta de recursos didáticos e diferentes controles fronteiriços nas aduanas.

As professoras argentinas apontaram as seguintes diferenças: salariais, remuneração em dobro para todos os professores da escola (é integral), professores (*cruce*) tem dedicação exclusiva para as atividades didáticas em Foz do Iguaçu (planejamento, dias efetivos de aula, avaliação da semana); sistema rotativo entre os docentes para fazer o *cruce*<sup>3</sup>; envolvimento de toda a instituição educacional.

Em relação a elogios sobre o outro as professoras brasileiras percebem a valorização da disciplina e hierarquia, e o esforço das crianças na escola de *Puerto Iguazú*. As professoras argentinas reclamam do comportamento dos alunos brasileiros, pois tem a necessidade de a professora brasileira regente estar presente durante sua aula; da pouca participação dos pais na instituição brasileira e de uma suposta barreira ideológica “tentamos falar em português quando os professores brasileiros chegam, mas eles (brasileiros) não vão tentar falar em espanhol. Tem essa barreira aí. É como uma barreira ideológica, mas existe, está aí” (Sousa; Albuquerque, 2019, p.639). Em relação ao último item a coordenadora pedagógica e a diretora da escola em *Puerto Iguazú* relatam que “as professoras da Argentina gostam do Brasil e se interessam em aprender o português e saúdam as colegas brasileiras nesse idioma quando chegam à escola em Foz do Iguaçu” (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 639).

Ao tratar sobre a mobilidade discente dos alunos do Programa para se conhecerem pessoalmente, Sousa e Albuquerque (2019, p. 635) destacam que “a barreira da alfândega argentina, as legislações específicas de proteção aos menores de idade e o medo de tráfico de crianças nas fronteiras internacionais são obstáculos à efetiva aproximação entre os estudantes e à realização de atividades conjuntas”, ficando restrito a “envio de mensagens, fotografias e outras formas de correspondência por intermédio das professoras, assessoras e diretoras, e atualmente das redes sociais” (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 636).

---

<sup>3</sup> Os autores, fundamentados em Sturza, definem *cruce*, palavra em espanhol, como travessia pela ponte, balsa ou rua, mas na dinâmica do programa o *cruce* é ter “o professor como centro do processo” (Sousa e Albuquerque, 2019, p. 632). Para Sturza (2021) a ideia do *cruce* está em apresentar para alunos e docentes às línguas, pois o modelo para essa situação é o de ser um espaço privilegiado de aprender nas duas línguas e ensinar nas línguas. O deslocamento feito na condição do *cruce* “forçava os docentes a compreenderem a fronteira como um conjunto de diferenças, a começar pela língua, e a um outro conjunto de similaridades, especialmente, em relação às condições da escola pública e aos contextos de aprendizagem. Neste sentido, a identificação dessas realidades e o reconhecimento dos docentes como sujeitos fronteiriços os levava a compreender que muitas das práticas sociais dos alunos com as suas tinham algo em comum” (Sturza, 2021, p. 64-65).

Ao dar voz as crianças, Sousa e Albuquerque (2019) relatam que

Os alunos que fazem parte do PEIF ressaltam a importância do programa para aprender uma segunda língua com uma professora nativa, porque “quando eu for para outros países vou poder conversar com essas pessoas” [Marília, 2016] ou “eu gosto de espanhol porque dá para conversar com os turistas” [Lúcio, 2016]. A justificativa pode ser ainda a admiração da docente, que fala de maneira natural um idioma que a criança desconhece: “eu gosto da aula de espanhol porque eu quero falar igual à professora” [Mayara, 2016]. Mesmo que os alunos não cruzem a fronteira entre as duas escolas, suas narrativas e expectativas produzem significados sobre a mobilidade e o encontro com o outro, distante ou próximo, pela mediação da língua aprendida (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 636).

Concretiza-se dessa forma o enunciado por Martins (2009) ao dar voz e protagonismo na pesquisa as crianças que também têm conhecimento sobre o espaço-tempo vivido. Atribuir sentido ao espaço vivido é importante à medida que esse sentido traz territorialidade, enquanto o lugar (fronteira) traga o sentimento de pertencimento.

Em relação a segunda dimensão proposta por Sousa e Albuquerque (2019) ao pensar o aprendizado das línguas em uma zona de contato enfocando as assimetrias das línguas nas escolas de fronteira, os autores destacam ser importante “compreender o poder dos meios de comunicação e dos fluxos migratórios capazes de produzir assimetrias entre os países, inclusive em seus contextos transfronteiriços.” (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 637). Segundo os autores, a língua portuguesa é mais valorizada que o espanhol na fronteira entre Brasil e Argentina, sendo uma das possíveis razões o acesso por meio de canais de televisão e frequências de rádio brasileiros.

Além das razões elencadas por Sousa e Albuquerque (2019), para entendermos o contexto de fronteira, é importante destacar que o acesso/domínio da língua portuguesa pelos argentinos se torna uma estratégia como língua de negócios. Angelucci e Pozzo (2018) ao mapear as ações na área de políticas linguísticas relacionadas à promoção do português nas universidades públicas argentinas observando modalidades e tendências abordam três etapas/fatos/marcos históricos das políticas

linguísticas no mundo e na América Latina. Aqui nos deteremos a terceira etapa que trata do assentamento das bases que impulsionam o movimento de internacionalização das línguas. Com a assinatura do Tratado de Assunção (1991) e posterior processo de integração regional econômica através do Mercado Comum do Sul (Mercosul) fez com que o setor Educativo do Mercosul impulsionasse leis como a de obrigatoriedade do ensino de espanhol e português no Brasil (Lei nº 11.161/2005) e na Argentina (Lei n 26.468/2009); conclui-se que essas leis são resultadas do interesse econômico de integração regional (Angelucci; Pozzo, 2018, n.p.).

Angelucci e Pozzo (2018) traz em seu texto destaque para a *Asociación Argentina de Profesores de Portugués*, fundada em 1997, a qual segundo os autores auxilia na consolidação da “presença da língua e cultura portuguesas no território argentino, bem como promover a formação continuada de professores de português como língua estrangeira.” (Angelucci; Pozzo, 2018, n.p.).

Voltando as assimetrias das línguas nas escolas de fronteira em relação a aprendizagem, Sousa e Albuquerque (2019) observam que nas salas de aula da Argentina as crianças “se comunicam mais em português, algumas inclusive falam a língua portuguesa sem o sotaque do espanhol e conseguem compreender a fala da professora e responder às atividades orais solicitadas. A dificuldade está mais na escrita do português” (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 638), e nas salas de aula no Brasil “as dificuldades de escuta, fala e escrita do espanhol são bem mais acentuadas” (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 638). Nesse sentido, Sousa e Albuquerque (2019) relatam:

Diferentemente das crianças argentinas, os alunos brasileiros também não têm contato com esse idioma no ambiente familiar. Poucos estudantes assistem os canais de televisão paraguaios em Foz do Iguaçu e quase ninguém consegue sintonizar os canais argentinos (Thomaz e Altamiranda 2010). Uma das justificativas que usam é que os sinais dos países limítrofes não chegam com boa qualidade no lado brasileiro, além de não demonstrarem interesse em sintonizar nos programas televisivos das nações vizinhas (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 638-639).

Na terceira dimensão adotada por Sousa e Albuquerque (2019), eles discorrem sobre temas que estão relacionados a essa facilidade ou dificuldade, dependendo de qual espaço escolar esteja falando, pode ser resultado da forma e intensidade em que é ofertado o acesso a aulas de português na Argentina e de espanhol no Brasil, pois as línguas no cotidiano escolar ao serem símbolos de diferenciação e hierarquia nacional nos contextos de fronteiras internacionais se somam a outros símbolos e rituais. Nesse sentido, Sousa e Albuquerque (2019) ilustram como exemplos de símbolos e rituais observados como (re)produção da nação: bandeiras, hinos nacionais, livros didáticos, apresentações teatrais sobre datas comemorativas do calendário nacional, desfiles públicos, calendários escolares que “traduzem temporalidades territorializadas, o tempo homogêneo e simultâneo em um determinado território nacional.” (Sousa; Albuquerque, 2019, p. 644).

Percebe-se que a narrativa nacional e a invenção cotidiana da nação se constroem diariamente no espaço escolar de forma inconsciente e naturalizada. Essa maneira de produzir a nação nas escolas pesquisadas não difere de outros contextos educacionais não fronteiriços (Sousa; Albuquerque, 2019).

## **Considerações finais**

Espera-se que as reflexões acerca da temática fronteira em movimento e possíveis relações estabelecidas com imigração e educação apresentadas contribuam para um olhar apurado sobre a fronteira em movimento e as possíveis relações nela existentes e praticadas, bem como vislumbrar os envolvidos nesta região como personagens ativos e atuantes dos processos migratórios. Nesse sentido, a técnica da Pedagogia Investigativa desenvolvida por Martins (2009) parece ser um caminho acertado para pesquisas que envolvem os “do outro lado” (Martins, 2009, p. 10). Concordo com Martins (2009) que na fronteira podemos observar melhor a formação, a organização, a desorganização, a produção e a reprodução das sociedades, bem como seus encontros e desencontros.

Velho (2009) ao trazer o pensar a partir da fronteira em movimento e sua influência no desenvolvimento capitalista que se produz a partir do campesinato consegue estabelecer a(s) ponte(s) para entendermos os imigrantes, colonizações e ocupações na região



fronteira do oeste paranaense. Assim, este autor ao tratar a fronteira no caso russo como um *locus* para o estabelecimento da população excedente de camponeses pobres para o desenvolvimento da pequena agricultura e um locus para transformações capitalistas permite, como pesquisado por Ben (2011), que se relacione com os imigrantes vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul para se estabelecerem no oeste paranaense alicerçados por incentivos governamentais, viam neste espaço uma forma de ampliar a fronteira agrícola, nesse aspecto a agroindustrialização provocou a territorialização do capitalismo no campo. Neste espaço havia indígenas antes dos imigrantes, assim Martins (2009) destaca que o avanço sobre esses territórios é o modo como ocorre o processo de reprodução do capital e da sua expansão territorial por meio da frente pioneira (empresas colonizadoras) e das frentes de expansão (campesinato).

Todo esse passado se faz presente na conformação dos espaços que hoje aqui estão, temos indígenas, descendentes de indígenas, descendentes de africanos, descendentes de imigrantes, imigrantes e migrantes. A escola não está à parte de todo esse processo, como vimos com Sousa e Albuquerque (2019) em escolas de fronteira há a busca pela integração com a mobilidade transfronteiriça de docentes, mas que encontra barreiras nas territorialidades, tempos distintos, políticas públicas nacionais e barreira aduaneira, mas não se deixa de tentar.

## Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANGELUCCI, Thalita Camargo; POZZO, María Isabel. O Idioma Português na Universidade Pública Argentina: Modalidades E Tendências. **Afluentes: Revista de Letras e Linguística**, Maranhão, v. 3, n. 9, p. 8–27, 30 Dez 2018 Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluentes/article/view/10455>. Acesso em: 31 jul. 2024.

BEN, M. **Os “Nós” da territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar no oeste paranaense**. Francisco Beltrão, 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia), universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.** Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art125](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm#art125). Acesso em: 24 novembro 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 1.117/2022.** Dispõe sobre o direito à educação de estudantes estrangeiros na condição de migrantes, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2309405&filename=Tramitacao-PL%201117/2022](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2309405&filename=Tramitacao-PL%201117/2022), acesso em: 30 jul. 2024.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F.M. **Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa.** 2. ed. rev. Tradução Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia, MG: EDUFU, 2015.

MARTINS, José de Souza. **Frenteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Contexto, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho. **II Plano Estadual de Políticas Públicas para a Promoção e Defesa dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná: 2022-2025.**, Curitiba, p. 28-35, 2022.

PARANÁ. **Deliberação Nº 09/2001.** Assunto Matrícula de ingresso, por transferência e em regime de progressão parcial; o aproveitamento de estudos; a classificação e a reclassificação; as adaptações; a revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e regularização de vida escolar em estabelecimentos que ofertem Ensino Fundamental e Médio nas suas diferentes modalidades. Conselho Estadual de Educação do Paraná, Curitiba, 2001.

PARANÁ. **Instrução Normativa Nº 001/2022 – SEED/DPGE.** Normatiza os procedimentos para efetivação das matrículas, nas instituições de ensino da rede pública estadual de educação básica e nas instituições de ensino de educação básica - modalidade educação especial, para o ano letivo de 2023. Curitiba, 2022.

SOUSA, Flávia Alves de, ALBUQUERQUE, José Lindomar C. Nação e integração nas escolas de fronteira: a mobilidade docente e a aprendizagem das línguas nacionais entre o Brasil e a Argentina. **Etnográfica**. vol. 23 (3), 28 nov. 2019. Disponível em <https://journals.openedition.org/etnografica/7313> . Acesso em: 22 abr. 2024.

STURZA, E. R. Programa Escolas de Fronteira e Integração Regional. In DORFMAM, A... [et al] **Ensinando Fronteiras**: projetos estatais, representações sociais e interculturalidade. Porto Alegre: Editora Letra1; Editora Diadorim, p. 59- 72, 2021.

SUZIM, A. C. B. **Cooperativismo em evidência**: o caso da Lar Cooperativa Agroindustrial. Foz do Iguaçu, 2023. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto LatinoAmericano de Economia, Sociedade e Política, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, 2023.

VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

# Interações na fronteira Brasil-Guiana: Dinâmicas em Lethem

*Danielle Palbeta dos Santos<sup>1</sup>*  
*Max André de Araújo Ferreira<sup>2</sup>*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo oferecer um panorama detalhado de Lethem, cidade localizada na fronteira entre o Brasil e a Guiana. A pesquisa investiga a rica diversidade cultural e linguística dessa região, destacando as distintas comunidades que nela coexistem. Também será realizada uma análise do comércio transfronteiriço, focando suas implicações econômicas e culturais. Adotando uma abordagem multidisciplinar, o estudo busca proporcionar uma compreensão aprofundada das particularidades socioculturais e econômicas dos países que formam a Amazônia Caribenha. Em contextos de fronteira, o conceito de território revela-se complexo e multifacetado. Para enriquecer essa análise, o artigo avaliará o movimento cultural de Lethem, apoiando-se em pesquisas bibliográficas, além de explorar o perfil etnográfico e estudos sobre fronteiras e dinâmicas transfronteiriças, bem como a identificação de novas identidades e hibridização cultural. Ao integrar essas diferentes perspectivas, o estudo fornecerá uma visão ampla das dinâmicas sociais, culturais e identitárias em Lethem e Bonfim. Por fim, a pesquisa analisará a interseccionalidade étnica presente na demarcação entre os dois países, oferecendo uma visão abrangente das complexas dinâmicas socioculturais e econômicas envolvidas.

**Palavras-chave:** Interações. Integração Cultural. Fronteira.

---

<sup>1</sup> Graduada em Ciências Contábeis (UFRR). Especializada em Docência no Ensino Superior (Uningá). Discente do curso de mestrado em Sociedade e Fronteiras (UFRR). E-mail: palhetasantos00@outlook.com.

<sup>2</sup> Graduado em Ciências Contábeis (UFRR). Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE). Docente permanente do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras (UFRR). E-mail: max.andre@ufrr.br

# Interactions at the Brazil-Guyana frontier: dynamics in Lethem

**Abstract:** The present article aims to provide a detailed overview of Lethem, a city located on the border between Brazil and Guyana. The research investigates the rich cultural and linguistic diversity of this region, highlighting the distinct communities that coexist within it. An analysis of cross-border trade will also be conducted, focusing on its economic and cultural implications. By adopting a multidisciplinary approach, the study seeks to offer an in-depth understanding of the sociocultural and economic particularities of the countries that comprise the Caribbean Amazon. In border contexts, the concept of territory is revealed to be complex and multifaceted. To enrich this analysis, the article will evaluate the cultural movement in Lethem, drawing on bibliographic research, and will also explore the ethnographic profile and studies on borders and cross-border dynamics, as well as the identification of new identities and cultural hybridization. By integrating these different perspectives, the study will provide a comprehensive view of the social, cultural, and identity dynamics in Lethem and Bonfim. Finally, the research will analyze the ethnic intersectionality present in the demarcation between the two countries, offering a thorough insight into the complex sociocultural and economic dynamics involved.

**Keywords:** Interactions. Cultural Integration. Frontier.

## Introdução

A República Cooperativa da Guiana faz fronteira com o Brasil, Venezuela e Suriname. Para estudar as interações limítrofes entre a Guiana e o Brasil e entender as dinâmicas presentes em Lethem, este artigo visa descrever a dinâmica social e cultural da cidade. A convivência de diferentes etnias, línguas, tradições culinárias e sistemas educacionais cria uma dinâmica que reflete a complexidade dessas fronteiras, onde o comércio é um dos principais elementos de integração.

A pesquisa sobre a cultura na fronteira é de relevância social, pois são espaços de interação e trocas, que resultam em identidades híbridas

únicas. Compreender essas interações culturais e socioeconômicas é essencial para valorizar a diversidade e promover políticas que respeitem as especificidades locais, fortalecendo o desenvolvimento sustentável e a convivência pacífica entre os povos fronteiriços.

Uma das relações entre a Guiana e o Brasil é o intercâmbio comercial entre as duas nações. O comércio formal e informal tem se expandido, atraindo investimentos e gerando empregos locais. Projetos de infraestrutura, como a pavimentação de estradas e melhorias nas rotas de transporte, são incentivados pela proximidade, melhorando a conectividade entre esses países.

A pesquisa se alinha ao tema das Fronteiras e Práticas de Mobilidade Humana, abordando os aspectos teórico-metodológicos do mercado laboral na fronteira entre os países. O estudo descreve o deslocamento transfronteiriço e as diversas transições culturais que ocorrem nessa região. A pesquisa também analisará a interseccionalidade étnico presente na demarcação entre os dois países, oferecendo uma visão abrangente das dinâmicas socioculturais e econômicas envolvidas.

Com ênfase na interação transfronteiriça entre brasileiros e guianenses, a presente pesquisa busca compreender como essas interações afetam a identidade híbrida da população local. Souza (2016) informa que a divisão administrativa do país é composta por dez regiões, sendo Lethem parte da Região 9, o Essequibo Superior. Lethem começou como uma pequena comunidade, habitada por povos indígenas, entre eles os Macuxi e Wapishana.

A partir dessas observações, surgiu a inquietação de compreender a convivência diária, o comércio transfronteiriço e as interações culturais em Lethem, que contribuem para a formação de identidades multifacetadas. Para esse entendimento, serão avaliadas o movimento cultural de Lethem, apresentados em pesquisas bibliográficas, além do perfil etnográfico, estudos sobre fronteiras e dinâmicas transfronteiriças, além da identificação de novas identidades e hibridização cultural.

As pesquisas bibliográficas serão conduzidas com base na análise de artigos científicos, livros e periódicos, visando teorias sobre as dinâmicas culturais na fronteira entre Lethem e Bonfim. Utilizando plataformas como *Google Acadêmico*, *Web of Science*, *Research Rabbit* e *Connected Papers*, será possível acessar repositórios de revistas de alto *qualis*, permitindo descrever as práticas culturais e identificar os principais fatores que influenciam as interações sociais na região.

O estudo das cidades gêmeas revela uma complexa mistura de culturas, etnias e línguas, caracterizada pelo perfil etnográfico típico de áreas de fronteira. Essa diversidade reflete as interações sociais e econômicas entre Guiana e Brasil, evidenciando como as trocas comerciais e culturais moldam e são moldadas por essas comunidades fronteiriças, ampliando a compreensão sobre a diversidade e coexistência nesse contexto (Sordi, 2017).

Ao integrar essas abordagens, o estudo fornecerá uma visão ampla sobre as dinâmicas sociais, culturais e identitárias em Lethem e Bonfim. Ele contribuirá para a literatura ao demonstrar como a proximidade geográfica e as interações econômicas influenciam a construção das identidades híbridas, destacando o papel do comércio transfronteiriço na formação das práticas culturais nessas regiões.

## **Lethem: Um encontro de culturas baseado no comércio na fronteira**

O presente artigo tem como objetivo delinear um panorama abrangente sobre Lethem, uma cidade situada na fronteira entre o Brasil e a Guiana. Este estudo explora a cultura e a linguística da região, destacando a diversidade das comunidades que coexistem nesse espaço geográfico. Além disso, o comércio transfronteiriço será analisado para entender suas implicações econômicas e culturais.

Mediante uma abordagem interdisciplinar, o artigo busca proporcionar uma compreensão aprofundada das particularidades socioculturais e econômicas dos países que compõem a Amazônia Caribenha, composta por Brasil, Venezuela, Guiana Inglesa e Guiana Francesa. Esse enfoque contribuirá para um maior entendimento sobre a cultura local e as interações comerciais presentes na fronteira entre a Guiana e o Brasil (Lapola, 2020).

A fronteira geralmente apresenta ideia de divisão ou limites em uma determinada região. Esse estudo traz a fronteira como um espaço dinâmico onde se estabelecem relações sociais, econômicas, geográficas, políticas e culturais entre diferentes regiões ou países. Assim, a fronteira atua como um ponto de encontro onde diversas formas de intercâmbio e colaboração moldam continuamente as interações entre as áreas adjacentes (Acruche, 2021).

Em regiões de fronteira, o conceito de território assume formas complexas e multifacetadas. Com as mudanças nas práticas científicas, o entendimento sobre território evoluiu, incorporando novos paradigmas e métodos para lidar com as realidades cotidianas. Dessa forma, o território na atualidade é uma construção social que responde às condições objetivas do espaço e às novas demandas e problemas emergentes (Silva; Conserva; Wanderley, 2022).

O território reflete e molda as dinâmicas das práticas sociais e econômicas. Em regiões de fronteira, como a entre Brasil e Guiana, o espaço geográfico revela a história e influencia a forma como os atores se adaptam e intervêm no contexto. A ausência de interação, que acolhe interesses dominantes e novas formas de vida, desempenha um papel na formação da consciência e nas decisões mercadológicas (Santos, 2017).

A Guiana faz fronteira com Brasil, Venezuela e Suriname. No período de colonização, ressalta-se que o domínio territorial holandês na região foi instável, em especial após a Revolta de Escravos de Berbice, em 1763. Inicialmente, o país foi dividido em três regiões, equivalente aos três principais rios do país: Essequibo, Demerara e Berbice. Esses três territórios foram unificados em 1831, dando origem à Guiana Inglesa (Mello, 2020).

Apesar de sua localização geográfica na América do Sul, a Guiana possui relações históricas, políticas, econômicas e culturais com o Caribe. A Independência se deu em 1966 e a Proclamação da República, em 1970. Desde então, o país chama-se, oficialmente, República Cooperativa da Guiana (Williams, 2020 [1990]).

Durante o período colonial, a região que hoje corresponde a Lethem foi explorada pelos britânicos até a independência da Guiana. A cidade está situada na margem sul do Rio Tacutu, diretamente oposta à cidade de Bonfim, no estado de Roraima, Brasil. A abertura da ponte e a melhoria das infraestruturas rodoviárias foram marcos importantes que estimularam a integração entre os dois países latino-americanos.

O conceito de cidades-gêmeas ou cidades-irmãs se aplica à identificação de localidades fronteiriças em diferentes países. Esse fenômeno ocorre naturalmente durante a construção territorial, embora não necessariamente surjam simultaneamente. Essas cidades frequentemente compartilham laços econômicos, sociais, culturais e de infraestrutura, e a dinâmica entre elas pode influenciar no desenvolvimento regional (Senhoras, 2013).



Com o aumento do fluxo de pessoas na fronteira, a cidade-gêmea Bonfim-RR experimenta uma movimentação constante de consumidores. Lethem, na Guiana, representa a principal relação econômica entre as duas nações, especialmente para a população roraimense, devido à sua proximidade com a fronteira. A facilidade de transporte e o comércio são fatores que impulsionam o movimento econômico e atraem consumidores para a região.

Lethem oferece uma variedade de produtos que podem não estar disponíveis em Roraima. Muitos consumidores recebem seus salários e benefícios sociais no início do mês, o que lhes proporciona os recursos financeiros necessários para fazer compras. Esse fator contribui para o aumento do fluxo de pessoas em Lethem, atraídas por ofertas e preços baixos.

A dinâmica comercial tem crescido devido à melhoria na infraestrutura de transporte entre a capital do estado de Roraima e a região do Rupununi. A interligação entre as cidades facilitou o acesso às mercadorias, o fluxo de pessoas e proporcionou aos brasileiros a experiência cultural de visitar outro país. A região tornou-se um ponto de atração para turistas, gerando receitas adicionais para as economias locais.

O fluxo de pessoas na fronteira entre Lethem e Bonfim não é um fenômeno recente. Esse fluxo cresce de acordo com o investimento local e os serviços disponibilizados. Segundo Simões (2014), observa-se um aumento no número de pessoas indo para Lethem não só pelo consumo, mas também em busca de oportunidades de emprego, pois a cidade possui um número maior de empresas em comparação com Bonfim.

As principais atividades comerciais em Lethem incluem varejo, eletrônicos, combustíveis, farmácias e artesanato. A cidade oferece uma ampla gama de produtos, como alimentos, bebidas, roupas, calçados, medicamentos, produtos de higiene e beleza, bens de consumo e utensílios domésticos (Filho; Almeida, 2019). Essa diversidade de produtos atende às necessidades variadas dos consumidores da região.

A dinâmica do comércio transfronteiriço entre Lethem, na Guiana, e as regiões fronteiriças do Brasil, especialmente Bonfim e Boa Vista, desenvolve-se economicamente em benefício de ambas as regiões. Avaliar esse desenvolvimento envolve considerar diversos fatores, incluindo a geração de empregos, a infraestrutura e os aspectos culturais e sociais. Essa interação econômica e cultural reforça a importância das relações transfronteiriças.

A dinâmica existente entre a Guiana e o Brasil mostra que brasileiros atravessam a fronteira em busca de produtos com isenções fiscais ou preços competitivos em comparação com seu país de origem. Em Lethem, a moeda utilizada é o dólar guianense, mas, com a modernidade, é possível realizar compras via *Pix*. Feiras locais e mercados em Lethem desempenham um papel importante no desenvolvimento do comércio local.

O comércio transfronteiriço entre Lethem e Bonfim, não apenas satisfaz necessidades materiais, mas também facilita a troca de ideias e valores. Muitos brasileiros estabelecem negócios em Lethem, trazendo produtos e serviços do Brasil, enquanto os guianenses participam ativamente do comércio. Esse ambiente de negócios diversificado fomenta a inovação e a adaptação cultural, contribuindo para uma identidade empresarial transnacional.

A expansão do comércio gera empregos diretos e indiretos na região, que vão desde trabalhos em lojas e mercados até funções na logística e no transporte. Além disso, o crescimento do comércio incentiva investimentos em infraestrutura urbana, como eletricidade, água e saneamento. A interação frequente entre guianenses e brasileiros promove um intercâmbio cultural, resultando em maior diversidade e na incorporação de diferentes tradições, culinárias e festivais.

## **Cultura na fronteira**

A convivência diária e as interações sociais constantes contribuem para a formação de uma identidade que é, simultaneamente, local e transnacional. Pessoas que compartilham espaços comuns, como mercados, escolas e áreas de lazer, interagem regularmente, facilitando o entendimento mútuo e o compartilhamento de experiências. Essa proximidade ajuda na formação de laços sociais e culturais mais sólidos.

O intercâmbio cultural também pode ser promovido pela integração social entre comerciantes e consumidores. A língua desempenha um papel fundamental na definição da identidade de um grupo social, refletindo a forma como um povo vê o mundo e se relaciona com ele. Segundo Vitti (2024), a língua não só agrega à cultura, como também transmite valores e conhecimentos para as futuras gerações, incentivando o aprendizado de novos idiomas.

O deslocamento para outro país permite o conhecimento da localidade, da cultura, dos hábitos e do idioma. O intercâmbio cultural é um processo de troca mútua de conhecimentos, tradições, práticas e valores entre diferentes culturas. Esse processo pode ocorrer por meio de viagens, programas de intercâmbio estudantil, eventos culturais, parcerias entre instituições e, cada vez mais, por meio de tecnologias de comunicação (Doné; Gстал, 2012).

A identidade transnacional refere-se ao senso de pertencimento que transcende as fronteiras nacionais, refletindo a experiência de indivíduos ou grupos que se movem entre múltiplos contextos nacionais. O transnacionalismo não se baseia na história nacional, mas na caracterização da região e nas dinâmicas de circulação entre os contextos (Lapola, 2020).

Portanto, a identidade transnacional é caracterizada pela abertura a influências externas e pela capacidade de navegar entre diferentes contextos culturais. O bilinguismo (português e inglês) e a familiaridade com práticas culturais de ambos os países permitem que os indivíduos se adaptem facilmente a diversos ambientes sociais e econômicos.

A integração facilita a formação de laços sociais e culturais, contribuindo para uma identidade que é simultaneamente local e transnacional. A convivência diária em espaços comuns promove o entendimento mútuo e o compartilhamento de experiências, permitindo a adaptação de diferentes contextos culturais e econômicos. Assim, a identidade transnacional emerge da capacidade de navegar entre múltiplos contextos nacionais, o que pode refletir em uma experiência rica e adaptável que transcende fronteiras.

Por meio disso, a identidade é moldada pela maneira como falamos, escrevemos e pensamos sobre nós mesmos e os outros. Somos formados por práticas discursivas que têm o poder de remodelar o nosso entorno. Assim, quem somos e como nos identificamos resultam da forma como percebemos o mundo e das relações sociais, influenciados pelas narrativas e práticas que circulam na sociedade.

A capacidade de se comunicar em várias línguas facilita a interação social entre a população na fronteira, contribuindo para a formação de uma identidade híbrida. A identidade híbrida é um processo contínuo e dinâmico, referindo-se à fusão de diferentes culturas, tradições e influências. Essa forma de identidade cultural emerge da interação e mistura de diversas influências culturais.

A identidade híbrida presente em Lethem não é fixa ou estática, mas reflete a interação contínua e a mistura de várias identidades culturais. Esse conceito é especialmente relevante para regiões fronteiriças, onde pessoas de diferentes origens culturais se encontram e coexistem. Portanto, a hibridização é vista como uma união e fortalecimento das culturas e identidades (Colman; Vieira, 2023).

Os habitantes de Lethem, por serem bilíngues ou multilíngues, falam inglês, português e até línguas indígenas. A língua não só serve como um meio de preservação cultural, mas também como uma ponte para novas formas de identidade entre as nações e comunidades. Quando diferentes grupos linguísticos interagem, a linguagem se torna um meio de comunicação, a criar estereótipos, e expressar novas relações híbridas (Souza, 2019; Albuquerque, 2006).

Uma educação baseada na negociação cultural amplia as possibilidades de construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva. Ao valorizar diferentes perspectivas culturais, ela rompe com a imposição de modelos hegemônicos, permitindo uma maior diversidade de pensamento. Esse processo estimula o respeito às diferenças e fortalece o reconhecimento de múltiplas identidades na formação social (Silva; Neves, 2020).

Escolas e instituições de ensino têm promovido programas de intercâmbio cultural e linguístico, fortalecendo as conexões entre as comunidades. O XI Intercâmbio Intercultural das Escolas da Fronteira Brasil-Guiana, realizado nos dias 16 e 17 de novembro de 2023, no Colégio Estadual Militarizado XVII Aldébrado José Alcântara, em Bonfim, Roraima, é um exemplo recente desses esforços.

O evento, coordenado pela Diretoria de Extensão – DIREX e pela Coordenadoria de Relações Internacionais – CRINT da Universidade Federal de Roraima – UFRR, contou com o apoio da XVII Semana Nacional de Ciência e Tecnologia em Roraima – SNCT, e visou promover a integração educacional e a divulgação científica na fronteira.

O encontro incluiu palestras e oficinas oferecidas por professores universitários, além de atividades na escola brasileira. Santos e Andrade (2023) apresentam informações sobre os convidados, com domínio da língua inglesa, que representam a escola *Saint Ignacius Secondary School*, de Lethem, promovendo a troca de experiências entre estudantes e professores brasileiros e guianenses. Os autores complementam com os objetivos nas trocas de saberes:

i) promover ações educacionais visando a iniciação científica dos alunos da comunidade escolar; ii) incentivar as trocas de conhecimento entre os países fronteiriços; consolidar a integração das comunidades escolares; e iii) realizar divulgação científica para crianças e adolescentes, despertando o interesse pela ciência. (Santos; Andrade, 2023, p. 7).

A linguagem, como meio social, não é apenas uma ferramenta passiva de comunicação; ela expressa a experiência vivida e constrói uma representação própria das coisas. Hall (2000, p. 109) afirma que “as identidades são construídas dentro e não fora do discurso. Nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas”.

Além da linguagem, as relações sociais entre brasileiros e guianenses em Lethem são caracterizadas por sua diversidade multifacetada. A população guianense na cidade inclui uma ampla gama de grupos étnicos, como indígenas, afro-guianenses e indo-guianenses. Embora o inglês seja a língua oficial, a região é também marcada pela presença de vários dialetos e línguas indígenas.

Dentro das relações multifacetadas, inclui-se o casamento entre brasileiros e guianenses. Essa integração resulta em famílias multiculturais que praticam tradições e celebram festividades de ambas as culturas. Esses matrimônios, denominados Guy-Brás, funcionam como pontes culturais, facilitando a integração social e fortalecendo os laços entre as comunidades (Meneses; Rodrigues, 2015).

As reconstruções identitárias em Lethem refletem na rica tapeçaria cultural e étnica da região. Juntamente dos Guy-Brás, diversos grupos, como os *coolies*, negros guianenses e ingleses, misturados e indígenas, contribuem para a formação de identidades híbridas. Cada grupo traz suas próprias histórias, tradições e práticas culturais, enriquecendo a diversidade da sociedade local.

Pesquisas relacionadas informam a existência de nove grupos indígenas habitam na Guiana: Galibi Kali’na, Lokono, Warao, Akawaio, Arekuna, Patamona, Waiwai, Macuxi e Wapichana. Os três primeiros grupos habitam principalmente na região costeira, em especial em Essequibo, os demais vivem em regiões de planícies e florestas, alguns dos quais na região fronteira com o Brasil (Baines, 2003).

O termo "*coolie*" era originalmente pejorativo e referia-se aos trabalhadores contratados na Índia. Atualmente, é usado para descrever os descendentes de indianos na Guiana Inglesa. A união matrimonial entre *coolies* e ingleses não era aceita no século XIX, e a formação de sindicatos e partidos multiétnicos só se concretizou a partir dos anos 1940 (Cavlak, 2017).

Os negros guianenses são definidos por sua identidade étnica e nacional, com a combinação de “negro” e “guianense”. Embora a maioria esteja concentrada nas áreas costeiras e grandes cidades da Guiana, alguns migraram para Lethem e outras partes do interior. Também são referidos como "negros ingleses" devido à língua predominante, refletindo estereótipos baseados na língua (Pereira, 2010).

Os "misturados" referem-se àqueles com ascendência mista, resultante da união entre africanos ou asiáticos e outros grupos étnicos. Segundo Stein (1942), os pardos e escuros acinzentados são resultados dessa mestiçagem. Já os caboclos são fruto da união entre indígenas brasileiros, europeus ou não-indígenas, refletindo a diversidade étnica resultante da história colonial, das migrações e das interações sociais.

Os Macuxi, Wapixana, Ingarikó, Taurepang e Wai Wai são grupos indígenas que habitam a região fronteira entre a Guiana e o Brasil. Silva (2007, p. 66) descreve que:

Os índios provenientes da Guiana são originários de diferentes contextos sociais. Há os que vêm de aldeias Wapixana, ou mistas destes índios em convívio com os Macuxi; alguns provêm de casas isoladas, e outros saíram de situações interétnicas em vilas rurais ou em cidades. Aquele país não tem uma política indigenista claramente definida e institucionalizada, mas, na prática, as ações governamentais e da sociedade se orientam em um processo de integração dos índios à sociedade envolvente.

A diversidade de contextos sociais dos indígenas na fronteira se manifesta de diferentes maneiras. Aqueles que vivem em aldeias tradicionais tendem a manter práticas culturais mais preservadas, enquanto os que residem em áreas mistas ou urbanas estão mais integrados na sociedade dominante. Essa integração pode proporcionar aos indígenas acesso à educação, saúde, culinária e outras formas de desenvolvimento.

Conforme relatórios de pesquisa, os Wai Wai, em tempos passados, não compunham canções com letras que possuíam um significado claro. As melodias eram improvisadas, lembrando o balbuciar de crianças que estão aprendendo a falar. Os cantos eram frequentemente formados por repetições de sons como "takwa, takwa, takwa" e "yari peru, peru, peru", reproduzidos incessantemente. Essa repetição constante gerava insatisfação em outras pessoas, que não consideravam as músicas adequadas para serem cantadas (Wai, 2022).

No Brasil, especificamente em Bonfim, os festejos de forró são outros exemplos que compõem a integração cultural entre os países. Nesses eventos, é possível encontrar uma variedade de bebidas brasileiras, venezuelanas e guianenses, e os estilos musicais abordam tanto o forró quanto o *reggae*. Os guianenses participam do forró para se divertir e fazer novas amizades (Menezes; Rodrigues; Vale, 2015)

Já do outro lado da fronteira, em Lethem, o *Jags Bar*, também conhecido como *Jags Restaurant and Bar*, é um ponto de referência em Lethem, especialmente conhecido por suas festas de *reggae*. Esse local atrai uma audiência diversificada, composta por guianenses, brasileiros e visitantes de outras regiões. Menezes, Rodrigues e Vale (2015) informam que os bailes ocorrem nas sextas-feiras, proporcionando à sociedade uma oportunidade para a construção de novas relações sociais.

Além dos festivais, composto por danças e músicas de cada região ou comunidade, a culinária é uma das áreas mais evidentes de intercâmbio cultural. Mercados locais e restaurantes oferecem uma mistura de ingredientes e pratos de ambos os países. Pratos brasileiros, como feijoada, coxinha e pão de queijo, têm se tornado populares em Lethem, enquanto pratos guianenses, como pimentas, chás e *curry*, são apreciados pelos brasileiros (Pereira, 2010).

A culinária também está presente nos festivais que ocorrem nas cidades-gêmeas. Esses eventos culturais são pontes que entrelaçam os países por meio das formas de entretenimento. Realizados geralmente em intervalos regulares, como anualmente, esses festivais são momentos de celebração e expressão cultural que atraem visitantes de ambos os lados da fronteira.

## Considerações finais

Essa pesquisa teve como objeto de estudo a República Cooperativa da Guiana, focando nas interações limítrofes entre a Guiana e o Brasil, especificamente em Lethem, evidenciando a complexidade e a riqueza cultural dessa região de fronteira. Ao investigar as dinâmicas sociais e culturais da cidade, foi possível compreender como a convivência de diferentes etnias, línguas e tradições culinárias se entrelaçam, refletindo as especificidades locais e a pluralidade que caracterizam a vida nas fronteiras. Essa diversidade não apenas enriquece a identidade local, mas também contribui para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável e da convivência entre os povos.

As interações entre os países se manifestam por meio do intercâmbio comercial, que abrange tanto o comércio formal quanto o informal. O estudo observou que essa expansão comercial tem sido fundamental para atrair investimentos e gerar empregos locais, promovendo, assim, um desenvolvimento econômico que beneficia a população de Lethem. Projetos de infraestrutura, como a pavimentação de estradas e melhorias nas rotas de transporte, foram destacados como elementos essenciais para melhorar a conectividade entre os dois países, facilitando o fluxo de pessoas e mercadorias.

Outro aspecto relevante observado foi a interseccionalidade étnica na demarcação entre as nações, que oferece uma visão abrangente das dinâmicas socioculturais e econômicas. Essa interseccionalidade, ao refletir a diversidade de grupos étnicos na região, permite uma melhor compreensão das relações de poder e das identidades construídas no contexto fronteiriço. Assim, o estudo contribui para a compreensão das harmonias que surgem da convivência de diferentes culturas.

A pesquisa enfatizou a identidade híbrida da população local, resultado das interações sociais e culturais que permeiam a vida cotidiana em Lethem. A partir das observações feitas, foi possível perceber como o comércio transfronteiriço e as interações culturais moldam identidades multifacetadas. A análise das práticas culturais, aliada ao perfil etnográfico, revelou as nuances que caracterizam a vida na fronteira, mostrando que a hibridização cultural é uma característica intrínseca dessa região.

As investigações foram fundamentadas em uma ampla revisão bibliográfica, que incluiu artigos científicos, livros e periódicos. Essa base



teórica foi crucial para descrever as práticas culturais e identificar os principais fatores que influenciam as interações sociais na área. A análise crítica da literatura existente permitiu uma contextualização adequada das dinâmicas culturais na fronteira entre Lethem e Bonfim, contribuindo para um entendimento mais amplo das especificidades regionais.

Os resultados da pesquisa destacam a importância de valorizar a diversidade cultural e as especificidades locais, reafirmando a necessidade de um desenvolvimento sustentável que respeite as singularidades de cada grupo étnico. Essa abordagem é essencial para promover uma convivência pacífica entre os povos fronteiriços, liberando a riqueza que a diversidade cultural traz para a sociedade. Assim, as políticas públicas devem ser orientadas para fortalecer essa convivência e valorizar as identidades locais.

Em suma, o estudo das interações limítrofes entre a Guiana e o Brasil, focado em Lethem, oferece uma contribuição significativa para a compreensão das dinâmicas culturais e sociais presentes na região. Ao revelar as complexidades das interações entre diferentes grupos étnicos e as implicações dessas interações para o local, a pesquisa estabelece um caminho para futuras investigações e práticas que promovam a integração e o desenvolvimento sustentável nas fronteiras. Essa pesquisa não só enriquece o debate acadêmico, mas também serve como um recurso valioso para formuladores de políticas e comunidades locais em busca de um futuro mais harmonioso e inclusivo.

## Referências

ACRUCHE, H. f. O conceito de fronteira e a sociedade escravista brasileira: um balanço histotográfico. **Temas Americanistas**, 47, 2021. 105-126.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. As línguas nacionais na fronteira Paraguai-Brasil. In: Seminário Internacional Fronteiras Étnico-Culturais e Fronteiras da Exclusão. **O desafio da interculturalidade e da equidade: a etnicidade no contexto de uma sociedade intercultural**, 3, 2006.

BAINES, S. G. Os índios Makuxi e Wapichana e suas relações com estados nacionais na fronteira Brasil-Guiana. In: **Série Antropologia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

CAVLAK, Iuri. O Extremo Norte da América do Sul: A Guiana Inglesa e o Suriname no século XIX. **Faces da História**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 96–114, 2017. Disponível em: <https://portalojs.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/194>. Acesso em: 27 jul. 2024.

COLMAN, Daniele G.; VIEIRA, Carlos Magno Naglis. Cultura, identidade e diferença: aspectos curriculares teóricos para pensar o “bem viver”. **Escritos na Diversidade: gênero e interculturalidade**, p. 179, 2023.

DONÉ, Patrícia di; GASTAL, Susana. Intercâmbio: um segmento turístico cultural, educacional, profissional e humano. **Anais do VII Seminário de pesquisa em Turismo de Mercosul**, Universidade de Caxias do Sul, 2012.

FILHO, Eduardo Gomes da Silva; ALMEIDA, Júlia Maria Corrêa. Mobilidade humana e trabalho: o caso de brasileiros em Lethem na Guiana Inglesa. **Revista Canoa do Tempo**, v. 11, n. 01, p. 104-124, 2019.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

LAPOLA, Daniel Montenegro. Reconhecimento de chão: a história e a paisagem territorial geográfica da região entre o Rio Branco e a Guiana Inglesa, 2020.

MELLO, Marcelo Moura. “Cultura” e história na Guiana. **Estudos de Cultura**, p. 104, 2020.

MENESES, A. V.; RODRIGUES, F. dos S.; VALE, A. L. F. Trocas e intercâmbios culturais: uma abordagem etnográfica das festas de forró e reggae na transfronteira Brasil (Bonfim) / Guiana (Lethem). 2015. **Revista Territórios E Fronteiras**, 8(2), 154–170. <https://doi.org/10.22228/rtf.v8i2.464>

MENESES, Antônio Vaz de; RODRIGUES, Francilene dos Santos. A construção de uma cultura de fronteira no espaço transfronteiriço do Brasil e da Guiana. **Textos e Debates**, v. 1, n. 27, 2015.

PEREIRA, Mariana Cunha. Reconstruções Identitárias em Sociedades Plurais: os povos da fronteira Brasil–Guiana. **Revista reflexão e ação**, v. 18, n. 1, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 26ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SANTOS, Sandro Martins de Almeida; ANDRADE, Paulo Ricardo Pinheiro de. Travessias de conhecimento: notas sobre um ritual de integração transnacional na fronteira Brasil-Guiana. **Textos e Debates**, v. 29, n. 02, p. e7947-e7947, 2023.

SENHORAS, Elói Martins. Dinâmica fronteiriça das cidades-gêmeas entre Brasil e Guiana. **Revista Geonorte**, v. 4, n. 12, p. 1053-1070, 2013.

SILVA, ELP; CONSERVA, M. de S.; WANDERLEY, MB Reflexões sobre lugar, território e políticas públicas / Reflexões sobre lugar, território e políticas públicas. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, [S. l.], v. 8, n. 1, pág. 2490–2502, 2022. DOI: 10.34117/bjdv8n1-161. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/42481>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SILVA, Gilson Divino Araújo da; NEVES, Josélia Gomes. Educação intercultural e os aspectos da lei nº 11645/2008 – história e culturas indígenas. **Revista de Educação, Cultura e Ciência**, v. 25, n. 2, p. 73-85, julho de 2020.

SILVA, Orlando Sampaio e. Os Wapixána: uma situação de contato interétnico. In: **Revista do Núcleo histórico socioambiental**. Boa Vista, vol 1. nº 1 UFRR, 2007.

SIMÕES, S. O. **Dinâmica das cidades-gêmeas da Fronteira Guiana (Lethem) – Brasil (Bonfim) e a questão aduaneira/tributária**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2014.

SORDI, José Osvaldo de. **Desenvolvimento de Projeto de Pesquisa**, 1ª edição. São Paulo: SRV Editora LTDA, 2017. E-book. ISBN 9788547214975. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547214975/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

SOUZA, Dorcílio Erik Cícero de; *et al.* **Desenvolvimento da faixa de fronteira do extremo norte de Roraima: Área de Livre Comércio de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana)**. 2016.

SOUZA, Dorcílio Erik Cícero de. **Desenvolvimento da faixa de fronteira do extremo norte de Roraima: Área de Livre Comércio de**

Bonfim (Brasil) e LethemRoraima: Área de Livre Comércio de Bonfim (Brasil) e Lethem (Guiana). Boa Vista, 2016. 129 f.

SOUZA, Janaína Moreira Pacheco de. **Ser professora em área de fronteira bilíngue no Brasil: desafios e possibilidades.** 162 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

STEIN, K. **O Brasil Central.** Expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingú. Cia. Editora Nacional, 1942.

VITTI, Sylvia Cristina de Azevedo. A língua como elemento constitutivo da identidade e cultura. **Revista Foco**, v. 17, n. 6, p. e5201-e5201, 2024.

WAI, Roque Yaxikma. **A música na tradição indígena wai wai: uma descrição etnográfica sobre as flautas (raatî).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. UFMG 2022.

WILLIAMS, B. Fantasmas holandeses e os mistérios da história. **Ilha—Revista de Antropologia**, v. 20, n. 1, p. 187-233, 2020 [1990].

# Produção científica sobre Fronteira do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras Unioeste- 2015-2024

*Olga Lucía Mosquera Conde<sup>1</sup>*  
*Eliane Pinto de Góes<sup>2</sup>*

**Resumo:** A pesquisa teve por objetivo sintetizar a produção científica sobre fronteira do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Unioeste, no período de 2015-2024. Metodologia: Trata-se de um estudo fundamentado na análise bibliométrica, as unidades de análises foram as teses e dissertações do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras, do Centro de Educação Letras e Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste campus Foz do Iguaçu-PR, disponíveis na Biblioteca digital de teses e dissertações da instituição citada. Os dados foram tabulados em planilha de *Excel*, contemplando as variáveis: ano, linha de pesquisa, título da pesquisa, tema, metodologia, abordagem e lugar de desenvolvimento da pesquisa. Resultados: A partir da leitura dos títulos e resumos, foram selecionadas 51 teses e dissertações, sendo 35 dissertações e 16 teses, representando 36% do total consultado. Na síntese das produções científicas foram evidenciadas o desenvolvimento de pesquisas em todo o período estudado, com maior número no ano de 2019. Também foi identificado a estreita relação entre as características do programa e as metodologias e diversidades de temas abordados, ratificando seu caráter interdisciplinar, da mesma forma a concentração de pesquisas na tríplice fronteira entre os Municípios de Foz do Iguaçu-BR, *Ciudad del Este-PY* e *Puerto Iguazú AR*. Considerações finais: O estudo permitiu sintetizar a produção científica e mostrar um panorama da evolução da pesquisa frente a temática de fronteira, podendo-se observar

---

<sup>1</sup> Graduada em Saúde Coletiva (UNILA). Mestre em Saúde Pública (UNIOESTE). Doutoranda em Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE). E-mail: olgalum09@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Enfermagem (UNIOESTE). Mestre em Enfermagem (UNICAMP). Doutora em Políticas Públicas e Formação Humanas (UFRJ). Docente permanente do Programa de Pós-graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras (UNIOESTE). E-mail: eliane.goes@unioeste.br

a coerência entre as características do programa estudado e as pesquisas desenvolvidas, de igual forma as linhas de pesquisas mais utilizadas, metodologias, temas e fronteiras abordadas, resultado que ratifica a importância da interdisciplinaridade na pós-graduação.

**Palavras-chave:** Áreas de Fronteira. Produção Científica. Interdisciplinariedade. Bibliometria.

## Scientific production on Borders of the Postgraduate Program in Society, Culture and Borders Unioeste: 2015-2024

**Abstract:** The research aimed to synthesize the scientific production on Borders of the Postgraduate Program in Society, Culture and Borders at Unioeste, in the period 2015-2024. **Methodology:** This is a study based on bibliometric analysis, the units of analysis were the theses and dissertations from the Postgraduate Master's and Doctorate Program in Society, Culture and Borders, from the Center for Education in Letters and Health at the Federal University of the West of Paraná Unioeste campus Foz do Iguaçu-PR, available in the Unioeste digital library of theses and dissertations. The data were tabulated in an Excel spreadsheet, considering the variables: year, line of research, research title, theme, methodology, approach and place of research development. **Results:** From reading the titles and abstracts, 51 theses and dissertations were selected, with 35 dissertations and 16 theses representing 36% of the total consulted. In the synthesis of scientific productions, the development of research throughout the period studied was highlighted, with a greater number in 2019. The close relationship between the characteristics of the program and the methodologies and diversity of topics covered was also identified, confirming its interdisciplinary character. Likewise, the concentration of research on the triple border between the municipalities of Foz do Iguaçu-BR, Ciudad del Este-PY and Puerto Iguazú AR. **Final considerations:** The study made it possible to synthesize scientific production and show an overview of the evolution of research in relation to frontier themes, being able to observe the coherence between the characteristics of the program studied and the research carried out, as well as the most used lines of research, methodologies, themes and sources

covered, a result that confirms the importance of interdisciplinary in postgraduate studies.

**Key words:** Border Areas. Scientific Production. Interdisciplinary. Bibliometric.

## Introdução

As pesquisas científicas promovem o avanço do conhecimento, em consequência, a análise do desenvolvimento da produção científica em uma instituição de forma periódica, contribui para o planejamento e o conhecimento das conquistas e desafios frente aos objetivos educacionais. Essa informação é útil no planejamento de atividades de pesquisas e futuras decisões visando a qualidade dos programas e seu aporte à sociedade, principalmente quando se trabalha na construção do desenvolvimento regional, identificando suas múltiplas dimensões e possibilidades, utilizando a pesquisa como uma ferramenta facilitadora para vislumbrar caminhos facilitadores, principalmente em regiões diferenciadas como as fronteiriças (Araújo, 2006; Soares *et al.*, 2020).

As fronteiras são consideradas não só um espaço de limites internacionais, elas são meios geográficos que permitem o contato e trocas materiais e imateriais, existindo trocas rotineiras sociais e culturais, com diversas formas de ligações, desde as comerciais, econômicas, de solidariedade, afetividade, entre outras, possibilitando a mobilidade contínua entre os dois lados das cidades fronteiriças (Ferrari, 2019).

Nesse sentido as complexas trocas geradas desses movimentos fronteiriços, mostram a importância do olhar diferenciado para esses territórios, sendo de grande importância estudos desenvolvidos em diversas áreas do conhecimento científico, para melhor compreendê-las. Nesse cenário se consolidou o programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras (PPGSCF), Mestrado e Doutorado do Centro de Educação Letras e Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Foz do Iguaçu-PR, com três linhas de pesquisas, que visam a formação de pesquisadores que contribuam desde as diversas áreas do conhecimento com o desenvolvimento das grandes potencialidades da região (UNIOESTE, 2011; Espírito Santo; Voksa, 2021).

O PPSCF teve seu início com o Mestrado sob a Portaria nº 1.045, de 18/08/2010, e o Doutorado sob Portaria nº 326, de 09/03/2017, tendo como linhas de pesquisas: Linguagem, Cultura e Identidade; Território, História e Memória e Trabalho, Política e Sociedade. O programa foi impulsionado pela necessidade percebida no cenário acadêmico e territorial na região fronteiriça (UNIOESTE, 2011).

O estudo teve como objetivo, sintetizar a Produção científica sobre Fronteira do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, no período de 2015 a 2024.

O texto está organizado em quatro seções, metodologia, resultados, discussão e considerações finais. A metodologia descreve o percurso seguido para coleta dos dados, e as categorias a serem analisadas, por meio da análise bibliométrica. O resultado mostra por meio de gráficos a síntese da produção científica do PPGSCF da Unioeste Campus Foz do Iguaçu-PR. A discussão traz um diálogo com diferentes autores acerca do panorama diagnosticado, sua importância, e os desafios dos territórios de fronteira enquanto espaço de pesquisas nessa temática na instituição estudada. Por último apresenta algumas considerações relevantes segundo os achados.

## **Metodologia**

Trata-se de um estudo fundamentado na análise bibliométrica, esta permite obter e descrever informações quantitativamente por meio de mapeamento das informações disponíveis na literatura científica, aplicando técnicas estatísticas (Sousa; Almeida; Bezerra, 2024). O uso de dados bibliométricos como indicadores da produção científica, são úteis para a análise do desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas dentro de uma instituição, periódico ou revistas em áreas específicas, para o planejamento de atividades de pesquisa, para medir a produtividade de pesquisadores, como também para determinar o léxico básico utilizado em um campo determinado na pesquisa científica (Araújo, 2006).

As unidades de análises foram as teses e dissertações do PPGSCF, nível Mestrado e Doutorado do Centro de Educação Letras e Saúde da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Unioeste campus Foz do



Iguaçu-PR, disponíveis na Biblioteca digital de teses e dissertações da Instituição.

O critério de seleção foi determinado pela observação das pesquisas que tiveram por objetivo principal destacar a influência da fronteira frente a algum fenômeno. Foram pesquisadas 143 dissertações e teses: 60 eram teses de Doutorado e 183 dissertações de Mestrado. A partir da leitura dos títulos e resumos, foram selecionadas 51 teses e dissertações, ou seja, 36% do total consultado, sendo 35 dissertações e 16 teses.

Os dados coletados foram tabulados em uma planilha de Excel, contemplando os indicadores: ano, linha de pesquisa, título da pesquisa, Área do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), metodologia, abordagem, lugar de desenvolvimento da pesquisa e orientador. A construção dos indicadores bibliométricos foram definidos segundo o proposto por Hayashi (2013), podendo ser contemplado autoria e co-autoria (orientadores) dos trabalhos; temporalidade dos trabalhos; vinculação institucional; área de conhecimento; incidência das temáticas; literatura de referência.

Por se tratar de dados secundários de acesso livre ao público a pesquisa é dispensada da aprovação favorável do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

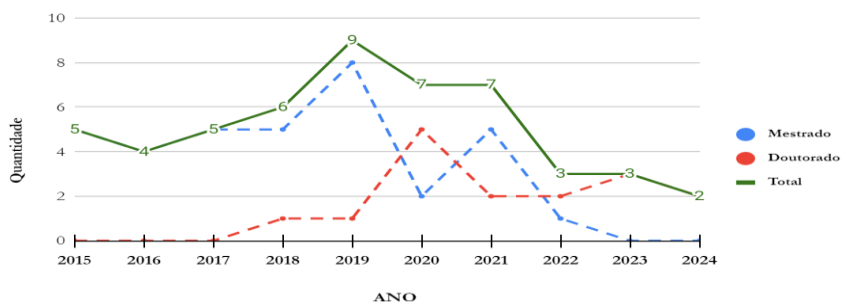
## Resultados

Após leitura dos títulos e resumo, foram selecionadas 51 pesquisas para análises, sendo 34 (67%) dissertações e 17 (33%) teses. Os indicadores analisados foram: ano, linha de pesquisa, título da pesquisa, Área do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), metodologia, abordagem, lugar de desenvolvimento da pesquisa e orientador.

O gráfico 1 mostra a evolução temporal das teses e dissertações sobre fronteiras no recorte temporal de 2015 a junho de 2024, evidenciando os anos nos quais foram defendidas a maior quantidade de pesquisas que abordaram a temática fronteira nos anos de 2019 (9), 2020 (7) e 2021 (7), destacando-se que nos anos posteriores as pesquisas diante da temática tiveram um declínio gradativamente até o último ano

contemplado. Ressalta-se que as primeiras teses foram a partir do ano 2018.

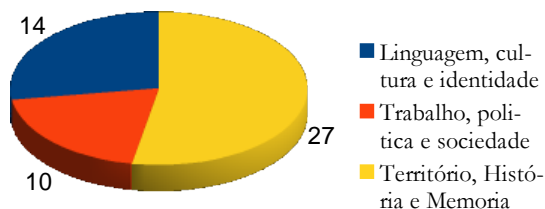
Gráfico 1- Evolução temporal das teses e dissertações sobre fronteiras do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras Mestrado e Doutorado 2015-2024.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Na Distribuição por Linhas de pesquisa observa-se uma maior porcentagem de pesquisas na linha Território, História e Memória com 27 pesquisas (53%), seguida da linha Linguagem, Cultura e Identidade com 14 (27%) e por último, a linha Trabalho, Política e sociedade com 10(20%) (Gráfico 2).

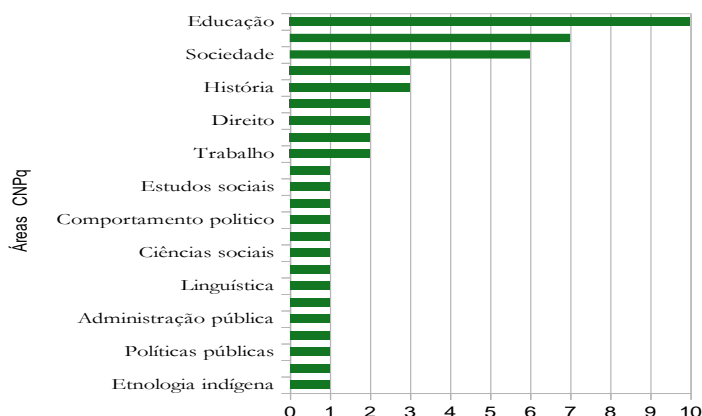
Gráfico 2- Distribuição por Linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras Mestrado e Doutorado, das teses e dissertações sobre fronteiras 2015-2024.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Foram identificados 23 Áreas do conhecimento propostas pelo CNPq nas pesquisas que tiveram como temática principal a influência da fronteira. Se destacam dentre as áreas a educação com 10 (19%), seguida da sociologia com 7 (14%) e sociedade com 6 (12%), representando 45% do total das pesquisas consideradas no estudo (Gráfico 3).

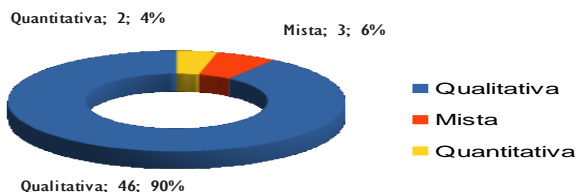
Gráfico 3- Áreas do CNPq abordados sobre fronteiras nas teses e dissertações sobre fronteiras do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras Mestrado e Doutorado 2015-2024.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Com relação à abordagem utilizada, a pesquisa qualitativa teve maior representatividade 46 (90%), seguido da pesquisa mista 3 (6%) e a quantitativa 2(4%) (Gráfico 4).

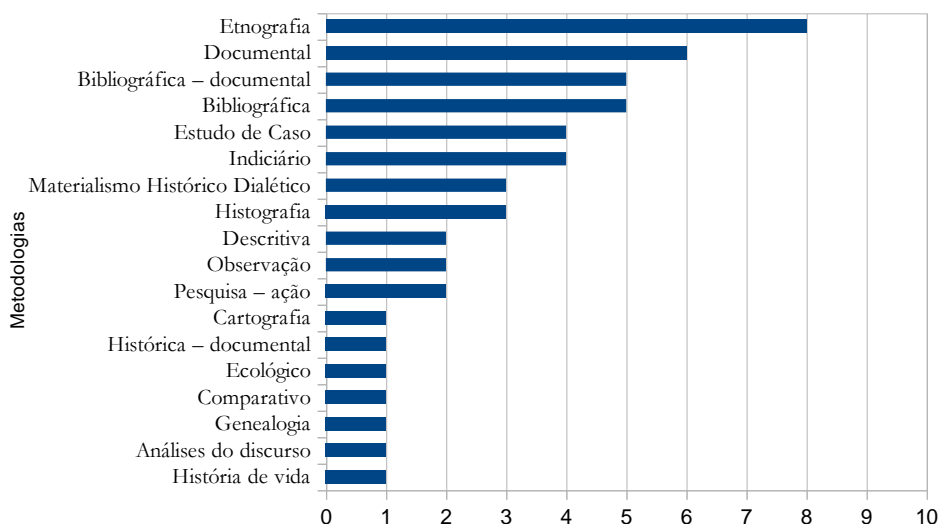
Gráfico 4- Abordagem metodológico das teses e dissertações sobre fronteiras do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras Mestrado e Doutorado 2015-2024



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Segundo a metodologia adotada foram identificados 18 percursos, salientando que as teses e dissertação podem adotar mais de uma metodologia. Para o estudo foi selecionada a metodologia que se destacou como mais relevante pelo pesquisador. Como evidenciado no gráfico 5, a etnografia foi a mais utilizada, no total 8 pesquisadores a utilizaram, seguida da pesquisa documental 6 e o que os pesquisadores denominaram pesquisa bibliográfica - documental 5.

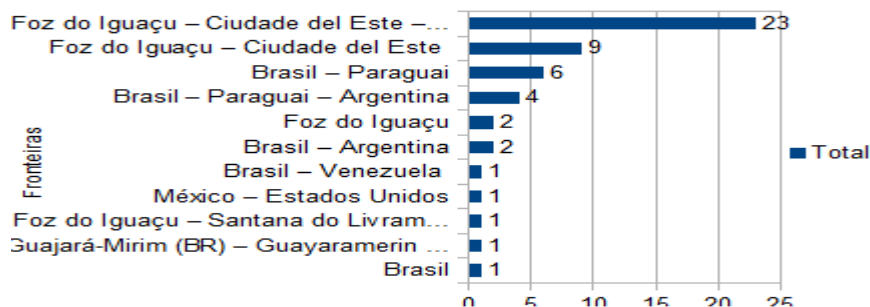
Gráfico 5- Metodologias adotadas nas teses e dissertações sobre fronteiras do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras Mestrado e Doutorado 2015-2024.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024.

Conforme demonstra o gráfico 6, onze áreas fronteiriças foram estudadas, considerando os municípios limítrofes, a totalidade da linha de fronteira dos países, ou um recorte da linha de fronteira, denominado no Brasil como arcos de fronteiras. Destaca-se a tríplice fronteira entre os municípios de Foz do Iguaçu-BR, *Ciudad del Este*-PY e *Puerto Iguazú* AR, com um total de 23 (45%), das pesquisas desenvolvidas nessa área fronteiriça, seguida pela fronteira entre Foz do Iguaçu-BR, *Ciudad del Este*-PY, 9 (17%) e a fronteira entre países de Brasil e a Argentina 6 (12%).

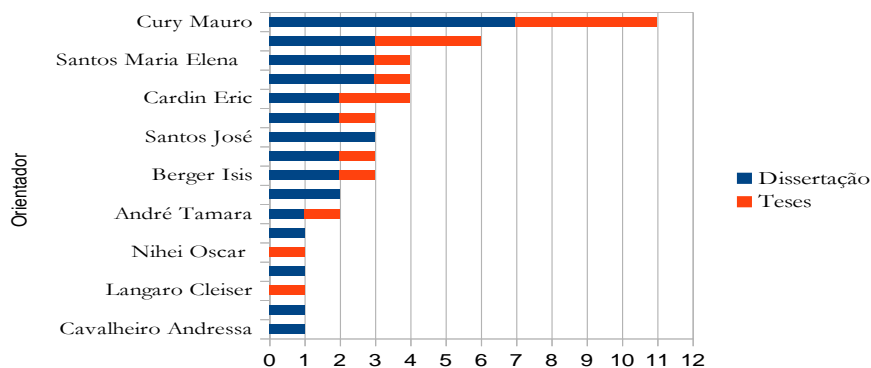
Gráfico 6 – Distribuição das Fronteira estudada nas das teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras Mestrado e Doutorado 2015-2024.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Com relação as autorias, foram considerados os orientadores das pesquisas, identificando-se 17 docentes, dos quais se destacam Cury com 11 orientações, sendo 7 no mestrado e 4 no doutorado; Gregory, com 6: 3 no mestrado e 3 no doutorado, seguido de Santos Maria Elena e Martins ambos com 4 orientações: 3 no mestrado e 1 no doutorado; e Cardin com 4 orientações, sendo 2 no nível mestrado e 2 no doutorado, como evidencia o gráfico 7.

Gráfico 7 – Quantitativo de teses e dissertações por orientador no Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras Mestrado e Doutorado 2015-2024.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

## Discussão

Os anos de pesquisa contemplados permitiram traçar um panorama que possibilita observar a síntese da distribuição cronológica da produção científica sobre Fronteira, do PPGSCF da Unioeste, no recorte temporal de 2015 a 2024. A análise da produção científica de uma instituição periodicamente de forma crítica, permite conhecer de forma mais efetiva as conquistas e os desafios diante os objetivos propostos pelas instituições e programas de ensino (Soares *et al.*, 2020).

As pesquisas desenvolvidas tendo como cenário as fronteiras, cobram importância diante das complexidades no emaranhado de relações transfronteiriças. A globalização intensificou os diferentes fluxos migratórios e de integração entre os países, por tanto, se faz relevante as pesquisas que contribuam para melhor entender as diversas matizes, produto dos fluxos de mobilidade, trocas, identidades e interação fronteiriça, requerendo uma boa compreensão nas suas particularidades e suas nuances (Cardin, Albuquerque, 2018; Pêgo *et al.*, 2023).

Diante esse cenário o PPGSCF tem como proposta a formação de profissionais capacitados para atuar diante das demandas do território onde encontra-se inserida, e no âmbito das realidades nacionais e internacionais que compartilham semelhanças. Esta proposta tem um impacto principalmente para as linhas de pesquisa, pois estas levam em consideração a demanda específica, desde um olhar interdisciplinar. As pós-graduações interdisciplinares têm tomado força no Brasil, favorecendo a ampliação da visão científica nos diversos âmbitos disciplinares, e a formação de pesquisadores qualificados para compreender e agir na perspectiva interdisciplinar (Macêdo *et al.*, 2017).

Isto pode ser evidenciado na linha de pesquisa Território, História e Memória, como descrita no programa, que está estreitamente ligada com o território onde a universidade encontram-se localizada, a tríplice fronteira entre o Brasil, Paraguai e a Argentina, compreendendo os Municípios de Foz do Iguaçu, *Ciudad del Este* e *Puerto Iguazú*. Esse fato pode ter relação com a quantidade de pesquisas desenvolvidas, considerando essa fronteira como o maior campo de pesquisa no programa, pois além de ser considerada uma das fronteiras mais importante e movimentada da América do Sul, as pesquisas cumprem com o objetivo do (PPSCF), levando em consideração os desafios contemporâneos na integração regional e das Américas, pelo potencial

dessa fronteira, pois é receptora de diversas culturas que envolvem pessoas de diversos países (UNIOESTE, 2011; Fiorotti; Cardin, 2016).

A interdisciplinaridade é uma proposta inovadora frente ao ensino tradicional, e se faz ainda mais rica na pós-graduação, pois favorece à construção de formadores com visão mais ampliada da dinâmica dos processos interdisciplinares, permitindo visualizar um fenômeno desde diferentes perspectivas do conhecimento, aprimorando a relação mais estreita no que tange à relação prática da educação e sociedade atuando na diversidade das suas realidades (Santos; Silva, 2017).

Desse modo a diversidade de temas estudados no programa demonstra o carácter interdisciplinar da pesquisa em suas diferentes áreas do conhecimento, observadas através de diversos pontos de vistas, o que enriquece o campo científico, e favorece um olhar mais amplo dos fenômenos que ocorrem nas fronteiras, contribuindo com ações mais acuradas à respeito do desenvolvimento dos territórios fronteiriços.

A educação mostra uma grande relevância em espaços fronteiriços, principalmente em regiões onde encontram-se culturas e línguas diferentes, um exemplo disso é o Brasil com outros países da América Latina. Nesse contexto se faz necessária a discussão sobre essa área em diversas esferas, como o ensino-aprendizagem de professores e alunos em espaços multilíngues (Paiva, 2022), a formação de docentes (Deus, 2019), a integração da educação (Camargo, 2020; Abreu, 2018), e as práticas pedagógicas, desde o enfoque cultural (Oliveira, 2023).

Destaca-se que a linguagem é um balizador nas relações humanas, uma vez que permite a construção e reconstrução de identidades, a coexistência das diferenças, favorecendo o convívio em espaços interculturais presentes em áreas fronteiriças, permitindo uma grande interação, que inicia na sala de aula, pois segundo Juliani (2021), esse espaço representa um “microcosmos” da sociedade (Peixoto, 2019).

A abordagem metodológica, seja qualitativa, quantitativa ou mista, permite identificar fatos, percepções e contextos de diferentes fenômenos que acontecem em diversos grupos humanos e espaços sociais, que se encontram em constante movimento e transformação (Carvalho, 2022). No campo das ciências humanas e sociais, a pesquisa qualitativa tem grande relevância, pelo carácter dessas ciências que exploram mediante as pesquisas o mundo social, as dinâmicas sociais e culturais de indivíduos e grupos, bem como suas realidades, permitindo uma interação com o contexto em que se desenvolve, compreendendo os fenômenos sociais

por meio da cientificidade. Diante disso, as características da pesquisa qualitativa permitem entender as complexidades dos fenômenos sociais, com uma visão holista, e profunda, considerando as particularidades e subjetividades dos envolvidos.

A pesquisa qualitativa segundo Araújo, Correia e Gonçalves (2019), assim como para Sabino e Santos, (2023) é intensificada por pesquisadores nas ciências sociais, educacionais e linguagem, em concordância com o evidenciado nesta pesquisa. Dentre os procedimentos metodológicos mais usados nas pesquisas qualitativas nas ciências sócias, destacam-se a pesquisa documental, bibliográfica e etnográfica.

A pesquisa documental permite a compreensão de um fenômeno por meio de materiais que ainda não foram analisados, enquanto a pesquisa bibliográfica faz um levantamento de material publicado, colocando o pesquisador diante do material escrito sobre o assunto, permitindo analisar o que já foi estudado, e o desvelamento de lacunas no conhecimento, corroborar hipóteses, e resolver problemas. De outro modo a etnografia permite a compreensão de práticas e comportamentos culturais e sociais, tendo como característica a imersão participante, buscando compreender processos sociais (Gray, 2011; Assis; Monteiro, 2023; Guerra, 2023).

A identificação de autores nas diversas áreas e temáticas específicas no campo do conhecimento, permite aprimorar as pesquisas enquanto conteúdo, metodologias e outras, possibilitando uma evolução positiva do conhecimento, que além da análise do processo de produção acadêmica contribui com a influência dos autores diante do trabalho produzido. Este reconhecimento delinea alguns aspectos necessários que permite olhar o impacto que as pesquisas produzidas têm causado em diferentes níveis: locais, nacionais e internacionais, da mesma forma na realidade social.

## **Considerações finais**

A análise bibliométrica permitiu sintetizar a produção científica sobre Fronteira do PPGSCF da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, no período de 2015 a 2024, a partir da seleção de 51 teses e dissertações da biblioteca digital da Unioeste.



A distribuição cronológica mostrou que em todo o recorte temporal foram produzidas pesquisas sobre a temática fronteira, sendo a abordagem qualitativa a mais utilizada, com destaque para a pesquisa etnográfica e documental, metodologias amplamente usadas nas ciências sociais, humanidades e linguagem.

Observou-se que as metodologias são coerentes com as áreas do conhecimento, enquadrando-se com as áreas do CNPq, e mostrando uma grande importância na educação, na sociologia, e na sociedade, sendo fundamentais para a compreensão das dinâmicas fronteiriças.

No que concerne às fronteiras, predominou a tríplice fronteira, constituída pelos Municípios de Foz do Iguaçu-BR, *Ciudad del Este*-PY e *Puerto Iguazú* AR, evidenciando a grande relevância desta região para o Brasil e a América do Sul, devido diversidade étnica, incentivando o desenvolvimento de diversas pesquisas. Por fim, destaca-se também, que as pesquisas não se limitaram ao território imediato, outras pesquisas, inclusive internacionais, foram desenvolvidas pelo PPGSCF.

Os temas abordados são de primordial importância, pois demonstram a grande diversidade, riqueza regional, e a necessidade de uma visão ampliada frente aos fenômenos presentes nos territórios fronteiriços. Diante disso, é compreensível a criação das linhas de pesquisas abrangendo uma ampla gama de possibilidades no campo científico, o que permite considerar a visão interdisciplinar do programa.

Assim o estudo desenvolvido abre um leque de possibilidades de continuidades de outras pesquisas, sejam na temática fronteira, ou em qualquer outra, referente ao banco de dados utilizado, como também o desenvolvimento de pesquisas que abordem a mesma metodologia. Assim, sugere-se outros estudos que contemplem mais categorias de análises, permitindo um panorama mais completo sobre o caminhar do aprimoramento científico.

## Referencias

ABREU, T M M. **Análise comparativa dos cursos de graduação em administração:** UNIOESTE – Campus de Foz do Iguaçu e Universidad Nacional del Este – UNE – Paraguai. 2018. 149 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Foz do Iguaçu, 2018. Disponível em:

<https://tede.unioeste.br/handle/tede/3709#preview-link0>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 30 jul. 2024.

ARAÚJO M S; CORREIA M J N; GONÇALVES R M. As abordagens metodológicas na pesquisa em educação: uma análise da produção sobre currículo publicada na 36ª reunião da ANPed. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**. Santos, Volume 11, número 23, p. 100-113, jan-abril. 2019 EDUL ISSN: 2177-1626. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br /pesquiseduca/article/view/859>. Acesso em: 27 jul. 2024.

ASSIS C F; MONTEIRO R. Metodologias qualitativas e quadros de referência para a pesquisa em ciências humanas e sociais aplicadas. **REVISTA JurES** - v.16, n.29, p. 1-28, jun. 2023. Disponível em: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/juresvitoria/articloe/view/1993/1627>. Acesso em: 28 jul. 2024.

CARDIN E G; ALBUQUERQUE J L C. Fronteiras e deslocamentos. *Revista Brasileira de Sociologia*, vol. 6, núm. 12, pp. 114-131, 2018. **Sociedade Brasileira de Sociologia**. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.216>. Acesso em: 20 jul.2024.

CARVALHO, M. A. Saúde Coletiva e os territórios de fronteira. In: ZILLY, A.; SILVA, R. R.M. [Orgs.] Saúde pública na região da fronteira Brasil-ParaguaiArgentina. São Carlos: **Pedro & João Editores**, 2022. Disponível em: [https://pedroejoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2022/10/ EBOOK\\_Saude-publica-na-regiao-da-fronteira-Brasil-Paraguai-Argentina. Pdf](https://pedroejoaoeditores.com.br/2022/wp-content/uploads/2022/10/ EBOOK_Saude-publica-na-regiao-da-fronteira-Brasil-Paraguai-Argentina. Pdf). Acesso em: 15 jul. 2024.

CAMARGO F F A. **Possibilidades para a integração da educação superior: conexões, nós e redes na territorialidade da tríplice fronteira Argentina, Brasil e Paraguai**. 2020. 239 f. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5109>. Acesso em: 15 jul. 2024.

DEUS, Miriam de Oliveira Almeida de. **Formação inicial de professores(as) pedagogos no contexto multilíngue de Foz do Iguaçu**. 2019. 100 p. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e

Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4642#preview-link0>. Acesso em: 20 jul.2024.

ESPÍRITO SANTO A L; VOKSA D. Repensando os Estudos Fronteiriços: Participação e Inovação Social no Desenvolvimento das Zonas de Fronteiras. **Revista Organizações & Sociedade** 2021, 28(99), 862-889. Disponível em: DOI 10.1590/1984-92302021v28n9906PT. Acesso em: 20 jul.2024.

FERRARI, M. Como pensar a identidade nacional em zonas de fronteira? Uma análise a partir de dois conjuntos de cidades gêmeas brasileiro-argentinas. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 39, p. 1–18, 2019. DOI: 10.5216/bgg.v39i0.55900. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/55900>. Acesso em: 25 jul. 2024.

FIOROTTI C; CARDIN E G. Migrações paraguaias na faixa de fronteira do Brasil: identidades, circularidades e redes transnacionais. **Século XXI: Revista de Relações Internacionais** - ESPM-POA, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 54–72, 2017. Disponível em: <https://seculoxxi.espm.br/xxi/article/view/148>. Acesso em: 21 jul. 2024.

GRAY D E. **Pesquisa no mundo real**. (Métodos de pesquisa). São Paulo: Grupo A. 2011. E-book. ISBN9788563899293. Acesso em: 21 jul. 2024.

GUERRA, A. L. R. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista OWL (OWL Journal)** - Revista interdisciplinar de ensino e educação, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 149–159, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8240361. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 25 jul. 2024.

HAYASHI, C R. M. Apontamentos sobre a coleta de dados em estudos bibliométricos e cientométricos. **Filosofia e Educação, Campinas**, v. 5, n. 2, p. 89-102, 2013. DOI: 10.20396/rfe.v5i2.8635396.

JULIANI, E M. **Representações sobre ser plurilíngue em escolas monolíngues de fronteira**. 2021. 113 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5442#preview-link0>. Acesso em: 21 jul. 2024.

MACÊDO; SILVA F. M. S.; FILHO A. M.; BRITO L. M. V.; QUEIROZ Z. F. Interdisciplinaridade e programas de pós-graduação no Brasil. **IV**

**Congresso Nacional de Educação** - CONEDU. Universidade Federal de Alagoas. 2017.

OLIVEIRA C R. **Cultura escolar em contexto de fronteira: um olhar sobre as práticas pedagógicas e escolares**. 2023. 201 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu - PR. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/7006>. Acesso em: 21 jul. 2024.

PAIVA, T L. **Rolêzicho**: um projeto de multiletramentos em contexto de fronteira no oeste do Paraná e a formação ampliada do professor de língua espanhola no período pandêmico. 2022. 291 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu-PR. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/6308>. Acesso em: 21 jul. 2024.

PÊGO B; MOURA R; ARIA N; KRÜGER C; MOREIRA P; FERREIRA G; NAGAMINE L. **Fronteiras do brasil: uma avaliação de política pública. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dirur/Ipea)**. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12597/7/BRUA\\_30\\_Artigo\\_2\\_fronteiras\\_brasil.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12597/7/BRUA_30_Artigo_2_fronteiras_brasil.pdf). Acesso em: 21 jul. 2024.

PEIXOTO, A J A M. **Identidades e fronteiras: vivências e cotidiano em ambiente escolar de Foz do Iguaçu**. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4448#preview-link0>. Acesso em: 21 jul. 2024.

SABINO D S, A. C.; SANTOS F, H. M. Análise das abordagens metodológicas de teses e dissertações que retratam o Programa Residência Pedagógica. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, v. 16, n. 1, p. 197–214, 2023. DOI: 10.18554/rt.v16i1.6780. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/6780>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SANTOS A S; SILVA G S. Interdisciplinaridade no ensino superior: desafios e diálogos na educação. **RELACult- Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad**. 03, nº 01, jan-abr., 2017, p. 05-16 | [relacult.claec.org](http://relacult.claec.org)-ISSN 2016/Atual: 2525-7870 | e-ISSN 2015/2016: 2447-018X. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/370/193>. Acesso 25 jul. 2024.

SOARES, P. G.; NUNES, F. S.; RIBEIRO, J. C.; COSTA, T. C. Linha de Pesquisa “História e Memória do Lazer” do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer da UFMG: Produção e Análise. **Licere** - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 687–708, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/25526>. Acesso em: 29 jul. 2024.

SOUSA, M. N. A.; ALMEIDA, E. P. de O.; BEZERRA, A. L. D. Bibliometrics: what is it? What is it used for? And how to do it? **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. e3042, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n2-021. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/3042>. Acesso em: 30 JUL. 2024.

UNIOESTE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **Resolução nº 318/2011-CEPE**. Projeto Político Pedagógico, 2011.

# A nova casa da direita: “Deus, Pátria, Família” e os discursos conservadores sobre gênero e sexualidade na fronteira

*Thiago Benitez de Melo<sup>1</sup>*

**Resumo:** Por décadas, desde a patologização da homossexualidade no século XIX, os sujeitos não-heterossexuais e não-cisgêneros se viram forçados a manter seus afetos e práticas sexuais no subterrâneo, aprisionando seus desejos no armário para não sofrerem sanções punitivas dos mais diversos instrumentos de poder. Na contemporaneidade, com a intensificação da globalização e, conseqüentemente, com a imensa difusão de discursos conservadores de extrema direita, inúmeros sites e aplicativos de relacionamentos surgiram como uma “nova” estratégia de anonimato e discrição para que os corpos de sexualidades dissidentes possam manter suas práticas no sigilo. O objetivo deste artigo, deste modo, é propor uma análise linguística e cultural sobre gênero-sexualidade a partir dos discursos heteronormativos e conservadores em contexto de fronteira, os quais forçam alguns sujeitos a permanecerem no “regime do armário”. O encaminhamento metodológico utilizado para a análise dos dados busca romper com as fronteiras e limites disciplinares, em direção a uma perspectiva inter/trans/indisciplinar. Para isso, este artigo está amparado nas perspectivas epistemológicas dos Estudos da Linguagem e da Teoria Crítica do Discurso dos Estudos Culturais e Antropológicos e da Sociologia.

**Palavras-chave:** Gênero e sexualidade. Conservadorismo. Fronteira. Homofobia.

---

<sup>1</sup> Possui doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Unioeste. Pela mesma instituição, é mestre em Letras e graduado em Letras Português-Espanhol, além de ser especialista em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Atua como docente nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras e licenciaturas na Unioeste e UDC. E-mail: thiago\_benitez@hotmail.com

# The new house of the right: “God, Country, Family” and conservative discourses about gender and sexuality on the border

**Abstract:** For decades, since the pathologization of homosexuality in the 19th century, non-heterosexual and non-cisgender subjects have been forced to keep their affections and sexual practices underground, imprisoning their desires in the closet so as not to suffer punitive sanctions from the most diverse instruments of power. In contemporary times, with the intensification of globalization and, consequently, with the immense diffusion of far-right conservative discourses, numerous dating sites and applications have emerged as a “new” strategy of anonymity and discretion so that bodies of dissident sexualities can maintain their practices in secrecy. The objective of this article, therefore, is to propose a linguistic and cultural analysis of gender-sexuality based on heteronormative and conservative discourses in a border context, which force some subjects to remain in the “closet regime”. The methodological approach used for data analysis seeks to break with disciplinary borders and limits, towards an inter/trans/interdisciplinary perspective. To this end, this article is supported by the epistemological perspectives of Language Studies and Critical Discourse Theory of Cultural and Anthropological Studies and Sociology.

**Keywords:** Gender and sexuality. Conservatism. Border. Homophobia.

## Introdução

“Se um casal homossexual vier morar do meu lado, isso vai desvalorizar a minha casa! Se eles andarem de mãos dadas e derem beijinho, desvaloriza”. Essa foi parte da fala de Jair Messias Bolsonaro, em 2011, em entrevista cedida a uma grande revista de circulação nacional. (Bolsonaro *apud* Carta Capital, 2018). Os discursos do ex-presidente brasileiro de extrema-direita representam, inegavelmente, inúmeras esferas de setores conservadores no país, cujas ideologias defendem atos homofóbicos de opressão, violência, tortura e, até mesmo,

assassinato, como notamos em outra fala sua na entrevista referida: “Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater” (Bolsonaro *apud* Carta Capital, 2018).

Esses discursos podem gerar, de fato, ações antidemocráticas/anticonstitucionais como movimentos de forte cunho neofascista, compreendido por Santos (2016) como fascismo social, isso porque as falas propagadas por um chefe de Estado não é um pronunciamento neutro e inocente, mas sim discursos que agem e produzem efeitos, pois criam e recriam o mundo social (Camargo, 2019). A linguagem, ao ser ecoada no tempo-espaço, protagoniza a produção de significados e entendimentos nas práticas socioculturais. Por isso, os enunciados do presidente, que incitam o terror moral regido por fundamentalismos religiosos radicais (Moita Lopes, 2020), vão em direção a uma política de morte sobre corpos dissidentes (Bento, 2006), uma necropolítica, colocando os sujeitos por ele narrados como infames ou, como diria Butler (2019, p.17), “corpos que não importam”, descartáveis (Mbembe, 2018).

Os resultados de discursos opressores, coercitivos e reguladores como estes, controladores do poder (Foucault, 1996), podem ser vistos por todos os cantos do país, levando em consideração, por exemplo, os altos índices de atos LGBTfóbicos por todo o país. Segundo “o Relatório Mundial da entidade *Transgender Europe*, de 325 assassinatos de pessoas transexuais registrados em 71 países nos anos de 2016 e 2017, um total de 52% ocorreram no Brasil” (Fundo Brasil, 2021), tornando o país o que mais mata pessoas trans no universo alcançado pelo monitoramento, em números absolutos. Além disso, o relatório ainda mostrou, em 2020, uma média de 4 crimes de LGBTfobia por dia, considerando casos de lesão corporal (1.169), homicídio (121) e estupro (88) motivados por intolerância (Mendes, 2022). E os controles não se estabelecem apenas pelo autoritarismo exposto, mas, sobretudo, pelo apagamento e silenciamento tácito (Foucault, 1996).

Em decorrência disso, os sujeitos não-heterossexuais e não-cisgêneros (pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+<sup>2</sup>) foram praticamente forçados a manter seus desejos, afetos, amores, práticas sexuais, tesões e paixões no silenciamento para não sofrerem represálias, com relações sigilosas (subterrâneas) e, ao mesmo tempo, mantendo ações

---

<sup>2</sup> Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Transexuais, *Queers*, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Pessoas Não-binárias e outras orientações sexuais e pertencimento de gênero.



clandestinas que foram colocadas bem longe dos olhares fiscalizadores da sociedade: becos, bosques escuros, banheiros de praças e rodoviárias, saunas, *dark rooms* etc. (Perlongher, 2008). As relações homossexuais, então, passaram a se realizar no privado, no ocultamento social (Green, 1999), em locais escondidos para não sofrerem sanções punitivas dos mais diversos instrumentos de controle e poder: estado, leis, religião, família, escola, ciência, entre outros.

Já na contemporaneidade, com a intensificação da globalização capitalista nos anos 2000, inúmeros sites e aplicativos de relacionamentos surgiram; dentre eles, redes sociais de namoro, cuja lógica de encontro aparenta também operar de maneira subterrânea, já que, em tais aplicativos, os usuários têm a opção de não se identificarem, caso queiram evitar represálias ou injúrias, mantendo-se no silenciamento, afinal, “em uma sociedade arraigada em valores heteronormativos, nem todo homem que se relaciona afetivo-sexualmente com outro homem se sente confortável em declarar publicamente suas práticas homossexuais ou autodenominar-se gay” (Medeiros, 2018, p. 14).

Dito isto, o objetivo deste artigo é propor uma análise linguística e cultural sobre gênero-sexualidade a partir dos discursos heteronormativos e conservadores em região de fronteira, os quais forçam sujeitos de corpos dissidentes a permanecerem no “regime do armário” (Sedgwick, 2007), especialmente em um “armário de vidro” (Zago, 2016), visto que muitas dessas pessoas utilizam os aplicativos de relacionamentos para a materialização de seus desejos e fugir dos “olhos fiscalizadores” da sociedade (Foucault, 1988).

O encaminhamento metodológico utilizado para a análise dos dados busca romper com as fronteiras e limites disciplinares, em direção a uma perspectiva inter/indisciplinar (Moita Lopes, 2006). Para isso, este artigo está amparado nas perspectivas epistemológicas dos Estudos da Linguagem e da Teoria Crítica do Discurso (Fairclough, 1992; Moita Lopes, 2002), dos Estudos Culturais e Antropológicos (Bauman, 2001; Bhabha, 2003; Canclini, 2011; Hall, 2006; Silva, 2012) e da Sociologia (Becker, 2008; Foucault, 1988; Miskolci, 2017; Pollak, 1989).

## **1. Corpo, Gênero e Performance: Apagamento das Sexualidades Dissidentes na Fronteira**

Em fevereiro de 2022, uma faixa de pedestres pintada com as cores da bandeira que simbolicamente passou a representar a comunidade LGBTQIAPN+ foi criada no centro da cidade transfronteiriça de Foz do Iguaçu (cidade paranaense que faz fronteira com o Brasil e a Argentina) em homenagem ao Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro). Uma semana após o ocorrido, a faixa foi apagada e substituída por uma faixa de pedestres padrão, sob alegação oficial no Ministério Público do Estado do Paraná de ser demasiadamente extravagante e poluir a visibilidade de automóveis e pedestres, recomendando-se, ainda, que o a prefeitura dispensasse ações como esta que não são condizentes com o Código de Trânsito (Giombelli, 2022).

As palavras extravagante e poluir mobilizam discursos associados às vivências homossexuais ligadas à excentricidade e sujeira, contextualizando as cores do arco-íris, usadas atualmente na bandeira da comunidade gay, resignificando este signo linguístico outrora muito associado à infância, mas que, hoje, é usado, descontextualizadamente, por grupos conservadores de direita como símbolo de pedofilia, pecado e promiscuidade, nas palavras do próprio ex-presidente Jair Bolsonaro (Bolsonaro *apud* Carta Capital, 2018).

Figura 1: Imagem de notícia caso faixa de pedestres em Foz do Iguaçu



Fonte: Giombelli (2022).

Tais práticas reguladoras apontam para sociedades que fomentam o ódio aos corpos subalternizados (imigrantes, negros, pobres, mulheres, LGBTQIAPN+, indígenas, quilombolas etc.), aniquilando conceitos de democracia como uma invenção ou pacto social que garanta direitos cada vez mais igualitários (Moita Lopes, 2020). Tanto nos discursos do presidente vistos como nos enunciados do Ministério Público, nota-se o esforço de colocar os sujeitos dissidentes, principalmente aqueles que fogem à normatização compulsória sexo-gênero, à margem.

Dito isto, não podemos deixar de reafirmar que esses sujeitos, corpos dissidentes levados à margem da história, são vistos, por uma parte conservadora relevante da sociedade, como “piratas de gênero” (Preciado, 2008), sujeitos que “negaram, na crença dogmática extremista, o sexo biológico dado por Deus no nascimento” (Preciado, 2008, p. 94).

Devemos ressaltar, aqui, que entendemos o gênero – Haraway (2000); Preciado (2008); Butler (2003) – como uma categoria genérica e cultural permeada e construída a partir dos estereótipos da sexualidade, ancorados, sobretudo, na valorização da virilidade e na heteronormatividade. Isto significa dizer que as estruturas institucionais – jurídica, médica, religiosa, familiar, midiática etc. – engessam categorias de “identidades” nos termos da coerência exigida pela matriz heterocisnormativa (Butler, 2003), fazendo com que as definições culturais homem/mulher e heterossexual/homossexual sejam linguisticamente construídas pelos discursos normatizadores (e normalizadores), em direção a um engessamento identitário no interior das relações engendradas pelo sistema de poder-saber (Foucault, 1972).

Neste sentido, caso entendêssemos o gênero e a sexualidade como construções culturais, que diferem de sexo biológico, um corpo, ao nascer, ainda não é mulher ou homem, muito menos heterossexual ou homossexual. Para Butler (2003):

A ideia de que o gênero é construído sugere um certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a ‘cultura’ relevante que ‘constrói’ o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino.

Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (Butler, 2003, p. 26).

No pensamento de Butler, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido interpretado por meio de significados culturais. Isso quer dizer que o corpo é envolvido pelos discursos, construído por meio da linguagem, desde a sua concepção. O sexo biológico, construído culturalmente como o gênero, não é anterior ao discurso, mas sim um efeito dele; nem mesmo o sexo existe pré-discursivamente (Butler, 2003). Logo no momento da descoberta do sexo do bebê, o enunciado é menina ou é menino já rotula, insere e encaixa a criança no discurso cultural – legitimado pelo discurso médico – sobre o que é ser menino ou menina, homem ou mulher. Expectativas sociais são depositadas sobre aquele sujeito, impondo-lhe e definindo as regras sociais de gênero a serem seguidas: com o que poderá brincar, quais cores deverá usar e com qual outro sujeito deverá se relacionar. Seu corpo está marcado, antes mesmo do nascimento, por significados culturais.

De acordo com essa ideia, “as pessoas só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade de gênero” (Butler, 2003, p.3 7). As discussões sobre construções e performances de gênero, então, remetem-se a uma produção discursiva, considerando que o próprio ser-no-mundo é um efeito do discurso (Moita Lopes, 2002). O sujeito não é, então, para Butler, anterior aos enunciados, tanto de si como de outros, mas é justamente um efeito do que ele expressa; não existe identidade de gênero por trás das expressões do gênero, já que as supostas “identidades” são *performativamente* constituídas (Butler, 2003).

Ao discorrer sobre a noção de gênero como ato performativo, Butler coloca o sujeito como resultado desses atos. Ser-estar-no-mundo, assim, significa performatizar, e performatizar só é possível por meio da linguagem, sendo ela construída por aparatos simbólico-culturais que utilizam o corpo para a sua realização, a partir da materialização do sujeito como um ponto determinante para as performances que se ligam ao sexo-gênero.

A partir dessas concepções de sujeito e atos performativos, o indivíduo pode ser deslocado de mantenedor de “identidades” fixas, rígidas, essencializadas (Hall, 2006), para um entrelugar (Bhabha, 2003), onde não existem “identidades” definidas pré-discursivamente, ou pré-

definidas, isso porque “nosso ser-assim é uma atividade de trilhas moventes nas quais os sentidos sobre quem somos ou podemos ser são construídos em um trânsito constante” (Fabrício, 2022, p. 11).

Contudo, obviamente, esse entrelugar do sujeito do feminismo butleriano,

Não o livra de ser engendrado pelos mecanismos de poder, mas permite que “ele” tenha maior liberdade de movimentos e maior potencial de resistência contra aquilo que ao tentar defini-lo, o imobiliza. A multiplicidade de atos e de formas de ser e de existir se constitui como a força criativa necessária ao escape de categorias identitárias e à desorganização de sequências normatizadoras. Escapar à categoria “mulher” como fundacional para o feminismo abre um campo de manobra para combater uma matriz que encontra seu potencial de “assujeitamento” justamente na imobilidade das identidades (Firmino; Porchat, 2017, p. 60).

Não há como esquecer, também, o fato de a performatividade estar em todos os atos performativos enunciativos, tanto verbais quanto não verbais, já que o sujeito é um efeito linguístico construído em tramas que envolvem poder, saber e discurso sociocultural. Para Butler (2023), o gênero não é uma propriedade dada aos indivíduos, mas representações de corpos que se constroem em ações cotidianas: língua, entonação e tom de voz, roupas, acessórios, maquiagem, tatuagens, barba, cores, texturas, cortes de cabelo, posições corporais, trejeitos, entre outros.

Seguindo pressuposto semelhante, do gênero como uma construção linguístico-perfomática, Preciado (2008) critica a visão essencialista, e até mesmo construtivista, de que o corpo é uma matéria orgânica assujeitada no nascimento, uma massa biológica definida pelas genitálias, como se o sexo (matéria) caberia aos estudos biológicos e o gênero (abstrato), às humanidades. O filósofo quebra, nesta perspectiva, o dualismo cartesiano sexo=corpo=biológico/gênero=construção=cultural, o qual acaba associando as classificações de sexo biológico, gênero e orientação sexual aos órgãos genitais, geradores da totalidade corporal, fazendo com que esses órgãos sejam não apenas vistos como reprodutores, mas também como produtores, já que dão o verdadeiro significado e, por isso, utilidade para os corpos.

Isso significa, para Preciado, que o gênero é um efeito da linguagem, do imaginário cultural, do desenvolvimento complexo de várias tecnologias políticas construídas nos corpos, sendo eles produzidos por uma maquinaria de produção, as quais criam discursos que se apoiam nas instituições do Estado, inventando as categorias homem e mulher para todas as pessoas. O gênero, portanto, seria um produto de várias tecnologias sexuais, produções oriundas de discursos e práticas discursivas religiosas, jurídicas, familiares, científicas, escolares, artísticas, literárias, econômicas, demográficas, entre outras que se apoiam nas instituições do Estado.

A medicina, e as diversas ciências da saúde, dessa forma, regulam os corpos e evitam que sejam ambíguos, isso para que se encaixem na lógica homem/mulher, como é o que ocorre com algumas crianças intersexuais<sup>3</sup> que passam por processos operatórios para poderem se encaixar no binarismo dos gêneros. Por isso, a atribuição do sexo não é natural, mas um processo linguístico-cultural, social e político.

## **2. Armários Virtuais na Fronteira: Sigilo e Anonimato nos Aplicativos de Relacionamento**

A atual sociedade em rede possibilitou o surgimento dos aplicativos móveis de relacionamentos frente a uma das mais revolucionárias transformações sociais de interações humanas. Essas plataformas virtuais surgiram como um território em rede, ao mesmo tempo em que serviram e servem para a realização da interação entre dois espaços aparentemente distantes e incomunicáveis. O espaço digital tornou-se um movimentado cenário de vivências amorosas, onde é possível procurar e realizar novas formas de relações, tendo em vista suas infinitas possibilidades de encontrar parceiros sexuais virtuais que podem vir a se tornar parceiros físicos.

---

<sup>3</sup> Até poucos anos atrás, o termo hermafrodita era muito utilizado, sobretudo na biologia, para nomear os indivíduos, e espécies não-humanas, que tinham as características físicas de uma mulher, mas os códigos genéticos de homem. Hermafroditismo, então, era um termo muito comum para designar a condição na qual a pessoa nasce com dois órgãos sexuais, tanto masculino quanto feminino. Hoje, a área da saúde, sobretudo a psicologia, chama tal fenômeno de Síndrome da Insensibilidade Parcial aos Andrógenos, conhecido na área médica como um dos tipos mais comuns de intersexualidade (Preciado, 2008).

Além disso, nesse território, é possível criar vários papéis sociais para o anonimato e segurança nas interações (Silva, 2012), o que justifica o fato de a maioria dos usuários dessas novas plataformas serem homens que se relacionam com homens (como o *Grindr*, *Hornet*, *Scruff*, *Tinder*, *Manbunt*, entre outros), já que as práticas homoeróticas, há alguns anos, ocorriam, em sua grande parte, à deriva (Green, 1999), obrigando esses sujeitos a manterem relações em lugares escondidos para fugir da vigilância do poder que normatiza as ações e práticas sociais (Foucault, 2004).

Cada usuário desses armários virtuais tem a possibilidade de performatizar a vida cotidiana, isto é, construir diferentes narrativas moldando um perfil com discursos e enunciados (imagéticos e linguísticos) sobre si mesmos, palavras que nos levam a um repertório sônico de inúmeros sentidos. Não são apenas os textos verbais de perfil que constroem essas representações, mas também os recortes das fotografias postadas. Basta dar uma rápida olhada nos perfis dos aplicativos para encontrarmos dezenas de fotos nas quais o corpo passa a ser o “cartão de visitas”, já que, obviamente, é ele o responsável em causar a primeira impressão (Le Breton, 2006, p. 67).

Ao mesmo tempo em que o corpo é exaltado, cultuado e hipervalorizado, na maioria das vezes, o rosto é ocultado, e essa estratégia de mascarar a identidade varia de acordo com a localização geográfica em âmbito nacional. De acordo com pesquisas recentes (Miskolci, 2017; Monica; Costa, 2020), é possível observar que o padrão de perfis de acesso ao aplicativo modifica-se ao compararmos cidades pequenas e de médio porte com cidades grandes e metrópoles. Quanto maior a cidade, menor é a preocupação com a privacidade e o sigilo, ou seja, menos os usuários se sentem incomodados em mostrar o rosto; ao passo que, quanto menor a cidade, maior é essa preocupação, já que, neste último caso, pelo fato de a região territorial ser menor, é mais fácil que as pessoas se conheçam, fazendo com que seja maior a probabilidade de amigos próximos e familiares se encontrarem e se reconhecerem dentro dos apps.

Apesar de Foz do Iguaçu ser uma das cidades mais importantes do estado do Paraná, com uma população estimada em quase 260 mil habitantes, (Berger; Elsenbach, 2017) e forte potencial de desenvolvimento na área do turismo, ainda é uma das regiões do país com maior número de grupos conservadores de direita contrários à diversidade sexual e religiosa. Basta observarmos a imagem abaixo, publicada no site do jornal Gazeta do Povo, dos resultados das eleições de 2018 e

percebermos o alto índice de aprovação do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro na cidade transfronteiriça, o qual já propagou inúmeros discursos racistas, homofóbicos, golpistas e negacionistas da ciência (Moita Lopes, 2022).

Figura 2: Imagem resultado das eleições presidenciais em Foz do Iguaçu 2018



Fonte: Jornal Gazeta do Povo (2018).

Grupos de *WhatsApp* e *Telegram*, perfis do *Instagram* e comunidades do *Facebook* também têm servido de palco de apoio ao ex-presidente, o qual tem procurado e recebido respaldo político-ideológico da parte de grupos específicos, sobretudo militares, fazendeiros e evangélicos, além de todas suas investidas verbais contra as instituições democráticas (Moita Lopes, 2020). Não raros, também, são os discursos que colocam Deus, Pátria, Família e Liberdade como formuladores para a construção de uma performance conservadora e tradicional.

Outrossim, devemos lembrar que Foz do Iguaçu está localizada na região sul do Brasil, predominantemente branca, cristã e com inúmeros grupos separatistas e autointitulados nacionalistas patriotas. Como afirma Ávila (2016),

É importante notar que o Paraná é um estado considerado como extremamente conservador. Por exemplo, em Foz do Iguaçu, em 2015, quando realizamos o evento Trans Day na



cidade, havia diversos outdoors com propaganda contra o que as/os deputadas/os da bancada evangélica chamam de “ideologia de gênero”. Um deles estava instalado na avenida Beira Rio, financiado com dinheiro público pelo gabinete da deputada estadual Cláudia Pereira, casada com o então prefeito da cidade, Reni Pereira. [...] Assistimos atualmente ao fortalecimento da bancada evangélica na Câmara dos Deputados, que insiste em atacar sistematicamente os poucos direitos já adquiridos por homossexuais e impedir que novos sejam conquistados. Nesse contexto, Foz do Iguaçu é uma cidade do interior, com uma cultura conservadora no que se refere ao respeito pela diversidade sexual e de gênero, e não difere do restante do nosso país. Embora situada em uma região de fronteira, ainda se configura como uma cidade que oferece incipientes políticas públicas voltadas para sua população LGBT+ (Ávila, 2016, p. 488).

E é no ciberespaço que esses discursos conservadores se materializam mais fortemente na contemporaneidade, isso porque, como afirmam Moita Lopes (2020, p. 17), “a internet é a casa da nova direita”.

### **3. “Deus, Pátria e Família”: Conservadorismo e Homofobia na Fronteira**

Devemos lembrar que foi pela internet que o projeto de lei nº 95/2017 (Brasil, 2017), o qual institui o programa Escola sem Partido, projeto que limitava e/ou extinguiu nas escolas municipais de Foz do Iguaçu a discussão sobre política, identidade de gênero e orientação sexual ganhou força e repercussão na fronteira em 2018 (Migalhas, 2020). Além disso, o criador do projeto, o médico e vereador Dr. Brito (PEN), encaminhou, juntamente à Câmara de Vereadores, a emenda nº01/2017 à Lei Orgânica Municipal de Foz do Iguaçu, (Foz do Iguaçu, 2017), a qual impede a utilização da palavra gênero ou qualquer referência ao termo:

Ficam vedadas em todas as dependências das instituições da rede municipal de ensino a adoção, divulgação, realização ou organização de políticas de ensino, currículo escolar,

disciplina obrigatória, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual (Foz do Iguaçu, 2017).

Uma imagem com a figura do ex-presidente e do ex-vereador foi repassada em inúmeros grupos em redes sociais na fronteira, na qual constava a frase: Foz, aqui não se ensina Ideologia de Gênero para crianças na rede municipal de ensino e temos Escola Sem Partido. Ademais, no campo dos discursos imagéticos, observa-se o uso das cores verde e amarelo para compor o panfleto virtual, bem como a imagem da própria bandeira do Brasil sendo segurada com força por uma mão cerrada pintada de verde, o que contextualiza a representação do herói nacional e patriótico disposto a lutar contra qualquer ataque à sagrada instituição da família tradicional.

O que se percebe na semiótica da figura viralizada, também, é a combinação de um estilo e um conteúdo textual que objetiva colocar Jair Bolsonaro na posição de legítimo porta-voz da nação e dos nacionalistas: as cores da bandeira nacional, símbolo amplamente utilizado pelo ex-presidente e seus eleitores, com uma mensagem que visa alertar sobre uma suposta e perigosa “praga comunista” (Junqueira, 2018, p. 11), enfatizada pela mão fechada como símbolo de união entre os autointitulados nacionalistas em torno de um projeto de governo preparado para combater qualquer “ideologia anticristã”. Ou seja, uma tentativa de reafirmar o conservadorismo religioso ligado ao gênero e à sexualidade por meio de referências patriótica de extremismo nacionalista. Em outras palavras,

Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais. Entre os objetivos

dessas ofensivas adquirem centralidade os de entrar o reconhecimento dos direitos sexuais como direitos humanos, de obstruir a adoção da perspectiva de equidade de gênero, e de fortalecer ou relegitimar visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crenças pautados em marcos morais, religiosos, intransigentes e autoritários (Junqueira, 2018, p. 451).

Depois de toda a repercussão do caso, e viralização da citada imagem em grupos de redes sociais – o que acabou fortalecendo ainda mais, na cidade, a campanha de Jair Bolsonaro, de 2018 –, em maio de 2020, o plenário virtual do STF, sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia, em decisão unânime, julgou o processo inconstitucional, sob o argumento de que:

A norma impugnada contraria o princípio da isonomia (art. 5º da Constituição da República) ao estabelecer para professores e estudantes da rede pública de ensino do Município de Foz do Iguaçu vedação à abordagem de tema não havida como legítima na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e certamente contrária aos princípios constitucionais (APP Sindicato, *apud* Migalhas, 2020).

Não muito diferente de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este, cidade vizinha e a 2ª maior cidade do Paraguai, localizada a 327 km da capital – Assunção –, com pouco mais de 300 mil habitantes, também é um distrito que possui a maior parte dos usuários de aplicativos de relacionamentos com perfis de rostos cortados ou escondidos, e por motivos semelhantes à cidade vizinha brasileira, como o conservadorismo religioso e a homofobia institucionalizada.

Em 2015, por exemplo, um deputado da cidade se declarou abertamente contra as organizações LGBTQIAPN+ e prometeu lutar a favor das famílias em sua constituição original. Seu lema de campanha foi Deus, Pátria e Família e foi usado, também, em redes sociais pelo candidato governista Santiago Peña. Ademais, o Partido Colorado da cidade apresentou um projeto de lei de proteção à família, no qual afirmava-se que as pessoas não casadas não poderiam adotar porque seu estilo de vida não é adequado para criar filhos (BBC, 2023).

Por último, cabe discutir o caso de Puerto Iguazú – outro município que faz fronteira com Foz do Iguazu –, cidade de 105 mil habitantes, localizada na região de Misiones, no norte da Argentina. Sendo a menor cidade dentre as três que compõem a conhecida Tríplice Fronteira do Iguazu, e apesar de a Argentina ser um dos países da América Latina com maiores avanços em relação aos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, nos últimos anos (Opera, 2021), Puerto Iguazú é uma cidade que ainda resiste muito à aceitação da representatividade *queer*.

Basta lembrarmos do polêmico caso ocorrido em 2015, sobre o cancelamento do 1º Festival Internacional Gay, o qual aconteceria em setembro daquele ano no centro da cidade. Sob alegação de falta de recursos, o governo suspendeu o evento afirmando que ele seria adiado, o que nunca aconteceu (Opera, 2021). O então produtor, Ricardo Guede, acusou, na época, o Ministério do Turismo de Misiones de discriminação homofóbica, alegando que tal cancelamento haveria acontecido a pedido do arcebispo da cidade de Puerto Iguazú, o monsenhor Marcelo Martorel (Opera, 2021).

Em suma, os espaços físico-geográficos e o ciberespaço, tomados aqui como espaços públicos, são como “arenas sociais” – circunscrições nas quais o controle, a disciplina, o pertencimento e a filiação operam e nos quais estão sendo desempenhados (Blommaert, 2010). Além disso, o espaço público, segundo Blommaert (2010), é também um instrumento de poder, disciplina, controle e regulação: organiza as dinâmicas sociais implantadas nesse espaço. Dessa forma, consideramos que as redes virtuais, as páginas do *Instagram*, os grupos de *WhatsApp*, as comunidades do *Facebook* etc. performatizam esta arena social, em que seus usuários e suas práticas linguísticas refletem suas ideologias, pertencimento e a filiação àquele local.

Contudo, não estamos querendo dizer com isso que as manifestações linguísticas estão restritas ao ambiente digital, pelo contrário, percebemos, também, neste cenário, que as narrativas ligadas ao conservadorismo homofóbico se materializam no espaço público urbano, físico, das suas fronteiras:

Figura 3: Imagem escrita no muro do centro da cidade



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador. Capturada em 25/04/2022.

A frase do muro acima (“Galvão Bueno da Globo frequenta boate ‘gay’ no Rio!”) foi escrita em uma das ruas centrais mais movimentadas de Foz do Iguaçu. O que nos chama a atenção é a palavra “gay” estar escrito entre aspas na parede do centro da cidade, provavelmente para chamar a atenção e fazer relação sígnica do sujeito gay com suas práticas, claramente enunciadas de maneira pejorativa e homofóbica, criando-se uma relação entre o fato de o apresentador e locutor Galvão Bueno ser homossexual apenas por supostamente frequentar um espaço com um público predominantemente gay.

Ainda cabe salientar que, segundo Blommaert (2010), ao construirmos discursos, defendemos ideologicamente nossos interesses e formulamos nossas práticas e ações no mundo, podendo ser construído tanto discursos libertadores e democráticos quanto discursos hegemônicos e opressores, por isso, as palavras passam a servir como uma forma de demarcação de espaços (Blommaert, 2010). Deste modo, ao observarmos esses espaços e darmos sentidos a eles, os signos linguísticos hegemônicos passam a constituir a paisagem linguística do local, assumindo uma perspectiva social da expressão:

Uma paisagem linguística é também uma paisagem sócio-histórica e cultural, formada não apenas por recursos linguísticos dispostos em não-lugares, mas também por pessoas que participam de interações a todo tempo com outros falantes (inclusive de outras variedades), têm suas próprias experiências, vivências, histórias, motivações e objetivos, bem como suas próprias redes sociais locais e translocais. A paisagem, então, deve ser entendida como um conjunto de todos esses elementos, que subjazem e podem constituir um meio ambiente propício a variações linguísticas (Salgado, 2016, p. 211).

Ao analisarmos paisagens linguísticas, é necessário que observemos como as pessoas que produzem os signos linguísticos que compõem essas paisagens se relacionam com os espaços nos quais estão inseridos. Essas paisagens criam os signos e escolhem como eles devem ser usados, por isso, a importância de entender que a constituição de uma paisagem linguística se dá mediante um processo contínuo de re(criação) de significados para os signos linguísticos. Isso quer dizer que esses signos não são escolhidos arbitrariamente ou de forma aleatória, eles estão ali presentes porque se relacionam com diversos aspectos da vida dos sujeitos que compõem a paisagem linguística dos espaços (Salgado, 2016).

Portanto, os recursos linguísticos visuais inseridos em um meio ambiente relacionam-se diretamente às pessoas, uma vez que são elas quem os produzem e escolhem como usá-los (Salgado, 2016). Em outras palavras, de acordo com Haesbaert (2006), o território está correlacionado com poder, mas não aquele conceito tradicional de poder político, mas ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação (Foucault, 1988). Quanto mais próximo das esferas políticas e econômicas o território se insere, mais ele é tomado como um mecanismo de dominação.

Não podemos negar, então, que apesar da comunidade LGBTQIAPN+ estar conquistando, nas últimas décadas, direitos historicamente restritos a uma elite burguesa cisheteronormativa – como o casamento civil, representações midiáticas e aprofundamento do debate público sobre a existência e as vivências de sujeitos dissidentes (Camargo, 2019) –, ainda presenciamos a aterradora reação dessa mesma elite conservadora em sua pretensão de continuar o alijamento desses sujeitos e seus afetos na tentativa de perpetuar alguns preceitos ideológicos de

extrema direita, como o machismo, o patriarcado, a heteronormatividade e todos os preconceitos a eles atrelados, dando continuidade, deste modo, ao poder hegemônico que colocou, ao longo da história, essa população à subalternidade e à marginalização (Butler, 2019).

## Últimas considerações

O objetivo deste artigo foi propor uma análise linguística e cultural sobre as temáticas que envolvem gênero e sexualidade, na região da cidade transfronteiriça de Foz do Iguaçu, Paraná, a partir dos discursos heteronormativos e conservadores da sociedade atual, narrativas estas que forcem sujeitos de corpos e sexualidades dissidentes a permanecerem no silenciamento e no anonimato, fazendo com que utilizem os aplicativos de relacionamentos, em plataformas digitais, para a materialização de seus desejos.

A metáfora do sair do armário, ou esconder-se em um “armário virtual”, possibilitaram compreender um pouco mais a respeito das experiências homoeróticas clandestinas, sobretudo em territórios onde o conservadorismo e a homofobia ainda estão muito presentes, como na região de fronteira neste trabalho citado. Estar no armário é um mecanismo de autodefesa para as vidas LGBTQIAPN+ que, no fundo, acabam sendo solitárias e, ao mesmo tempo, este mesmo armário é onde suas práticas, sonhos e desejos não são julgados ou perseguidos. Esses corpos – cruelmente considerados “infames”, “corpos que não importam” (Butler, 2019) e “descartáveis” (Mbembe, 2018) – são as principais vítimas dessas ideias do pensamento conservador que se usufrui da instituição religiosa, do pensamento eugenista e do patriarcado (Deus, Pátria e Família) para justificar suas práticas fascistas, condutas antidemocráticas e ações discriminatórias.

Por isso, dentre as inúmeras possibilidades de construção dessas performances identitárias, a masculinidade efeminada – ter o corpo biológico classificado como homem no nascimento, mas assemelhar-se a uma mulher na aparência, trejeitos e tom de voz – torna o sujeito que a ela se vincula como um corpo de menor valor, inclusive na própria comunidade LGBTQIAPN+. Portanto, a heteronormatividade apresenta-se como hegemônica e compulsória (Butler, 2003), pois acaba sendo imposta e regida por estratégicos mecanismos de poder e conduta

(Foucault, 1988). Inclusive, são esses também os critérios de validação corporal que os aplicativos de relacionamentos utilizam para a segregação dos corpos que são requisitados, aceitáveis ou descartáveis.

A contenção dos sentimentos e a economia da visibilidade, por isso, tornam-se saídas para que o preconceito, o ódio, a repulsa e exclusão do outro – fatores oriundos do conservadorismo radical gerador da LGBTfobia – não sejam resultados para os desejos homoeróticos assumidos. Isso acontece porque a visibilidade sexual mantém hierarquias, com escopos e perfis de reconhecimento que vão dos mais aceitos socialmente (como os heterossexuais, especialmente os de pares monogâmicos com filhos), passando por aqueles que começaram a negociar sua visibilidade (a exemplo de homens gays socioeconomicamente privilegiados) até os que foram mantidos ou relegados à abjeção (como transsexuais e travestis, por exemplo).

A livre expressão da sexualidade foi, e em muitos lugares ainda é, uma afronta aos valores tradicionais cultivados pelas famílias conservadoras brasileiras, as quais, supostamente, representam a defesa da moral e dos bons costumes, “crucificando” a dinâmica do universo das sexualidades dissidentes: “pecado, falta de vergonha, anormalidade, degeneração, e até doença, eram as chaves mais tradicionais desta visão que prestigia a situação específica do sexo em uma sociedade que passa por profundas mudanças nos costumes” (Quinalha, 2017, p. 315).

Por isso, é fundamental que debates públicos sejam propostos, dentro e fora da universidade, lutas e movimentos de integração dos corpos LGBTQIAPN+ sejam criados e organizados para a defesa de direitos básicos, inclusive o de existir, e políticas públicas sejam pensadas e elaboradas para a construção de novas e outras narrativas que contribuam, de algum modo, para despertar algumas inquietações, olhando para o passado, no presente, desejando um futuro em que os armários sejam claustrofóbicos demais para se estar.

## Referências

A LGBTFobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização. **FundoBrasil**. 13/07/2021. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbt-fobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/> Acesso em 16 de jan. 2023.



ÁVILA, Simone. Sexualidade no interior conservador brasileiro: uma experiência de educação para a diversidade sexual e de gênero em Foz do Iguaçu. **Revista de Antropologia**. Manaus, v. 8, n. 2, jul./dez. p. 480-495, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BBC. Quem é Santiago Peña, novo presidente do Paraguai. **BBC News Brasil**, 30 de abril de 2023, Política. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cnejwml49vgo>. Acesso em 07 jun. 2024.

BECKER, Howard. **Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERGER, Isis Ribeiro; ELSENBACH, Laísla Rafaelly Jardim. Gestão do multilinguismo no espaço visual público em Foz do Iguaçu: um estudo sobre a visibilidade da diversidade linguística. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 7, p. 433-456, ago./dez. 2017.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BLOMMAERT, Jan. **The Sociolinguistics of Globalization**. Cambridge: CUP, 2010.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 95, de 2017**. Institui o programa Escola sem Partido e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em 13 dez. 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. Trad. Renato Aguiar. São Paulo: N-1 edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Mábía. **“Acuenda esse bajubá!”: indexicalidades e interseccionalidades nas performances narrativas de uma travesti quilombola**. 202 páginas. Tese de Doutorado, UFRJ. Rio de Janeiro. 2019.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 2011.

CARTA CAPITAL. Bolsonaro em 25 frases polêmicas. **Revista Carta Capital**, São Paulo, 29 de outubro de 2018, Política. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas>. Acesso em 07 jun. 2024.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Nosso ser-assim é uma atividade. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da et al. **Estudos Queer em Linguística Aplicada Indisciplinar**: gênero, sexualidade, classe e raça. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. London, New York: Gongman, 1992.

FIRMINO, Flávio Henrique.; PORCHAT, Patrícia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “Problemas de Gênero”. **Doxa: Rev. Bras. Psicol. Educ.** Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./ jun. 2017. ISSN: 1413-2060.

FOZ DO IGUAÇU. Câmara de Vereadores. **Emenda nº 01, de 2017, à Lei Orgânica Municipal**. Altera dispositivos referentes à administração pública municipal. Disponível em: <https://www.fozdoiguacu.pr.leg.br>. Acesso em 07 jun. 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972.

GAZETA DO POVO, Resultados para Presidente no Paraná em Foz do Iguaçu (PR). **Jornal Gazeta do Povo. Paraná**, 7 de outubro de 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/municipios-parana/foz-do-iguacu-pr/presidente>. Acesso em 12 de dez. 2022.

GIOMBELLI, Giovana. Prefeitura de Foz do Iguaçu retira faixa de pedestres com cores da bandeira LGBTQIA+ após recomendação do MP para remover 'pintura extravagante'. **G1**, Foz do Iguaçu, 9 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste>

/noticia/2022/02/09/prefeitura-de-foz -do-iguacu- retira - faixa- de- pedestres- com- cores- da- bandeira- lgbtqia-apos-recomendacao-do-mp- para-remover-pintura-extravagante.ghml. Acesso em 16 jan. de 2023.

GREEN, James. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: EdUNESP, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade.** São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade.** Trad. Tomás Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Antropologia do ciborgue: As vertigens do pós-humano.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política.** São Paulo, v. 18, n. 8, p. 410-425, 2018.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MEDEIROS, Ettore Stefani de. **Textos Verbo-visuais de homens que se relacionam afetivosexualmente com homens: Te(n)sões entre Masculinidades no Aplicativo Grindr.** 156 páginas. Dissertação de Mestrado - UFMG. Belo Horizonte. 2018.

MENDES, Juliana. Tribunal de Justiça promove campanha de combate ao crime de LGBTfobia. **Portal do Poder Judiciário do Estado do Maranhão,** São Luís, 8 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/506418/tribunal-de-justica-promove-campanha-de-combate-ao-crime-de-lgbtfobia>. Acesso em 07 de jun. de 2024.

MIGALHAS. É inconstitucional trecho de lei de Foz do Iguaçu proibindo ensino de “ideologia de gênero”. **Jornal Migalhas,** Foz do Iguaçu, 9 de maio de 2020. Educação. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br>

/quentes/326475/e-inconstitucional- trecho- de- lei- de- foz- do- iguacu- proibindo-ensino-de--ideologia-de-genero. Acesso em 7 jul. 2023.

MISKOLCI, Richard. **Desejos Digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística Aplicada Indisciplinar com base em uma ideologia linguística responsiva às teorizações queer. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo da *et al.* **Estudos Queer em Linguística Aplicada Indisciplinar: gênero, sexualidade, classe e raça.** 1 ed. São Paulo: Parábola, 2022.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; FABRÍCIO, Branca Falabella. Por uma ideologia linguística responsiva às teorizações queer. **Cadernos de Linguagem e Sociedade.** Brasília, v. 19, n. 2, p. 371-387, 2020.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar.** São Paulo: Parábola, 2006.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MONICA, Eder Fernandes; COSTA, Ramon Silva. Privacidade, liberdade sexual e sigilo: sentidos de liberdade no aplicativo Grindr. **Interfaces Científicas.** n. 2, p. 99-115, 2020.

OPERA. Os direitos LGBTI+ na América Latina. **Revista Opera.** 29 de junho de 2021, Política. Disponível em: <https://revistaopera.operamundi.uol.com.br/2021/06/29/os-direitos-lgbti-na-america-latina>. Acesso em: Acesso em 07 jun. 2024.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Testo Junkie: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica.** Madrid: N-1 edições, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Histórico.** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUINALHA, Renan. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988).** 329 páginas.. Tese de Doutorado USP – São Paulo. 2017.

SALGADO, Ana Cláudia Peters. Paisagem linguística e repertórios em tempos de diversidade: uma situação em perspectiva. **Revista Calidoscópico**. Unisinos – RS, v. 14, n. 2, p. 219-228, 2016.

SANTOS, Izaac Azevedo dos. **Narrativas de um adolescente homoerótico**: conflitos do “eu” na rede de relações sociais da infância à adolescência. Rio de Janeiro. 180 páginas. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2016.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. Epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**. São Paulo, n. 28, p. 19-54, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

ZAGO, Luiz Felipe. Pornotopias: espaço, mídias e sexualidade. **Revista E-compós**. Brasília, v. 9, n. 3, p. 2-19, 2016.

# Além das grades e fronteiras: compreendendo o encarceramento feminino em um contexto trinacional

*Victor Jorge Lagnani Chamorro<sup>1</sup>*

*Maria Elena Pires Santos<sup>2</sup>*

**Resumo:** Os conceitos de prisão e fronteira têm aspectos expansionistas, separatistas e agregadores que muitas vezes são ignorados nos estudos acadêmicos. Na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, essas dimensões são relevantes devido à territorialidade prisional na fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina. Isso influencia a população carcerária feminina e os fatores que as levaram ao crime. A maioria dessas mulheres apresenta baixa escolaridade, pobreza e desestruturação familiar, fatores ligados ao estigma carcerário. O tráfico de drogas, por sua vez, é um elemento comum no cárcere, refletindo os desafios sociais existentes na fronteira. Este trabalho se baseia nos ensinamentos do geógrafo Élisée Reclus, que contestam a divisão e segregação das fronteiras em prol da cooperação entre comunidades. Dessa forma, o estudo visa compreender como a tríplice fronteira afeta as mulheres na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu e a metodologia de tratamento penal aplicada. Foi realizada uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa para analisar as nuances desses temas, que resultou na constatação de que o contexto fronteiriço afeta as mulheres no cárcere, refletindo as assimetrias e simetrias da fronteira, especialmente as vulnerabilidades socioeconômicas e emocionais, como condutores para o envolvimento dessas mulheres no tráfico de drogas. A investigação destaca a necessidade de políticas públicas para lidar com essas questões socioeconômicas na prevenção e reabilitação.

**Palavras-chave:** Prisão. Fronteira. Territorialidade. Tráfico de Drogas. Perfil Carcerário.

---

<sup>1</sup> Doutorando no PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Membro do Laboratório de Pesquisa, Ensino e Extensão Fronteiras, Estado e Relações Sociais - LAFRONT. E-mail: victorjorgetab@gmail.com

<sup>2</sup> Doutorado e Pós-doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e UFSC. Coordenadora do GT ANPOLL: Transculturalidade, Linguagem e Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Interdisciplinares: Políticas Linguísticas, Diversidades e Fronteiras. Professora do PPG Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. E-mail: mepires@gmail.com

# Beyond bars and borders: understanding female incarceration in a trinational context

**Abstract:** The concepts of prison and border have expansionist, separatist and aggregative aspects that are often ignored in academic studies. At the Foz do Iguaçu Women's Penitentiary, these dimensions are relevant due to the prison territoriality on the trinational border between Brazil, Paraguay and Argentina. This influences the female prison population and the factors that led them to crime. The majority of these women have low education, poverty and family disruption, factors linked to prison stigma. Drug trafficking, in turn, is a common element in prison, reflecting the social challenges that exist at the border. This work is based on the teachings of geographer Élisée Reclus, who contest the division and segregation of borders in favor of cooperation between communities. Thus, the study aims to understand how the triple border affects women in the Foz do Iguaçu Women's Penitentiary and the criminal treatment methodology applied. Exploratory research with a qualitative approach was carried out to analyze the nuances of these themes, which resulted in the finding that the border context affects women in prison, reflecting the asymmetries and symmetries of the border, especially socioeconomic and emotional vulnerabilities, as drivers for involvement of these women in drug trafficking. The investigation highlights the need for public policies to deal with these socioeconomic issues in prevention and rehabilitation.

**Keywords:** Prison. Border. Territoriality. Drug Trafficking. Prison Profile.

## I Introdução

Os conceitos de prisão e fronteira possuem dimensões que incluem aspectos expansionistas, separatistas e agregadores (Águas, 2013), que muitas vezes são negligenciados nos estudos sobre tais assuntos. Na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, essas dimensões estão presentes e são especialmente relevantes, pois estão incorporadas nos aspectos extrínsecos e intrínsecos da territorialidade<sup>3</sup> prisional dessa unidade,

---

<sup>3</sup> “Territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo” (Raffestin, 1993, p. 160).

amalgamadas ao contexto da fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina. Isto significa dizer que ambos, prisão e fronteira, são apenas dimensões de um mesmo território<sup>4</sup>.

Dessa forma, esse contexto fronteiriço trinacional tem influenciado diretamente a composição e o perfil da população carcerária feminina de Foz do Iguaçu, além de potencializar os fatores que as conduziram ao cárcere. As condições de vida, as relações de poder e as dinâmicas socioeconômicas locais e globais, aliadas às ausências estatais, à intensificação da criminalização, aos processos de sedução aos ilegalismos de fronteira e às múltiplas vulnerabilidades pessoais, familiares e emocionais, foram determinantes para que essas mulheres cometessem crimes. Esses fatores continuam agindo intensamente dentro do cárcere.

Essas mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu, em sua maioria, apresentam características reveladoras, que demonstram conexões com fatores ligados à baixa escolaridade, pobreza, desigualdade social, desestruturação familiar, violência e crimes fronteiriços, seguindo uma tendência nacional. Esses fatores combinados, são determinantes na formação do estigma carcerário, considerado a principal barreira para a efetiva reabilitação social dos egressos do sistema penitenciário (Chamorro, 2023).

O tráfico de drogas emerge, também, como o principal componente que une essas mulheres no território prisional, conforme demonstra a análise dos dados penitenciários oficiais brasileiros. Essa constatação exige uma investigação detalhada de alguns elementos essenciais desse movimento que as transportou da sociedade livre ao cárcere.

Fora do cárcere, os contextos sociais das internas são igualmente complexos. A fronteira trinacional entre Brasil, Paraguai e Argentina acrescenta uma camada adicional de desafios, onde a economia informal e a permeabilidade das fronteiras (Cardin, 2012), em movimentos estatais equivocados de rigidez burocrático nacionalista, facilitam a movimentação do tráfico de drogas e o processo de aliciamento. As trajetórias dessas mulheres, frequentemente, refletem uma busca por alternativas em um ambiente de escassas oportunidades, culminando em escolhas que resultam na privação de liberdade.

---

<sup>4</sup> Território é um produto das relações de poder, interações e transformações exercidas por atores dispostos no espaço em determinado contexto histórico (Raffestin, 1993).



O embasamento teórico que abriga este trabalho, é alicerçado nos ensinamentos de Élisée Reclus (1878), geógrafo francês, que em 1906, ousou contestar a centralidade racionalista da época, trazendo um novo paradigma libertário para a geografia ao problematizar as concepções tradicionais de fronteira que visualizam exclusivamente a finalidade de dividirem e segregarem a humanidade, como modelos de manutenção de poder e submissão hegemônica (Ferretti, 2014). As abordagens sobre fronteiras defendidas por Élisée Reclus (1878), ao contrário dos pensadores que pugnam por ilusórios limites artificiais, compreendem as fronteiras mais solidárias em relação ao espaço e aos territórios, onde haja cooperação e harmonia entre as diferentes comunidades. O trabalho também promove diálogos integradores com diversos estudos importantes para a compreensão da fronteira trinacional, os movimentos conceituais e factuais dessa territorialidade e a realidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu.

Isto posto, o principal objetivo dessa investigação é compreender e analisar como os aspectos sociais, econômicos e de segurança da tríplice fronteira, Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina), se manifestam nas pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu e quais são os possíveis impactos na vida dessas mulheres e na metodologia de tratamento penal aplicada, denominada Unidade de Progressão (UP).

A trajetória metodológica escolhida para alcançar esse objetivo foi efetivada através de pesquisa exploratória, com uma abordagem qualitativa, dentro do paradigma interpretativista. Com isso, foi possível estabelecer a compreensão das diversas nuances dos assuntos abordados, o estabelecimento de relações e análises triangulares entre os principais conceitos e temas emergentes da fundamentação teórica, documentos e análise dos dados socioeconômicos e criminais das internas da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, referente a julho 2024.

Assim, a pesquisa conseguiu analisar e explicar que as políticas fronteiriças associadas aos movimentos expansionistas e separatistas são replicadas no ambiente carcerário feminino de Foz do Iguaçu, uma vez que esse território reflete todas as assimetrias e simetrias conjunturais existentes na fronteira. Essas questões se manifestam no perfil vulnerável das mulheres privadas de liberdade, que, na sua maioria, se envolveram no tráfico de drogas, influenciadas por forças tridimensionais que exacerbam a criminalidade, os ilegalismos de fronteira e as fragilidades socioeconômicas e emocionais. Nesse sentido, conclui-se que a conjuntura

socioeconômica e criminal da tríplice fronteira pode influenciar a vida das mulheres vulneráveis da região e a eficácia da metodologia UP, portanto, tais componentes devem ser avaliados no processo de punição e recuperação.

O aspecto diferencial do trabalho é revelar que as mazelas socioeconômicas da fronteira trinacional se reproduzem no perfil das mulheres presas na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, especialmente o elevado envolvimento dessas mulheres com o tráfico de drogas. Essas questões, que têm origem na sociedade livre, persistem na sociedade encarcerada, e são potencializadas pelo ambiente prisional. A investigação destaca como as vulnerabilidades e desigualdades que caracterizam a vida na fronteira são refletidas na população carcerária feminina, indicando que os mesmos fatores que levam essas mulheres ao crime continuam a influenciar suas vidas dentro da prisão. Isso sugere a necessidade de políticas públicas que abordem essas raízes socioeconômicas tanto na prevenção quanto na reabilitação, visando uma mudança significativa e duradoura.

O presente artigo está estruturado em cinco seções. Depois desta introdução, são discutidos os conceitos de prisão e fronteira e o processo de entrelaçamento desses temas. Na sequência é definido o perfil das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu. A quarta seção apresenta os fatores pendulares de criminalização e encarceramento feminino e, por fim, a última seção, as considerações finais.

## **II Prisão e fronteira: o entrelaçamento de conceitos**

Conceitos como prisão e fronteira possuem similitudes que podem revelar aspectos (des)humanos de suas características e implicações sociais, especialmente em unidades prisionais situadas em regiões fronteiriças. A Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, foco desta investigação, exemplifica essa situação. Por estar localizada na fronteira trinacional entre Brasil, Argentina e Paraguai, é crucial entender como os aspectos regionais influenciam na territorialidade prisional e a composição da população carcerária dessa unidade.

Antes de qualquer incursão teórica, é importante compreender que as prisões, dentro de uma concepção mais generalista, são classificadas como instituições destinadas ao cumprimento de pena e detenções

processuais provisórias, que guardam mecanismos de controle e vigilância sobre os indivíduos que descumpriram as leis penais do país, com processos de separação, exclusão, segurança, ordem, gerenciamento de populações e espaços de exceção (Foucault, 2012).

Ainda que haja um apelo normativo utópico de ressocialização social (Bogo; Rotta Almeida, 2019), a prisão, no seu modelo tradicional, continua a exercer o papel de engrenagem de um sistema de controle social, que materializa aspectos disciplinares modernos e relações de poder, com a aplicação de tecnologias e mecanismos de vigilância constante, regulamentação conjuntural, normatização e homogeneidade de comportamentos, com a finalidade de moldar e conter indivíduos que quebraram as leis socialmente instituídas (Foucault, 2012).

Por outro lado, as prisões são instituições que materializam as regras de um poder central. Além de conter os corpos, elas buscam transformar identidades e comportamentos, forçando uma reconstrução de acordo com as normas institucionais. Esse processo suprime individualidades em favor de uma uniformização grupal, adequada ao que é definido como normal e aceitável na sociedade (Goffman, 1980).

Ou, ainda, uma avaliação mais concentrada no processo moderno de encarceramento em massa, que define as prisões como uma resposta ao movimento econômico neoliberal e às políticas sociais excludentes que conduzem contingentes populacionais pobres ao cárcere e às periferias, como meios de controle e marginalização de desvalidos economicamente ou minorias insurgentes do modo de produção capitalista. São políticas públicas mais fáceis e ideologicamente sensacionalistas, que ignoram as raízes das desigualdades sociais (Wacquant, 2001).

Nesse sentido, o entrelaçamento conceitual entre prisões e fronteiras revela correlações em diversos aspectos, ou melhor, dimensões de um território multidimensional e escalar (Haesbaert, 2006; Saquet; Briskiewicz, 2009). Nas fronteiras, por exemplo, os mesmos mecanismos de controle e vigilância estão presentes, aplicados ao controle de fluxos de pessoas, bens e ideias, especialmente através de tecnologias e regulação estatal. Esses processos incluem a separação e exclusão, baseados na concepção securitária de divisão de espaços territoriais soberanos e nos requisitos normativos de defesa, entrada e saída de pessoas e bens.

Além disso, há um foco nos processos de segurança, ordem e gerenciamento de populações, com um forte discurso sobre segurança nacional, ordem pública, combate ao crime e controle da mobilidade de

grupos, como migrantes 'ilegais' e práticas transfronteiriças ilícitas. Esses espaços também são arenas de poder e simbolismo, defendendo representações geopolíticas, econômicas e ideológicas que frequentemente ignoram os aspectos socioculturais e identitários das populações locais (Cardin; Albuquerque, 2018).

Contudo, a compreensão das nuances do conceito de fronteira, deve ir além de questões ligadas ao plano de segurança, controle e limites territoriais, avançando para enfoques que integrem ao conceito as suas territorialidades multiculturais e multidimensionais (Raffestin, 1993), com seus próprios valores, liberdades, movimentos, identidades e representações, como outrora defendido pela teoria de Elisee Reclus<sup>5</sup> sobre os aspectos universalistas, fraternais e humanos da fronteira (Nogueira, 2011). Esse entendimento ampliado de fronteira, em um processo de arrastamento natural, trará consigo outras visões sobre territorialidade prisional, que serão determinantes para o entendimento de como a fronteira e a sua conjuntura influenciam no direcionamento de mulheres ao cárcere em Foz do Iguaçu. Pontos que serão abordados pormenorizadamente na próxima seção.

No entanto, o que importa neste momento é compreender como os teóricos vêm construindo referido conceito, percorrendo as diversas dimensões do assunto. Ora com avanços; ora com retrocessos, conforme proposto por Águas (2013), coexistem a fronteira que progride, a fronteira que isola e a fronteira que integra, cada uma com teóricos e pontos de vistas que são utilizados, muitas vezes, de acordo com os interesses de seus defensores (Águas, 2013).

A fronteira que progride, ou a fronteira expansionista, foi inicialmente defendida por Frederick Jackson Turner, em 1893, na obra *The Frontier in American History*, onde são lançadas as bases teóricas do conceito contemporâneo de fronteira, compreendendo o movimento expansionista americano para o Oeste como elemento central da formação da identidade nacional e o desenvolvimento do Estado genuinamente estadunidense. A fronteira foi retratada como um campo de oportunidades e de reforço de uma identidade nacional, bem como um

---

<sup>5</sup> Élisée Reclus, que escreveu a obra: *Nova geografia universal*, em 1906, defende que a fronteira é um conceito fluido e dinâmico, refletindo mais uma zona de interação e transformação do que uma linha rígida e fixa. Em sua visão, as fronteiras são moldadas tanto por elementos geográficos quanto por relações humanas, servindo como espaços onde diferentes culturas e comunidades se encontram, interagem e influenciam mutuamente (Eva, 2005, p. 32).

espaço de mobilidade social e econômica que permitiram a criação de uma cultura única, democrática e cheia de oportunidades, desconectada do processo de formação europeia das antigas colônias americanas (Turner, 2010).

Este processo expansionista, mesmo ignorando as culturas, valores e identidades dos povos originários, seria capaz de sedimentar, nas terras conquistadas ou desbravadas, novas culturas nacionalistas e a posse territorial, pautadas no individualismo, na inovação e no progresso como elementos fundantes do desenvolvimento socioeconômico local. Essa postura progressiva teria a aptidão de forjar uma identidade coletiva e institucional, que com o tempo se irradiaria para todo o país (Turner, 2010; Águas, 2013).

Os princípios impregnados na teoria expansionista de Turner foram muito bem explorados ao longo do século XX, e ainda o são em ocasiões populistas especiais, pois robustecem ações institucionais ou de grupos hegemônicos que visam ocupar territórios, sob o argumento de tomar posse dos espaços abandonados ou sem dono e formar uma territorialidade própria ou de civilizar os não-civilizados (Hannerz, 1997; Martins, 2019).

O movimento expansionista, aqui retratado, pressupõe um distanciamento do centro de poder político e econômico do país, acarretando variações de intensidade nas intervenções e na forma como o processo ocorre na região ocupada, impactando a vida das pessoas envolvidas. Maior força e controle central tendem a imprimir maior rigidez ao processo, enquanto um controle central mais fraco resulta em interações mais fluídas e criativas, além de uma desigualdade mais acentuada, com o fortalecimento de micropoderes locais (Águas, 2013).

Contudo, as teorias de Turner, mesmo que camufladas em roupagens mais modernas, continuam a subsidiar estudos e ações estatais com vieses ideológicos limitantes sobre o conceito de fronteira, que fomentam ainda discussões e intervenções institucionais em áreas de conflito e faixas de fronteira, blocos regionais, financiamento e investimento nacionais e internacionais, políticas de segurança, defesa, fiscalizações e controles de toda a ordem, relacionados aos limites soberanos (Cardin; Albuquerque, 2018).

Em uma espécie de processo evolutivo do expansionismo, surge a dimensão da fronteira que isola, que separa. Nesta seara, as abordagens estão preocupadas com as linhas divisórias, com as limitações dos espaços,

com a formação de uma simbologia conservadora que defende o território nacional, a jurisdição, a soberania e a salvaguarda de uma ilusória comunidade nacionalista homogênea (Águas, 2013; Gedieli; Mendes Barbosa, 2021).

Essas separações, utópicas, diga-se de passagem, querem transmitir ao povo de “dentro” e de “fora” que as linhas de demarcação jurídico políticas encerram uma cultura própria, pura, diferente de tudo o que está fora do território nacional. Em planos práticos, essa forma de pensar a fronteira costuma estar presente nas inúmeras regras estatais, que procuram regulamentar e, simbolicamente, transmitir uma impressão de controle absoluto sobre tudo o que acontece no território nacional, a exemplo das questões envolvendo a segurança interna e externa, questões aduaneiras, migração, cidadania, vigilância fitossanitária, importação e exportação, moeda, bens, ideias, entre outros. Em síntese, é o exercício interno do poder e a manifestação dissuasória externa desse mesmo poder (Friedman; Moreira, 2001).

Aquele que não está inserido dentro desse território, dentro dessa relação interna, é considerado estranho, pronto para se tornar um transgressor da lei, muitas vezes por apenas exercitar uma cultura de fronteira, existente muito antes da formulação das regulamentações estatais. Isso explica como muitos comportamentos de habitantes fronteiriços foram, abruptamente, transformados em ilegalismos, conduzindo-os inopinadamente ao cárcere (Friedman; Moreira, 2001; Cardin; Albuquerque, 2018).

Ainda com todas essas dimensões restritivas de fronteira, que em algumas situações ganham prestígio e reforço de setores do Estado e agentes públicos que ignoram a historicidade das comunidades envolvidas, existe uma força social que vai muito além dos preceitos estatais e das vontades hegemônicas. São os habitantes das fronteiras que integram, que unem as pessoas, que defendem e exercitam uma cultura própria. Esse movimento que se insurge à centralização de poder do Estado, compreende as fronteiras como territórios dinâmicos, funcionais, que se adequam às características do grupo, ao seu modo de vida, pressupondo acima de tudo liberdade, identidade e movimento (Eva, 2005).

Neste sentido, uma identidade fronteiriça integradora possui componentes de resistência e é forjada nos acontecimentos históricos das comunidades, representações e símbolos que construíram e transformam o significado dessa territorialidade, desse verdadeiro habitus. São espaços

únicos construídos por meio das relações entre os indivíduos e os espaços de fronteira, com sentimentos, memória, linguagem, alteridades, representações e vivência (Cardin; Albuquerque, 2018).

Bourdieu (1992) explica que a criação do habitus configura-se como um processo de conciliação entre as realidades individuais e as estruturas sociais externas, que se manifestam nas disposições vivenciais duradouras e nos padrões de comportamento dos indivíduos. São produtos da socialização, constituídos nas relações familiares, educação, crenças, trabalho e socializações de toda a ordem. O habitus se destaca pelos diálogos, pelas trocas cotidianas e recíprocas do mundo concreto e do mundo subjetivo dos indivíduos, estruturados e (re)construídos nas experiências práticas, uma “subjetividade socializada” (Bourdieu, 1992, p. 101).

Isso significa dizer que o habitus de fronteira tem a capacidade de agregar as diferenças, trazendo uma espécie de homogeneidade fronteiriça, materializada em preferências, comportamentos, estímulos conjunturais e trajetórias sociais. Isso explica, de certa forma, como as outras dimensões da fronteira, a que expande e a que separa, não conseguem desvendar de forma plena esse universo social.

Contudo, Bourdieu (1992) esclarece que o habitus pode sofrer ajustes e desajustes diante de situações extraordinárias que transformem a conjuntura social de forma duradoura, pois ele não é um sistema fechado e imutável. O processo adaptativo ou a imposição sistemática de mudanças ao longo do tempo podem alterá-lo. No entanto, sempre haverá elementos de resistência pautados em valores e relações sociais mais densas, como a família, a vizinhança, a origem, a etnia, que possuem simbolismos, narrativas, sentimentos e memórias muito particulares. (Bourdieu, 1992; Cardin; Albuquerque, 2018).

Em síntese, a prática de fronteira está impregnada com todas as dimensões teóricas discutidas até aqui, especialmente quando tais dimensões são confrontadas ou replicadas nas políticas penitenciárias em voga nas regiões de fronteira, como acontece na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu. Essa unidade é um território prisional que guarda todos os aspectos de assimetrias e simetrias conjunturais, representações, relações de poder, trocas materiais e simbólicas e aplicabilidade do aparato jurídico e securitário da fronteira onde está instalada (Medina Garcia, 2006). Mas também, sob outro prisma, pode ser um microcosmos insurgente das populações locais, que ao serem selecionadas ou recrutadas pelo crime,

reagem às políticas exacerbadas de punição da pobreza (Wacquant, 2001) que superlotam as penitenciárias brasileiras, compelidas pelo processo de desigualdade e empobrecimento social vivenciado no Brasil, com reflexos, naturalmente, em Foz do Iguaçu.

Dessa forma, resta discutir o quão significativo seria a influência da conjuntura da fronteira na população carcerária da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, quem são essas pessoas? objeto de estudo da próxima seção.

### **III Mulheres privadas de liberdade: quem são e por quê?**

Antes de ingressar no ponto central de discussão sobre as complexas dinâmicas que conduzem as mulheres ao cárcere em Foz do Iguaçu, é necessário compreender as peculiaridades da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu e da sua territorialidade. Visto que o ambiente carcerário não é um espaço neutro, mas uma construção social que molda as experiências e trajetórias das mulheres privadas de liberdade. Analisar as características desse território permite vislumbrar as condições de vida, as relações de poder e as dinâmicas sociais que se estabelecem no interior da unidade prisional e fora dela, oferecendo pistas cruciais para compreender os desafios enfrentados pelas internas e os fatores que as levaram até ali.

Haesbaert (2007) defende que o território se constitui a partir de uma apropriação social, em que os atores interagem entre si e com o espaço para produzirem e viverem, em um complexo de relações materiais e imateriais que reforçam ou moldam identidades sociais. Duas dimensões estão justapostas neste processo: uma subjetiva das identidades e simbolismos, que afloram dos grupos que vivem e transformam o território e, também, uma outra objetiva, mais funcional de uso, conectada aos aspectos políticos, econômicos e legais, capitaneados pelo Estado e/ou grupo econômicos (Haesbaert, 2007). Na prisão, esse espaço-tempo vivido e suas dimensões também estão presentes.

Dessa forma, a Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, formalmente criada em 2018, constitui-se em uma instituição prisional, localizada na cidade de Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, região da tríplice fronteira: Brasil – Paraguai – Argentina, destinada a mulheres



condenadas e presas provisórias<sup>6</sup>. Com capacidade de lotação de 280 internas, a unidade possui características singulares que a destaca das demais penitenciárias do estado do PR, em virtude do esforço metodológico em buscar da ressocialização das detentas, com o oferecimento de diversas oportunidades de trabalho e estudo, visando superar o processo de reincidência criminal e promover a ressocialização das pessoas privadas de liberdade, de forma humanizada.

Essa metodologia aplicada, denominada Unidade de Progressão (UP), é fundamentada no movimento de Justiça Restaurativa, visando promover a conciliação social, a partir ações dialógicas entre os envolvidos (vítima, autor, justiça e sociedade), composição dos danos e responsabilização humanizada, com vistas a uma restauração integral de todos (Nery, 2012).

A estrutura da penitenciária possui ambientes laborais e educacionais, que entre outras atividades, proporcionam diversos cursos regulares e profissionalizantes. Também há canteiros de trabalhos onde as atividades práticas dos cursos profissionalizantes são desenvolvidas e produtos específicos (artesanato, material de higiene pessoal, roupas etc.) são fabricados e disponibilizados às empresas privadas cooperadas (Palma, 2024).

Todos os trabalhos (laborais, educacionais, administrativo e segurança) são conduzidos por equipes multidisciplinares, compostas por profissionais de saúde, assistência social, funcionários terceirizados e policiais penais, que integrados, exercem atividades essenciais na jornada de ressocialização e preparação das mulheres para o retorno à vida em liberdade (Palma, 2024).

Mesmo com todos os esforços metodológicos, estruturais e a inexistência de superlotação, que por si só, já são patamares evolutivos importantes, quando comparados à realidade carcerária brasileira<sup>7</sup> recheada de ausências e limitações, ainda persistem alguns desafios à unidade prisional iguaçuense, especialmente vinculados à deficiência na seleção, a não separação das internas (sentenciadas e provisórias) e outros elementos deficitários objetivos e subjetivos que moldam as experiências

---

<sup>6</sup> Pessoas detidas provisoriamente em virtude de flagrante delito, prisão preventivamente, presas temporárias, pronunciadas em crimes de competência do Tribunal do Júri e condenadas por sentença recorrível.

<sup>7</sup> Dados do Sistema Nacional de Informações Penais – SISDEPEN (2024). Déficit de vagas prisionais de 155.283, no Brasil.

das mulheres encarceradas, questões que precisam ser consideradas para compreender como o ambiente interno e externo influenciam as trajetórias das detentas.

Ao mapear e analisar esses elementos deficitários, é possível identificar perfis, oportunidades e desafios enfrentados pelas mulheres privadas de liberdade, bem como questões relacionadas à metodologia de tratamento penal na UP. Os principais dados sobre essas questões estão disponíveis no Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN), referente a julho de 2024. As informações analisadas dizem respeito às 279 internas da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, que representam 15% do total de mulheres encarceradas no estado do Paraná, o qual possui 1.791 mulheres presas. O estado do Paraná conta, atualmente, com uma população carcerária de 34.308 pessoas (entre homens e mulheres), o que corresponde a 5,33% da população carcerária brasileira. As tabelas de dados que serão apresentadas incluem informações nacionais sobre as 26.148 mulheres privadas de liberdade no Brasil, referente ao mesmo período (julho de 2024), servindo como elemento comparativo para demonstrar que a Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu segue uma tendência nacional nos aspectos que serão analisados a seguir (Sisdepen, 2024).

As mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu apresentam características reveladoras, que evidenciam conexões com fatores como baixa escolaridade, pobreza, desigualdade social, desestruturação familiar, violência e envolvimento em crimes fronteiriços. Esses elementos, quando combinados, são determinantes na formação do estigma carcerário, considerado a principal barreira para a efetiva reintegração social de pessoas egressas do sistema penitenciário (Chamorro, 2023).

De modo geral, as mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu têm entre 25 e 45 anos (68%), sendo que 6 delas possuem mais de 60 anos. Trata-se, em sua maioria, de pessoas jovens, sem renda, com histórico de trabalho em atividades que exigem baixa escolaridade e oferecem remuneração básica, como serviços domésticos, prestação de serviços no comércio, agricultura de subsistência, vendas autônomas e atividades relacionadas ao comércio de importados no Paraguai. A maioria delas possui de 2 a 4 filhos (52%), e há, atualmente, 12 mulheres gestantes e 1 lactante entre as internas. A tabela 1, a seguir, ilustra esses dados e sua correspondência com o contexto nacional.

**Tabela 1** – Comparativo de faixa etária das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguçu e nacional

Anos	Foz do Iguçu	% local	Nacional	% nacional
18-24	46	16,49	4207	16,09
25-29	67	24,01	5248	20,07
30-34	54	19,35	4858	18,58
35-45	69	24,73	7834	29,96
46-60	37	13,26	3282	12,55
61-70	6	2,15	366	1,40
+ 70	0	0,00	45	0,17
Não informado	0	0,00	308	1,18
<b>Total</b>	<b>279</b>	<b>1,07</b>	<b>26148</b>	<b>4,07</b>

Fonte: Sisdepen (2024).

Pelo menos 40% das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguçu são provenientes de outras cidades do estado do Paraná, incluindo 6 estrangeiras (5 paraguaias e 1 argentina)<sup>8</sup>. Essas mulheres foram transferidas para a Penitenciária Feminina de Foz do Iguçu por meio de medidas administrativas de realocação de internas, com o objetivo de preencher vagas e evitar a superlotação em outras unidades. Esse dado também revela fatores relacionados à ausência ou distanciamento familiar, que enfraquecem o apoio emocional e afetivo, dificultando a reintegração social. A maioria dessas mulheres é branca ou parda (64%), refletindo uma tendência nacional quanto à cor/etnia e à presença de estrangeiras, como mostrado na tabela 2 a seguir:

**Tabela 2** – Quantitativo de mulheres privadas de liberdade por cor/etnia/estrangeiro: Foz do Iguçu e nacional

Cor/Etnia/Estrangeiro	Foz do Iguçu	% local	Nacional	% nacional
Amarelo	0	0,00	116	0,44
Preta	12	4,30	3537	13,53
Parda	88	31,54	12822	49,04
Indígena	0	0,00	82	0,85
Branca	92	32,97	8459	32,35
Estrangeiro	6	2,15	269	1,03
Não informado	81	29,03	863	3,30

Fonte: Sisdepen (2024).

<sup>8</sup> Não há indígenas ou pessoas com necessidades especiais entre as mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguçu.

Em relação ao grau de escolaridade, o dado mais preocupante indica que 41% das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu não completaram o ensino fundamental, refletindo uma tendência nacional, conforme apresentado a seguir na tabela 3. Além disso, a falta de informações educacionais sobre mais de 16% das internas é um fator limitador, pois dificulta a avaliação e o desenvolvimento de iniciativas educativas voltadas para essas mulheres. Apesar das diversas oportunidades oferecidas na unidade prisional, incluindo cursos profissionalizantes, educação básica, e ensino médio/superior, que atualmente envolvem 180 internas em atividades de estudo e 171 em atividades laborais (Palma, 2024), o nível geral de escolaridade continua baixo. Isso gera uma série de dificuldades, como restrições no âmbito profissional, menor acesso ao mercado de trabalho, renda insuficiente, ampliação das desigualdades econômicas, aumento das vulnerabilidades sociais e maior suscetibilidade ao recrutamento por organizações criminosas, resultando em uma reincidência frequente em crimes transfronteiriços (Cardin, 2012).

**Tabela 3** – Comparativo de grau de escolaridade das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu e nacional

<b>Grau</b>	<b>Foz do Iguaçu</b>	<b>% local</b>	<b>Nacional</b>	<b>% nacional</b>
<b>Analfabeto</b>	0	0,00	1023	3,91
<b>Fundamental incompleto</b>	115	41,22	10321	39,47
<b>Fundamental completo</b>	20	7,17	2457	9,40
<b>Médio incompleto</b>	54	19,35	4903	18,75
<b>Médio completo</b>	28	10,04	4968	19,00
<b>Superior incompleto</b>	10	3,58	680	2,60
<b>Superior completo</b>	5	0,89	497	1,90
<b>Acima do superior</b>	0	0,00	31	0,12
<b>Sem informação</b>	47	16,85	1268	4,85

Fonte: Sisdepen (2024).

Os dados mais reveladores dizem respeito à questão criminal. Pelo menos 70% das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu foram condenadas por envolvimento com o tráfico de drogas, seguidas por 15% relacionadas a crimes patrimoniais (roubo) e 10% por crimes contra a vida

(homicídio), refletindo, em grande parte, uma tendência nacional. No entanto, o índice de envolvimento com o tráfico de drogas em Foz do Iguaçu é significativamente superior ao padrão nacional, como mostrado na tabela 4. Esse aumento provavelmente está relacionado ao contexto fronteiriço da região, um tema que será abordado em detalhe na próxima seção desta pesquisa.

**Tabela 4** – Comparativo dos principais crimes praticados pelas mulheres em Foz do Iguaçu e nacional

Tipo	Foz do Iguaçu	% local	Nacional	% nacional
Tráfico de Drogas	196	70,25	13829	52,89
Roubo	42	15,05	3517	13,45
Homicídio	28	10,04	3465	13,25
Outros	13	4,66	5337	20,41

Fonte: Sisdepen (2024).

Aproximadamente 52% dessas mulheres de Foz do Iguaçu cumprem penas que variam de 9 a 30 anos de prisão, o que corresponde a pelo menos 147 pessoas. Devido ao longo período de encarceramento, essas mulheres passam por um processo de destruição de sua identidade anterior e de construção de uma nova identidade prisional, caracterizado pela despersonalização, pelo agravamento das vulnerabilidades sociais pré-existentes e pela aquisição do estigma carcerário, conforme os prognósticos de Goffman (1980) sobre os efeitos nefastos da convivência prolongada no ambiente prisional. A tabela 5 a seguir revela uma uniformidade de indicadores sobre o tempo de pena, exceto nas condenações de 8 a 15 anos, em que os números de Foz do Iguaçu são sensivelmente maiores, provavelmente devido às sentenças relacionadas ao tráfico de drogas<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> A Lei 11343/2006, art. 33 – penas que variam de 5 a 15 anos para o tráfico de drogas.

**Tabela 5** – Demonstrativo de tempo de condenação das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu e nacional

<b>Tempo</b>	<b>Foz do Iguaçu</b>	<b>% local</b>	<b>Nacional</b>	<b>% nacional</b>
<b>Até 6 meses</b>	0	0,00	1138	4,35
<b>6 meses 1 ano</b>	0	0,00	96	0,37
<b>1 a 2 anos</b>	0	0,00	286	1,09
<b>2 a 4 anos</b>	33	11,83	836	3,20
<b>4 a 8 anos</b>	41	14,70	3799	14,53
<b>8 a 15 anos</b>	77	27,60	3803	14,54
<b>15 a 20 anos</b>	43	15,41	1618	6,19
<b>20 a 30 anos</b>	27	9,68	1242	4,75
<b>30 a 50 anos</b>	11	3,94	432	1,65
<b>50 a 100 anos</b>	1	0,36	109	0,42
<b>+ 100 anos</b>	1	0,36	39	0,15
<b>Não informado</b>	0	0,00	12750	48,76
<b>Prisão provisória</b>	45	16,13		

Fonte: Sisdepen (2024).

Em resumo, é possível traçar o perfil atual das mulheres privadas de liberdade em Foz do Iguaçu como pessoas brancas e pardas, jovens, mães de família, de origem nacional diversa, com escolaridade reduzida, que antes do encarceramento exerciam atividades de baixa qualificação ou estavam desempregadas, ausência de renda, e na sua maioria envolvidas com o tráfico de drogas. No entanto, como constatado, o tráfico de drogas é um elemento essencial e comum no processo de aprisionamento feminino em Foz do Iguaçu, questão que merece maior aprofundamento, conforme seção subsequente.

## IV O pêndulo da criminalização e encarceramento feminino

Nas discussões da seção anterior, ficou exposto que o tráfico de drogas foi o principal componente que uniu essas mulheres no território prisional. Essa constatação exige que se busque identificar alguns elementos essenciais desse movimento que as transportou, da sociedade livre ao cárcere. Neste sentido, propõe-se uma abordagem tridimensional que aborde o recrudescimento penal relacionado às drogas, a sedução exercida pelos ilegalismos de fronteira e as condições socioeconômicas e emocionais das mulheres encarceradas. Esses componentes interligados afetam cada indivíduo de maneiras diferentes e com variadas intensidades, como ocorre, simbolicamente, no fenômeno físico do pêndulo, quando sofre oscilações de movimentos em virtude da ação combinada irregular da força gravitacional, da tensão do fio e da força de arrasto do ar.

O primeiro ponto de movimentação do que se propõe chamar de a “trajetória pendular do tráfico de drogas”, aconteceu com o recrudescimento das políticas penais sobre drogas engendradas no Brasil, nas décadas de 1970<sup>10</sup> e 1980, em virtude de acordos com os Estados Unidos da América e adesão ao conjunto de ações estruturais lançadas por este país em toda a América Latina, objetivando combater o tráfico e o consumo de drogas ilícitas, especialmente aquelas drogas direcionadas ao consumo interno estadunidense (Fraga, 2007). As ações de combate às drogas desencadearam no Brasil uma escalada de encarceramento em massa e criminalização ampliada de pessoas envolvidas com o tráfico e comportamentos afins, que penalizaram diversas condutas e estabeleceram como ilegais centenas de princípios químicos ativos, definidos em regulamentação infralegal<sup>11</sup>.

Essa postura política e burocrática estatal proporcionou a constituição de processos cada vez mais rígidos de criminalização, policiamento, judicialização e consequente encarceramento, na ordem de 27,9% ao ano (Chamorro; De Oliveira; Do Nascimento, 2024), que elevou o Brasil à posição de 3º lugar em aprisionamento mundial (WPB, 2019). Como efeito colateral, na esteira do problema de encarceramento em massa, advieram as facções criminosas, que passaram a exercer um poder paralelo dentro e fora dos presídios, estabelecendo uma territorialidade

---

<sup>10</sup> Lei 6.368/1976.

<sup>11</sup> [https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344\\_12\\_05\\_1998\\_rep.html](https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/svs/1998/prt0344_12_05_1998_rep.html)

prisional própria. O Comando Vermelho (CV), oriundo das prisões do Rio de Janeiro na década de 1970, e o Primeiro Comando da Capital (PCC), criado em 1993, nas prisões paulistas, surgiram como as principais organizações no comando factual de grande parte dos presídios brasileiros, com ramificações criminosas extramuros nos mercados ilegais do Brasil, especialmente o tráfico de drogas, com alcance transnacional (Rodrigues; Feltran; Zambon, 2003).

As operações ilícitas das facções funcionam como verdadeiros empreendimentos criminosos, buscando lucro tanto em mercados legais quanto ilegais. Seus negócios são sustentados pela violência, pelo controle territorial e pelo recrutamento constante, especialmente dentro das prisões. Essa dinâmica é caracterizada por uma racionalidade econômica, onde custos e benefícios são constantemente avaliados para maximizar os lucros (Albanese, 2014).

Essa roupagem empreendedora do crime abre espaço para discutir a segunda força pendular do tráfico de drogas: a atração exercida pelas atividades ilícitas na fronteira, especialmente na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

A tríplice fronteira é composta pelos municípios Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina). Particularmente a cidade paraguaia, ao longo do seu desenvolvimento, tornou-se um importante centro de compras para brasileiros, oferecendo uma vasta gama de produtos importados, em um mercado dinâmico e pujante economicamente, envolvendo uma complexa rede de movimentação de produtos, compristas e vendedores de várias nacionalidades, trabalhadores, logística entre portos e países, fornecedores mundiais, distribuidores, sistema financeiro e câmbio, com reflexos em todo o Cone Sul<sup>12</sup>. Mas também, atraiu muitos ilegalismos como contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas, lavagem de capitais, falsificação de produtos etc., com abrangência mundial (Rabossi, 2015).

Foi justamente por conta das cadeias logísticas, legais e ilegais, e a grande movimentação de ativos financeiros, em um típico movimento globalizante (Naím, 2006), que a região da tríplice fronteira tornou-se um atraente polo de distribuição de drogas, especificamente maconha e derivados da cocaína, provenientes de países da América do Sul. Os grupos criminais buscam, a partir dos principais países produtores

---

<sup>12</sup> Cone Sul é uma região geográfica e econômica da América do Sul, formada pelos países localizados no extremo sul do continente.



(Paraguai, Colômbia, Bolívia, Peru e o próprio Brasil), ingressar com as drogas nos mercados consumidores brasileiro e internacionais (Ásia, Europa e América do Norte), valendo-se das malhas rodoviárias e portos do Brasil, em um movimento Oeste – Leste, desfrutando das mesmas rotas de transportes utilizadas pelo comércio regular de exportação (Unodc, 2023).

A mobilidade internacional, tanto no que se refere aos novos processos tecnológicos de comunicação, transferência e conversão de capitais e cadeias logísticas mundiais, a partir da fronteira, trouxe grandes oportunidades aos grupos criminais, que souberam explorar as facilidades de interação dos mercados globais, ausências estatais na fiscalização e controle, e as conveniências e deficiências socioeconômicas da região (Naím, 2006).

Uma dessas “conveniências e deficiências” regionais é retratada no recrutamento de transportadores de drogas, em processos cada vez mais dinâmicos e descentralizados. Muitos deles, já possuem uma rotina de movimentação no mercado de trabalho informal do comércio de eletrônicos e demais mercadorias legais na fronteira, e são cooptados/seduzidos pelos altos valores pagos pelo tráfico de drogas para que assumam os riscos dos transportes de entorpecentes, especialmente nas zonas mais aproximadas da faixa de fronteira, que inclusive são os pontos de maior observação das forças policiais (Naím, 2006; Cardin, 2012; Albanese, 2014).

Essas pessoas, de forma geral, possuem baixa qualificação profissional e educacional, dificuldades para adquirirem renda regular ou uma posição formal no mercado trabalho. Na sua maioria, são jovens que buscam maior rentabilidade, flexibilidade de horário e vantagens, inclusive de ordem simbólica e moral, como poder e reconhecimento social (Cardin, 2012). Esse perfil do jovem trabalhador informal da fronteira, atraído pelos ganhos do tráfico, está exatamente reproduzido no perfil da maioria das mulheres presas na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu.

Contudo, ainda há uma terceira força pendular, talvez a mais subjetiva, que exerce grande influência no processo de encarceramento feminino em Foz do Iguaçu, conectada com as condições socioeconômicas e emocionais das mulheres. O primeiro aspecto desse componente é a forma como as organizações criminosas dividem as forças de trabalho no mundo do tráfico. Às mulheres, são relegadas as funções de nível inferior, como transportadoras (mulas) e vendedoras de

pequenas quantidades de drogas, o que potencializa os riscos de serem flagradas pelas forças policiais. Essa submissão acontece, em grande parte, devido ao retorno financeiro imediato pelo “trabalho” realizado. Quanto mais arriscado, maior a contrapartida financeira e maiores são as chances de serem capturadas. As dificuldades econômicas pessoais, familiares e a necessidade de prover o mínimo existencial dos filhos são os principais motivadores dessas condutas (Rodrigues, 2009; Santoro; Pereira; De Lara, 2018; Martins, 2020).

O segundo aspecto diz respeito ao vínculo emocional com os companheiros já envolvidos no mundo do tráfico de drogas. Muitas delas são instadas ou obrigadas a participarem das empreitadas criminosas como associadas ou apoiadoras, a fim de manterem os laços familiares e afetivos. Em outras situações, acabam assumindo a linha de frente das atividades anteriormente exercidas pelos companheiros presos, como substitutas naturais; mas sempre recebendo orientações advindas do mundo carcerário (Barcinski, 2009; Santoro; Pereira; De Lara, 2018).

Um último aspecto, de ordem psicossocial, tem relação com questões de invisibilidade social e opressão patriarcal presentes na sociedade, que direcionam as mulheres ao tráfico como recurso de fuga, ascensão social e sentimento de pertencimento, geralmente vinculado aos grupos criminais que povoam as zonas periféricas das cidades onde essas mulheres residem. Uma espécie de adesão à territorialidade criminal instalada, submetendo-se à relação de poder posta (Raffestin, 1993; Barcinski, 2009).

Todas estas questões discutidas nesta seção, portanto, deixam claro que existe uma relação entre o tráfico de drogas e o encarceramento feminino em Foz do Iguaçu, marcada por forças tridimensionais que agem conjuntamente, conectadas à exacerbação criminal das condutas, aspectos ligados aos ilegalismos de fronteira e as vulnerabilidades socioeconômica e emocional dessas mulheres. Tais constatações exigem um olhar mais empático e ações integradas dos formuladores e executores de políticas públicas penitenciárias. É preciso investir em programas de recuperação social que contemplem não apenas a ressocialização, mas também o tratamento das causas subjacentes ao envolvimento com o crime, com caminhos que vão além da mera punição criminal.

## V Considerações finais

Os desafios impostos ao processo de ressocialização das mulheres privadas de liberdade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu possuem raízes nos aspectos expansionista e segregadores da fronteira trinacional, especialmente marcada pelos mecanismos de controle, vigilância e exacerbação da criminalização e penalização dos ilegalismos, que ignoram as vulnerabilidades socioeconômicas, ausências estatais e a própria territorialidade e identidade das pessoas da fronteira.

Novos esforços metodológicos de reabilitação social, materializados nas diversas ações implementadas na Unidade de Progressão de Foz do Iguaçu, estão em curso para resgatar as mulheres presas e fazer com que elas não cometam mais crimes (reincidência). Contudo, as mesmas forças pendulares que as levaram ao cárcere, ainda estão presentes e precisam ser debeladas ou, pelo menos, mitigadas. Esse confronto, necessariamente, deve enfrentar as limitações socioeconômicas, as desigualdades sociais, os desarranjos familiares, a falta de qualificação profissional, a baixa escolaridade, a ausência de renda e de trabalho formal, a constância de necessidades básicas e existenciais vivenciadas por filhos e familiares dessas presas, a invisibilidade social, os processos de estigma carcerário e a fragilidade emocional. Todos esses traços, presentes de forma geral no perfil das mulheres presas da fronteira, são fatores que potencializam o ingresso e manutenção dessas pessoas nas fileiras do tráfico de drogas.

Neste sentido, as deficiências e ausências retratadas tornam essas mulheres altamente suscetíveis aos "encantos" do lucro fácil e rápido dos ilegalismos fronteiriços, especialmente o tráfico de drogas e sua vasta rede criminosa. Prontas para serem seduzidas pelo "canto da sereia", uma alusão simbólica à Odisseia, de Homero, onde as sereias do mar Mediterrâneo ecoam seus cantos sedutores para atrair marinheiros desavisados à morte, essas mulheres enfrentam uma trajetória perigosa. É crucial interromper esse processo sedutor!

Contudo, a ambiência de fronteira e a forma como os diversos atores vivenciam essa territorialidade também são importantes. É necessário compreender, conforme ensinamentos de Élisée Reclus (1878), que é preciso estabelecer uma cultura universalista de paz, de harmonia e de acolhimento (Andrade, 1985; Giblin, 2016), que transcendam as meras políticas de controle e repressão atualmente em vigor. Transformar as

fronteiras de barreiras segregadoras em pontos de encontro, de cooperação, de solidariedade e de respeito mútuo, valores que podem orientar a modificação das regiões fronteiriças para espaços de convivência pacífica e inclusiva (Cleminson, 2007; Ferretti, 2014). Auxiliando, inclusive, no afastamento dos grupos criminosos que se ocultam e trafegam livremente pelo emaranhado normativo e comportamental dos atrasados preceitos securitários nacionalistas.

Diante da análise dessas questões, esta investigação buscou compreender como os aspectos sociais, econômicos e securitários da tríplice fronteira - Ciudad del Este (Paraguai), Foz do Iguaçu (Brasil) e Puerto Iguazú (Argentina) manifestam-se nas pessoas privadas de liberdade na Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu e quais os seus possíveis impactos na vida dessas mulheres.

Destarte, como resultado, a pesquisa alcançou analisar e explicar que as políticas fronteiriças vinculadas aos movimentos expansionistas e separatistas são replicadas no ambiente carcerário feminino de Foz do Iguaçu, vez que esse território guarda todas as assimetrias e simetrias conjunturais existentes na fronteira. Essas questões são concretizadas no perfil vulnerável das mulheres privadas de liberdade, que na sua maioria se envolveram no tráfico de drogas, com o auxílio de forças tridimensionais, que possuem componentes de exacerbação criminal, ilegalismos de fronteira e fragilidades socioeconômica e emocionais.

Neste sentido, conclui-se que a conjuntura socioeconômica e criminal da tríplice fronteira pode influenciar na vida das mulheres vulneráveis da fronteira e na eficácia da metodologia UP, portanto tais componentes devem ser avaliados no processo de punição e recuperação.

A implicação imediata deste trabalho investigativo é o reconhecimento da necessidade de uma mudança de paradigma nas relações e ações fronteiriças, especialmente na tríplice fronteira, que deve abandonar comportamentos separatistas e expansionistas, passando a valorizar as diferenças culturais, sociais e os costumes locais, na construção de uma sociedade mais global, justa, igualitária e pacífica. Em última análise, construir um ambiente fronteiriço mais humano e inclusivo, com empatia e cooperação, onde todos e todas possam viver com dignidade e respeito.

Isto posto, a pergunta de pesquisa foi respondida, confirmando que os aspectos fronteiriços são determinantes para moldar a

territorialidade da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu e impactar na vida das mulheres privadas de liberdade e na aplicação da metodologia UP.

Importante pontuar que a abordagem qualitativa e a análise triangular dos principais conceitos e teorias aflorados na fundamentação teórica, documentos, análise dos dados da população carcerária do estado do PR e da Penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, buscaram esquivar-se de repetidos estudos descritivos sobre conceitos de fronteira, métodos de tratamento penal ou replicações de estudos anteriores, trazendo correlações e questões consequenciais atuais da fronteira trinacional e das mulheres presas em Foz do Iguaçu, sendo essas as principais contribuições teóricas da pesquisa. Da mesma forma, julga-se importante a discussão sobre aspectos gerenciais e operacionais das políticas de fronteira e a forma como as autoridades políticas, erroneamente, vêm entendendo a fronteira brasileira, valendo-se de preceitos teóricos já superados. Por isso, compreende-se que essa nova abordagem pode subsidiar futuros estudos ou aprofundamentos de outros pesquisadores.

Contudo, há aspectos importantes que precisam ser melhor investigados, tais como: a existência de uma rede de apoio às egressas da penitenciária Feminina de Foz do Iguaçu, as dimensões e efetividade dessas atividades de acolhimento e os aspectos da construção e desconstrução do estigma carcerário em Foz do Iguaçu, sendo estas, novas perspectivas e objetos de pesquisa para futuros estudos.

## **Referências:**

ÁGUAS, C. L. P. A tripla face da fronteira: reflexões sobre o dinamismo das relações fronteiriças a partir de três modelos de análise. In: **Forum Sociológico. Série II**. CESNOVA, 2013.

ALBANESE, J. **Organized crime: From the mob to transnational organized crime**. Routledge, 2014.

ANDRADE, M. C. (org.). **Élisée Reclus**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

BARCINSKI, M. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1843-1853, 2009.

BOGO C. L. A.; RÓTTA ALMEIDA, B. Mortes sob custódia prisional no Brasil. Prisões que matam; mortes que pouco importam. **Revista de Ciências Sociais**, v. 32, n. 45, p. 67-90, 2019.

BOURDIEU, P. Pierre Bourdieu avec Lœic Wacquant; réponses. **Pour une anthropologie réflexive**. Paris: Seuil, 1992.

CARDIN, E. G.; ALBUQUERQUE, J. L. C. Fronteiras e deslocamentos. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, n. 12, p. 114-131, 2018.

CARDIN, E. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Revista Geopolíticas**, v. 3, n. 2, p. 207-234, 2012

CHAMORRO, V. J. L. **O enfrentamento da reincidência criminal em Foz do Iguaçu**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Pública e Desenvolvimento – Unila. Foz do Iguaçu. 2023.

CHAMORRO, V. J. L.; DE OLIVEIRA, G. B.; DO NASCIMENTO, Daniel Teotonio. Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC): uma alternativa para enfrentar a criminalidade e a reincidência penal no Brasil. **ETS SCIENTIA-Revista Interdisciplinar**, v. 2, n. 2, p. 25-66, 2024.

CLEMINSON, R. Anarchy, Geography, Modernity: The radical social thought of Elisee Reclus. **Anarchist Studies**, vol. 15, no. 1, spring-summer 2007.

EVA, Fabrizio. Élisée reclus: ideias úteis para análises geopolíticas contemporâneas. **verve. revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 8, 2005.

FERRETTI, F. **As origens da noção de “fronteiras móveis”**: limites Políticos e Migrações nas Geografias de Friedrich Ratzel e Élisée Reclus. Continentes (UFRRJ), 2014.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhte. Petrópolis, Vozes, 40ª edição, 2012.

FRAGA, P. C. P. A geopolítica das drogas na América Latina. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, n. 19, p. 67-88, 2007.

FRIEDMAN, S. S.; MOREIRA, J. P. O falar da fronteira, o hibridismo e a performatividade: Teoria da cultura e identidade nos espaços intersticiais da diferença. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 61, p. 5-28, 2001.

GEDIEL, J. A. P.; MENDES BARBOSA, F. C. Fronteira: trânsitos, sentidos e dissensos compartilhados. **Revista Direito em Debate**, [S. l.], v. 30, n. 56, p. 143–156, 2021.

GIBLIN, B. **Élisée Reclus**. Terra Brasilis (Nova Série), Dez. 2016.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, Frederico Guilherme; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: 2007, p. 93-123.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, v. 3, p. 7-39, 1997.

MARTINS, C. B. Trabalho Invisível e Ilícito: reflexões criminológicas críticas e feministas do aumento do encarceramento de mulheres por tráfico de drogas no Brasil. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, p. 2635-2668, 2020.

MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2019.

MEDINA GARCIA, E. Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales. **Estud. Front. Mexicali**, v. 7, n. 13, p. 9-27, jun. 2006.

NAÍM, M. **Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Zahar, 2006.

NERY, D. C. P. **A Justiça Restaurativa como alternativa de controle social sob a ótica do direito penal do cidadão**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito – PUC-SP. 2012.

NOGUEIRA, R. J. B. Fronteiras: a divisão da fraternidade no mundo. **Revista Geonorte**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 25–39, 2011.

PALMA, A. D. **A linguagem do cárcere: um mapeamento linguístico da penitenciária feminina de Foz do Iguaçu**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Programa de Pós-Graduação em Ensino – Unioeste. 2024.

RABOSSI, F. Tempo e movimento em um mercado de fronteira: Ciudad del Este, Paraguai. **Sociologia & Antropologia**, v. 5, p. 405-434, 2015.

- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RECLUS, Élisée. **Nouvelle Geographie Universale**. Tomo III. Paris: Librairie Hachette, 1878. Bibliothèque Nationale de France, BNF. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6542575k>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- RODRIGUES, F. J.; FELTRAN, G.; ZAMBON, G. Apresentação: expansão das facções, mutação dos mercados ilegais. **Novos estudos CEBRAP**, v. 42, n. 1, p. 11-18, 2023.
- RODRIGUEZ, M. N. Mulheres na prisão Uma abordagem a partir de uma Perspectiva de Gênero. In: CARRANZA, Elias (Org.). **Cárcere e Justiça Penal na América Latina e Caribe**: como implementar o modelo de direitos e obrigações das Nações Unidas. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2009.
- SANTORO, A. E. R.; PEREIRA, A. C. A.; DE LARA, M. B. Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no sistema penitenciário brasileiro pelo crime de tráfico de drogas. **Meritum, revista de Direito da Universidade FUMEC**, v. 13, n. 1, p. 87-112, 2018.
- SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 03-16, 2009.
- SISDEPEN. Secretaria Nacional de Políticas Penais. **Levantamento de Informações Penitenciárias**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- TURNER, F. J. **The Frontier in American History**. Edição Dover, Nova York, Editora Dover, 2010.
- UNODC. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2023.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Zahar, 2001.
- WPB. World Prison Brief, Institute for Crime & Justice Policy Research. **World Prison Population List. thirteenth edition**. Helen Fair and Roy Walmsley. 2019.



# Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA): estudo e contribuições da caminhada no município de Foz do Iguaçu com enfoque na estruturação da Comissão e formação de seus membros

*Roseli Bernardete Dahlem Pacheco<sup>1</sup>*

*Roseli Barqueza Alves de Assis<sup>2</sup>*

*Luciana Graciano<sup>3</sup>*

**Resumo:** A criação da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA) no município de Foz do Iguaçu, prevista na Lei nº 4.954 de 18 de dezembro de 2020 que instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental de Foz do Iguaçu, pode ser vista como um passo estratégico para a implantação da política pública de educação ambiental junto ao município. Isso porque, ao estruturar a CISEA o governo municipal sinaliza que, em seu caminhar administrativo tanto no cotidiano de suas atividades administrativas como nos encaminhamentos referentes às

---

<sup>1</sup> Pós Doutora pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) (2019), Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) (2012), Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2004). Possui graduação Licenciatura em História (1993) e graduação Bacharelado em Turismo (1998) ambas pela UNIOESTE. Professora do Instituto Federal do Paraná, campus Foz do Iguaçu/PR. E-mail: roseli.dahlem@ifpr.edu.br.

<sup>2</sup> Licenciada em Letras pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Foz do Iguaçu - FACISA (1993), Pedagogia plena pela Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE (2000) e Tecnologia em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR (2011) Pós Graduada em Supervisão Escolar pela Universidade Salgado de Oliveira - Universo (1997) e Educação e Gestão Ambiental pela Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - FECEA (2001) e Mestre em Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental sem Fronteiras - UTIC (2004). Gestora municipal de Educação Ambiental e coordena o programa municipal de Gestão Integrada de Resíduos. e-mail: roseli.rb@gmail.com.

<sup>3</sup> Graduada em Ciências Biológicas com Licenciatura Plena (2008), Mestre (2011) e Doutora em Engenharia Agrícola – linha de pesquisa Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (2015), Especialista Ensino de Ciências e Matemática (2013) pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Especialista em Educação Ambiental pelo Programa de Formação de Educadores e Educadoras Ambientais da Itaipu (2008). Professora do Instituto Federal do Paraná, campus Cascavel/PR. E-mail: luciana.graciano@ifpr.edu.br.

atividades, projetos e programas vinculados às suas atribuições, a temática ambiental será considerada. Entretanto, apenas criar a comissão não é o suficiente, pois é necessário que os membros da CISEA sejam formados para que possam realizar uma atuação qualificada. O presente artigo relata a formação da CISEA bem como os encaminhamentos para a formação desses servidores, buscando abordar temas que são de relevância local, nacional e mundial.

**Palavras-chave:** Política Municipal de Educação Ambiental. Administração Pública. Políticas Públicas. Educação Ambiental Crítica.

## **Intersectoral Environmental Education Commission (CISEA): a study and contributions of walking in the municipality of Foz do Iguassu with a focus on commission structuring and training of its members.**

**Abstract:** The creation of the Intersectoral Environmental Education Commission (CISEA) in the municipality of Foz do Iguassu, provided for in Law no. 4,954 of December 18th, 2020 (PMFI, 2020) which established the Municipal Environmental Education Policy and the Municipal Environmental Education System (SISMEA) of Foz do Iguassu, can be seen as a strategic step towards the implementation of public environmental education policy within the municipality. This is because, by structuring CISEA, the municipal government signals that, in its administrative journey, both in its daily administrative activities and in the referrals relating to activities, projects and programs linked to its responsibilities, environmental issues will be considered. However, just creating the commission is not enough, as it is necessary for CISEA members to be trained so that they can carry out qualified work. This article reports the formation of CISEA as well as the directions for the training of these employees, seeking to address topics that are of local, national and global relevance.

**Keywords:** Municipal Environmental Education Policy, Public Administration, Public Policies, Critical Environmental Education.

## Introdução

A organização de uma sociedade a partir de contextos que são considerados relevantes faz parte do processo de evolução e de buscas por melhores condições de vida. Assim, de acordo com Lima (2012, p. 50) a educação, o meio ambiente e o desenvolvimento são temáticas importantíssimas nos contextos atuais e recebem atenção especial do Estado e da própria sociedade configurando o que veio a denominar-se política pública. Ainda de acordo com Lima (2012, p. 50) a política pública surgiu como um subcampo significativo dentro da disciplina de Ciência Política entre os anos 1960 e 1970 e deve ser entendido como um conjunto de decisões e não uma decisão isolada.

De acordo com Heidemann (2010, *apud* Lima 2012, p. 52) a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a “promover políticas públicas”. Concordando com Heidemann é importante frisar que, apesar de não ser a única instituição a servir a comunidade política, o governo tem papel fundamental no processo de implementação de políticas públicas.

Nesse sentido, a elaboração de política pública na área da educação ambiental ganhou destaque no município de Foz do Iguaçu a partir do ano de 2017 quando o Coletivo Educador Municipal de Foz do Iguaçu (CEMFI)<sup>4</sup> começou o movimento de construção e implantação da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA).

Para fazer frente a essa decisão, entre os anos de 2017 e 2020 foram realizados diversos momentos formativos com os membros do CEMFI, entre eles a oferta do Programa de Formação de Educadores Ambientais (FEA)<sup>5</sup> e o projeto Marco Zero: percepção ambiental na condição de fundamento para a Política Municipal de Educação

---

<sup>4</sup> Coletivo Educador: o conjunto de instituições que atuam em processos formativos permanentes, participativos, continuados e voltados à totalidade e diversidade de habitantes de um determinado território. No caso do município de Foz do Iguaçu o Coletivo Educador Ambiental Municipal (CEMFI) foi criado em 2009 (Angeli, 2019, p. 14).

<sup>5</sup> Programa de Formação de Educadores Ambientais (FEA) - De acordo com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) a formação continuada de educadores, educadoras, gestores e gestoras ambientais, no âmbito formal e não-formal é uma das linhas de atuação de implantação da EA no Brasil (MMA, 2005). Em Foz do Iguaçu um dos públicos escolhidos para essa formação foram os membros do CEMFI (Angeli, 2019, p. 18)

Ambiental<sup>6</sup>, buscando formar pessoas com maior conhecimento sobre Políticas Públicas e participação social e com isso poder ter maior possibilidade de atuação (Moreno, 2023, p. 238)

Essas e outras iniciativas contribuíram para a assinatura da Lei nº 4.954 de 18 de dezembro de 2020 (PMFI, 2020) que instituiu a Política Municipal de Educação Ambiental e o Sistema Municipal de Educação Ambiental (SISMEA) de Foz do Iguaçu.

Em relação ao SISMEA, a lei determina a seguinte organização:

a) O Órgão Gestor da Política Municipal de Educação Ambiental (OG), de caráter deliberativo e consultivo, composto pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e pela Secretaria Municipal da Educação, que assumem a coordenação do SISMEA (PMFI, 2020).

b) A Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA) com caráter de apoio, assessoramento e consultivo, formada por representantes titular e suplente de cada secretaria municipal, com a função de fazer a política interna de Educação Ambiental, articulada e integrada, a sensibilização e a formação continuada dos servidores públicos municipais de Foz do Iguaçu e inserir a Educação Ambiental de forma transversal no âmbito interno do poder público local, garantindo a universalização e prática dos princípios da sustentabilidade socioambiental no exercício das atividades públicas (PMFI, 2020).

c) A Comissão Interinstitucional Municipal de Educação Ambiental (CIMEA), com caráter de apoio, assessoramento, consultivo e deliberativo, formado paritariamente por representantes governamentais e não governamentais, conforme regulamentação a ser procedida por meio de Decreto do Chefe do Executivo (PMFI, 2020).

Em razão do exposto, o presente artigo trará o relato do processo de organização da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA) bem como as formações realizadas com esse público, com destaque para a temática dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

---

<sup>6</sup> Marco Zero: percepção ambiental na condição de fundamento para a Política Municipal de Educação Ambiental - projeto de pesquisa realizado pelo CEMFI com a ativa participação da Unila e Observatório Educador Ambiental Moema Viezzer (OBEAMV) e IFPR Campus Foz do Iguaçu e que resultaram na publicação Construindo a Política Municipal de Educação Ambiental: relatos de Coletivo Educador de Foz do Iguaçu.

## Justificativa

A década de 1960 foi decisiva no que se refere aos movimentos com foco na conservação e na proteção ambiental e foi quando a temática ganhou espaço em publicações. Em 1962, a bióloga norte-americana Rachel Carson publicou uma das obras mais importantes do século 20, o livro “Primavera silenciosa”, considerado o primeiro alerta mundial contra os efeitos nocivos do uso de pesticidas na agricultura (Pereira, 2012, p. 72). A publicação do livro Limites do Crescimento no ano de 1972 teve especial importância para a problemática ambiental, principalmente pela imensa divulgação internacional que acabou por colocar a questão ambiental na agenda política mundial (Oliveira, 2012, p. 74).

A década de 1970 foi marcada pela realização das primeiras conferências globais com a temática ambiental. A exemplo das Conferências Intergovernamentais organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo particularmente importantes para a EA a Conferência de Estocolmo em 1972, a Conferência de Belgrado de 1975 e a Conferência de Tbilisi em 1977. Para o campo da Educação Ambiental, a Conferência de Tbilisi foi extremamente importante

A Conferência de Tbilisi foi o ponto de partida de um programa internacional de educação ambiental, conforme o desejo unânime dos Estados-Membros. Contribuiu, particularmente, para especificar a natureza da educação ambiental, definindo seus objetivos, características e estratégias pertinentes, tanto no âmbito nacional quanto internacional. A Conferência de Tbilisi concluiu também que a educação ambiental - elemento essencial de uma educação global e permanente, voltada para a solução dos problemas e com a ativa participação de todos - contribuirá para orientar os sistemas (Ibama, 1997, p. 7).

No Brasil, a influência de Tbilisi se fez presente na Lei n. 6.938, de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, suas finalidades e mecanismos de formulação e execução. A lei se refere, em um de seus princípios, à educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, a fim de capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente (Portal Educação, 2024).

Outro ponto importante em relação a Tbilisi, é que suas recomendações na área de EA foram destacadas nos demais eventos e documentos que surgem a partir de então. Um exemplo é a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecido como Rio 92 ou Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, quando foram elaborados documentos referência para a questão ambiental, afetando as políticas ambientais e a gestão ambiental dos países a partir de então, como a Agenda 21. É importante frisar que em 2000, a Agenda 21 foi atualizada para Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e em 2015, passou a ser conhecido como Agenda 2030 ou Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além da Agenda 21, Rio 92 deixou de legado para a EA mundial outros dois documentos: o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (Tratado de EA) e a Carta da Terra. Destaca-se que esses diálogos que aconteceram no Brasil bem como os documentos provenientes desse acúmulo de conhecimento foram incorporados ao cotidiano da educação ambiental do Brasil, tanto em nível formal como não formal, devido a publicação da Lei Federal nº 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PMEA).

Um ponto importante da Lei Nacional de EA é que no Art. 16 aponta para a competência dos diversos níveis gestores da federação quanto à EA, “Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na esfera de sua competência e nas áreas de sua jurisdição, definirão diretrizes, normas e critérios para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental” (Brasil, 1999).

Seguindo essa lógica, o Governo do Estado do Paraná publicou a Lei nº 17.505 de 11 de janeiro de 2013, seguindo as diretrizes da Lei Nacional e, em seu Artigo 23, a lei pontua que “os municípios, na esfera de sua competência, poderão definir diretrizes, normas, critérios e orçamento para a educação ambiental, respeitados os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental e da Política Estadual de Educação Ambiental” (Paraná, 2013).

Em razão disso e entendendo que a criação de uma lei municipal sobre o tema reforçaria a atuação da Prefeitura e demais instituições e empresas na área de Educação Ambiental junto ao território municipal, o

CEMFI mobilizou suas instituições participantes e desde 2017 vem atuando para que possa ser uma realidade no município a Lei Municipal e todos os seus desdobramentos.

Por meio da publicação do Decreto Municipal nº 27.583 de 9 de outubro de 2019 e com objetivo de elaborar a minuta de lei para instituir a Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) no Município de Foz do Iguaçu foi criado um Grupo de Trabalho, composto por representantes das Secretarias Municipais vinculadas ao Município, de Instituições de Ensino, de setores econômicos que têm atuação na área ambiental e da sociedade civil organizada.

Figura 1: Equipe responsável pela elaboração da Minuta da PMEA de Foz do Iguaçu.



**Fonte:** Coletivo Educador de Foz do Iguaçu.

Como resultado do trabalho desse Grupo de Trabalho foi elaborada a minuta da lei que passou por avaliação de órgãos do Poder Executivo, em especial da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) e da Secretaria Municipal de Educação (SMED) por terem recebido a responsabilidade de ser o Órgão Gestor (OG) da PMEA na referida lei. A minuta também passou pela Procuradoria Municipal e Câmara Municipal de Vereadores e, sequencialmente, pela aprovação do Executivo Municipal.

A aprovação da lei foi o primeiro passo para uma série de encaminhamentos que foram realizados no município de Foz do Iguaçu, porém não a única e última atividade.

No decorrer do processo destacam-se as seguintes atividades realizadas:

- a) O projeto de pesquisa Marco Zero: percepção ambiental na condição de fundamento para a Política Municipal de Educação Ambiental - projeto de pesquisa realizada pelo CEMFI com a ativa participação da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) e Observatório Educador Ambiental Moema Viezzer (OBEAMV) e Instituto Federal do Paraná (IFPR) Campus Foz do Iguaçu e que resultaram na publicação Construindo a Política Municipal de Educação Ambiental: relatos de Coletivo Educador de Foz do Iguaçu – essa pesquisa serviu para identificar pontos fortes e pontos a serem melhorados no cenário ambiental de Foz do Iguaçu, bem como experiências exitosas no território municipal e possíveis potenciais para serem ampliados (Angeli, 2019);
- b) Encontro de Formação com representantes da Rede Municipal de Ensino de Foz do Iguaçu (alguns momentos de formação foram de forma online devido às restrições sanitárias impostas pelo Covid19) e encaminhamento para pesquisa com professores da Rede Municipal de Ensino do município de Foz do Iguaçu, envolvendo 53,45% do total de docentes que atuam na Educação Infantil e no Ensino Fundamental nível I junto a PMFI – essa pesquisa buscou identificar atividades e projetos que são trabalhados na rede municipal de ensino bem como a questão da formação dos docentes em especial a pontos que precisam ser pensados na questão de formação complementar para esse público e formas de atuação em suas instituições de ensino (IE) e servir de referência para a elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental Formal.
- c) Organização da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA) do município de Foz do Iguaçu envolvendo representantes de cada secretaria municipal, com a função de fazer a política interna de Educação Ambiental visto o entendimento de que, no cotidiano da administração pública, todas as questões referentes à temática ambiental devam ser assimiladas nas práticas. Em relação a esse ponto será explicitado com mais detalhes a seguir.



## Relato da Experiência

A Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (CISEA) de Foz do Iguaçu, prevista na lei nº 4.954 de 18 de dezembro de 2020 foi estruturada a partir da atuação da Divisão de Educação Ambiental (DVEAM) da SMMA que fez o levantamento de todas as secretarias, fundações e autarquias atuantes junto ao Executivo Municipal de Foz do Iguaçu e encaminhou convite para a participação na referida comissão, totalizando 24 representações.

Para a sua estruturação foram realizadas as seguintes etapas:

- a) Encaminhamento, por parte da DVEAM, com assinatura dos responsáveis pelo OG, de memorando para as secretarias, fundações e autarquias solicitando a indicação de dois membros (um titular e um suplente) para fazer parte da CISEA. No documento também explicava o objetivo da referida Comissão bem como que a indicação atendia a Lei nº 4.954/2020.
- b) Após a definição dos nomes, os participantes foram convidados para as seguintes formações:
  - Formação I – primeiro encontro dos membros da CISEA realizada no dia 04 de abril de 2023 com objetivo de fazer um resgate do histórico da educação ambiental para subsidiar os membros sobre a temática e realização de levantamento das percepções sobre sua participação nessa Comissão, bem como a aderência do tema com as ações, atividades, projetos e programas realizados em cada secretaria, por meio de uma dinâmica conhecida como World Café<sup>7</sup>.

Como resultado do World Café foi possível identificar que 84,6% dos participantes já participaram de alguma formação/curso na área ambiental o que é muito significativo visto que as pessoas que

---

<sup>7</sup>World Café foi criado por Juanita Brown e David Isaacs, em 1995, nos Estados Unidos da América, como um método que almeja promover uma conversação colaborativa, capaz de estimular os participantes a produzirem ideias e propostas assertivas e inovadoras dentro do contexto proposto.

estão participando da CISEA já demonstram ter interesse pela temática ambiental.

Apesar desse número significativo quando questionados se acredita que seriam importantes que fossem ofertados no decorrer da participação junto ao CISEA, vários foram os temas levantados entre eles destacam-se a questão dos recursos hídricos do município e a questão do saneamento básico e todos os seus desdobramentos.

Um ponto importante trazido nesse levantamento foi o interesse demonstrado para que possam compreender como exercer a EA nos espaços funcionais, ou seja, como aplicar todos estes temas no ambiente de trabalho. Percebe-se com isso a grande preocupação com temas do cotidiano do espaço e das relações de trabalho e da atuação dessas pessoas como servidores públicos a serviço da comunidade tais como: a) forma correta da separação dos resíduos (gestão de resíduos - coleta seletiva), b) como está a situação do município e como está o gerenciamento desse assunto em cada setor do serviço público?, c) o que o município está fazendo para se preparar para situações de alagamentos e enchentes em especial no que refere-se a programas de saneamento básico prestado pela PMFI tais como galerias pluviais/água/esgoto? d) como está a legislação municipal para os assuntos ambientais, como por exemplo o impacto das construções com o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC)? e e) quais as políticas para o estímulo para a economia circular (gestão de recicláveis) e reaproveitamento e reuso de materiais e produtos?

Ao serem questionados se identificam projetos/programas ou atividades da área ambiental que são realizadas na Secretaria/Autarquia/Fundação que atuam a maioria das respostas foram voltadas para o gerenciamento de resíduos gerados no local de trabalho e a introdução de elementos para diminuir o descarte de materiais tais como o uso reduzido de papel, o uso de canecas não descartáveis.

A partir dessa atividade do World Café também foi feito o movimento dos participantes pensarem o seu papel junto a CISEA. Nesse sentido foi questionado o que seria necessário para que a comissão atenda qualitativamente as suas atribuições e várias observações surgiram: a) realização de qualificar/capacitar a comissão; b) a CISEA ter objetivos claros e bem definidos, c) apoio político para a efetiva participação, d) estabelecer fluxo da informação. e) gerar mais multiplicadores para

engajamento e comprometimento com a causa e f) criar plano de ações agenda 2030 por órgão/secretaria.

- Formação II - dia 03 de maio de 2023 foi realizado um segundo encontro com o tema Macrotendências Político Pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. Esse tema foi escolhido pois identificou-se, no encontro de abril de 2023, que havia vários entendimentos do conceito e das práticas da EA e considerou-se adequado fazer esse compartilhamento de conhecimentos sobre o assunto. Para isso foram realizadas duas dinâmicas: a) Pensando os Continentes e b) Oficina das macrotendências.

A atividade Pensando os Continentes, de acordo com a memória elaborada desse dia, buscava identificar problemas ambientais dos continentes, as causas que levaram a esses problemas, quais os impactos que trazem para o cotidiano das pessoas desses locais, bem como possíveis soluções.

Esta atividade é de grande importância em virtude de que é uma forma eficaz de assegurar que todos os membros da equipe consigam trabalhar em conjunto para os mesmos objetivos. Clarificar as informações, identificar e abordar os problemas correspondentes de cada continente e manter a coesão da equipe (CEAI, 2023).

Em continuidade, foi realizada a Oficina de Macrotendências da Educação Ambiental que se baseia no artigo publicado por Layrargues e Lima (2014). Para essa oficina os participantes precisavam vincular palavras-chaves com a macrotendência buscando identificar as nuances conceituais e de prática de cada uma das macrotendências. A base para o entendimento dessas macrotendências está expressa na tabela 1.

Buscou-se, com essa atividade, trazer reflexão sobre as diferentes formas de realização da educação ambiental no cotidiano, identificando atividades que podem ser realizadas bem como os objetivos que se almeja alcançar em cada uma ao optar por uma das macrotendências. Um ponto importante dessa oficina foi a explicitação da macrotendência a ser utilizada como referencial para as ações a serem realizadas no município, com enfoque para a Educação Ambiental Crítica.

Tabela 1: Macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira

<b>Macrotendências</b>	<b>Características da Macrotendência</b>
Conservadora	A Educação Ambiental é uma forma de atuar para ajudar a conservar a natureza. Precisamos conhecer para amar e preservar. A EA é muito importante porque os problemas ambientais são causados pelo ser humano e é preciso aprender e ensinar para podermos conservar nosso ambiente.
Pragmática	A Educação Ambiental é uma forma de atuar para ajudar a resolver os problemas ambientais, usar racionalmente os recursos naturais e melhorar a qualidade de vida. Os problemas ambientais são causados por falhas na legislação, falta de tecnologia adequada e pelo desperdício das pessoas. Precisamos aprender e ensinar para que cada um saiba fazer sua parte e com isso todos possam colaborar, desenvolvendo novas tecnologias e usando eficientemente os recursos que temos.
Crítica	A Educação Ambiental é uma forma de atuar para transformar a sociedade que precisa rever sua caminhada política, social, econômica e promover a justiça ambiental, a emancipação dos povos e a construção de uma sociedade sustentável. Os problemas ambientais são causados pelo modelo civilizatório e por isso precisamos ajudar a renovar os valores, ampliar a compreensão de mundo e desenvolver o pensamento crítico.

Fonte: Layrargues e Lima (2014).

Colaborando com Layrargues, Carvalho (2004, p. 20) traz que:

Na perspectiva de uma educação ambiental crítica, a formação incide sobre as relações indivíduo-sociedade e, neste sentido, indivíduo e coletividade só fazem sentido se pensados em relação. As pessoas se constituem em relação com o mundo em que vivem com os outros e pelo qual são responsáveis juntamente com os outros. Na educação ambiental crítica esta tomada de posição de responsabilidade pelo mundo supõe a responsabilidade consigo próprio, com os outros e com o ambiente, sem dicotomizar e/ou

hierarquizar estas dimensões da ação humana (Carvalho, 2004, p. 20).

A opção pela macrotendência da Educação Ambiental Crítica também está expressa na Lei que cria a PMEIA onde diz:

Define-se Educação Ambiental como um processo permanente, contínuo, transversal e transdisciplinar de formação e informação, individual e coletiva, orientado para o desenvolvimento de consciência sobre a questão socioambiental e para a promoção de atividades que levem à reflexão, construção e incorporação de valores sociais, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, bem como a participação das comunidades visando à melhoria da qualidade da vida e a incorporação de uma relação sustentável dos seres humanos com o ambiente que integram, sendo um meio de promover a transição para sociedades sustentáveis (PMFI, 2020).

Essa explicitação da macrotendência, que servirá de subsídios para as práticas, é de extrema importância pois é a partir disso que podem ser pensadas as ações, projetos e programas a serem desenvolvidos pelas estruturas de governo municipal.

- Formação III – iniciada no dia 14 de setembro de 2023 com encaminhamento para a Jornada dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa ação resultou da constatação de que o município de Foz do Iguaçu vem investindo recursos e esforços humanos para o enraizamento dos ODS junto ao município. Nesse sentido também vem estimulando as secretarias e autarquias municipais a pensarem suas práticas com a perspectiva de atender aos ODS e por isso foi proposto que a CISEA também fizesse parte desse movimento.

Destaca-se que desde 2021 vem sendo realizadas as Jornadas Municipais de Sensibilização Interna – Agenda 2030 e seus ODS para os gestores (diretores e diretoras) das secretarias, autarquias e fundação municipal. No ano de 2022 ampliou esse trabalho para as Unidades de Ensino – Escolas e Centros Municipais de Educação Infantil, e no primeiro semestre de 2023 com os representantes dos órgãos públicos

municipais, Pontos Focais do Programa Cidade Sustentável. Para essas jornadas foi utilizado como referência o guia produzido pela Equipe de Educação Ambiental da SMMA a partir do documento Assessoria de Imprensa da SEDU Paranacidade e adaptado para a realidade do município.

Os participantes da CISEA foram convidados a participar da Jornada dos ODS que foi pensada da seguinte forma:

- a) Momento de formação presencial – realizado no dia 14 de setembro de 2023 onde foram apresentados os dados levantados no World Café, realização de diálogos sobre o Histórico da Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e lançamento da V Jornada dos ODS para membros da CISEA;
- b) Leituras, acesso a vídeos e reflexões online – por 45 dias os membros da CISEA foram orientados a realizarem atividades online como leitura de textos, visualização de vídeos, incluindo-se a série: Foz do Iguaçu e os ODS em ação e preenchimento de formulários eletrônicos sobre a relação dos ODS com as ações de cada secretaria/autarquia. Para cada ODS apresentado, os participantes foram orientados a realizar leituras e acessar vídeos sobre cada um dos ODS bem como responder o formulário elaborado com o objetivo de elencar os projetos ou atividades desenvolvidas na Secretaria e/ou Autarquia e que tenham relação ao ODS, visando a criação de um Banco de Dados de Boas Práticas, bem como refletir possíveis atuações em ODS que não estão abordando. Além dos 17 ODS os participantes foram levados a preencher o formulário para avaliação da Jornada dos ODS.

Das 24 representações municipais 17 participaram da Jornada dos ODS e os principais resultados dessa V Jornada dos ODS seguem abaixo:

O ODS que apareceu com mais aderência junto aos membros do CISEA, ou seja, que teve mais respostas foi sobre o ODS 11 que trata de Cidades e Comunidades Sustentáveis. Em relação a secretaria, autarquia ou fundação promover alguma atividade/projeto ou programa que atendesse esse ODS 83,3% dos respondentes manifestaram-se positivamente e elencaram as seguintes respostas:

- Gratuidade no transporte coletivo para idosos, pessoas com deficiência e estudantes;

- Ampliação do número de ônibus;
- Sinalização como medida de segurança viária e criação e acesso a espaços públicos seguros;
- Projeto de ciclovias e ciclo faixas;
- Inscrição, classificação no Destino Turístico Inteligente (DTI);
- Empréstimo de maquinário agrícola aos agricultores para auxiliar no plantio e promover mais sustentabilidade nas comunidades;
- Parceria da Secretaria da Educação com a Secretaria do Meio Ambiente em diversos programas de Educação Ambiental como: Instalação de Biodigestores em Coleta Seletiva, Coletivo Educador, Jornada de Sensibilização Interna, Agenda 2030 e os ODS;
- Ações da Itaipu Binacional com a participação de Gestores Municipais de Educação Ambiental que representam a Secretaria da Educação e Secretaria do Meio Ambiente;
- Capacitações, visitas técnicas, oficinas, ações calendário ambiental envolvendo a Bacia do Paraná;
- Parceria com a Fundação Cultural - Programa Foz Fazendo Arte – arte educadores que desenvolvem oficinas culturais nos espaços dos Centros Escola Bairro (CEB) e escolas em tempo integral;
- Parcerias que preconizam o cuidado com o espaço, como por exemplo o Projeto de Educação Patrimonial nas Escolas Municipais da Universidade Federal de Integração Latino-Americana (UNILA) em parceria com a Secretaria Municipal da Educação que realiza passeios através do Circuito Histórico-Cultural do Clube Gresfi (1º Aeroporto de Foz do Iguaçu);
- Programa de Educação Ambiental na Administração Pública;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde;
- Alocação estratégica de estabelecimentos de saúde com a finalidade de atendimento amplo, rápido e eficiente da população;
- Intensificação e estruturação do projeto de coleta seletiva, investimentos em ciclovias e ciclofaixas, áreas de lazer e esporte,

academias ao ar livre, pistas de caminhada, projeto Foz Fazendo Arte, investimento em infraestrutura de saneamento básico;

- Instalação de placas solares para geração de energia elétrica em prédios públicos.

Além dos avanços identificados no ODS 11, os membros da CISEA ainda apontaram ações que poderiam ser implantadas no âmbito da administração municipal de Foz do Iguaçu

- Implantação do Destino Turístico Inteligente em Foz;
- Ampliar a oferta de máquinas agrícolas para empréstimos aos agricultores;

- Construção de refeitório social para pessoas em vulnerabilidade com formação conjunto das pessoas em condições de vulnerabilidade na área de gastronomia;

- Incentivos para projetos que façam parte o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola: cuidado com o meio ambiente precisa ser uma prática diária e não de projetos e ações pontuais: falar da dengue, fazer a separação correta dos resíduos, ter um bom relacionamento (alunos x professores x demais funcionários), mostrar através de exemplos a importância da reutilização de materiais, de restos de comida, o cuidado com o espaço em que se vive, etc. Continuidade das ações a ampliação de ações já existentes;

- Educomunicação;
- Implantação de um sistema de monitoramento e controle da gestão urbana;

- Promoção da inclusão digital;
- Desenvolvimento de aplicativos e serviços públicos digitais;

- Planejamento de crescimento urbano, pensando em questões relacionadas ao zoneamento urbano, levando em conta a necessidade de novas instalações de serviços de saúde para atender a população;

- Planejamento urbano de forma a prever áreas de expansão do município, com a instalação de estabelecimentos de saúde de forma estratégica, como garantia ao acesso universal à saúde;

- Substituição gradual de materiais e aparelhos por outros que sejam menos poluentes;



- Renovação da frota com automóveis movidos a biocombustíveis ou elétricos.

Já o ODS que aparece com menor aderência junto aos membros do CISEA, ou seja, que teve menos respostas em relação a já estar sendo colocado em prática foi o ODS 07 que trata de Energia Limpa. Na questão se a secretaria, autarquia ou fundação promove alguma atividade/projeto ou programa que atendesse esse ODS apenas 35,7% dos respondentes manifestaram-se positivamente e elencaram as seguintes respostas:

- Instalação de painéis solares em Unidades Básicas de Saúde;

- A Secretaria Municipal do Meio Ambiente em parceria com a Secretaria Municipal da Educação instalou 20 biodigestores nas unidades escolares: 10 em Centros Municipais de Educação Infantil e 10 em Escolas Municipais;

- Elaboração de processos formativos para os gestores em parceria com a SMMA com temas de a) reduzir o envio de orgânicos ao aterro sanitário; b) desenvolver o conceito de biodigestão e transformação energética; c) conceituar elementos naturais e possibilidade de reaproveitamento de resíduos orgânicos, bem como potencial de reutilização; d) construir o processo de transformação e gestão de resíduos através do uso do equipamento, e) aplicar biodigestão anaeróbica nas unidades em que o equipamento está instalado;

- Planejamento organizado pela equipe pedagógica da SMED baseado em documentos norteadores como Currículo da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP) e Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e que trazem objetos de conhecimento a serem trabalhados sobre a temática nos 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental;

- Instalação de placas fotovoltaicas em Unidades de Valorização de Recicláveis (UVR) e biodigestores.

Quando questionados quais as ações que podem ser realizadas pela PMFI para poder atender melhor o ODS 07 segue os dados sugeridos pelos membros da CISEA:

- Extensão do projeto do Biodigestor para mais unidades escolares, uma vez que possuímos 50 escolas e 44 CMEIs;

- Ampliar a utilização de painéis solares para todos os prédios públicos da SMSA;

- Auxiliar na inserção de biodigestores nas comunidades rurais;
- Inserção na elaboração dos projetos municipais de energia solar, coleta de água de chuva, inserção de biodigestores;

Algumas das ideias poderiam ser: Eficiência Energética nos Prédios Públicos; Promoção de Fontes de Energia Renovável; Aplicativos de Monitoramento de Consumo de Energia; Plataforma de Informações sobre Energia Limpa; Sistemas de Gerenciamento de Energia Inteligente; Parcerias com Empresas de Energia Limpa; Monitoramento e Relatórios de Emissões de Carbono.

Além dos resultados expressos anteriormente, a Jornada dos ODS realizada com os membros do CISEA trouxe dados significativos em todas as metas dos 17 ODS e destaca-se a percepção dos participantes em relação ao que o governo municipal precisa fazer para continuar avançando na implantação da Agenda 2030 e seus ODS.

Para os respondentes há a necessidade de:

- Cooperação entre os órgãos;
- Ampliar os espaços de debate e promover esta jornada aos demais servidores para que possam contribuir ainda mais com as ações;
- Estimular cada munícipe a fazer o dever de casa, independente da cor partidária, religião, troca de mandatários;
- Manter em operação as atividades implantadas, implementar soluções adicionais informadas durante a pesquisa realizada pelo questionário;
- Visualizar o município como um todo; a reeleição atrapalha, saúde financeira, avanço na "cultura" do munícipe;
- Continuidade das medidas adotadas e implementação de novas sugestões, como as obtidas através das avaliações dos formulários do CISEA;
- É preciso que o governo tenha uma estrutura forte e eficiente para implementar as ações da Agenda 2030. Isso inclui a definição de políticas públicas claras e o fortalecimento da capacidade institucional do governo. É importante também, que a sociedade civil seja envolvida no processo de implementação da Agenda 2030. Isso pode ser feito por meio de consultas públicas, participação em conselhos e comitês, e promoção da educação para o desenvolvimento sustentável;

- A tecnologia também pode ser uma ferramenta poderosa para promover o desenvolvimento sustentável. O governo municipal deve investir em tecnologia para monitorar os indicadores de desenvolvimento sustentável, promover a educação para o desenvolvimento sustentável, e implementar políticas públicas mais eficazes;

- Foz do Iguaçu é uma cidade com uma grande diversidade de pessoas, culturas e ecossistemas. É importante que o governo municipal considere essa diversidade ao implementar as ações da Agenda 2030;

- O turismo também é uma atividade importante para a economia de Foz do Iguaçu. O governo municipal deve considerar o turismo ao implementar as ações da Agenda 2030, de forma a garantir que o desenvolvimento sustentável seja compatível com o desenvolvimento turístico;

- O governo municipal não pode implementar as ações da Agenda 2030 sozinho. É importante que o governo busque parcerias com a sociedade civil, o setor privado e organizações internacionais;

- Continuar investindo em ações que mobilizem todas as secretarias para um mesmo fim, que é avançar para um modelo de cidade sustentável. Buscar investir nos prédios públicos com placas solares, cisternas, investir em sistema de banco de dados onde não haja necessidade de consumo de papel, buscar alternativas de dar melhores condições de trabalho ao servidor;

- Pensar em hortas comunitárias;

- Mercadão popular onde gera emprego e as pessoas podem adquirir produtos de qualidade com melhor preço;

- Ampla divulgação dos ODS e objetivos práticos de como podem ser aplicados;

- Maior divulgação dos ODS para que a população passe a conhecê-las mais e entenda a grande importância e necessidade de implementação;

- Inclusão e participação dos diversos setores da sociedade, criação, regulamentação e fiscalização de leis, ampliação de educação ambiental e de saúde única, conscientização da sociedade através das mídias, buscar parcerias para garantir que os projetos sejam executados com qualidade e eficiência;

- Gestores tenham conhecimento integral dos ODS para aplicação de recursos, objetivando alinhamento integral dos investimentos do poder público e suas justificativas;
- Implantação de mecanismos de continuidade das políticas e ações entre as gestões de governo, visando sempre a melhoria e alcance dos objetivos da Agenda 2030.

## Considerações Finais

A constituição da Comissão Intersetorial da Educação Ambiental (CISEA) junto ao município de Foz do Iguaçu tem sido um desafio pois traz alguns elementos que precisam ser considerados: a) necessidade da PMFI com seus órgãos vinculados fazer o “dever de casa” no sentido de inserir a questão ambiental em suas atividades cotidianas em projetos e programas que realizam e b) possibilidade de acúmulo de atividades a ser assumida por parte da secretaria, fundação e/ou autarquia pois várias políticas públicas que chegam ao município precisam ser implantadas e encontram nesses órgãos o ponto ideal e para isso sugere-se a possibilidade de ampliação do quadro de recursos humanos para melhorar a qualidade de trabalho e de execução das políticas de forma eficiente.

Como uma forma de contribuir para a implementação das questões ambientais no âmbito da administração pública, sugere-se algumas ações e incrementos na política ambiental municipal, tais como:

- Ampliar cargos concursados e efetivos para profissionais e técnicos da área ambiental que atuem junto a PMFI com objetivo de planejar, implantar, executar e realizar a manutenção de atividades e projetos na área ambiental e que venham a colaborar na formação da temática ambiental junto aos demais servidores da PMFI;
- Elaboração e publicação de editais via Fundo Municipal do Meio Ambiente em apoio a projetos no âmbito formal e não formal;
- Ampliar as ações do Programa Municipal de Educação Ambiental na Administração Pública para além dos Pontos Focais (representantes dos órgãos públicos: secretarias, autarquias e fundações) com oferta de oficinas, seminários, cursos de formação continuada, tendo como conteúdos: legislação ambiental, inovações, ciclo de vida dos materiais, consumo e consumismo, compras públicas sustentáveis, dentre outros.

- Criar metodologias de educação ambiental sobre gestão de resíduos nos mais diversos locais do município, bem como eventos e atividades que envolvam elevada circulação, como shoppings e shows artísticos.

Em relação aos pontos levantados é importante destacar que os membros da CISEA trazem algumas questões que vale a pena identificar tais como a demanda de cooperação entre os órgãos para que não haja sobreposição de atividades e acabar sobrecarregado de atividades. Também foi destacado a demanda do governo criar uma estrutura forte e eficiente para implementar as ações necessárias e isso exige um repensar as atribuições de cada secretaria, fundação e/ou autarquia visto que muitas ações podem precisar ser revistas e replanejadas para atender esse novo olhar voltado para a questão da sustentabilidade.

Também precisa ser salientado que o município precisa desenvolver mecanismos para a implantação dos diferentes e diversos programas e políticas públicas que chegam até o seu território para que não haja um acúmulo de atribuições para os diversos setores do órgão municipal e com isso perca-se o foco das atribuições básicas de cada setor. Em razão disso, a identificação de temas norteadores de políticas públicas pode ser a chave para essa questão. Nesse sentido destaca-se a amplitude da temática da Educação Ambiental que tem um escopo grande de reflexão e atuação e convergem com variados temas trazidos pela política pública atual.

Destaca-se o interesse dos participantes da referida comissão em inserir o tema em suas práticas profissionais o que pode ser entendido como o enraizamento da temática junto a administração pública municipal o que é um avanço em relação a implementação de políticas públicas no município de Foz do Iguaçu.

Ainda, cabe destacar que formações e coleta de dados de colaboradores pode ser um caminho interessante para o desenvolvimento, direcionamentos de ações ambientais, pois a partir da realidade vivenciada pelos participantes é possível ver que a educação ambiental precisa de um viés mais sério e com profissionais qualificados e responsáveis pelas atividades, pois a legislação traz que é dever de todos, entretanto é preciso melhorar a formação conceitual desse “todos” para que possam assumir suas responsabilidades. Ou seja, é preciso investir em formações sobre os aspectos teóricos e práticos das ciências ambientais com informações sérias e confiáveis. Após a população ter um conhecimento sólido, possivelmente ficará mais simples assumirem compromissos com suas

atitudes e realidades. Neste aspecto poderá ser um caminho rever metodologias, currículos e até mesmo legislações visando educar de forma mais eficiente a população, para que o conhecimento ambiental seja como algo básico e necessário para nossa educação no país, como o português e matemática.

Finalizando, este relato fruto do trabalho de uma ampla equipe de pessoas formadas na área ambiental pode também ser utilizado de base para outros municípios que estão em fase de implementação da legislação de educação ambiental no estado do Paraná e no Brasil.

## Referências

ANGELI, J. P.; FERREIRA NETA, A. C.; RIBEIRO, L. M. BORBA, R.; ASSIS, R. B. A.; PACHECO, R. B. D.; OLIVEIRA, S. M. P. **Construindo a Política Municipal de Educação Ambiental: relatos de Coletivo Educador de Foz do Iguaçu.** Foz do Iguaçu, 2019. Disponível em: [https://issuu.com/coletivoeducadorfoz/docs/af\\_livro\\_coletivo\\_educador\\_de\\_foz\\_do\\_iguacu\\_web](https://issuu.com/coletivoeducadorfoz/docs/af_livro_coletivo_educador_de_foz_do_iguacu_web). Acesso 10 out. 2023.

BRASIL. **Lei 9.795/99 de 27 de abril de 1999.** Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em 01 mai. 2024.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos de educação.** In: LAYRARGUES, P. P. (coord). *Identidades da educação ambiental brasileira.* Brasília: MMA, 2004.

CEAI. **Memória da II Encontro da Comissão Intersetorial da Educação Ambiental (CISEA).** Foz do Iguaçu. CEAI, 2023.

IBAMA. **Educação ambiental: as grandes diretrizes da Conferência de Tbilisi.** Coleção meio ambiente. Série estudos educação ambiental; edição especial. Brasília: IBAMA, 1997. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/educacaoambiental/grandesdiretrizesdaconferenciadetblisidigital.pdf>. Acesso em 10 abr. 2024.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. São Paulo. **Revista Ambiente & Sociedade.** São Paulo. v. XVII, n. 1, p. 23-40 jan.-mar. 2014.

LIMA, W. G. Política pública: discussão de conceitos. **Interface.** Tocantins, NEMAD, Ed. n. 05. Out. 2012. Disponível em:

<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/370/260>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MORENO, D. H. H. **Capilarização e enraizamento da educação ambiental em território iguaçuense: o percurso de formulação da política pública local**. Dissertação de Mestrado. Unila, 2023. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/7773>. Acesso em 05 out. 2023.

OLIVEIRA, L. D. Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois: das “Profecias do Apocalipse Ambiental” ao “Futuro Comum Ecologicamente Sustentável”. Rio de Janeiro. **Revista Continentes**. Ano 1, nº 1, 2012. Disponível em: <http://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/8/7>. Acesso em 15 abr. 2024.

PARANÁ. **Lei 17.505 de 11 de janeiro de 2013**. Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental. Curitiba, 2013. Disponível em: <https://leiestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-17505-2013-parana-institui-a-politica-estadual-de-educacao-ambiental-e-o-sistema-de-educacao-ambiental-e-adota-outras-providencias>. Acesso em 01 mai. 2024.

PMFI. **Lei nº 4.954/2020** - Política Municipal de Educação Ambiental e o Sistema Municipal de Educação Ambiental de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/f/foz-do-iguacu/lei-ordinaria/2020/496/4954/lei-ordinaria-n-4954-2020-institui-a-politica-municipal-de-educacao-ambiental-e-o-sistema-municipal-de-educacao-ambiental-de-foz-do-iguacu?r=c>. Acesso em 01 abr. 2024.

PEREIRA, E. M. **Rachel Carson, ciência e coragem Primavera silenciosa, primeiro alerta mundial contra agrotóxicos, faz 50 anos**. Ensaio Ecologia. Rondonópolis, Ciência Hoje, 2012. Disponível em [https://www.researchgate.net/profile/Elenita-Malta/publication/327406239\\_Rachel\\_Carson\\_ciencia\\_e\\_coragem/links/5b8dcd4f299bf114b7f04dbe/Rachel-Carson-ciencia-e-coragem.pdf?\\_sg%5B0%5D=started\\_experiment\\_milestone&origin=journalDetail&\\_rtd=e30%3D](https://www.researchgate.net/profile/Elenita-Malta/publication/327406239_Rachel_Carson_ciencia_e_coragem/links/5b8dcd4f299bf114b7f04dbe/Rachel-Carson-ciencia-e-coragem.pdf?_sg%5B0%5D=started_experiment_milestone&origin=journalDetail&_rtd=e30%3D) 296. Acesso em 10 abr. 2024.

PORTAL EDUCAÇÃO. **Entendendo a Conferência de Tbilisi (1977)**. Conhecimentos Gerais. Disponível em: <https://blog.portaleducacao.com.br/entendendo-a-conferencia-de-tbilisi-1977/>. Acesso em 18 abr. 2024.

# Pessoas com deficiência e Movimentos Sociais

*Roberto Biscoli<sup>1</sup>*

**Resumo:** O presente artigo reflete o sobre direitos e inclusão social de pessoas com deficiência no sistema educacional no Brasil, e o papel dos movimentos sociais no processo de lutas pelo reconhecimento e por direitos sociais que produzam a inclusão social das pessoas com deficiência, criando ainda uma nova mentalidade frente a sociedade, a de que a educação é para todos. Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre uma coletânea de Leis que progressivamente foram sendo criadas pelo Governo Brasileiro, e sobre movimentos sociais. O reconhecimento dos direitos para pessoas com deficiência por parte do governo no Brasil se deu em grande parte por ações de familiares e pessoas como deficiência que foram se organizando em movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Pessoas com Deficiência, Movimentos Sociais.

## People with disabilities and Social Movements

**Abstract:** This article reflects on the rights and social inclusion of people with disabilities in the educational system in Brazil, and the role of social movements in the process of struggles for recognition and social rights that produce the social inclusion of people with disabilities, creating a new mentality towards society, that education is for everyone. This is a bibliographic review on a collection of Laws that were progressively created by the Brazilian Government, and on social movements. The recognition of the rights of people with disabilities by the government in Brazil was largely due to the actions of family members and people with disabilities who were organizing themselves into social movements.

**Keywords:** People with Disabilities, Social Movements.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais. Professor na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste. E-mail: roberto.biscoli17@gmail.com



## Introdução

A discussão sobre inclusão social de pessoas com deficiência na estrutura social brasileira, incluindo o sistema educacional é antiga e foi tendo seus protagonistas no decorrer da história brasileira. Famílias de pessoas com deficiência sempre estiveram presentes, atuando em busca do reconhecimento de direitos sociais, cobrando das autoridades constituídas ações de inclusão social, e o mais importante, construindo narrativas com a finalidade de sensibilizar a opinião pública para a produção de uma nova mentalidade. Tais ações estratégicas expandiram-se e criaram movimentos sociais comprometidos com a inclusão social de pessoas com deficiência.

De acordo como Adilson Vaz Cabral Filho e Gildete Ferreira (2013, p. 102),

O termo Pessoas com Deficiência vem sendo utilizado nos últimos anos por escolha do próprio movimento deste segmento, pelo fato de não se sentir identificado com expressões anteriores: pessoa deficiente, pessoa portadora de deficiência, pessoas com necessidades especiais. A definição do que é Pessoa com Deficiência vem passando por processos de reflexão e reformulação constantes, levando em conta o fenômeno relacional, que depende do contexto, da situação e da cultura em questão. A deficiência é uma das características humanas e sempre esteve presente na história da humanidade, primeiramente vista como moléstia que causava inquietação e isolamento.

Considerando a Inclusão social no sistema educacional e entendo que a finalidade da educação inclusiva “seja eliminar a exclusão social, que é consequência de atitudes e respostas à diversidade de raça, classe social, etnia, religião, gênero e habilidade. Dessa forma, a inclusão começa a partir da crença de que a educação é um direito humano básico e o fundamento para uma sociedade mais justa” (Ainscow, 2009 p. 11 *Apud* Damasceno; Cruz, 2021, p. 74).

Para Rodrigues *et al* (2014, p. 41) as primeiras iniciativas de inclusão de pessoas deficientes<sup>2</sup> na educação no Brasil, surgem ainda do período imperial brasileiro, cita a criação do “Instituto dos Meninos Cegos”, atualmente, “Instituto Benjamin Constant” em 1854 e do “Instituto dos Surdos-Mudos”, atualmente, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES” em 1857, na cidade do Rio de Janeiro. Essas duas instituições foram criadas pelo imperador a pedido de pessoas próximas a ele, tendo um caráter assistencialista e ligado a caridade. Nesse momento a ideia de inclusão social ainda não estava presente na mentalidade da opinião pública.

O movimento pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência teve um impulso no cenário internacional, que, a partir de 1948, com o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos iniciou um amplo e profundo debate sobre os direitos iguais e inalienáveis como fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo (Siqueira, 2010). Movimento este que também chega ao Brasil.

O fato é que no Brasil existe uma evolução no processo das lutas pelos direitos das pessoas com deficiência, para muitos pesquisadores a organização das mobilizações sociais ganha força na década de 1970 ao elaborar suas demandas, até conquistar o seu reconhecimento e sua assimilação pelo Estado brasileiro (Lanna Júnior, 2010).

Embora durante todo o século XX surgissem iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência, foi a partir do final da década de 1970 que o movimento das pessoas com deficiência surgiu, tendo em vista que, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história. O lema “Nada sobre Nós sem Nós”, expressão difundida internacionalmente, sintetiza com fidelidade a história do movimento (Lanna Júnior, 2010, p. 14).

Adilson Vaz Cabral Filho e Gildete Ferreira (2013, p. 104) também enfatizam a década de 70 como um período significativa para os movimentos ligados a pessoas com deficiência no mundo. “No ano de

---

<sup>2</sup> “O termo, pessoas deficientes refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida social “normal”, em decorrência de uma deficiência congênita ou não, em suas capacidades físicas, mental intelectual ou sensorial” (ONU, 1975, p.1).

1979, o movimento internacional de pessoas com deficiência influenciou a Organização das Nações Unidas para a organização do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, planejado para 1981. Daí se percebe com clareza o protagonismo desse grupo, que passou a considerar imprescindível o controle das ações que lhe diziam respeito.”

O Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD) proclamado pela ONU em 1981 foi um marco para o crescimento do movimento internacional de luta e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, com seu lema “nada sobre nós, sem nós” e para os movimentos sociais que lutam pelos direitos da pessoa deficiente no Brasil.

Como exemplo desse protagonismo Cabral Filho e Ferreira (2013, p. 113) destaca que os movimentos sociais se fizeram presentes na elaboração da constituição Federal de 1988, em especial o movimento social das pessoas com deficiência. “As propostas do movimento social das pessoas com deficiência podem ser visualizadas no aparato jurídico da legislação brasileira. Da Constituição Federal de 1988, os quais em nível nacional versaram sobre educação; inclusão; edificações; transporte; acessibilidade; benefícios; trabalho; direitos humanos; entre outros”. Constituição esta que passa a determinar, normatizar os direitos da pessoa com deficiência.

## **O papel dos movimentos sociais**

O reconhecimento dos direitos para pessoas com deficiência por parte do governo no Brasil se deu em grande parte por ações da sociedade civil que foi se organizando. Em um momento inicial as ações eram de protagonizadas por famílias de pessoas com deficiência que foram se apoiando e conquistando simpatizantes a sua causa. Essas mesmas pessoas se organizaram de tal forma a constituírem movimentos sociais.

Para Jeffrey C. Alexander (1998) o termo, movimentos sociais, diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam, às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar, de modo frequentemente radical, a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais.

Por sua vez, Gohn (2007), entende que os movimentos sociais desenvolveram um empoderamento dos atores sociais da sociedade civil

organizada, pois ajudaram a criar sujeitos sociais que atuam em rede. Essas redes são estruturas da sociedade contemporânea, e se referem a um tipo de relação social, atuando de acordo com objetivos planejados, estratégicos, buscando resultados para o atendimento de seus interesses e para a sociedade civil em geral.

Ainda de acordo com Gohn (2007) os movimentos sociais são mais que uma ação coletiva, a ação coletiva para ser movimento social deve vir acompanhada de opinião de massa. Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. De um modo geral podemos observar num movimento social as seguintes fases: situação de carência ou ideias e conjunto de metas e valores a se atingir; formulação das demandas por um pequeno número de pessoas; aglutinação de pessoas em torno das demandas; transformação das demandas em reivindicações; organização elementar do movimento; formulação das estratégias; práticas coletivas, reuniões, atos públicos; encaminhamento das reivindicações; práticas de difusão e/ou execução de certos projetos; negociação com os opositores; consolidação e/ou institucionalização do movimento.

Nesse sentido, os movimentos sociais, propõem formas específicas de participação na sociedade contemporânea porque afirmam novas identidades<sup>3</sup> sociais, apresentam um caráter reivindicatório de direitos sociais, sendo formas de luta que desafiam o Estado. A identidade desses movimentos é fundamenta pela experiência de vida comum que reúne o grupo e seu modo democrático de funcionamento que garante a autenticidade do grupo. Que trazem para a cena política uma nova potencialidade de transformação das estruturas sociais.

A identidade dos movimentos sociais vai decorrem dos seus projetos, para Gohn (2007) a identidade não decorre apenas como fruto das representações que o movimento gera ou constrói, para si mesmo ou para os outros. A identidade é uma somatória de práticas a partir de um referencial contido nos projetos. Ela não existe apenas no plano ideacional, não se trata de uma categoria simbólica ou de natureza exclusivamente cultural. A identidade se firma no processo interativo, nas articulações entre os atores sociais envolvidos.

---

<sup>3</sup> Hall (2000, p. 109) afirma que “as identidades são construídas dentro e não fora do discurso. Nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas”.

Lanna Júnior (2010) entende que os movimentos sociais são:

Movimentos que buscam criar uma identidade coletiva para determinado grupo, seja em oposição a outros segmentos, seja em oposição à sociedade. Um dos objetivos dessa afirmação identitária é dar visibilidade e alterar as relações de força no espaço público e privado. O sentimento de pertencimento a um grupo é elemento discursivo importante para mobilizar qualquer luta política. Os movimentos sociais são formados pela diversidade de identidades, porém, unificadas nas experiências de coletividade vividas pelas pessoas. A unidade é ameaçada por fatores como a disputa pelo poder, pela legitimidade da representação e pela agenda da luta política (Lanna Júnior, 2010, p. 15).

Para compreender como um movimento social se constitui, é preciso observar o processo de formação do movimento social, compreender suas lutas com suas pautas de sentidos específicos e diversos. Para Cabral Filho e Ferreira (2013, p. 105) “Os movimentos sociais de pessoas com deficiência, como tantos outros da sociedade civil brasileira, foram decorrentes do florescimento da participação social, e se baseavam nos laços de identidade e pertencimento, em busca do reconhecimento da sua cidadania.”

Para Alexander (1998), os movimentos sociais podem ser vistos como mecanismos sociais que constroem traduções entre o discurso da sociedade civil e os processos institucionais específicos de tipo mais particularista, eles se alimentam de um senso de comunidade total, portanto, os movimentos sociais não podem ser vistos como simples respostas aos problemas existentes, devem ser entendidos como respostas a possibilidade de construir problemas convincentes nesta ou naquela esfera e de transmitir essa realidade ao conjunto da sociedade.

O 1º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes que aconteceu em Brasília, de 22 a 25 de outubro de 1980, foi uma forma de tradução entre o discurso dos movimentos sociais vindos da sociedade, chegando aos processos institucionais, mostrou o protagonismo dos movimentos sociais, constituindo um passo a mais na consolidação de uma identidade social no Brasil e de autoafirmação da sua legitimidade em falar sobre as necessidades das pessoas com deficiência. Para (Lanna Júnior, 2010, p. 41),

O objetivo do encontro foi criar diretrizes para a organização do movimento no Brasil, estabelecer uma pauta comum de reivindicações e, ainda, definir critérios para as entidades que poderiam ser reconhecidas como integrantes da Coalizão. A preocupação em favorecer a participação de pessoas com deficiência em detrimento de militantes sem deficiência é importante para entender a lógica do movimento à época, quando foi demarcada a dicotomia de versus para”.

Foram várias as iniciativas que buscaram construir a tradução entre o discurso dos movimentos sociais e a sociedade, chegando aos processos institucionais. Outros exemplos foram o 2º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes em Recife, de 26 a 30 de outubro de 1981. Simultaneamente ao 2º Encontro, ocorreu o 1º Congresso Brasileiro de Pessoas Deficientes, cujo tema era “A realidade das pessoas com deficiência no Brasil, hoje”. Em 1983 aconteceu o 3º Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, realizado em São Bernardo do Campo, de 13 a 17 de julho, cujo tema foi a “Organização Nacional das Pessoas Deficientes”.

O discurso, a narrativa vinda dos movimentos sociais chega aos processos institucionais, destaque que o Governo Federal, através do Decreto nº 93.481, em 1986, criou a Coordenadoria Nacional para Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência (CORDE) com a finalidade de criação de um arcabouço legal que possibilitasse a promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

A relação entre as narrativas dos movimentos sociais, sociedade civil e Estado vão produzindo desdobramentos e evidenciando o protagonismo dos movimentos sociais. Fato que pode ser constatado nas discussões da Assembleia Nacional Constituinte – ANC, que resultou na Constituição Federal Brasileira de 1988, no qual pessoas com deficiência, através dos movimentos sociais, participaram ativamente.

Assuntos relacionados a esse grupo foram tratados na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, subordinada à Comissão Temática da Ordem Social, que realizou oito audiências públicas, sendo três destinadas a discutir questões atinentes às pessoas com deficiência: a audiência do dia 27 de abril, “Deficientes Mentais; Alcoólatras; Deficientes Auditivos”; a do dia 30 de

abril, “Deficientes Físicos; Ostromizados; Hansenianos; Talassêmicos” e a do dia 4 de maio, “Deficientes Visuais; Hemofílicos; Negros”. A articulação do movimento das pessoas com deficiência para participar da ANC ocorreu de duas maneiras: em 1986, por meio do ciclo de encontros “A Constituinte e os Portadores de Deficiência”, realizado em várias capitais brasileiras pelo Ministério da Cultura entre 1986 e 1987 (Lanna Júnior, 2010, p. 65).

Os movimentos sociais eram contrários, nessa Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, a ideia de tutela das pessoas com deficiência, defendiam a ideia de autonomia para as pessoas com deficiência. Os movimentos sociais não queriam as “tutelas especiais, mas, sim, direitos iguais garantidos juntamente com os de todas as pessoas. A separação, na visão do movimento, era discriminatória” (Lanna Júnior, 2010, p. 65).

A discussões da Assembleia Nacional Constituinte – ANC sobre políticas públicas, direitos das pessoas com deficiência foram materializados na Constituição de 1988, que garantiu espaços institucionalizados de participação social.

O engajamento de pessoas com deficiência, suas famílias, militantes, movimentos sociais teve o poder de sensibilizar os poderes públicos para as especificidades das questões ligadas as pessoas com deficiência, foi fundamental para os avanços conquistados na Constituição Federal Brasileira de 1988. O engajamento, a luta por direitos, por reconhecimento, pela construção de uma narrativa capaz de mudar a mentalidade da sociedade brasileira em defesa da autonomia da pessoa com deficiência não parou com a promulgação da Constituição de 1988. Muitas reivindicações foram sendo transformadas em leis e postas em prática pelo Estado brasileiro.

## **A Constituição Federal Brasileira de 1988, algumas leis e seus desdobramentos.**

Para Vannuchi (2010, p. 9) os avanços nas lutas das pessoas com deficiência foram possíveis pela “atuação engajada e militante da sociedade civil organizada, sempre vigilante em seu papel de cobrar do

Estado brasileiro sua responsabilidade na garantia dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência”. O objetivo aqui é destacar algumas dessas conquistas e seus desdobramentos, em especial na área de educação especial inclusiva.

No artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988 afirma-se que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Damasceno; Cruz, 2021, p. 75) e no artigo 206, “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. O artigo 208, que trata da Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos, afirma em seu item III que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988).

De acordo com Carvalho, 2010).

Em 9 de julho de 2008 o Senado federal por meio do decreto legislativo número 186 tornou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo equivalentes a emendas constitucionais à Constituição Brasileira. O artigo 24 desta Convenção expressa a garantia de que as “pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo de qualidade e gratuito em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem” (Carvalho, 2010, p. 6).

O artigo 227 da Constituição Federal Brasileira de 1988 nomina os autores sociais responsáveis por assegurar a inclusão social de crianças, adolescentes e jovens, diz que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988, *apud* Damasceno; Cruz, 2021, p. 82).



O artigo 227 determina também em seu § 1º, item II a,

Criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação” (Brasil, 1988, *apud* Damasceno; Cruz, 2021, p. 75).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 pôs em evidência demandas de parte da sociedade brasileira referentes a educação, que deve ser inclusiva, atendendo educandos com necessidades educacionais especiais, determinando seus direitos como a matrícula em escola pública e regular, e passa a ser a balizadora na elaboração de políticas públicas por parte do governo Federal, Estadual e Municipal visando o acesso a bens e serviços coletivos a todos os cidadãos sem discriminação.

Em 1996 surge a Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, versando também sobre a educação especial para pessoas com deficiência. Em seu artigo 4º estabelece que: “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1996).

A Lei 9.394 determina ainda que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das

condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do **caput** deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (Brasil, 1996).

As Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001, p. 40) destaca que a educação é para todos, que as práticas em sala de aula devem atender a diversidade do alunado em suas especificidades fomentando a inclusão escolar, tendo como objetivo “fazer com que a escola se torne inclusiva, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos os educandos, sem distinção de

raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade deve não só ser aceita como desejada”.

Em 2004 o governo federal sanciona O Decreto nº 5.296, que regulamentou as Leis federais nº 10.048 e 10.098 que tratam da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no Brasil. O Decreto era uma demanda histórica dos movimentos sociais ligados à área e vinha sendo aguardado desde o ano 2000 pelas entidades de e para pessoas com deficiência. (Lanna Júnior, 2010).

Em 2006 aconteceu a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em Brasília e teve como tema central “Acessibilidade, você também tem compromisso, ao mesmo tempo eu aguardavam os resultados da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (ONU 2006), da qual o Brasil é signatário, em seu artigo 9º, afirma que “a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os estados partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação”. Vale destacar que este sistematiza estudos e debates mundiais realizados ao longo da última década do séc. XX e nos primeiros anos deste século, criando uma conjuntura favorável à definição de políticas públicas fundamentadas no paradigma da inclusão social. Logo as ações visando atender a diversidade do alunado e sua respectiva inclusão, vão se tornando a baliza orientadora das políticas públicas do Governo Brasileiro.

Para Dutra (2010), a partir da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, a educação especial passa a ser estruturada por meio de 3 eixos:

Constituição de um arcabouço político e legal fundamentado na concepção de educação inclusiva; institucionalização de uma política de financiamento para a oferta de recursos e serviços para a eliminação das Barreiras no processo de escolarização; e orientações específicas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas (Dutra, 2010, p.8).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (Brasil, 2008, p.1) destaca que “a

educação inclusiva constitui um paradigma educacional” baseada nos direitos humanos, percebendo a igualdade e a diferença entre os seres humanos como valores indissociáveis. Destaca ainda que “a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008, p.7). Essa visão vai consolidando um caminho, uma ação política, cultural, social e pedagógica que deve ser seguida pelo governo para a consolidação da educação inclusiva no Brasil.

No ano de 2012 é criada a Lei nº 12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que reconhece que as pessoas com autismo têm os mesmos direitos que as pessoas com deficiência e prevê a participação da comunidade na formulação das políticas públicas voltadas para autistas, além da implantação, acompanhamento e avaliação da lei.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146 de 2015, art. 27, também explicita o direito à educação da pessoa com deficiência, “educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida”. Na forma da Lei nº 13.146, a pessoa com deficiência tem o direito a educação e a sua forma assegurada, pois visa assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania

Ao destacar a igualdade e a diferença entre os seres humanos como valores indissociáveis, o paradigma da educação inclusiva beneficia a todo o alunado, pois o aprendizado deve acontecer de forma coletiva, todos devem aprender juntos, devem aprender a conviver com as devidas adaptações, criando um ambiente de valorização a diversidade que promova constantemente a igualdade de oportunidades. A escola, o sistema educacional, o currículo, as práticas pedagógicas, os sistemas de avaliação devem ser transformados para serem inclusivos (Brasil 2013).

Como resultado das reivindicações dos movimentos sociais e das políticas de inclusão social de pessoas com deficiência no sistema educacional regular, os dados do INEP (2023), mostram que 1.617.420 educandos com necessidades especiais estão matriculados nas classes comuns e 154.010 em classes exclusivas, totalizando 1.771.430 educandos

com necessidades especiais incluídos no sistema educacional brasileiro. Dados estes que reforçam a necessidade de se padronizar o universo da escolar para a inclusão de todos os educandos.

Fica evidente que é papel do Governo Federal, dos Estados, e dos Municípios criar um formato universal de escola para a inclusão dos educandos, padronizar ambientes, programas, serviços que atendam a todos, sem necessidade de fazer adaptações para atender a este ou aquele educando (Brasil 2015). Mas tais progressos só foram e são possíveis através da intervenção de atores sociais como a família, simpatizantes e movimentos sociais que estão atentas as necessidades das pessoas com deficiência.

Por mais que a aplicação dos direitos da pessoa com deficiência venham tendo avanços também tem retrocessos, como exemplo, cito dois casos recentes que tem produzido desdobramentos e reações dos movimentos sociais quanto ações do Estado Brasileiro.

O primeiro deles foi a publicação do Decreto n. 10.502 em 2020 que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

No seu artigo 6º traz algumas diretrizes:

Art. 6º São diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida:

I - Oferecer atendimento educacional especializado e de qualidade, em classes e escolas regulares inclusivas, classes e escolas especializadas ou classes e escolas bilíngues de surdos a todos que demandarem esse tipo de serviço, para que lhes seja assegurada a inclusão social, cultural, acadêmica e profissional, de forma equitativa e com a possibilidade de aprendizado ao longo da vida;

II - Garantir a viabilização da oferta de escolas ou classes bilíngues de surdos aos educandos surdos, surdocegos, com deficiência auditiva, outras deficiências ou altas habilidades e superdotação associadas;

III - Garantir, nas escolas ou classes bilíngues de surdos, a Libras como parte do currículo formal em todos os níveis e etapas de ensino e a organização do trabalho pedagógico para o ensino da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua; e

IV - Priorizar a participação do educando e de sua família no processo de decisão sobre os serviços e os recursos do atendimento educacional especializado, considerados o impedimento de longo prazo e as barreiras a serem eliminadas ou minimizadas para que ele tenha as melhores condições de participação na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

De acordo com Santos e Moreira (2021, p. 168) ao criticar tal decreto, destacam que ele apresentava retrocessos e perdas de direitos sociais, e que ele não havia sido debatido com a sociedade, com os movimentos sociais, ou com familiares de pessoas com deficiência. Para esses autores o “seu processo de elaboração antidemocrático, visto que, este foi elaborado dentro de um governo que desconsidera a opinião das pessoas com deficiência, dos movimentos sociais, de familiares de pessoas com deficiência e de pesquisadores da área de educação especial”.

De acordo com Blanco; Glat (2007); Marchesi (2004) *apud* Santos e Moreira (2021) O documento foi construído por representantes do Ministério da Educação, sem um debate mais profundo com a sociedade civil, desconsiderando os argumentos das pessoas interessadas sobre o tema e o acúmulo de estudos e pesquisas acadêmicas da área que apresentam as diferentes fases da educação especial discutidas no tópico anterior, a saber, exclusão, segregação, integração, e apontam a inclusão educacional como forma mais coerente de oferta educacional às pessoas com deficiência.

Ainda de acordo com Santos e Moreira (2021) O Supremo Tribunal Federal suspendeu a eficácia do Decreto nº 10.502 em atendimento a ações de movimentos sociais e partidos políticos. “O Tribunal, por maioria, referendou a decisão liminar para suspender a eficácia do Decreto nº 10.502/2020, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Marco Aurélio e Nunes Marques” (PORTAL STF, 2020).

O outro retrocesso em políticas públicas que afetaria os direitos das pessoas com deficiência foi o Projeto de Lei 4614/24, de autoria do líder do governo, o deputado José Guimarães (PT-CE)<sup>4</sup> que restringe o

---

<sup>4</sup> Esse é um dos projetos do governo para diminuir as despesas obrigatórias (pessoal, aposentadorias, benefícios sociais) a fim de manter margem para gastos não obrigatórios (programas governamentais, custeio e investimentos. (Agência Câmara de Notícias, 2024a).

acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)<sup>5</sup>, programa que paga parcelas mensais de um salário-mínimo a pessoas com deficiência e idosos com mais de 65 anos de baixa renda.

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou a proposta que prevê alterações no Benefício de Prestação Continuada (BPC), e que retira benefício de pessoas com deficiências leves. O PL foi aprovado sendo que, 264 parlamentares votaram favoravelmente às mudanças e 209 rejeitaram o texto, que segue para votação no Senado. Na orientação de lideranças, fase que precede a votação em plenário, as siglas PL, Novo, Federação Psol-Rede e a oposição defenderam a rejeição do projeto. Já os blocos União-PP-PSDB-Cidadania, MDB-PSD-Republicanos-Podemos, o PSB e a Federação PT-PcdoB-PV orientaram que suas bases aprovassem o texto. O texto final aprovado pelo plenário prevê que o benefício será condicionado à comprovação de deficiência de grau moderado ou grave, ou seja, pessoas com deficiência considerada leve ficarão de fora, diferentemente do que ocorre atualmente (Sampaio, 2024).

A aprovação do Projeto de Lei 4614/24, proposto pelo deputado José Guimarães (PT-CE) repercutiu negativamente na sociedade brasileira e mobilizou movimentos sociais ligados a pessoas com deficiência que pressionaram o governo para que este veta-se o PL.

A pressão dos movimentos sociais, de segmentos da sociedade civil e de parte da classe política foi grade, o que levou o governo a rever o PL, nesse sentido, o Presidente Lula vetou o trecho da proposta que excluía o direito de pessoas com deficiência leve da lista de elegíveis a receber o benefício. Segundo a mensagem de veto do Poder Executivo, “uma vez que poderia trazer insegurança jurídica em relação à concessão de benefício”. Em 2023, o BPC tinha 5,7 milhões de beneficiários, dos quais 3,12 milhões eram idosos e 2,58 milhões eram pessoas com deficiência (Agência Câmara de Notícias, 2024b). O que chama a atenção é o Governo vetando um projeto apresentado pelo líder do Governo. Por fim o bom senso prevaleceu e os direitos de pessoas com deficiência foram preservados

---

<sup>5</sup> O Benefício de Prestação Continuada (BPC) foi criado em 26 setembro de 2007 através do Decreto nº 6.214, que vai regulamentar o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Assistência Social devido à Pessoa com Deficiência e Idosa, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. A atualização do texto legal visava acompanhar as diversas alterações efetuadas ao longo dos anos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Os movimentos sociais manifestam-se em momentos de luta por direitos ou pela manutenção dos seus direitos, devem ser vistos como uma forma de consciência, uma vontade da sociedade civil, expressando inclusões e exclusões sobre o que entendem por direitos sociais, fato este que pôde ser evidenciado quando movimentos sociais lutam pela inclusão de direitos na forma da Lei e ou questionam ações do Governo que lhes retira direitos como o Decreto nº 10.502, publicado no ano de 2020 pelo Governo Federal, ou o Projeto de Lei 4614/24 que foi vetado em parte pelo Presidente.

## Conclusão

Os movimentos sociais que lutam por direitos das pessoas com deficiência convergem para ações políticas, culturais, sociais e pedagógicas, que são desencadeadas em defesa do direito de pessoas com deficiência, a ideia é a produção de uma nova mentalidade, a de que todos devem conviver, aprender, juntos sem nenhum tipo de discriminação. Muitas das suas conquistas estão presentes na Constituição federal de 1988, e em políticas públicas que foram sendo postas em prática até os dias de hoje.

Os movimentos sociais que atuam em defesa do direito de pessoas com deficiência têm atuado para evitar formas de segregação e tem atuado na promoção da inclusão social, bem como tem se mantido vigilantes para que seu público-alvo não perca direitos sociais já conquistados. São mais que uma ação coletiva, são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, que lutam por uma causa em especial, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política, criando um campo político de força social atuante na sociedade brasileira.

## Referências

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Lei que endurece regras do BPC é sancionada com veto.** Publicado em 30/12/2024. Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1125220-lei-que-endurece-regras-do-bpc-e-sancionada-com-veto/>. Acesso em 31 de dez. 2024b.



AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Câmara analisa projeto que restringe acesso ao BPC e limita o aumento do salário mínimo; acompanhe.** Publicado em 19/12/2024. Brasília. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1123785-camara-analisa-projeto-que-restringe-acesso-ao-bpc-e-limita-o-aumento-do-salario-minimo-acompanhe>. Acesso em 22 de dez 2024a.

ALEXANDER, Jeffrey C. **Ação coletiva, cultura e sociedade civil: Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais.** Rev. Bras. Cien. Soc. v.13 n.37 São Paulo Jun. 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 20 de nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 20 de nov. 2024.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em 20 de nov. 2024.

BRASIL. **Lei n. 12.976, de 4 de abril de 2013.** Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm). Acesso em 20 de nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Instituiu a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015). Acesso em 20 de nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Brasília, 2019. Disponível em

[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57633286). Acesso em 20 de nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>. Acesso em 20 de nov. 2024.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz; FERREIRA, Gildete. Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência. **SER Social**, Brasília, v. 15, n. 32, p. 93-116, jan./jun. 2013.

CARVALHO, Gilda Pereira de. Prefácio. *In.*: Brasil Ministério da educação. Secretaria de educação especial a soldagem. Marcos políticos legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Secretaria da educação especial. Brasília. 2010.

DAMASCENO, Allan Rocha; CRUZ, Isabela Damaceno. Inclusão em educação e a formação de professores em perspectiva: entre velhos dilemas e desafios contemporâneos. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 3, p. 71-88. jan./mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed> ISSN: 2675-6889. Acesso em 20 nov. 2024.

DUTRA, Cláudia Pereira. *In.*: Brasil Ministério da educação. Secretaria de educação especial a soldagem. Marcos políticos legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Secretaria da educação especial. Brasília. 2010.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? *In.*: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 103-133.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023**. Atualizado em 19/09/2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em 20 de nov. 2024.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Proclamada pela Assembleia Geral, 1975. Disponível em: portal.mec.gov.br. Acesso em 20 de set. 2024.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos; RINALDI, Renata Portela. Fundamentos históricos da Educação Especial e Inclusiva: reflexões sobre diversidade. In.: Rodrigues, Olga Maria Piazzentin Rolim (org.). **Diversidade e Cultura Inclusiva**. São Paulo: Unesp. Redefor Educação Especial e Inclusiva, 2014.

STF. Suspensa eficácia de decreto que instituiu a política nacional de educação especial. **Portal do Supremo Tribunal Federal. Brasília**. 1º de dezembro de 2020. Disponível em: <http://noticias.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419>. Acesso em 20 de set. 2024.

SANTOS, Élide Cristina da Silva de Lima; MOREIRA, Jefferson da Silva. A “nova” política de educação especial como afronta aos direitos humanos: análise crítica do decreto nº 10.502/2020. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 3, p. 156-175, jan./mar. 2021.

SAMPAIO, Cristiane. Câmara aprova retirada de pessoas com deficiências leves do BPC após dias de negociações; pauta gerou divisão em 17 partidos. Publicado em 19 de dezembro de 2024. Brasília. Disponível em: <https://www.brasilefato.com.br/2024/12/19/camara-aprova-mudancas-no-bpc-apos-dias-de-negociacoes-pauta-gerou-divisao-em-16-partidos>. Acesso em 20 de dez. 2024.

SIQUEIRA, Ivana de. Apresentação. In.: LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

VANNUCHI, Paulo. Apresentação. In.: LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.